

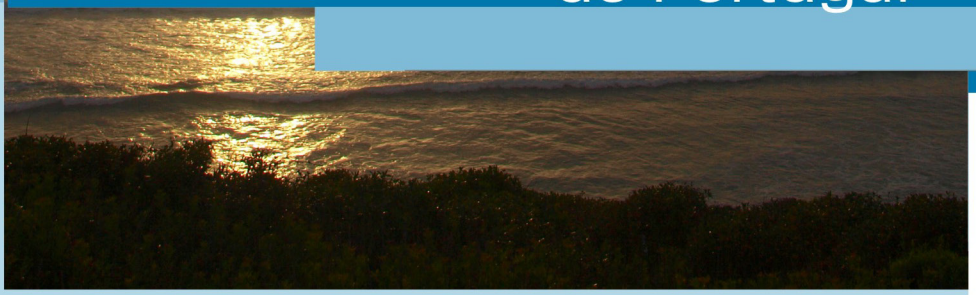






Retrato Territorial de Portugal

2013



Edição 2015

Estatísticas oficiais



FICHA TÉCNICA

Título
Retrato Territorial de Portugal 2013

Editor
Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo
Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem
150 exemplares

ISSN 1646-0448
ISBN 978-989-25-0315-8
Depósito Legal nº 214842/04
Periodicidade Bienal
Preço: € 16,00 (IVA incluído)

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Apoio | a clientes

808 201 808

(rede fixa nacional)
+ 351 218 440 695 (outras redes)

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2015
A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P. como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

ÍNDICE



Nota introdutória 15

Parte I – As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do Sistema Estatístico Nacional 17

Enquadramento 17

I.1. A estruturação do território nacional para fins estatísticos pelo SEN 20

As principais unidades territoriais de base à difusão 21

A relevância estatística da delimitação de unidades territoriais 23

I.2. A Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) e o Código da Divisão Administrativa 28

As regiões NUTS e as alterações às NUTS III portuguesas 29

A divisão administrativa e as alterações às freguesias 35

I.3. As cidades estatísticas e a intensidade de urbanização 42

As cidades estatísticas portuguesas e as cidades europeias 43

A Tipologia de áreas urbanas do INE e o Grau de urbanização do Eurostat 53

Considerações finais 61

Conceitos 63

Parte II – Os trajetos educacionais nas regiões portuguesas 67

Enquadramento 67

II.1. A caracterização dos perfis educacionais 70

Os níveis de escolaridade 76

A aprendizagem ao longo da vida 81

O abandono escolar 84

O aproveitamento escolar 90

II.2. As disparidades do nível educacional 95

A assimetria geracional 97

A feminização do ensino superior 101

II.3. As habilitações e a participação no mercado de trabalho 103

O acesso ao emprego 105

Os jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) 110

A relação entre as habilitações e as profissões 114

Considerações finais 120

Conceitos 124



Parte III – A competitividade e a internacionalização nas regiões portuguesas 129
Enquadramento 129
III.1. O perfil produtivo das regiões portuguesas e os recursos para a competitividade 132
A estrutura produtiva das regiões portuguesas 134
Recursos para a competitividade 143
III.2. O tecido empresarial das regiões e a orientação para o mercado externo 151
A caracterização do tecido empresarial 155
A dinâmica empresarial 163
A orientação para o mercado externo 168
III.3. O perfil exportador das regiões 173
O comércio internacional nas regiões 174
O perfil de especialização das exportações 179
Considerações finais 188
Conceitos 194

Bibliografia 197

Siglas e abreviaturas 203

Anexo 1 Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios 205

Anexo 2 Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios 206

Anexo 3 Divisão territorial da região NUTS II Área Metropolitana de Lisboa: NUTS III e municípios 207

Anexo 4 Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios 208

Anexo 5 Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios 209

Anexo 6 Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma dos Açores: NUTS III e municípios 210

Anexo 7 Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma da Madeira: NUTS III e municípios 211

ÍNDICE DE CAIXAS



Parte I – As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do Sistema Estatístico Nacional 17

Caixa I.1 As NUTS no contexto europeu e as novas NUTS portuguesas 30
Caixa I.2 Código da Divisão Administrativa 36
Caixa I.3 Cidades estatísticas portuguesas 44
Caixa I.4 Cidades europeias no âmbito do projeto europeu *Urban Audit* 49
Caixa I.5 Tipologia de áreas urbanas do INE 54
Caixa I.6 A nova tipologia Grau de urbanização do Eurostat 56

Parte II – Os trajetos educacionais nas regiões portuguesas 67

Caixa II.1 Europa 2020 75
Caixa II.2 Inquérito ao Emprego – série 2011 77
Caixa II.3 Disparidade territorial 87
Caixa II.4 Jovens não empregados que não estão em educação ou formação 111
Caixa II.5 Quadros de Pessoal 117

Parte III – A competitividade e a internacionalização nas regiões portuguesas 129

Caixa III.1 Índice de Balassa-Hoover 138
Caixa III.2 Coeficiente de especialização 141
Caixa III.3 Micro, pequenas e médias empresas (PME) 155
Caixa III.4 Sociedades de elevado crescimento 166
Caixa III.5 Sociedades exportadoras 170
Caixa III.6 Produtos de alta tecnologia 184

ÍNDICE DE FIGURAS



Parte I – As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do Sistema Estatístico Nacional 17

Figura I.1 Principais unidades territoriais de base à difusão de informação estatística do SEN 22

Figura I.2 Densidade populacional no município de Évora segundo diferentes unidades territoriais, 2011 25

Figura I.3 Caracterização de diferentes unidades territoriais, Portugal, 2011 26

Figura I.4 População residente por quadrícula 1 x 1 km, 2011 27

Figura I.5 Divisão territorial por NUTS II e NUTS III, versão 2003 33

Figura I.6 Divisão territorial por NUTS II e NUTS III, versão 2013 33

Figura I.7 Área média das NUTS III, versões 2003 e 2013, Portugal e NUTS II 34

Figura I.8 População média das NUTS III, versões 2003 e 2013, Portugal e NUTS II, 2011 34

Figura I.9 Proporção de população residente por distritos e ilhas, 2011 38

Figura I.10 Divisão administrativa por distritos, ilhas e municípios 38

Figura I.11 Número de freguesias à data de 31/12/2012 e de 31/12/2013, por NUTS II ... 39

Figura I.12 Área média das freguesias à data de 31/12/2012 e de 31/12/2013, Portugal e NUTS II 40

Figura I.13 População média das freguesias à data de 31/12/2012 e de 31/12/2013, Portugal e NUTS II 40

Figura I.14 Densidade populacional por freguesia, 2011 41

Figura I.15 Distribuição das cidades portuguesas por região NUTS II, 2011 44

Figura I.16 Proporção de população residente em cidades, Portugal e NUTS II, 2011 44

Figura I.17 Área média das cidades estatísticas, Portugal e NUTS II 46

Figura I.18 População média das cidades estatísticas, Portugal e NUTS II, 2011 46

Figura I.19 Densidade populacional das cidades estatísticas, Portugal e NUTS II, 2011 46

Figura I.20 População residente em cidades estatísticas, 2011 47

Figura I.21 Cidades portuguesas no âmbito do projeto europeu *Urban Audit* 51

Figura I.22 Classificação das freguesias segundo a Tipologia de áreas urbanas (2014) 55

Figura I.23 Classificação das freguesias segundo o Grau de urbanização (Eurostat) 58

Figura I.24 Proporção de população residente segundo a Tipologia de áreas urbanas (INE) e o Grau de urbanização (Eurostat), 2011 59

Figura I.25 Densidade populacional segundo a Tipologia de áreas urbanas (2014), Portugal e NUTS II 60

Figura I.26 Densidade populacional segundo o Grau de urbanização (Eurostat), Portugal e NUTS II 60

Parte II – Os trajetos educacionais nas regiões portuguesas 67

Figura II.1 Taxa de analfabetismo, Portugal, 1960-2011 72

Figura II.2 Taxa de analfabetismo, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011 72

Figura II.3 Indicadores de educação, Portugal, 1991, 2001 e 2011 74

Figura II.4 Taxa de escolaridade de nível superior (30-34 anos), Continente e NUTS II, 2011 e 2014 76

Figura II.5 Média do número de anos de escolaridade completa, Portugal e NUTS II, 1991, 2001 e 2011 78

Figura II.6 Média do número de anos de escolaridade completa, por município, 2011 79

Figura II.7 Variação da proporção da população residente com ensino superior completo, por município, 2001/2011 80

Figura II.8 Proporção da população residente com ensino superior completo, por município, 2011 80

Figura II.9 Aprendizagem ao longo da vida, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 82

Figura II.10 Aprendizagem ao longo da vida por nível de escolaridade completo, Continente e NUTS II, 2014 83

Figura II.11 Taxa de abandono precoce de educação e formação, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 84

Figura II.12 Taxa de abandono precoce de educação e formação, Portugal e NUTS II, 2011-2014 85

Figura II.13 Variação da proporção de população residente entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário, por município, 2001/2011 86

Figura II.14 Proporção de população residente entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário, por município, 2011 86

Figura II.15 Coeficiente de variação ponderado da proporção de população residente entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário por município, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011 87

Figura II.16 Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011 88

Figura II.17 Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011 88

Figura II.18 Variação da proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, por município, 2001/2011 89

Figura II.19 Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, por município, 2011 89

Figura II.20 Taxa de retenção/desistência no ensino básico, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 91

Figura II.21 Taxa de retenção/desistência no ensino básico, por município, ano letivo 2012/2013 92

Figura II.22 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 93

Figura II.23 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por tipo de curso, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 93

Figura II.24 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por município, ano letivo 2012/2013 94

Figura II.25 Proporção da população residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011 96

Figura II.26 Proporção da população residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo, por grupo etário, por NUTS II, 2011 96

Figura II.27 Proporção de mulheres no total de alunos inscritos, de diplomados e de doutorados nos estabelecimentos de ensino superior, Portugal, anos letivos 1993/1994 a 2013/2014 97

Figura II.28 Média do número de anos de escolaridade completa, por grupo etário, Portugal e NUTS II, 2011 98

Figura II.29 Coeficiente de variação ponderado da média do número de anos de escolaridade completa por município, por grupo etário, Portugal e NUTS II, 2011 99

Figura II.30 Proporção da população com ensino superior completo por grupo etário, por NUTS II, 2011 100

Figura II.31 Proporção de mulheres no total de diplomados e de doutorados nos estabelecimento de ensino superior, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 101

Figura II.32 Diplomados no ensino superior por 1 000 habitantes (20-29 anos), por NUTS III, ano letivo 2012/2013 102

Figura II.33 Proporção de mulheres no total de alunos diplomados, por NUTS III, ano letivo 2012/2013 102

Figura II.34 Taxa de desemprego, por nível de escolaridade completo, Portugal, 1998-2014 104

Figura II.35 Taxa de desemprego, por grupo etário, Portugal, 1998-2014 105

Figura II.36 Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por grupo etário, Portugal, 1998-2014 105



Figura II.37 Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 106

Figura II.38 Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos, por nível de escolaridade completo, Portugal e NUTS II, 2014..... 107

Figura II.39 Taxa de desemprego, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 108

Figura II.40 Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo, Portugal e NUTS II, 2014..... 109

Figura II.41 Taxa de desemprego total e da população entre 15 e 34 anos, Portugal e NUTS II, 2014..... 110

Figura II.42 Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014..... 111

Figura II.43 Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por grupo etário, Portugal e NUTS II, 2014..... 112

Figura II.44 Proporção de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação por condição perante o trabalho, Portugal e NUTS II, 2014 113

Figura II.45 Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior, Continente e NUTS II, 2011 e 2014..... 115

Figura II.46 Proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 116

Figura II.47 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, Continente e NUTS II, 2012..... 117

Figura II.48 Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por nível de habilitações, por município, 2012..... 118



Parte III – A competitividade e a internacionalização nas regiões portuguesas 129

Figura III.1 PIB por habitante em PPC (UE-28=100), Portugal e NUTS II, 2005 a 2013Pe ... 133

Figura III.2 PIB por habitante (2013Pe) e taxa média anual de crescimento real do PIB (2000-2013Pe), Portugal e NUTS II..... 134

Figura III.3 Repartição do VAB por ramos de atividade (A3), Portugal e NUTS II, 2000 e 2013Pe 135

Figura III.4 Repartição do VAB por ramos de atividade (A10), Portugal e NUTS II, 2013Pe 137

Figura III.5 Alterações das atividades de especialização (VAB), por NUTS II, 2000/2013Pe..... 140

Figura III.6 Coeficiente de especialização (VAB), por NUTS II, 2000 e 2013Pe 142

Figura III.7 Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal e NUTS II, 2000 e 2014 144

Figura III.8 Índice de renovação da população em idade ativa, por município, 2014..... 145

Figura III.9 Pessoal ao serviço nos estabelecimentos das empresas por indivíduo com 15 ou mais anos, por NUTS III, 2013..... 146

Figura III.10 Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior, nos estabelecimentos, por NUTS III, 2012 148

Figura III.11 Proporção da despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS II, 2008 e 2012Pe..... 149

Figura III.12 Empresas, segundo a localização da sede, por freguesia, 2013 153

Figura III.13 Volume de negócios por empresa, segundo a localização da sede (2013) e Taxa de variação do volume de negócios das empresas, segundo a localização da sede, 2010/2013, Portugal, NUTS II e NUTS III..... 154

Figura III.14 Proporção de Pequenas e Médias Empresas em termos de número, pessoal ao serviço e volume de negócios, segundo a localização da sede, Portugal e NUTS II, 2013 156

Figura III.15 Proporção de pessoal ao serviço em Pequenas e Médias Empresas, segundo a localização da sede da empresa, por município, 2013..... 157

Figura III.16 Proporção de sociedades, segundo a localização da sede, Portugal e NUTS II, 2013 158

Figura III.17 Volume de negócios por empresa e volume de negócios por sociedade, segundo a localização da sede, Portugal e NUTS II, 2013 158

Figura III.18 Volume de negócios das sociedades e volume de negócios médio por sociedade, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013..... 159

Figura III.19 Indicador de concentração do volume de negócios das sociedades dos municípios, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013 160

Figura III.20 Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas, segundo a localização da sede da empresa, por município, 2013..... 161

Figura III.21 Taxa de natalidade das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2010 e 2013 163

Figura III.22 Variação da taxa de natalidade das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2010/2013..... 164

Figura III.23 Taxa de natalidade das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013 164

Figura III.24 Taxa de sobrevivência de sociedades nascidas 2 anos antes, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2012 e 2013..... 165

Figura III.25 Proporção de volume de negócios das sociedades de elevado crescimento nas sociedades com 10 ou mais pessoas remuneradas, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2010 e 2013 167

Figura III.26 Repartição do volume de vendas e prestações de serviços das sociedades entre mercado interno e mercado externo, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2013 169

Figura III.27 Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013 170

Figura III.28 Importância relativa das sociedades exportadoras em termos de nº, pessoal ao serviço, VAB e volume de negócios, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS II, 2013 171

Figura III.29 Proporção de pessoal ao serviço em sociedades exportadoras, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2010 e 2013 172

Figura III.30 Taxa de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005 – 2014Pe 174

Figura III.31 Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2012 – 2014Pe 176

Figura III.32 Contributo regional das exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe 177

Figura III.33 Proporção de exportações para os países da UE-28 e fora da UE-28, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe 178

Figura III.34 Coeficiente de especialização das exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe 180

Figura III.35 Alterações nas especializações dos produtos de exportação, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe 183

Figura III.36 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe 185

Figura III.37 Exportações (valor médio) de bens de alta tecnologia e proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2012-2014Pe 186

NOTA INTRODUTÓRIA



O Retrato Territorial de Portugal 2013 visa valorizar, numa perspetiva analítica, a informação estatística de base territorial disponibilizada pelo Sistema Estatístico Nacional, explorando temáticas com relevância territorial centradas em três domínios: *Qualificação territorial, Qualidade de vida e coesão e Crescimento e competitividade*. Esta publicação de periodicidade bienal privilegia as fontes estatísticas associadas aos Anuários Estatísticos Regionais, recorrendo a séries longas de dados estatísticos, de forma a captar trajetórias estruturais que diferenciam os territórios. O INE pretende desta forma contribuir para um conhecimento mais alargado das potencialidades da informação estatística de base territorial do Sistema Estatístico Nacional.

No domínio *Qualificação territorial*, são analisadas características físicas que estruturam a organização do território – as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infraestruturas e o património natural – numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens ancoradas em elementos fundamentais dos processos de reprodução económica e social que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

Nesta edição do Retrato Territorial de Portugal, o domínio *Qualificação territorial* apresenta *As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do Sistema Estatístico Nacional*, que constituem suporte para a organização da informação estatística orientada para a análise de problemáticas de base territorial e para a monitorização dos impactos territoriais das políticas públicas. Neste contexto, apresenta-se o arquétipo hierárquico mais comum para a estruturação da informação estatística oficial – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) e Código da Divisão Administrativa – e a sua articulação com as microunidades censitárias (secções e subsecções estatísticas), salientando-se a necessidade crescente de utilização de unidades territoriais *ad-hoc*, orientadas para problemáticas específicas e que permitem robustecer o processo de transformação da informação estatística em conhecimento. Sob este quadro analítico, é atribuída especial relevância à Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos e ao quadro de alterações recentes no nível 3 das NUTS portuguesas – salientando a respetiva correspondência com as Entidades Intermunicipais – e ao Código da Divisão Administrativa, considerando os efeitos da reforma da organização do território das freguesias. Por outro lado, a crescente importância de outras unidades espaciais para a sustentação de problemáticas

territoriais é ilustrada recorrendo a diferentes tipologias de intensidade de urbanização e de identificação e delimitação de cidades, utilizadas pelo Sistema Estatístico Europeu e/ou Nacional.

No domínio *Qualidade de vida e coesão* são traçados *Os trajetos educacionais nas regiões portuguesas*, através da caracterização dos perfis educacionais, da identificação das disparidades do nível educacional e da relação entre habilitações e participação no mercado de trabalho. Sob um quadro de reconhecimento da melhoria dos níveis de educação nas gerações mais jovens e da dificuldade no acesso ao emprego dos jovens na atual conjuntura, atribui-se especial relevância à caracterização dos jovens não empregados que não se encontram a frequentar atividades de educação e formação. A análise privilegia a informação do Inquérito ao Emprego e os indicadores para a caracterização destes domínios fixados para a monitorização da Estratégia 2020 ou identificados no Quadro Estratégico Europeu para a Educação e Formação (EF 2020), posicionando, sempre que possível, as regiões portuguesas face à média da União Europeia e face às metas estabelecidas a nível nacional ou europeu. Adicionalmente foram também considerados dados do Recenseamento da População e Habitação, dados provenientes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência e dos Quadros de Pessoal do Ministério da Economia que permitem, pela sua natureza, uma leitura a uma escala mais fina do território.

O domínio *Crescimento e competitividade* discute *A competitividade e a internacionalização das regiões portuguesas*, através da identificação do perfil produtivo das regiões e os recursos para a competitividade, da caracterização do tecido empresarial e a sua orientação para o mercado externo e da análise do quadro de transformações recentes do perfil de exportações de bens. Sob o contexto de crise económica e financeira que tem caracterizado a economia internacional nos últimos anos, a análise valoriza a trajetória das economias regionais no quadro europeu e o sentido das alterações verificadas na estrutura produtiva, com base na informação das Contas Económicas Regionais, salientando a distribuição territorial de alguns dos recursos chave para a melhoria da competitividade. A análise do tecido empresarial e respetiva capacidade de produção de bens e serviços, a partir da informação do Sistema de Contas Integradas das Empresas, permitirá também identificar as estratégias de orientação para o mercado externo num quadro de diminuição da procura interna. A orientação para o mercado externo é aprofundada através da informação do Comércio Internacional de Bens, salientando-se o quadro de evolução das exportações para países exteriores à União Europeia e dos perfis de especialização dos produtos exportados pelas regiões portuguesas.

A análise de cada domínio do Retrato Territorial de Portugal desenvolve-se com uma estrutura comum. Inicia-se com um ponto de enquadramento onde se apresenta a importância da temática em análise e se define a perspetiva de abordagem sobre a informação estatística associada aos tópicos de discussão. Nos tópicos de análise de cada domínio são identificados os indicadores utilizados e apresentados os principais resultados, recorrendo a imagens gráficas e cartográficas. Cada domínio termina com as considerações finais que retomam as principais conclusões que decorreram da análise desenvolvida.

PARTE I



AS NOMENCLATURAS TERRITORIAIS RELEVANTES NO CONTEXTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

Enquadramento

O contexto económico e social das últimas décadas, particularmente marcado pelos processos de globalização, por uma maior relevância de preocupações ambientais e com os níveis de bem-estar das sociedades, conduziu a um alargamento do reconhecimento da importância da dimensão territorial na análise dos processos de reprodução económica e social. A crescente consolidação da ponderação da dimensão territorial nas análises de foro académico e de decisão política reforçou a procura de estatísticas de base territorial pela administração pública e pela sociedade em geral, com o objetivo de implementar e acompanhar as políticas públicas, e avaliar o impacto dos ativos territoriais nas estratégias das empresas e nas decisões das famílias (Cordeiro *et al.*, 2012).

Ao nível da União Europeia (UE), a introdução do objetivo de coesão territorial no Tratado de Lisboa (2007), a par da coesão económica e social, permitiu aprofundar o debate sobre as escalas de ação das políticas de desenvolvimento para além das regiões NUTS II; sobre as especificidades territoriais para a delimitação de territórios alvo de intervenção, relegando para segundo plano as delimitações de base administrativa (e.g. Pereira e Carranca, 2009); sobre as relações urbano-rural e a aplicação do conceito de região urbana funcional (Ferrão, 2012); sobre a territorialização das políticas públicas centradas em "lugares" específicos segundo uma abordagem multissectorial; e sobre a necessidade de dotar os Estados-Membros (EM) com sistemas para a monitorização dos impactos territoriais das políticas públicas, independentemente, de se tratar de políticas sectoriais ou de base territorial (Figueiredo, 2008).

Os trabalhos de preparação do ciclo de programação 2014-2020 da política de coesão europeia salientaram, justamente, a necessidade de incrementar a abordagem de base territorial na implementação das políticas e na sua monitorização (*place-based approach*: Comissão Europeia, 2008; Barca, 2009; Samecki, 2009) e de reforçar a perspetiva territorial da Estratégia 2020 (Böhme *et al.*, 2011; ESPON, 2013). Neste sentido, a política de coesão 2014-2020 disponibilizou um conjunto de instrumentos para a implementação de políticas territoriais integradas (Investimentos Territoriais Integrados, Desenvolvimento local de base comunitária e Ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável) orientadas para espaços sub-regionais e locais (e.g. NUTS III, áreas metropolitanas, cidades, bairros, áreas rurais).

O Portugal 2020 atribuiu especial importância à abordagem integrada para o desenvolvimento territorial na aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) fazendo uso dos vários instrumentos regulamentados pela Comissão Europeia, sob abordagens orientadas,

nomeadamente, para cidades de nível superior, áreas metropolitanas e NUTS III, áreas rurais e áreas costeiras. Ao mesmo tempo, a utilização destes instrumentos em Portugal no ciclo de programação 2014-2020 encontra-se condicionada à existência de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT), delineadas pelas Entidades Intermunicipais (Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais), que deverão assegurar a coerência com as intervenções de cariz sub-regional ou local, bem como com as estratégias definidas a nível das respetivas NUTS II[1].

Neste âmbito, verifica-se que, quer do ponto de vista da análise empírica, quer do ponto de vista do acompanhamento das políticas públicas, a organização territorial de suporte à difusão de estatísticas deverá compreender as delimitações administrativas tradicionais mas também unidades territoriais *ad-hoc*, orientadas para a análise de problemáticas de base territorial. A Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) conjuga critérios de base administrativa com critérios de dimensão populacional justamente com o objetivo de permitir uma leitura consistente das regiões e sub-regiões dos Estados-Membros da União Europeia. De facto, os Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) e o Sistema Estatístico Europeu (SEE) têm vindo a dotar o aparelho estatístico de classificações para a segmentação das estatísticas oficiais, por exemplo, em territórios de cariz urbano e rural (em função da intensidade de urbanização), em diferentes tipos de aglomerados populacionais (destacando-se as cidades), em áreas costeiras e áreas interiores, consoante a relevância analítica que determinado ativo territorial assume num Estado-Membro específico ou no território europeu[2].

Sob este enquadramento, a análise apresentada considerará, num primeiro ponto, uma introdução à estruturação do território para fins estatísticos, fazendo referência às principais unidades territoriais de base à difusão do Sistema Estatístico Nacional e respetiva articulação. Este ponto discute também o efeito que a alteração da escala e da delimitação das unidades territoriais podem introduzir em termos de variação de resultados.

O segundo ponto, focar-se-á na apresentação da organização administrativa do território nacional e das regiões NUTS portuguesas, dando especial relevância às alterações ocorridas nas NUTS de nível 3 (versão 2013) — através da adoção das Entidades Intermunicipais (EIM) como nível administrativo de referência para as NUTS III do Continente — e às alterações ocorridas nos limites das freguesias que resultaram da implementação da reorganização administrativa do território em 2013.

[1] Veja-se em particular o capítulo 3 "Abordagem Integrada para o Desenvolvimento Territorial na Aplicação dos FEEI" no **Acordo de Parceria 2014-2020 - Portugal 2020**.

[2] Refira-se a este respeito que a DGREGIO em articulação com o Eurostat tem vindo a propor um conjunto de classificações para a análise das dinâmicas territoriais como são os casos das "áreas costeiras", "regiões marítimas", "regiões urbanas e rurais" e "regiões metropolitanas". O facto do Eurostat ainda não dispor destas classificações de acordo com a nova delimitação de freguesias portuguesas — áreas costeiras — e as restantes tipologias de acordo com as NUTS 2013, impediu a apresentação destas classificações na presente análise.

No terceiro e último ponto, a análise centrar-se-á na sistematização de nomenclaturas territoriais de referência para o Sistema Estatístico Nacional e o Sistema Estatístico Europeu para segmentação do território em função da intensidade de urbanização e para a leitura da dinâmica socioeconómica das cidades, dando especial enfoque aos critérios de base à operacionalização destas classificações.

Em suma, a análise realizada apresentará uma sistematização das **principais nomenclaturas territoriais** que tomam como referencial as **unidades administrativas e estatísticas** no quadro de produção de informação oficial no contexto do **Sistema Estatístico Nacional** e do **Sistema Estatístico Europeu**.

Por motivos de comparabilidade e tendo em conta as diferentes escalas territoriais contempladas, que incluem um elevado detalhe de desagregação, os dados resultantes do Recenseamento da População e Habitação constituíram o principal referencial de informação.

I.1. A estruturação do território nacional para fins estatísticos pelo SEN

No contexto nacional e internacional, a crescente procura de informação estatística de base territorial tem motivado, por um lado, a disponibilização de informação estatística com maior desagregação territorial do que a habitual para determinado domínio estatístico, através de unidades territoriais de menor dimensão — e.g. regiões NUTS III, municípios, freguesias ou quadrícula[3] 1x1 km — e, por outro, a disponibilização de informação de acordo com unidades territoriais com significado analítico específico — e.g. regiões metropolitanas, tipologias urbano-rural ou mercados locais de trabalho.

Não obstante, a estruturação da informação estatística mais comum para fins de difusão privilegia nomenclaturas que articulam a escala regional com a escala local com base em unidades de carácter administrativo que, por sua vez, são decompostas em unidades de menor dimensão associadas às operações do Recenseamento da População e Habitação. Estas microunidades territoriais têm quase sempre uma orientação operacional — traduzem formas espaciais pertinentes de organização do processo de recolha nas operações censitárias — mas podem também ser criadas *à posteriori*, com base em critérios de dimensão e homogeneidade social e operacionalizados a partir da informação recolhida (e.g. *output areas* no Reino Unido, Vickers e Rees, 2007).

É geralmente com base nestas unidades territoriais de diferentes escalas que são construídas outras unidades territoriais com significado analítico específico. Este processo é desenvolvido, mediante critérios, através da agregação de unidades de um nível específico para a construção de novas unidades — como é o caso das cidades estatísticas através da agregação de subsecções — ou, através da aplicação de critérios em determinado nível territorial para a classificação de unidades territoriais de nível superior — como é o caso da classificação de freguesias em função da intensidade de urbanização: as secções e subsecções na Tipologia de áreas urbanas do INE (TIPAU 2014) ou a quadrícula 1x1 km, no caso da nova metodologia do Grau de urbanização do Eurostat (DGURBA).

Neste sentido, o presente ponto de análise, para além de apresentar as principais unidades territoriais de base à difusão, discute também o efeito que a alteração da escala e da delimitação das unidades territoriais podem introduzir em termos de variação de resultados.

[3] A quadrícula (*grid*), corresponde a uma malha quadrangular harmonizada com dimensão e georreferenciação das células normalizada (1 km²), seguindo as orientações da Diretiva comunitária 2007/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de março que estabelece uma infra-estrutura comum de informação geográfica na Comunidade Europeia (**http://inspire.ec.europa.eu/theme/gg**). O território nacional é abrangido por 94 265 quadrículas de 1 km².

As principais unidades territoriais de base à difusão

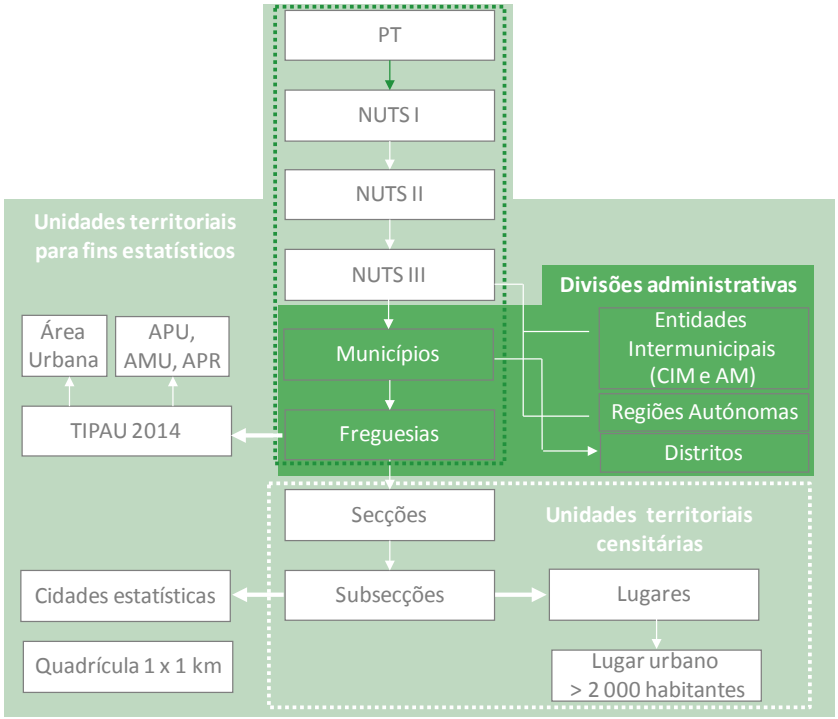
A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) tem como objetivo proporcionar uma repartição única, uniforme e hierárquica das unidades territoriais para a produção e difusão de estatísticas. No topo da hierarquia da NUTS, surge o território nacional dos Estados-Membros (EM) da União Europeia (UE), sendo a estrutura de codificação desagregada em três níveis: NUTS I, NUTS II e NUTS III. A NUTS constitui referência no sistema de recolha, desenvolvimento e harmonização das estatísticas regionais ao nível comunitário e na análise socioeconómica das regiões.

O facto de o nível NUTS III (último nível da classificação NUTS) corresponder, no caso português, a um agrupamento de municípios permite a integração da NUTS com a classificação Código da Divisão Administrativa, a partir do nível 2. De facto, o Código da Divisão Administrativa apresenta uma estrutura de três níveis: o primeiro nível é correspondente ao distrito, no caso do Continente, e à ilha, no caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira e o segundo e terceiro níveis correspondem ao município e freguesia, respetivamente. Presentemente, e decorrente do último processo de revisão da NUTS (NUTS 2013), as regiões NUTS III passaram a constituir unidades administrativas à luz do Regulamento Comunitário, com limites territoriais coincidentes com as Entidades Intermunicipais[4] — Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM) — no Continente e Regiões Autónomas nos territórios insulares (veja-se a este respeito o ponto I.2 desta análise).

As regiões NUTS, em articulação com os níveis referentes ao município e à freguesia do código da divisão administrativa constituem o principal sistema de organização do território para a difusão de informação estatística oficial [Figura I.1].

[4] Na sequência da aprovação da **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**, que estabeleceu o regime jurídico das autarquias locais e aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, a atual versão das NUTS (NUTS 2013) corresponde aos limites estabelecidos pelo **Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014**.

Principais unidades territoriais de base à difusão de informação estatística do SEN Figura I.1



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação. Elaboração própria.

As unidades de carácter administrativo subdividem-se em unidades territoriais de menor dimensão associadas à geografia de base à preparação dos Recenseamentos da População e Habitação (Censos) que ocorrem decenalmente. A geografia associada às operações censitárias consiste num sistema de referenciação geográfica (BGRI – Base Geográfica de Referenciação de Informação) que, contendo a delimitação administrativa, divide as freguesias em pequenas áreas estatísticas — secção e subsecção estatísticas.

A secção estatística corresponde a uma área contínua da freguesia, com cerca de 300 alojamentos, destinados à habitação[5]. A subsecção estatística identifica a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística e corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais ou a áreas residuais. Da geografia censitária resulta também a delimitação de lugar, que corresponde a um aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos com designação própria e que pode pertencer a uma ou mais freguesias. Para efeitos censitários, o lugar urbano corresponde a um lugar com população igual ou superior a 2 mil habitantes.

[5] No processo de recolha do modelo censitário, a secção estatística constitui a área de trabalho do recenseador.

É com base nas unidades territoriais censitárias mais finas que são construídas novas unidades, como é o caso das cidades estatísticas, através da agregação de subsecções, e da classificação de freguesias em função da intensidade de urbanização (TIPAU 2014), considerando a aplicação de critérios ao nível da subsecção e secção estatísticas. A Tipologia de áreas urbanas consiste numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas predominantemente urbanas (APU), Áreas mediamente urbanas (AMU) e Áreas predominantemente rurais (APR). A TIPAU 2014 permite também identificar e delimitar áreas urbanas com designação própria, enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.

A quadrícula 1x1 km constitui um novo instrumento de base geográfica para a difusão da informação estatística, e foi desenvolvida de modo harmonizado ao nível europeu para possibilitar análises comparativas de dados estatísticos entre territórios sem as distorções que decorrem das diferenças de dimensão que ocorrem para determinado nível territorial (e.g. entre freguesias).

A relevância estatística da delimitação de unidades territoriais

Considere-se a categorização dos territórios em função da intensidade de urbanização: a OCDE tem vindo a assinalar que as diferenças do desempenho socioeconómico dentro de cada Estado-Membro tende a ser superior do que entre países, salientando a importância da concentração populacional, enquanto fator de geração de economias de aglomeração e de escala, para a compreensão das assimetrias territoriais de desenvolvimento (OCDE, 2013a; Brezzi *et al*., 2011). Nesta linha, a OCDE classifica as unidades territoriais de nível 3 (NUTS III na União Europeia) de acordo com a intensidade de urbanização, o Eurostat classifica as *Local Administrative Areas* de nível 2 (LAU 2 — freguesias, no caso português) e o INE classifica também as freguesias. Quer por via da escala diferenciada das unidades territoriais, quer por via da metodologia de base à sua operacionalização, a leitura da população residente em Portugal por regiões/áreas urbanas de acordo com estas três tipologias é muito distinta: respetivamente, 57%, 44%, 72%.

Isolando o efeito escala, o contraste entre as tipologias que operam ao nível da freguesia — Eurostat e INE — é bastante significativo: a metodologia do Eurostat tem como objetivo a classificação do território europeu que comporta sistemas de povoamento e intensidades de urbanização muito diversas, enquanto a metodologia do INE foi operacionalizada tendo em consideração a especificidade dos sistemas de povoamento e organização do território nacional. A metodologia e a escala da unidade territorial alvo de classificação são, assim, aspetos fundamentais a considerar quando se utilizam tipologias territoriais.

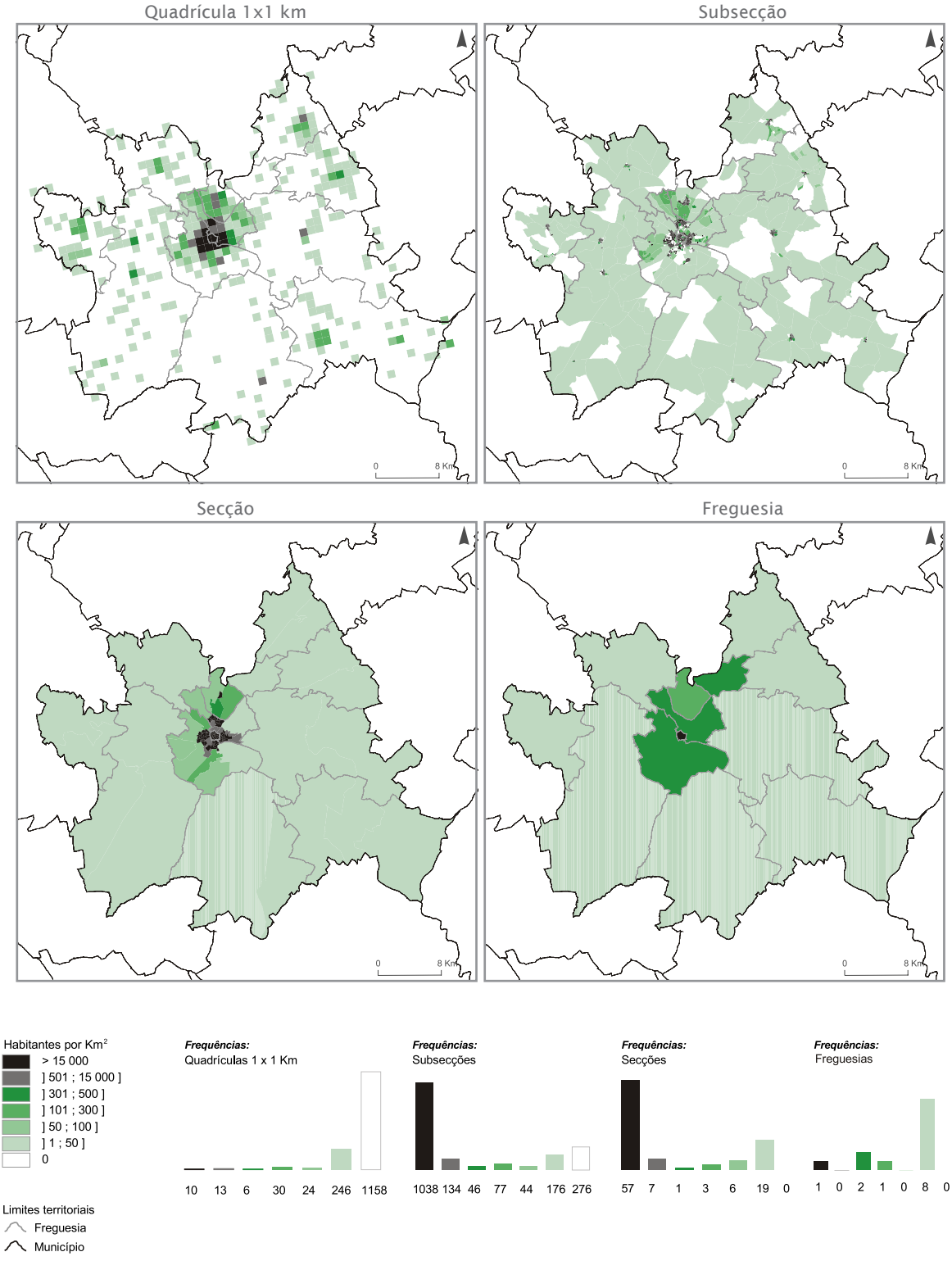
Na utilização de unidades territoriais para a tabulação e representação da informação estatística deve ser tido em consideração que estas unidades constituem referencial para a agregação de dados e que os esquemas de agregação utilizados condicionam os resultados. Os dados são agregados a partir das unidades de análise para áreas, como os municípios, as freguesias, ou

as subsecções estatísticas, sem que haja necessariamente uma relação entre os limites das unidades territoriais com o padrão de distribuição dos dados de base. No processo de agregação de dados os resultados são condicionados por um efeito de escala — a dimensão das unidades territoriais — e por um efeito de delimitação — a forma das unidades territoriais a uma mesma escala (Openshaw, 1984).

A representação da densidade populacional no município de Évora pretende ilustrar os padrões distintos de organização do povoamento que se obtêm através da utilização de diferentes unidades territoriais [Figura I.2].

A subsecção estatística permite captar de forma mais ajustada os elevados níveis de concentração populacional na cidade de Évora, as novas áreas de expansão em torno da cidade, e o sistema de aglomerados populacionais mais periféricos do município, incluindo a sua morfologia; sendo menos eficaz na captação do vasto território do município sem população residente. A quadrícula 1x1 km permite identificar de forma mais precisa as áreas despovoadas do município mas a identificação da cidade, e sobretudo dos outros aglomerados do município, é mais difusa. A escala de análise da secção e da freguesia transmitem uma organização do tipo centro-periferia, centrada na cidade de Évora, não captando o sistema de lugares de menor dimensão.

Densidade populacional no município de Évora segundo diferentes unidades territoriais, 2011 | Figura I.2



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Estas diferentes leituras advêm justamente da base de operacionalização e escala distintas de cada uma das unidades territoriais consideradas neste exemplo. O conceito de subsecção incorpora na sua definição o conceito de lugar traduzindo, por isso, um melhor ajustamento à distribuição da variável densidade populacional no município de Évora, apesar da elevada variabilidade em termos de área para a totalidade do país (à luz do coeficiente de variação) [Figura I.3].

A quadrícula garante uma homogeneidade da repartição do território nacional [Figura I.4], assegurando áreas da mesma dimensão o que, associado à escala desta unidade (1x1 km) permite captar, em certa medida, a organização do povoamento (tal como se viu no caso do município de Évora), ainda que com limitações em termos de morfologia. Enquanto a quadrícula garante a homogeneidade de dimensão das unidades territoriais através da variável superfície, a secção procura garantir esta homogeneidade através da variável alojamentos, traduzindo, por isso, uma menor variabilidade da distribuição da população residente face às restantes unidades territoriais consideradas [Figura I.4]. A freguesia, cujos limites estão associados às suas funções de governo (base administrativa), apresenta o segundo maior nível de variabilidade no caso da população, e o segundo menor nível de variabilidade da superfície, entre as quatro unidades territoriais consideradas (à luz do coeficiente de variação) [Figura I.3].

Caracterização de diferentes unidades territoriais, Portugal, 2011 | Figura I.3

Total	População residente (N.º)				Área (km²)				Densidade populacional (Hab./km²)			
	10 562 178				92 212				114,5			
	Freguesia	Secção	Subsecção	Quadrícula 1 x 1 km	Freguesia	Secção	Subsecção	Quadrícula 1 x 1 km	Freguesia	Secção	Subsecção	Quadrícula 1 x 1 km
Média	3 416,0	584,4	39,6	112,0	29,8	5,1	0,3	1,0	369,2	4 782,2	2 991,9	112,0
Mediana	1 179,0	588,0	20,0	0,0	16,5	0,7	0,03	1,0	72,8	917,7	645,3	0,0
Desvio-padrão	7 079,7	237,7	65,0	592,9	45,7	12,5	2,0	0,0	1 180,0	8 201,2	6 243,0	592,9
Coeficiente Variação (%)	**207,3**	**40,7**	**164,1**	**529,2**	**153,4**	**244,7**	**578,1**	**0,0**	**319,6**	**171,5**	**208,7**	**529,2**

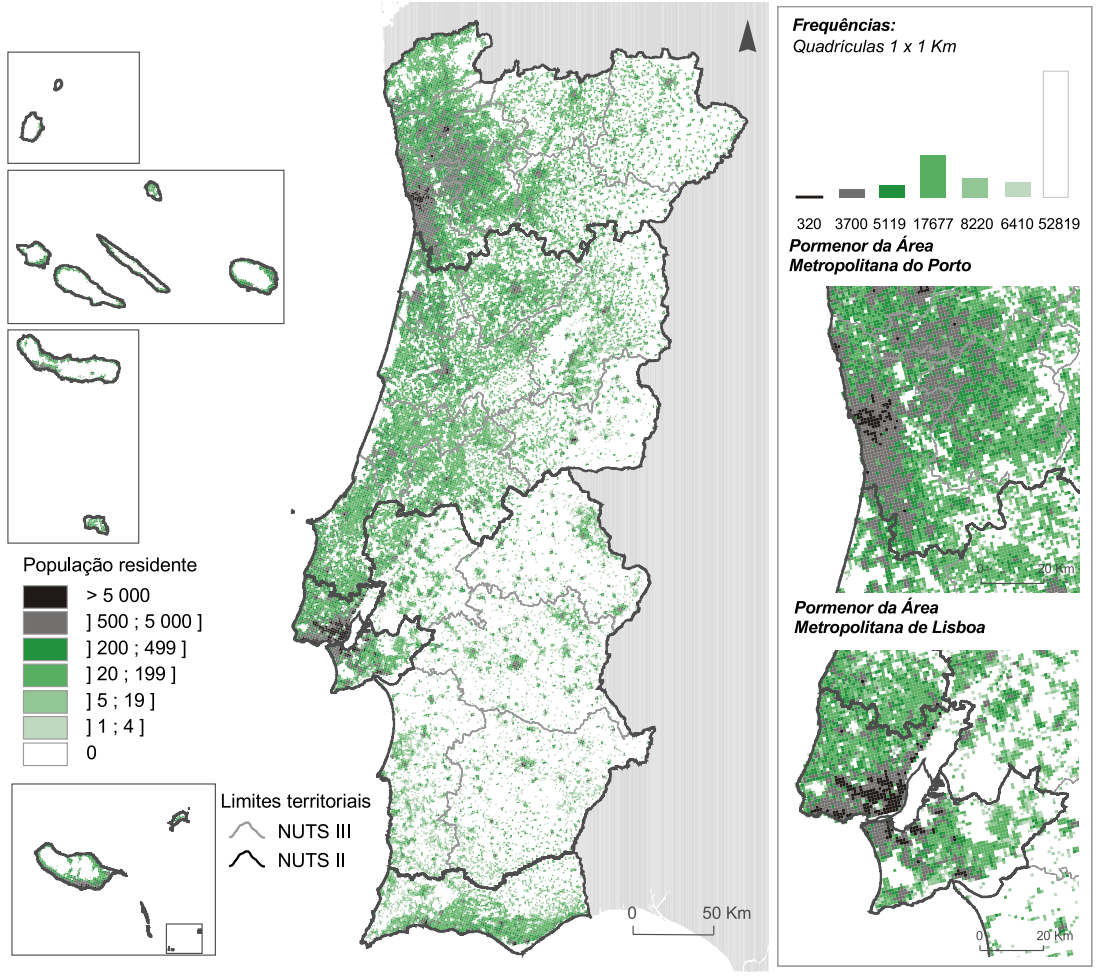
Fonte: INE, I.P., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 e Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI), 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Direção-Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013. Cálculos próprios.

A quadrícula 1x1 km, desprovida de significado socioeconómico ou administrativo, apresenta a vantagem de assegurar a repartição do território em unidades da mesma dimensão, obviando desta forma a comparabilidade de dados ao nível europeu. Dada a sua reduzida dimensão (1 km^2) permite assegurar o cruzamento de dados com padrões territoriais diferenciados, assegurando relativa aderência, nomeadamente, para âmbitos de análise alargados [Figura I.4].

Note-se contudo que a utilização mais alargada desta unidade territorial implica a existência de uma Infraestrutura de Dados Espaciais de apoio à produção estatística, nomeadamente a georreferenciação das unidades estatísticas (e.g., empresas e famílias) que facilite a agregação dos dados para estas unidades de análise. O Eurostat tem justamente vindo a promover o desenvolvimento de metodologias para estes métodos de agregação e a discussão sobre as limitações (e.g., confidencialidade) e potencialidades associadas à utilização da quadrícula 1x1 km (INE, 2014a; UN-GGIM: Europe, 2015)

Apesar da problemática associada à utilização de esquemas analíticos pertinentes para a agregação de dados, não deve ser descurada a dimensão administrativa associada às unidades territoriais (e.g., freguesias, municípios ou Entidades Intermunicipais) pela ação de governo que lhes está subjacente e, para a avaliação espacialmente integrada de perfis e transformações socioeconómicas (Ferrão, 2003).

População residente por quadrícula 1 x 1 km, 2011 | Figura I.4



Fonte: INE, I.P., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.



I.2. A Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) e o Código da Divisão Administrativa

Área média: Área do conjunto das unidades territoriais / Número de unidades territoriais

Densidade populacional (habitantes por km²): População residente / Superfície

População média: População residente no conjunto de unidades territoriais / Número de unidades territoriais

Proporção de população residente por distritos e ilhas: População residente em cada distrito e ilha / População residente x 100

As regiões NUTS, em articulação com o município e a freguesia do Código da Divisão Administrativa constituem o principal sistema de organização do território para a difusão de estatísticas. A partir de 1986, na sequência da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), o Sistema Estatístico Nacional (SEN) passou a adotar o referencial da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) e o aparelho estatístico foi diminuindo, progressivamente, a organização da informação com base nos distritos, dada a impossibilidade de articulação do primeiro nível do Código da Divisão Administrativa com as NUTS.

A assimilação das regiões NUTS como espaços dotados de significado analítico beneficiou da orientação dada na legislação nacional para que todas as estatísticas produzidas pelos organismos da administração pública adotassem o referencial NUTS (Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/86) mas sobretudo do facto do nível 2 das NUTS constituir também base para a afetação de fundos no âmbito da política de coesão da União Europeia. Paralelamente, as NUTS nível 2 passaram a constituir referencial para a administração desconcentrada do Estado (versão NUTS 1989) ainda que neste âmbito vigorem uma multiplicidade de arranjos territoriais, destacando-se, a par das NUTS nível 2 (1989), os distritos (Moreira e Guedes, 2005). Note-se contudo, que a delimitação territorial das NUTS II portuguesas formalizada no Regulamento (CE) 1059/2003 e que se mantém na versão em vigor (NUTS 2013), é distinta do referencial adotado para a administração desconcentrada do Estado, pela alteração de Lisboa e Vale do Tejo para Lisboa e, consequentemente, nos limites das regiões Centro e Alentejo.

A assimilação do nível 3 das NUTS portuguesas enquanto referencial dotado de significado analítico sub-regional terá, porventura, sido mais lenta dado o enraizamento da organização distrital no Continente e dado que a política regional europeia apenas assumia explicitamente este referencial pontualmente. Neste contexto, importa referir que a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e das áreas metropolitanas e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013 (Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril) tomou como referência base a organização territorial das NUTS III[6], promovendo a inter-relação entre a divisão estatística e a escala de ação da política pública. É, contudo, com o processo de reconfiguração das NUTS III (NUTS 2013) articulado com a Reforma da Administração Local e, em particular, com a criação das entidades intermunicipais (que abrangem as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas) definidas na Lei n.º 75/2013, que se consolida um quadro consistente de relação entre a divisão estatística e a escala de ação da política pública de nível sub-regional. Ao mesmo tempo, o ciclo de programação da política regional 2014-2020 nacional veio reforçar a importância das NUTS III enquanto referencial para a territorialização das políticas públicas (Portugal 2020).

Esta evolução das regiões NUTS enquanto referencial analítico acompanha o quadro já consolidado, nomeadamente, dos municípios e freguesias no âmbito do Código da Divisão Administrativa. Neste contexto, e tendo em consideração a tendência para o aumento da informação espacializada, o Eurostat definiu dois níveis de unidades administrativas locais (Local Administrative Units), correspondendo no caso de Portugal as LAU 1 ao nível 'município' e as LAU 2 ao nível 'freguesia'.

Deste modo, os pontos seguintes de análise atribuem especial relevância às alterações ocorridas nas NUTS III portuguesas e à adoção da reorganização administrativa do território das freguesias pelo Código da Divisão Administrativa.

As regiões NUTS e as alterações às NUTS III portuguesas

A Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) considera as subdivisões do território económico dos Estados-Membros (EM) — que compreende também o respetivo território extrarregional[7] — e serve de suporte à organização e difusão de informação estatística regional harmonizada a nível europeu. A NUTS constitui ainda referência para a determinação da elegibilidade das regiões europeias à Política de Coesão da UE (INE, 2015a).

[6] As unidades territoriais definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 apresentavam diferenças face às NUTS III em vigor à data, tendo este diploma sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2009 e pela Lei n.º 20/2010.

[7] O território extrarregional é constituído pelas partes do território económico que não possam ser associadas a uma dada região: o espaço aéreo, as águas territoriais e a plataforma continental, os enclaves territoriais (embaixadas, consulados e bases militares) e as jazidas de recursos situadas em águas internacionais e exploradas por unidades residentes no território.

A nomenclatura NUTS é hierárquica sendo a estrutura da NUTS de cada Estado-Membro desagregada em três níveis: NUTS nível 1 (NUTS I), NUTS nível 2 (NUTS II) e NUTS nível 3 (NUTS III). O segundo e terceiro níveis são respetivamente subdivisões do primeiro e segundo níveis.

As unidades administrativas com dimensão populacional adequada, existentes nos Estados-Membros, constituem o primeiro critério para a delimitação dos três níveis da NUTS. A delimitação de cada nível da NUTS de um Estado-Membro obedece a limiares de dimensão demográfica e as alterações à classificação NUTS têm que assegurar a observância dos limiares populacionais de referência para o nível em questão: mínimo de 3 milhões e máximo de 7 milhões para a NUTS I; mínimo de 800 mil e máximo de 3 milhões para a NUTS II; mínimo de 150 mil e máximo de 800 mil para a NUTS III[8].

As NUTS no contexto europeu e as novas NUTS portuguesas | Caixa I.1

A organização territorial de acordo com a NUTS foi alvo de sucessivas alterações através de legislação nacional. Com a publicação do **Regulamento (CE) n.º 1059/2003** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas, as alterações às unidades territoriais portuguesas para fins estatísticos passaram a processar-se sob enquadramento legal europeu. As alterações processam-se mediante modificações aos três anexos que o Regulamento inclui:

Anexo I - Classificação NUTS que traduz a estrutura hierárquica da nomenclatura - NUTS nível 1 (NUTS I), NUTS nível 2 (NUTS II) e NUTS nível 3 (NUTS III) - em cada Estado-Membro identificando o nome de cada unidade territorial e o respetivo código:

NUTS I (1 caracter alfanumérico)

NUTS II (2 caracteres alfanuméricos)

NUTS III (3 caracteres alfanuméricos)

Anexo II — Identificação das "unidades administrativas" associadas a cada nível da NUTS para cada Estado-Membro, quando aplicável;

Anexo III — Identificação das "unidades administrativas mais pequenas" em cada Estado-Membro e constitui referência para a composição das NUTS III.

[8] O Artigo º 3, ponto 5 do **Regulamento Comunitário n.º 1059/2003** que constitui o enquadramento jurídico das NUTS, prevê que "determinadas unidades não administrativas poderão contudo divergir dos limiares mencionados por razões especiais de ordem geográfica, socioeconómica, histórica, cultural ou ambiental, nomeadamente no caso das ilhas e das regiões ultraperiféricas".

Desde a publicação do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 já ocorreram três revisões regulares aos anexos do regulamento, duas delas para incluir as regiões pertencentes aos países do alargamento da União Europeia (UE-25 e UE-27) e uma revisão extraordinária por reorganização substancial da estrutura administrativa relevante de um Estado-Membro (Portugal). Na sequência da aprovação da **Lei n.º 75/2013**, de 12 de setembro, que estabeleceu o regime jurídico das autarquias locais e aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, o Estado Português solicitou à Comissão Europeia um processo de revisão extraordinária da NUTS, evocando uma reorganização substancial da estrutura administrativa portuguesa.

A nova organização das regiões portuguesas para fins estatísticos compreende alterações nas NUTS de nível 3 que passam a constituir «unidades administrativas» com limites territoriais coincidentes com as "Entidades Intermunicipais" no Continente - comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas - mantendo os limites na "Região Autónoma dos Açores" e na "Região Autónoma da Madeira" — **Regulamento (UE) n.º 868/2014** da Comissão, de 8 de agosto de 2014. Assim, para além do nível 1 das NUTS portuguesas, também o nível 3 passou a ser considerado como um nível administrativo no **Anexo II** do Regulamento.

Para efeitos de identificação das novas NUTS portuguesas, o Eurostat indicou a designação **NUTS 2013** à semelhança da adotada para a versão das NUTS dos Estados-Membros com alterações no âmbito do processo regular. A NUTS 2013 começou a ser aplicada pelos Sistemas Estatísticos Nacional e Europeu a **1 de janeiro de 2015**.

(INE, 2015a)

A estruturação do território português de acordo com as novas unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013) em aplicação no Sistema Estatístico Nacional desde o início de 2015, é composta por:

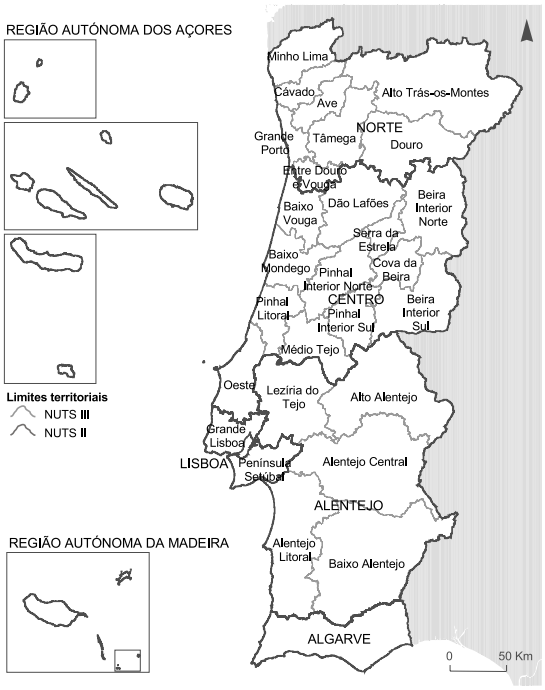
- três NUTS I: Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira;
- sete NUTS II: regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo e Algarve, no Continente, e as duas regiões autónomas;
- 25 NUTS III: 23 sub-regiões no Continente e as duas regiões autónomas.

Face à anterior versão estabelecida no regulamento de 2003 (NUTS 2003) [Figura I.5], a nova versão da NUTS (NUTS 2013) não teve implicações nos limites das NUTS I e II portuguesas, com exceção da designação da NUTS II 'Lisboa' para 'Área Metropolitana de Lisboa' para assegurar conformidade com a designação NUTS III [Figura I.6]. A nova versão da NUTS representou, contudo, uma diminuição de 30 para 25 NUTS III, com implicações apenas no território continental, reduzindo o número de NUTS III nas regiões NUTS II Centro e AML. Na região Centro, o número de NUTS III diminuiu de 12 para oito, e a AML passou de duas para uma unidade territorial, constituindo simultaneamente uma unidade de nível 2 e 3.

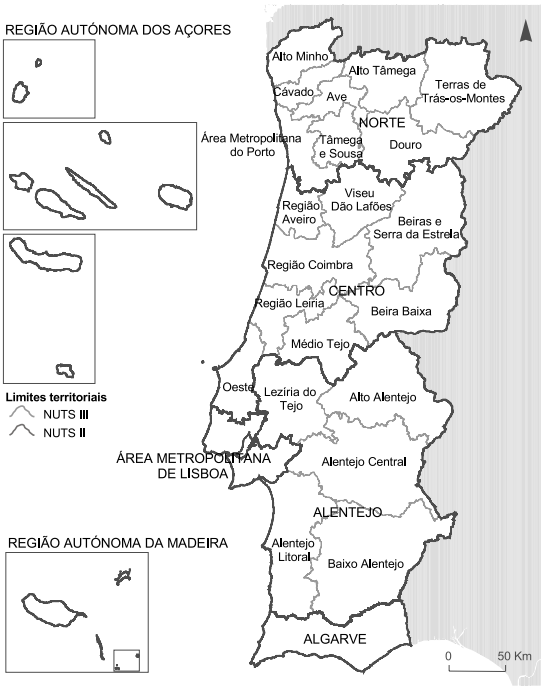
Comparando com a versão anterior (NUTS 2003), a nova geografia da NUTS 2013, implicou as seguintes alterações nos limites e na designação das NUTS III portuguesas:

- das 13 sub-regiões NUTS III que mantiveram a designação, oito não sofreram alterações de limite (Cávado, Oeste, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), e em cinco verificaram-se alterações nos limites territoriais (Ave, Douro, Médio Tejo, Alto Alentejo e Alentejo Central);
- das 12 sub-regiões NUTS III cuja designação foi alterada, apenas a sub-região do Alto Minho (designada de Minho Lima na anterior versão) manteve os limites territoriais; as restantes 11 sub-regiões NUTS III registaram simultaneamente alterações à designação e aos limites territoriais (Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Terras de Trás-os-Montes, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Área Metropolitana de Lisboa).

Divisão territorial por NUTS II e NUTS III, versão 2003 | Figura I.5



Divisão territorial por NUTS II e NUTS III, versão 2013 | Figura I.6



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) 2003 e 2013.

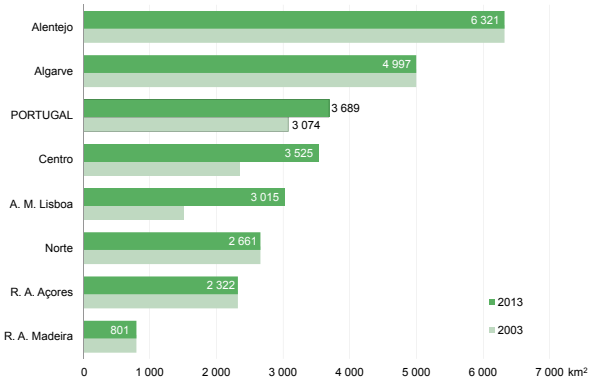
Paralelamente às alterações ocorridas nos limites territoriais e designações das NUTS III importa analisar o impacto destas alterações em termos de área e do efetivo populacional nesses territórios. No conjunto do território nacional, a dimensão média da superfície das NUTS III aumentou de 3 074 km² para 3 689 km² (cerca de +20%) [Figura I.7]. Em termos de população residente observa-se que, de acordo com a informação censitária de 2011, a dimensão média populacional das NUTS III aumentou de cerca de 352 mil habitantes para 422 mil habitantes[9] [Figura I.8]. Salienta-se também que, para o conjunto do país, o número médio de municípios das NUTS III aumentou de 10 para 12 municípios[10].

O Centro e a AML foram as únicas regiões NUTS II onde o número de sub-regiões diminuiu o que implicou um aumento na dimensão média da área e da população residente das respetivas NUTS III [Figura I.7 e Figura I.8]. Adicionalmente, na região Centro, o número médio de municípios das NUTS III aumentou de oito para 13 e na AML, que passou a constituir simultaneamente uma unidade NUTS II e NUTS III, aumentou de nove para 18 municípios.

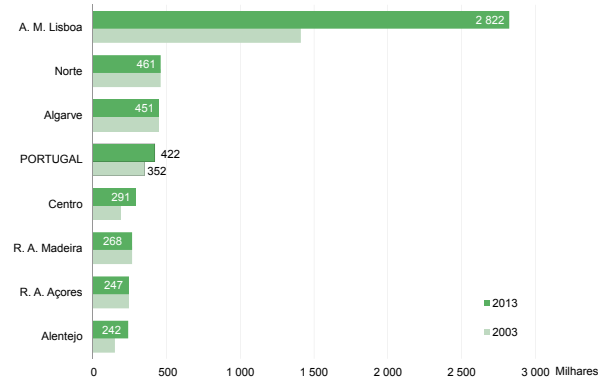
[9] O efetivo populacional médio das NUTS 2013 encontra-se em conformidade com os limiares populacionais estabelecidos pelo Regulamento (CE) n.º 1059/2013, situando-se entre os 150 mil e os 800 mil habitantes.

[10] Neste âmbito os critérios definidos para a constituição das Entidades Intermunicipais, consagrados na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecem que "não podem existir comunidades intermunicipais com um número de municípios inferior a cinco ou que tenham uma população que somada seja inferior a 85 000 habitantes" (n.º 5 do artigo 80º).

Área média das NUTS III, versões 2003 e 2013, Portugal e NUTS II | Figura I.7



População média das NUTS III, versões 2003 e 2013, Portugal e NUTS II, 2011 | Figura I.8



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) 2003 e 2013, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

A estrutura territorial de acordo com as NUTS 2013 é composta por três NUTS I — correspondentes a Portugal continental, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira — sete NUTS II — cinco regiões no Continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e as duas regiões autónomas — e, 25 NUTS III identificadas como unidades administrativas — 23 Entidades Intermunicipais no Continente e as duas regiões autónomas nos territórios insulares.

As alterações verificadas na dimensão média das NUTS III 2013 face às NUTS III 2003 evidenciam que, em Portugal a dimensão média da superfície destes territórios aumentou de 3 074 km² para 3 689 km² (cerca de +20%) e que a população média das NUTS III aumentou de cerca de 352 mil habitantes para aproximadamente 422 mil habitantes (cerca de +20%).

A divisão administrativa e as alterações às freguesias

Em Portugal, a divisão administrativa é a mais antiga nomenclatura territorial estabelecida por lei. A divisão administrativa portuguesa apresenta uma estrutura de três níveis: num primeiro nível, o distrito, no caso do Continente, e a ilha, no caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira; num segundo nível, o município[11] e, num terceiro nível, a freguesia.

As unidades administrativas de primeiro nível do território continental correspondem a 18 distritos - Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Nas regiões autónomas o primeiro nível administrativo corresponde às nove ilhas do arquipélago dos Açores e às ilhas da Madeira e de Porto Santo[12] [Figura I.9]. As divisões administrativas de segundo e terceiro níveis são compostas, respetivamente, por 308 municípios e por 3 092 freguesias[13].

[11] Em 2006, a designação do segundo nível do Código da Divisão Administrativa, foi alterada de "concelho" para "município", permitindo a sua harmonização com a terminologia da Constituição da República Portuguesa (**Deliberação n.º 219/2006 da Presidência do Conselho de Ministros, publicada em Diário da República, II Série, de 16 de fevereiro**).

[12] O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas principais, divididas em três grupos de acordo com o posicionamento geográfico: o grupo ocidental (Flores e Corvo), o grupo central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e o grupo oriental (Santa Maria e São Miguel); o arquipélago da Madeira é constituído pelas ilhas da Madeira e de Porto Santo e pelos ilhéus Desertas e Selvagens que, do ponto de vista administrativo, estão associadas ao município do Funchal.

[13] Portugal encontra-se inteiramente dividido em municípios e freguesias, com exceção da Ilha do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, cujo município homónimo assume também as funções que no restante território nacional estão atribuídas às freguesias. Assim, a freguesia do Corvo é considerada para efeitos estatísticos, embora, por condicionalismos que lhe são próprios, esta freguesia não exista legalmente (artigo 136º da **Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro**).

Código da Divisão Administrativa | Caixa I.2

O Decreto-Lei n.º 46 139/64, de 31 de dezembro, referia os **distritos**, os **concelhos** e as **freguesias** como delimitações administrativas de Portugal. Nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, as autarquias locais são pessoas coletivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos cujo objetivo é a promoção dos interesses próprios das populações respetivas (artigo 235º). Para o Continente, são contempladas três categorias de autarquias locais: a freguesia, o município (substituindo a designação de concelho) e a região administrativa (artigo 236º). Enquanto as regiões administrativas não estiverem concretamente instituídas, a Constituição prevê a manutenção da divisão distrital no espaço por elas não abrangido (artigo 291º). Nas regiões autónomas, às quais a CRP confere autonomia, as autarquias locais compreendem freguesias e municípios. É com a aprovação em 1976 dos Estatutos Político-Administrativos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira que passa a vigorar a ilha como 1º nível do código da divisão administrativa para aquelas regiões.

A codificação das circunscrições administrativas existentes no território nacional, sendo essencial para a utilização das unidades administrativas no contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN), consiste na atribuição de um código alfanumérico, mediante um conjunto de critérios de uniformização das codificações existentes estabelecido, em 1994, pelo Conselho Superior de Estatística (Deliberação n.º 86, de 15 de dezembro de 1994), às circunscrições administrativas criadas pela Assembleia da República. Assim, o Código da Divisão Administrativa apresenta uma estrutura de três níveis:

1º nível: distrito, no caso do Continente, e ilha, no caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, identificado através de um **código de dois caracteres (DT)**;

2º nível: município, identificado através de um **código de quatro caracteres (DTMN)**, dois dos quais do município (MN) dentro do distrito (DT). Corresponde à LAU de nível 1 do Sistema Estatístico Europeu;

3º nível: freguesia, identificada através de um **código de seis caracteres (DTMNFR)**, dois dos quais de freguesia (FR) dentro do município (MN) e respetivo distrito (DT). Corresponde à LAU de nível 2 do Sistema Estatístico Europeu.

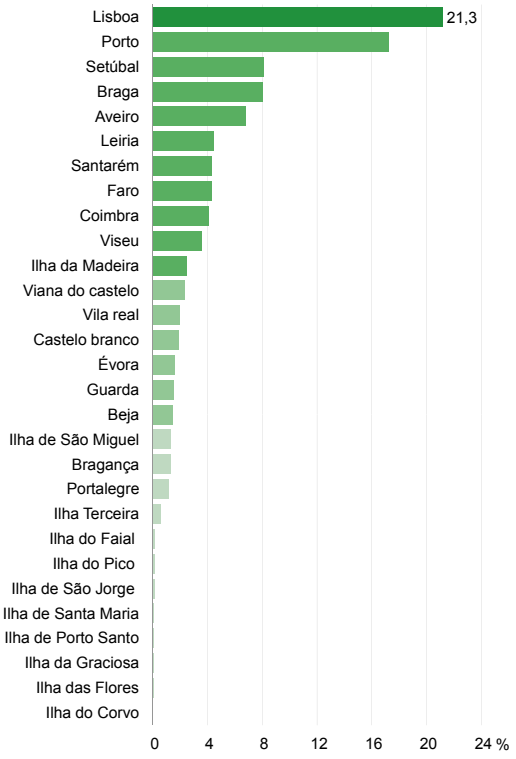
O Código de Divisão Administrativa é também utilizado na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT)[14] que regista a delimitação territorial e a demarcação das circunscrições administrativas do país (distritos, municípios e freguesias).

(**http://www.ine.pt**)

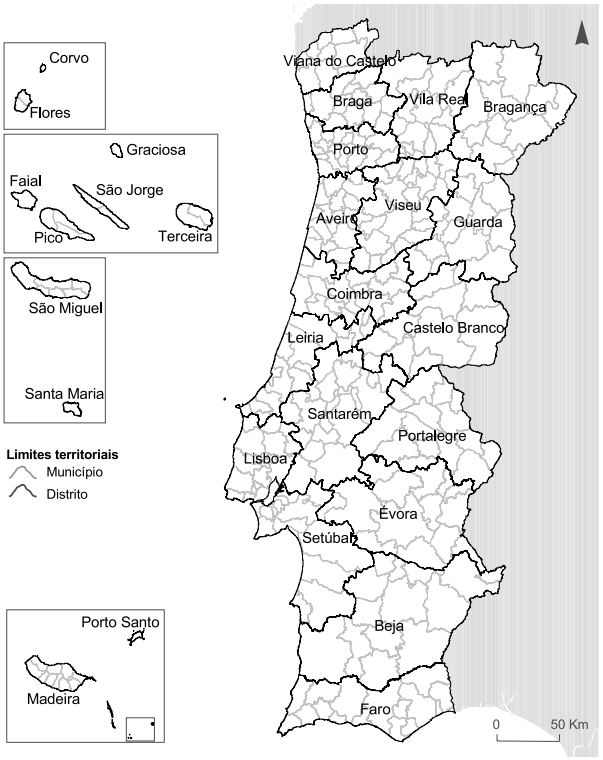
A observação da distribuição da população residente de acordo com os distritos e ilhas permite notar que, de acordo com a informação censitária de 2011, o maior distrito português em termos populacionais (Lisboa) é cerca de 19 vezes maior do que o distrito menos populoso de Portugal (Portalegre): o distrito de Lisboa representa cerca de 21,3% da população residente em Portugal, enquanto Portalegre representa apenas 1,1%. O maior distrito português, em termos de área era, contudo, Beja (representava mais de 11% da superfície nacional). Evidenciavam-se ainda como unidades administrativas distritais de expressão populacional considerável, os distritos do Porto (17,2%), Setúbal (8,1%), Braga (8,0%) e Aveiro (6,8%). As regiões autónomas portuguesas representavam apenas cerca de 3,4% da superfície do território nacional e tinham também menor expressão populacional - na maioria das ilhas, a respetiva proporção de população residente não atingia 1% do total da população de Portugal [Figura I.9].

[14] A Direção-Geral do Território (DGT) é responsável pela execução e manutenção da CAOP, de acordo com o Despacho conjunto n.º 542/99, de 31/05/1999, publicado no Diário da República n.º 156 de 07/07/1999. As competências da DGT, em matéria de delimitação administrativa estão circunscritas à determinação de limites para fins cadastrais e cartográficos, sendo a Assembleia da República o organismo com competência, reconhecida por lei, para fixar e alterar limites administrativos.

Proporção de população residente por distritos e ilhas, 2011 | Figura I.9



Divisão administrativa por distritos, ilhas e municípios | Figura I.10



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Código da Divisão Administrativa, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Dos 308 municípios portugueses, 278 localizam-se no Continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira. A região Centro corresponde à NUTS II com maior número de municípios (100), seguida das regiões Norte (86) e Alentejo (58). As regiões AML e Algarve são constituídas por 18 e 16 municípios, respetivamente.

A divisão administrativa ao nível de município tem-se revelado relativamente estável e as últimas alterações verificadas correspondem à criação, em 1998, dos municípios de Vizela, Trofa e Odivelas[15].

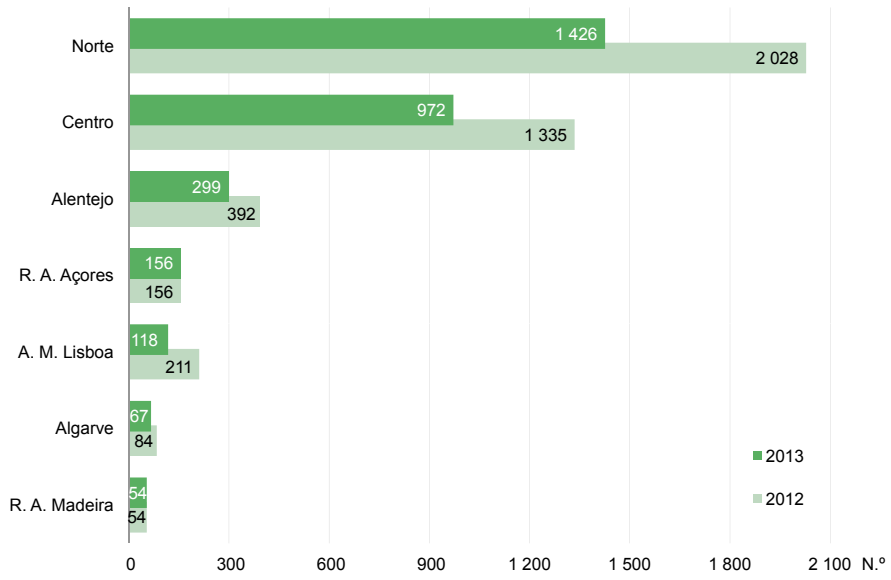
[15] Pelas Leis n.ºs 63/98, de 1 de setembro, 83/98, de 14 de dezembro, e 84/98, de 14 de dezembro. Note-se ainda que em 2001 ocorreram as mudanças da freguesia da Moita, do município de Alcobaça para o município da Marinha Grande (Lei n.º 28/2001, de 12 de julho), e da freguesia de Vale da Amoreira, do município da Guarda para o município de Manteigas (Lei n.º 29/2001, de 12 de julho, com efeitos a 1 de janeiro de 2002), conduzindo a alterações nos limites dos respetivos municípios. A entrada em vigor da Lei n.º 61/2012, de 5 de dezembro, referente à fixação dos limites territoriais dos municípios de Faro e de Loulé, produziu alterações nos limites destes dois municípios. Salienta-se também que a reforma administrativa do território das freguesias conduziu a alterações nos limites territoriais dos municípios, nomeadamente de Lisboa e Loures pela criação da freguesia Parque das Nações, e dos municípios da Golegã e de Santarém, com a passagem da freguesia de Pombalinho de Santarém para a Golegã.

A geografia de freguesias tem, por sua vez, registado um maior número de modificações, decorrendo a última alteração em 2013 da reorganização administrativa do território das freguesias que resultou da entrada em vigor da Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro, relativa à reorganização administrativa de Lisboa, e da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, referente à reorganização administrativa do território das freguesias, ambas com efeitos a partir de 30 de setembro de 2013.

As alterações resultantes deste processo de reorganização administrativa foram significativas: o número de freguesias do país reduziu-se de 4 260 para 3 092 (-27,4%) [Figura I.11] e, consequentemente, aumentou a dimensão média das freguesias em termos de área e de população residente: de 21,7 para 29,8 km² e de 2,5 mil para 3,4 mil habitantes, respetivamente [Figura I.12 e Figura I.13].

Ao nível das regiões NUTS II, apenas as freguesias das regiões autónomas dos Açores e da Madeira não foram objeto de reorganização administrativa. O impacto da reorganização administrativa na variação do número de freguesias evidencia a AML e o Norte como as regiões em que as situações de agregação e/ou alteração dos limites territoriais foram mais significativas: entre 2012 e 2013, o número de freguesias diminuiu 44,1% na AML e 29,7% no Norte [Figura I.11].

Número de freguesias à data de 31/12/2012 e de 31/12/2013, por NUTS II | Figura I.11

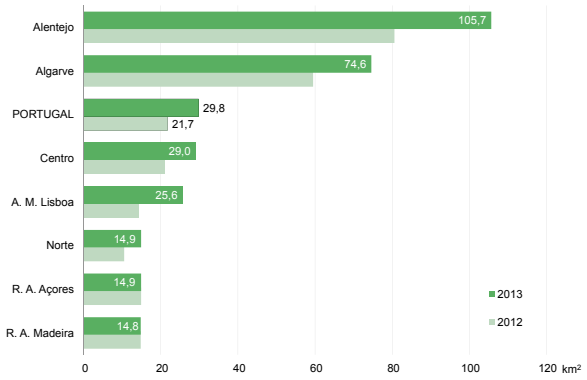


Fonte: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Direção-Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2012 e 2013; INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Código da Divisão Administrativa.

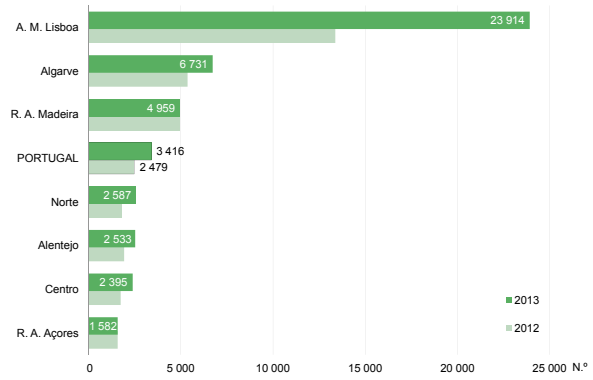
Apesar das alterações no número de freguesias, as regiões do Norte e da AML mantiveram uma dimensão média da área das freguesias inferior ao valor nacional, constituindo o Alentejo e o Algarve as regiões NUTS II com maior dimensão média da área das freguesias em 2013, situação que já se verificava em 2012 [Figura I.12].

Em relação à população média das freguesias, as regiões NUTS II AML e Algarve destacavam-se por assinalarem, em 2013, valores médios acima da referência nacional, 23,9 mil e 6,7 mil habitantes, respetivamente [Figura I.13]. Entre 2012 e 2013, a variação mais expressiva da população média das freguesias registou-se na AML: + 78,8%.

Área média das freguesias à data de 31/12/2012 e de 31/12/2013, Portugal e NUTS II | Figura I.12



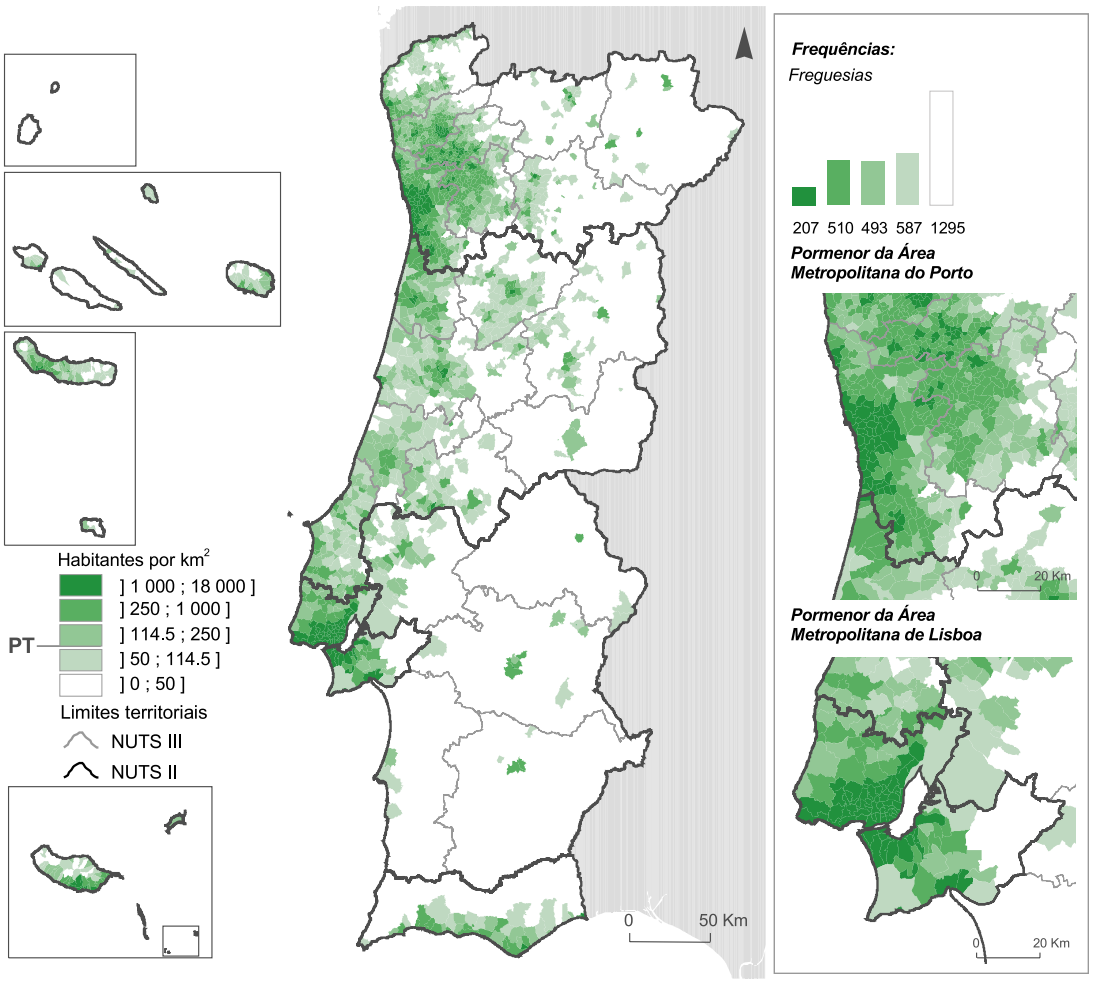
População média das freguesias à data de 31/12/2012 e de 31/12/2013, Portugal e NUTS II | Figura I.13



Fonte: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Direção-Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2012 e 2013; INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Código da Divisão Administrativa, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

A representação espacial da densidade populacional ao nível das freguesias permite apreender as desigualdades nos padrões de concentração e de distribuição da população portuguesa [Figura I.14]. Em 2011, residiam no país 114,5 indivíduos por km², mas a distribuição da população no território nacional não era homogénea: das 3 092 freguesias nacionais, apenas 1 210 (39%) exibiam densidades populacionais superiores à média nacional. No Continente, a densidade populacional era mais intensa no Litoral, sendo visíveis duas áreas de densidades particularmente elevadas e que correspondem a freguesias situadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Na Região Autónoma da Madeira era percetível um contraste entre o Norte, com densidades populacionais mais reduzidas, e o Sul, mais densamente povoado. Na Região Autónoma dos Açores, as maiores densidades registavam-se nas ilhas de São Miguel e da Terceira [Figura I.14].

Densidade populacional por freguesia, 2011 | Figura I.14



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Direção-Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2013.

O Código da Divisão Administrativa organiza o território nacional em 18 distritos e ilhas nas regiões insulares — Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira — que integram 308 municípios e 3 092 freguesias. Na sequência da reorganização administrativa do território das freguesias de 2013, o número de freguesias do país reduziu-se de 4 260 freguesias, em 2012, para 3 092 em 2013 e, consequentemente a dimensão, em termos médios, da área e da população das freguesias portuguesas aumentou: de 21,7 para 29,8 km² e de 2,5 mil para 3,4 mil habitantes, respetivamente.

I.3. As cidades estatísticas e a intensidade de urbanização

Área média: Área do conjunto das unidades territoriais / Número de unidades territoriais

Densidade populacional (habitantes por km²): População residente / Superfície

População média: População residente no conjunto de unidades territoriais / Número de unidades territoriais

Proporção de população urbana: População residente em áreas predominantemente urbanas / População residente x 100

As abordagens para fins estatísticos utilizadas no Sistema Estatístico Europeu (SEE) e no Sistema Estatístico Nacional (SEN), para efeitos de segmentação da análise dos territórios de acordo com a intensidade de urbanização têm-se centrado no tipo de povoamento, privilegiando critérios morfológicos e, em particular, a densidade populacional e a dimensão populacional.

No caso da Tipologia de áreas urbanas, aplicada no Sistema Estatístico Nacional, acrescem critérios de ordenamento do território (solo urbano identificado nos Planos Municipais de Ordenamento do Território) e administrativos como *proxy* a um critério funcional (localização da sede da Câmara Municipal). Estas abordagens têm também em comum o facto de conciliarem, numa classificação única, a perspetiva da baixa densidade/rural e a perspetiva dos territórios de elevada densidade/urbanos, garantindo-se desta forma uma segmentação exaustiva e mutuamente exclusiva dos territórios alvo de classificação de acordo com a intensidade de urbanização. Desta perspetiva de análise conjunta urbano/rural deriva geralmente a identificação de uma classe intermédia para a classificação dos territórios. Em particular, a tipologia do Grau de urbanização (Eurostat) e a Tipologia de áreas urbanas (INE), classificam as freguesias através de três categorias que correspondem a intensidades de urbanização distintas e que procuram constituir um instrumento de análise quer para a delimitação de espaços urbanos, quer para a delimitação de espaços rurais.

A identificação de cidades tem por base uma abordagem centrada em aglomerados populacionais. Ainda que os critérios de dimensão populacional e intensidade de urbanização possam estar associados ao conceito de cidade, é comum atribuir relevância à dimensão administrativa — a categoria do aglomerado populacional definido administrativamente — e à existência de um órgão de governo para a gestão do espaço cidade. As cidades estatísticas identificadas e delimitadas pelo INE tomam exatamente como base o universo das povoações com categoria de cidade, de acordo com os critérios definidos na Lei n.º 11/82, de 2 de junho, sendo os limites territoriais definidos através da análise da ocupação efetiva do espaço e do regime de uso do solo definido nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Por outro lado, a abordagem seguida pelo Eurostat, dado que incide sobre o universo das cidades europeias onde coexistem múltiplas formas de definição de cidades considera explicitamente critérios de carácter morfológico e de dimensão populacional para a identificação das cidades europeias. Para esta identificação ao nível europeu é contudo relevante a existência de um órgão de governo e de administração da cidade que, no caso português corresponde ao município. Com base nestas orientações, o universo de cidades europeias considerado pelo Eurostat não corresponde ao conjunto de cidades identificadas nos Estados-Membros.

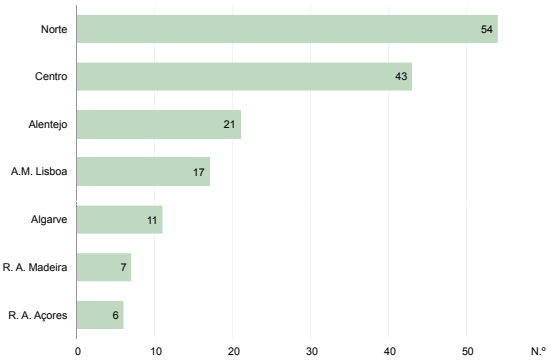
As cidades estatísticas portuguesas e as cidades europeias

As cidades constituem espaços privilegiados de concentração de recursos — população, atividades económicas e riqueza — sendo percecionadas, na agenda territorial nacional e europeia, como territórios centrais de intervenção para a promoção do crescimento económico e da competitividade que fundamentam a existência de delimitações territoriais próprias para este tipo de aglomerados populacionais (Portugal 2020; Eurostat, 2012; Eurostat, 2014a).

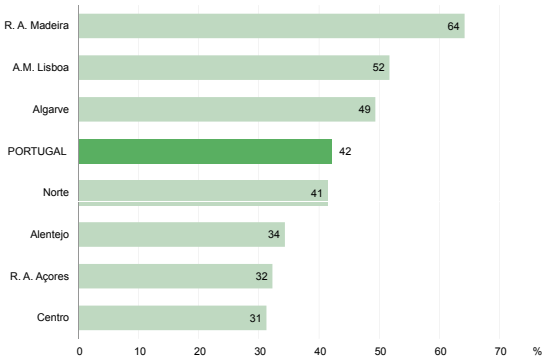
Em Portugal existem 159 cidades estatísticas [Caixa I.3] nas quais residiam cerca de 4,5 milhões de indivíduos, o que correspondia a 42% da população residente de acordo com os Censos 2011. A maioria das cidades situava-se nas regiões Norte (54 cidades) e Centro (43), seguindo-se o Alentejo (21 cidades), a AML (17), o Algarve (11) e finalmente as regiões insulares: 7 cidades na Região Autónoma da Madeira e 6 cidades na Região Autónoma dos Açores [Figura I.15].

As cidades da Região Autónoma da Madeira e da AML concentravam mais de metade da população residente das respetivas regiões. No Algarve 49% da população residia em cidades (acima da proporção nacional: 42%), na região Norte as cidades abarcavam cerca de dois quintos do total da população e, nas restantes regiões (Alentejo, Centro e Região Autónoma dos Açores), cerca de um terço da população da região vivia em cidades [Figura I.16].

Distribuição das cidades portuguesas por região NUTS II, 2011 | Figura I.15



Proporção de população residente em cidades, Portugal e NUTS II, 2011 | Figura I.16



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Cidades Estatísticas (lista cumulativa), Recenseamento da População e Habitação, 2011.

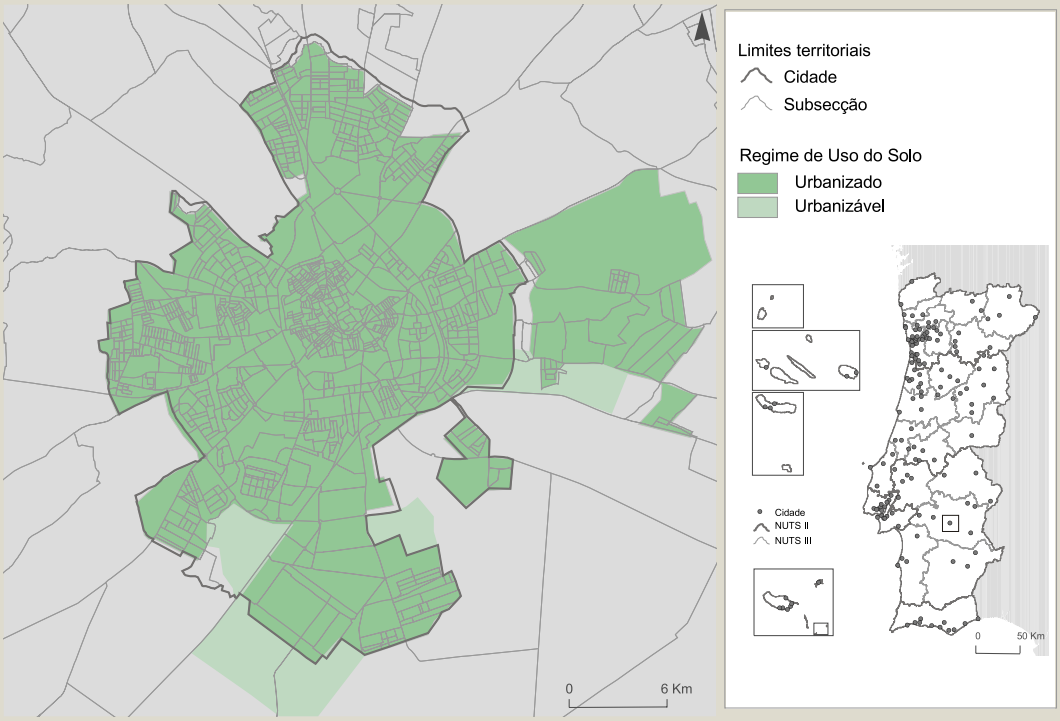
Cidades estatísticas portuguesas | Caixa I.3

A **Lei n.º 11/82 de 2 de junho**[16], estabelece que, em Portugal, a elevação dos lugares e vilas à categoria de cidade é da responsabilidade da Assembleia da República. Não obstante as orientações plasmadas naquela lei, não é exigida uma descrição específica e/ou cartografia associada que permita delimitar o perímetro da vila que pretende ser elevada a cidade. É, por isso, condição para a divulgação de estatísticas para as cidades a sua delimitação territorial (INE, 2002).

A delimitação das cidades estatísticas portuguesas resulta, assim, de um processo de articulação do INE com as câmaras municipais no sentido de ajustar o perímetro urbano da povoação com categoria de cidade, conforme consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na BGRI 2011 (Base Geográfica de Referenciação da Informação 2011). Nos casos em que o ajustamento à subsecção estatística não mereceu a aprovação da câmara municipal, foram consideradas linhas imaginárias do perímetro como limite da cidade naquelas zonas. Nestas situações, para a apropriação da informação estatística dos Censos 2011, foi possível tirar partido da Base Geográfica de Edifícios (BGE) do INE criada no âmbito dos Censos 2011 e reportar informação para o território definido pela câmara municipal (INE, 2014b).

[16] Note-se que o art.º 21.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, relativa ao regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica revogou a Lei n.º 11/82, de 2 de junho, não havendo neste momento enquadramento legal para a elevação de povoações à categoria de cidade.

Cidades estatísticas portuguesas e pormenor do limite da cidade de Évora e respetivos elementos de base à delimitação



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Cidades Estatísticas (BGRI 2011), Base Geográfica de Referenciação da Informação 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Direção-Geral do Território, Carta de Regime de Uso do Solo – CRUS.

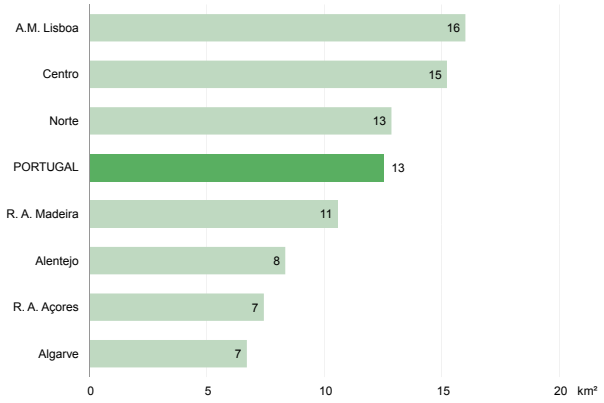
Assim o conceito de cidade estatística representa "*a unidade territorial que corresponde ao ajustamento do perímetro urbano, consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos para a povoação com categoria de cidade, ao perímetro das subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e que a integram*".

(**http://www.ine.pt**)

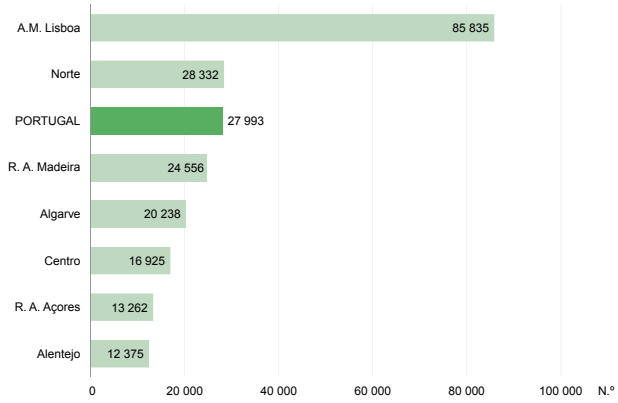
A dimensão média das cidades portuguesas era de 12,5 km², verificando-se que a AML (16 km²), o Centro (15 km²) e o Norte (13 km²) eram as únicas regiões NUTS II que ultrapassavam aquele referencial. Em termos médios, as cidades do Algarve e da Região Autónoma dos Açores eram de menor dimensão [Figura I.17].

Considerando a população residente, destacava-se a AML por apresentar, em média, as cidades de maior dimensão populacional do país (mais do triplo da população média das cidades de Portugal) e a região Norte por apresentar também uma dimensão média acima do valor nacional, apesar de marginalmente. O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores eram as regiões do país em que as cidades tinham uma dimensão populacional mais reduzida, em termos médios [Figura I.18].

Área média das cidades estatísticas, Portugal e NUTS II | Figura I.17



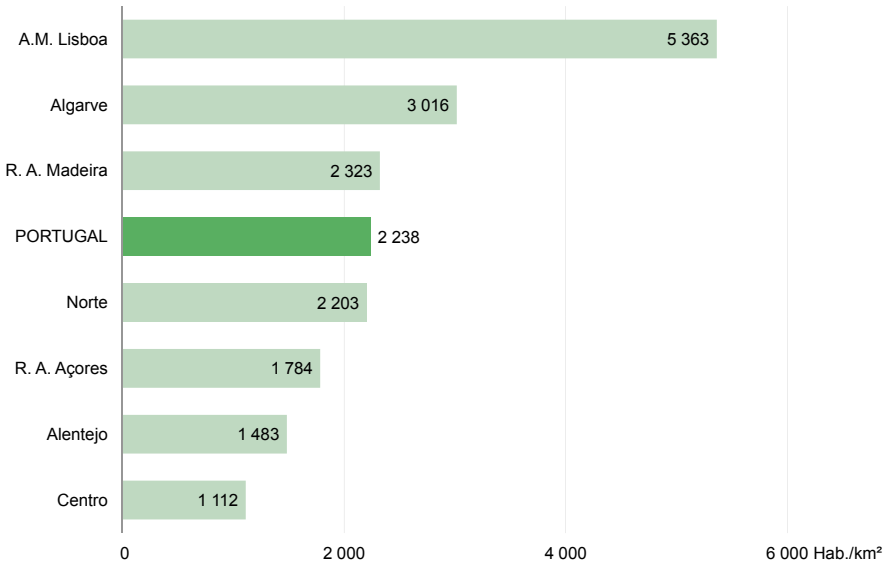
População média das cidades estatísticas, Portugal e NUTS II, 2011 | Figura I.18



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Cidades Estatísticas (lista cumulativa), Recenseamento da População e Habitação, 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013.

Em 2011, as cidades da AML apresentavam, em termos médios, a maior densidade populacional (5 363 habitantes por km²), mais que duplicando o valor da densidade média das cidades portuguesas que era de apenas 2 238 residentes por km². Para além das cidades da AML, evidenciavam-se também o conjunto das cidades do Algarve, bem como as cidades da Região Autónoma da Madeira por apresentarem, em termos médios, valores de densidade populacional acima da referência nacional. Em média, as cidades da região Centro registavam a menor densidade populacional do país [Figura I.19].

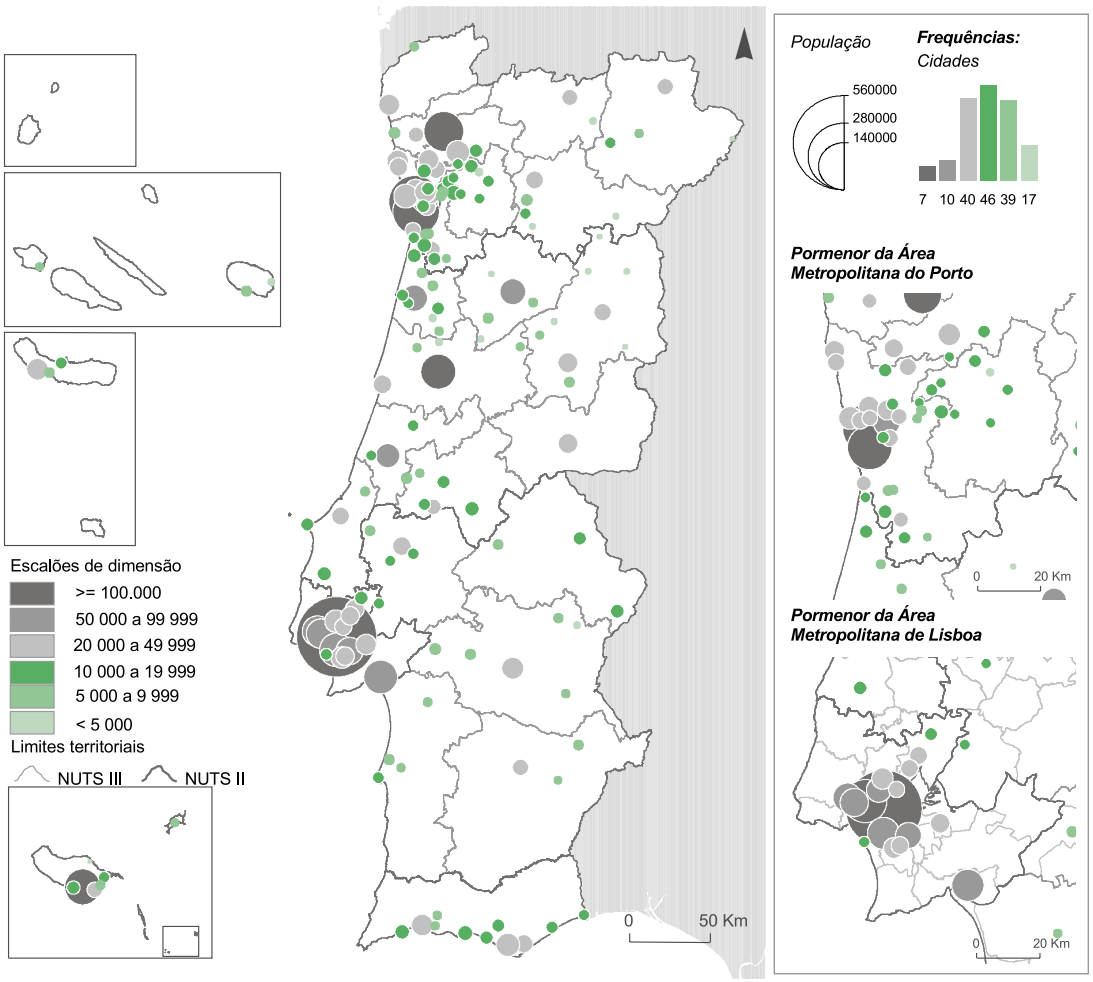
Densidade populacional das cidades estatísticas, Portugal e NUTS II, 2011 | Figura I.19



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Cidades Estatísticas (lista cumulativa), Recenseamento da População e Habitação, 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013.

A análise da população residente nas cidades portuguesas, em geral cidades de média dimensão, ilustrada na Figura I.19, evidencia disparidades na distribuição e na dimensão populacional das mesmas, sendo que apenas duas — as cidades de Lisboa e do Porto - concentravam mais de 200 mil habitantes, num total de sete cidades com mais de 100 mil indivíduos: acrescem às duas anteriores e por ordem decrescente do seu efetivo populacional, a cidade de Vila Nova de Gaia (na AMP), da Amadora (na AML), de Braga (no Cávado), do Funchal (na Região Autónoma da Madeira) e de Coimbra (na Região de Coimbra) [Figura I.20].

População residente em cidades estatísticas, 2011 | Figura I.20



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Cidades Estatísticas (lista cumulativa), Recenseamento da População e Habitação, 2011.

O sistema de cidades portuguesas representado evidencia também a propensão para a concentração populacional em cidades localizadas nos territórios metropolitanos portugueses, que na abordagem do projeto europeu de auditoria urbana se designam de "*greater city*". Esta unidade territorial pretende exatamente captar o crescimento das cidades para além dos seus limites administrativos e que pode ser identificado através do sistema de cidades em torno de Lisboa e do Porto.

Neste contexto, importa considerar as "cidades europeias" identificadas e delimitadas espacialmente pelo Eurostat e a Direção Geral de Politica Regional e Urbana (Eurostat /DG REGIO), em estreita articulação com os Estados-Membros (EM) no âmbito do projeto de auditoria urbana *(Urban Audit – UA)* dinamizado pela Comissão Europeia[17]. A diversidade de definições de cidade à escala europeia e a necessidade de uma harmonização, levou a que o Eurostat considerasse a par das "*city*", mais duas unidades espaciais: a "*greater city*", que, com base em critérios morfológicos, considera um espaço cidade que extravasa o limite administrativo e de governo associado à cidade-centro ("*city*"); e a área urbana funcional ("*Functional Urban Area*") da "*city*" (ou "*greater city*") que corresponde à delimitação espacial da área de influencia decorrente da oferta de emprego.

Esta noção de "*Functional Urban Area*" (FUA) pretende também acompanhar as orientações da União Europeia e da OCDE para a delimitação de regiões urbanas funcionais (RUF) quer de uma perspetiva analítica - formulação de cenários prospetivos e de diagnóstico de dinâmicas económicas, sociais e culturais - quer de uma perspetiva de intervenção no âmbito de estratégias de desenvolvimento de políticas públicas (Ferrão, 2012). Neste contexto, a operacionalização de "*Functional Urban Area*" decorre de uma abordagem harmonizada e aplicada, simultaneamente, pelo Eurostat e pela OCDE (Eurostat, 2011; OCDE, 2013b).

[17] Para mais informação ver: **http://ec.europa.eu/eurostat/web/cities/**.

Cidades europeias no âmbito do projeto europeu *Urban Audit* | Caixa I.4

O projeto de auditoria urbana europeia ***Urban Audit*** (UA), que está na base da determinação das cidades europeias, tem como principal objetivo a avaliação da qualidade de vida nas cidades europeias de grande e média dimensão com respetivamente, mais de 250 mil e mais de 50 mil habitantes, dando suporte às políticas de desenvolvimento regional e urbano da UE (Eurostat, 2014b).

No caso de Portugal foi identificado um conjunto de 25 cidades ("***city***") a partir da metodologia harmonizada do Eurostat para a seleção de cidades europeias, que assenta sobretudo em critérios de dimensão populacional de acordo com as seguintes condições:

1 - Definição de centros urbanos (*high density clusters*) com base numa malha ortogonal (quadrículas contíguas de 1 km^2 com densidade populacional superior a 1 500 habitantes por km^2 e pelo menos 50 mil habitantes no seu conjunto).

2 - Seleção das cidades com base nestes centros urbanos (LAU 2 ou conjuntos de LAU 2 em que mais de 50% da população vive nos centros urbanos).

3 - Harmonização da delimitação das cidades assegurando:

a) a existência de uma base político-administrativa com competências de governo sobre a cidade;

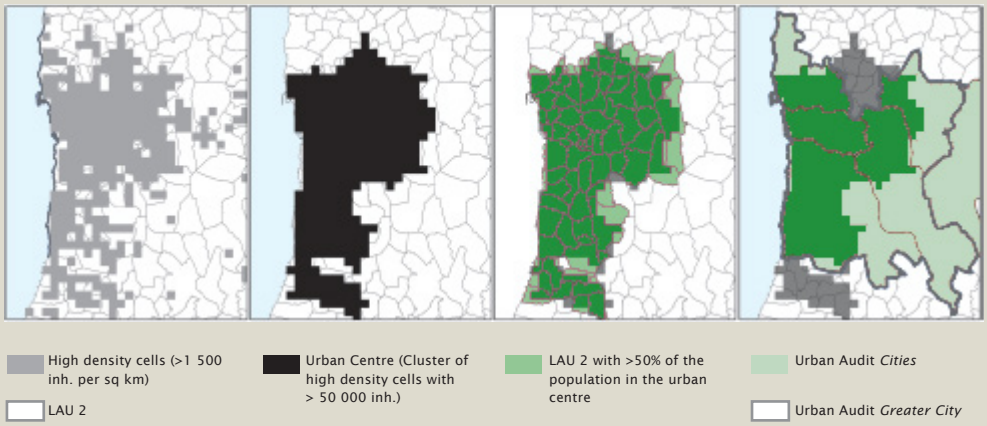
b) que mais de 50% da população da cidade vive no centro urbano e;

c) que pelo menos 75% da população do centro urbano vive na cidade.

No caso das cidades portuguesas a necessidade de existência de uma base político-administrativa com competências de governação da cidade foi assegurada fazendo corresponder a delimitação da cidade ao respetivo município.

"***Greater city***" — É definida nos casos em que o centro urbano extravasa os limites político-administrativos da "*city*" e acompanha a noção de cidade-aglomeração. Estas unidades podem incluir várias "*cities*".

Porto: "high density cells", centro urbano, cidade e "greater city"



"***Functional Urban Area***" (FUA) — consiste no território polarizado pelo emprego da "*city*" e acompanha a noção de região urbana funcional. Para a sua delimitação consideram-se os seguintes critérios:

1 – Se 15% da população residente empregada de uma cidade trabalha noutra cidade, o conjunto destas cidades é tratada como polo (*sistema policêntrico*);

2 – São identificados todos os municípios com pelo 15% da população residente empregada a trabalhar no polo;

3 – São retidos os municípios identificados quando contíguos ao polo.

(**http://ec.europa.eu/eurostat/web/cities/**)

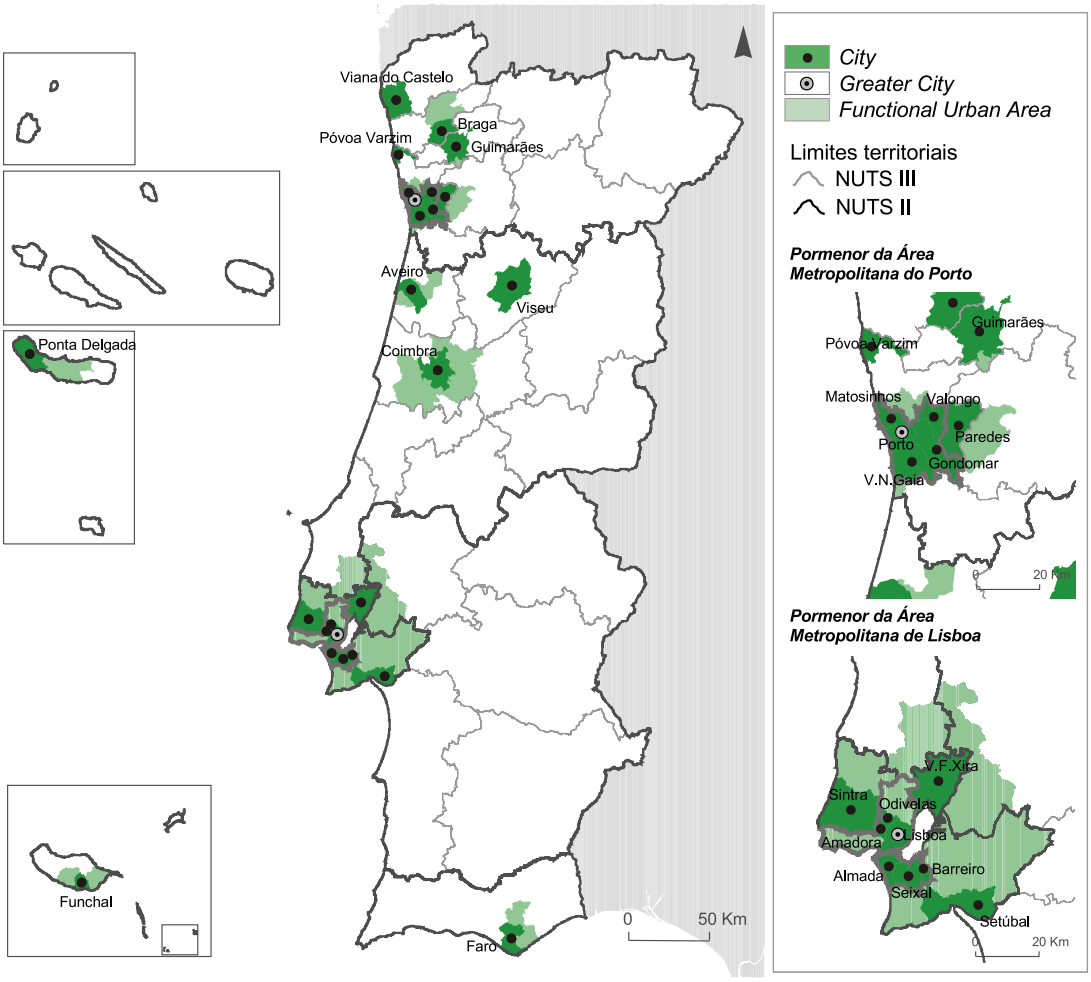
A distribuição das 25 cidades portuguesas no âmbito do UA, de acordo com as NUTS 2013 traduz um sistema urbano nacional composto por uma única cidade em cada uma das sub-regiões do Alto Minho (Viana do Castelo), Cávado (Braga), Ave (Guimarães), Região de Aveiro (Aveiro), Viseu Dão-Lafões (Viseu), Região de Coimbra (Coimbra) e Algarve (Faro); sete cidades na sub-região da Área Metropolitana do Porto (Valongo, Paredes, Gondomar, Póvoa do Varzim, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia); nove cidades na sub-região da AML (Barreiro, Almada, Amadora, Vila Franca de Xira, Lisboa, Seixal, Odivelas, Setúbal e Sintra) e duas cidades nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira: Ponta Delgada e Funchal, respetivamente.

No caso de Portugal existem apenas duas "*greater cities*" centradas nas cidades de Lisboa e Porto. A "*greater city*" do Porto inclui cinco municípios: para além do Porto, as cidades UA de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo e Matosinhos. A "*greater city*" de Lisboa envolvia 9 municípios, incluindo as cidades UA da Amadora, Odivelas, Almada, Barreiro e Seixal.

Complementarmente, em Portugal forma identificados 13 "*Functional Urban Areas*" que abrangiam 64 municípios, sendo que quatro FUA apresentavam limites coincidentes com as respetivas cidades UA: Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Viseu e Setúbal.

As "*Functional Urban Areas*" de Lisboa e Porto foram definidas através de sistemas policêntricos e envolviam respetivamente, 22 e 9 municípios. A leitura da Figura I.21 permite ainda destacar a capacidade de polarização de emprego da cidade UA de Coimbra que envolvia uma FUA de 9 municípios. Nas regiões autónomas, as FUA de Ponta Delgada e do Funchal abrangiam respetivamente, quatro municípios da ilha de São Miguel (Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Lagoa e Ponta Delgada) e cinco municípios da ilha da Madeira (Ribeira Brava, Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos e Funchal) [Figura I.21].

Cidades portuguesas no âmbito do projeto europeu *Urban Audit* Figura I.21



Fonte: Eurostat.

As cidades estatísticas portuguesas delimitadas pelo INE têm por base a categoria de "cidade" atribuída às povoações ou vilas de acordo com a Lei 11/82, de 2 de junho. Existiam em Portugal 159 cidades nas quais residiam cerca de 4,5 milhões de indivíduos, o que correspondia a 42% da população residente. A maioria das cidades situava-se nas regiões Norte (54 cidades) e Centro (43), seguindo-se o Alentejo (21), a AML (17), o Algarve (11) e finalmente as regiões insulares: 7 cidades na Região Autónoma da Madeira e 6 cidades na Região Autónoma dos Açores.

Em 2011, as cidades da AML apresentavam, em termos médios, a maior densidade populacional (5 363 habitantes por km²), mais que duplicando o valor da densidade média das cidades portuguesas (2 238 residentes por km²). Para além das cidades da AML, evidenciavam-se também o conjunto das cidades do Algarve, bem como as cidades da Região Autónoma da Madeira por apresentarem, em termos médios, valores de densidade populacional acima da referência nacional. Em média, as cidades da região Centro registavam a menor densidade populacional do país.

No âmbito da classificação europeia de cidades, o sistema urbano português era composto por apenas 25 cidades. Neste conjunto de cidades incluem-se duas "Greater city" — territórios metropolitanos centrados nas cidades de Lisboa e do Porto - com respetivamente, nove e cinco municípios cada. O projeto europeu identifica ainda 13 "Functional Urban Areas" (FUA), que traduz o território polarizado pelo emprego concentrado nas cidades do projeto europeu Urban Audit. Das 13 FUA portuguesas, 4 apresentavam limites coincidentes com as respetivas cidades (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Viseu e Setúbal).

A Tipologia de áreas urbanas do INE e o Grau de urbanização do Eurostat

As abordagens para fins estatísticos utilizadas no Sistema Estatístico Europeu (SEE) e Sistema Estatísticos Nacional (SEN), para efeitos de segmentação da análise dos territórios de acordo com a intensidade de urbanização têm-se centrado na análise da estrutura de povoamento, privilegiando critérios morfológicos e, em particular, a densidade populacional e a dimensão populacional.

No âmbito da segmentação territorial do espaço em urbano-rural a generalidade das nomenclaturas adotadas apresentam um forte pendor para critérios morfológicos (e.g. densidades populacional e dimensão populacional), tal como a Tipologia de áreas urbanas do INE (TIPAU 2014) e a classificação do Eurostat para o território europeu — Grau de urbanização (DGURBA) —, ambas as tipologias aplicadas às LAU 2 (freguesias no caso de Portugal).

No contexto nacional, a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos de 2014 (TIPAU 2014)[18] constitui uma nomenclatura territorial atualizada da intensidade de urbanização em Portugal mediante a classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional, em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediamente urbana (APR) e Área predominantemente rural (APR).

[18] No âmbito da Lei n.º 73/2013 que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a TIPAU constitui critério na distribuição do Fundo de Financiamento das Freguesias e de reporte obrigatório à Assembleia da República, conjuntamente com a proposta de Lei do Orçamento do Estado.

Tipologia de áreas urbanas do INE | Caixa I.5

A **Tipologia de áreas urbanas 2014** (TIPAU 2014) foi estabelecida de acordo com a 39.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, substituindo a anterior versão de 2009.

A metodologia seguida na TIPAU 2014 assentou numa abordagem desenvolvida **ao nível da subsecção e secção estatísticas dos Censos de 2011**, pautando-se por quatro fases:

1ª fase: análise de critérios de caráter morfológico através da densidade populacional (à escala da secção estatística) e da pertença ao Lugar (à escala da subsecção estatística);

2ª fase: análise do território tendo em conta a informação contida nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, permitindo assim tipificar as subsecções estatísticas em solo urbano e solo não urbano;

3ª fase: conjugação dos resultados da aplicação dos critérios morfológicos (primeira fase) e da aplicação dos critérios de ordenamento e planeamento (segunda fase), numa única classificação de subsecções estatísticas em três categorias: **Espaço Urbano, Espaço Semiurbano** e **Espaço de Ocupação Predominantemente Rural**;

4ª fase: transposição dos resultados ao nível das subsecções estatísticas para as freguesias e integração de critérios administrativos e morfológicos à escala da freguesia, permitindo obter a classificação final destas unidades territoriais em **Área predominantemente urbana** (APU), **Área mediamente urbana** (AMU) e **Área Predominantemente rural** (APR).

Complementarmente, a TIPAU 2014 define **População urbana** - população residente nas áreas predominantemente urbanas — e, **Áreas urbanas**[19] com designação própria enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.

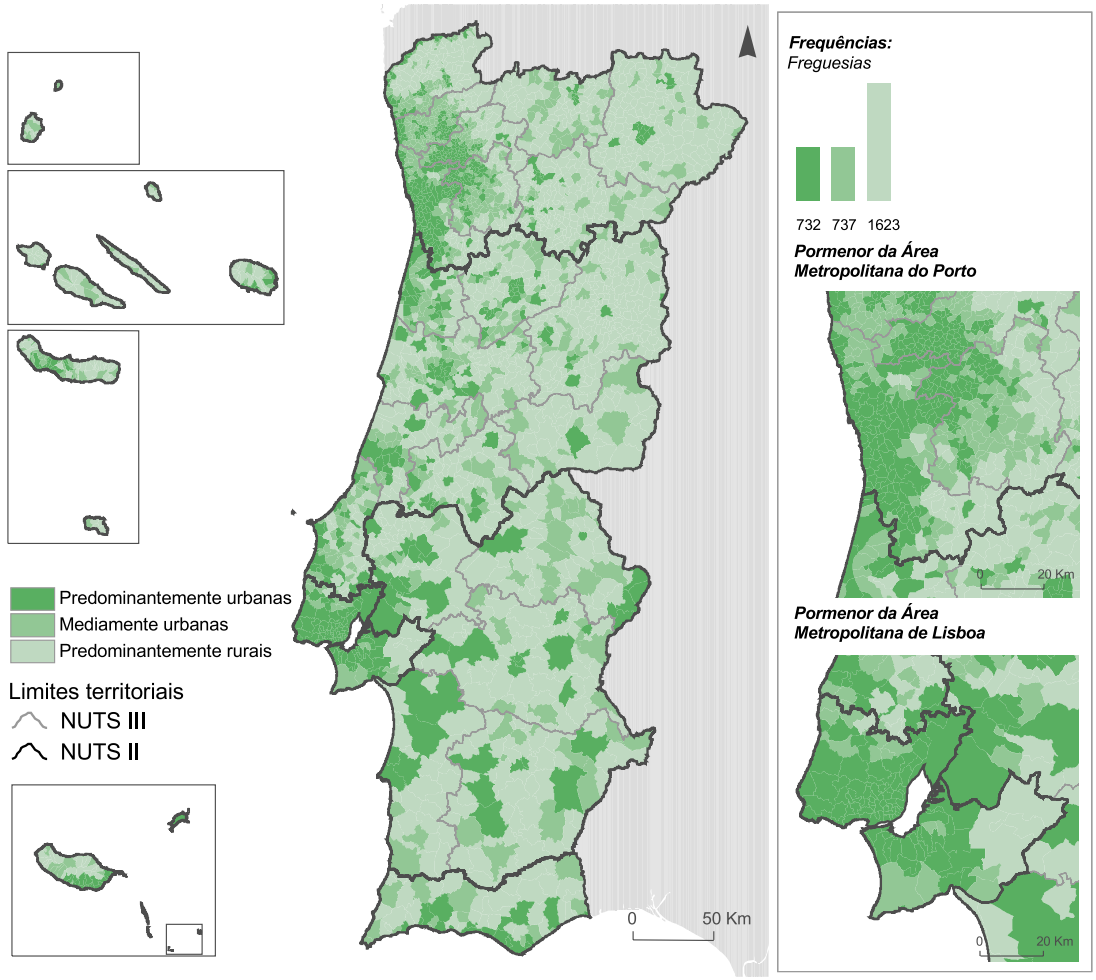
Os estudos de base à metodologia da TIPAU 2014 foram desenvolvidos no âmbito das competências da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística, num grupo de trabalho que envolveu o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Agricultura e do Mar, a Direção-Geral do Território, a Direção-Geral das Autarquias Locais, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (atualmente integrado na Agência para o Desenvolvimento e Coesão), as cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Continente, o Serviço Regional de Estatística dos Açores, a Direção Regional de Estatística da Madeira, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias.

(**http://smi.ine.pt**)

[19] A delimitação das áreas urbanas para Portugal foi feita em articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), o Serviço Regional de Estatística da Madeira e a Direção Regional de Estatística da Madeira.

A observação da classificação das freguesias portuguesas de acordo com a TIPAU 2014 [Figura I.22] evidencia que, de acordo com os resultados dos Censos, em 2011 a taxa de urbanização de Portugal se situava acima dos 70%: a proporção da população portuguesa que residia em áreas predominantemente urbanas era de 72,1% e a superfície relativa a estas áreas representava apenas 18,2% do território nacional. A tipologia expressa o predomínio de freguesias APU e AMU nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e, de uma forma mais geral, na faixa Litoral de Portugal continental abrangendo quase metade da totalidade de freguesias do país (48%). Em contrapartida, e não obstante a sua fraca expressão populacional (13% da população do país), as freguesias classificadas como APR abrangiam mais de metade das freguesias de Portugal (52%) e correspondiam a mais de 60% do território nacional.

Classificação das freguesias[20] segundo a Tipologia de áreas urbanas (2014) | Figura I.22



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Tipologia de áreas urbanas, 2014; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013.

[20] Divisão territorial das freguesias à data de 31/12/2013.

No contexto europeu, a inexistência de uma definição generalizadamente aceite que permitisse a delimitação de áreas urbanas levou o Eurostat a rever a tipologia Grau de urbanização (DGURBA)[21], que foi inicialmente criada em 1991 para a apresentação de resultados no âmbito do Inquérito ao Emprego. A alteração da metodologia do Eurostat procurou ultrapassar as limitações da anterior metodologia, nomeadamente, o facto de ser operacionalizada com base na avaliação de parâmetros das LAU 2 com dimensão muito díspar entre os vários Estados-Membros. Por outro lado, promoveu a consistência entre as áreas densamente povoadas e as cidades do UA. A metodologia do Eurostat traduz, assim, um compromisso entre a diversidade dos sistemas de povoamento e intensidades de urbanização existentes entre os Estados-Membros.

A nova tipologia Grau de urbanização do Eurostat | Caixa I.6

A tipologia Grau de urbanização (versão 2011), também designada por DGURBA, tem por base a classificação das unidades territoriais LAU de nível 2 europeias do território dos Estados-Membros da UE. A metodologia utiliza essencialmente critérios de densidade e dimensão populacional considerando numa primeira fase, a escala territorial ao nível das quadrículas, efetuando posteriormente a transposição de resultados obtidos nas quadrículas para a classificação final das freguesias dos países em três categorias:

- **Áreas densamente povoadas**: Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), em que pelo menos 50% da população vive em agrupamentos de alta densidade. Entende-se por agrupamentos de alta densidade agrupamentos de quadrículas contíguas com 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 1 500 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 50 000 habitantes. As áreas densamente povoadas correspondem às cidades abrangidas pelo projeto *Urban Audit ("city" ou "greater city")*.

- **Áreas medianamente povoadas**: Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias) que, não fazendo parte de uma área densamente povoada, apresentem cada uma, menos de 50% da população a viver em agrupamentos de alta densidade e menos de 50% da população a viver em quadrículas contíguas de 1 km² que representam o espaço rural, isto é, quadrículas fora dos agrupamentos urbanos. Os agrupamentos urbanos correspondem a um conjunto de quadrículas contíguas de 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 300 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 5 000 habitantes. As áreas medianamente povoadas correspondem a "*towns*" ou "*suburbs / small urban areas*".

[21] Para mais informação ver: **http://ec.europa.eu/eurostat/web/degree-of-urbanisation/overview**.

- **Áreas pouco povoadas**: Conjunto de unidades locais (freguesias), em que mais de 50% da população vive em quadrículas contíguas de 1 km² classificadas como espaço rural. As áreas pouco povoadas correspondem a "*rural areas*".

Uma unidade local (freguesia) pertencente a uma área pouco povoada ou a uma área medianamente povoada, pode ser classificada como densamente povoada se pertence a um grupo de unidades locais (freguesias) com uma função política e se a maioria da população deste grupo de unidades locais (freguesias) residir num agrupamento de alta densidade.

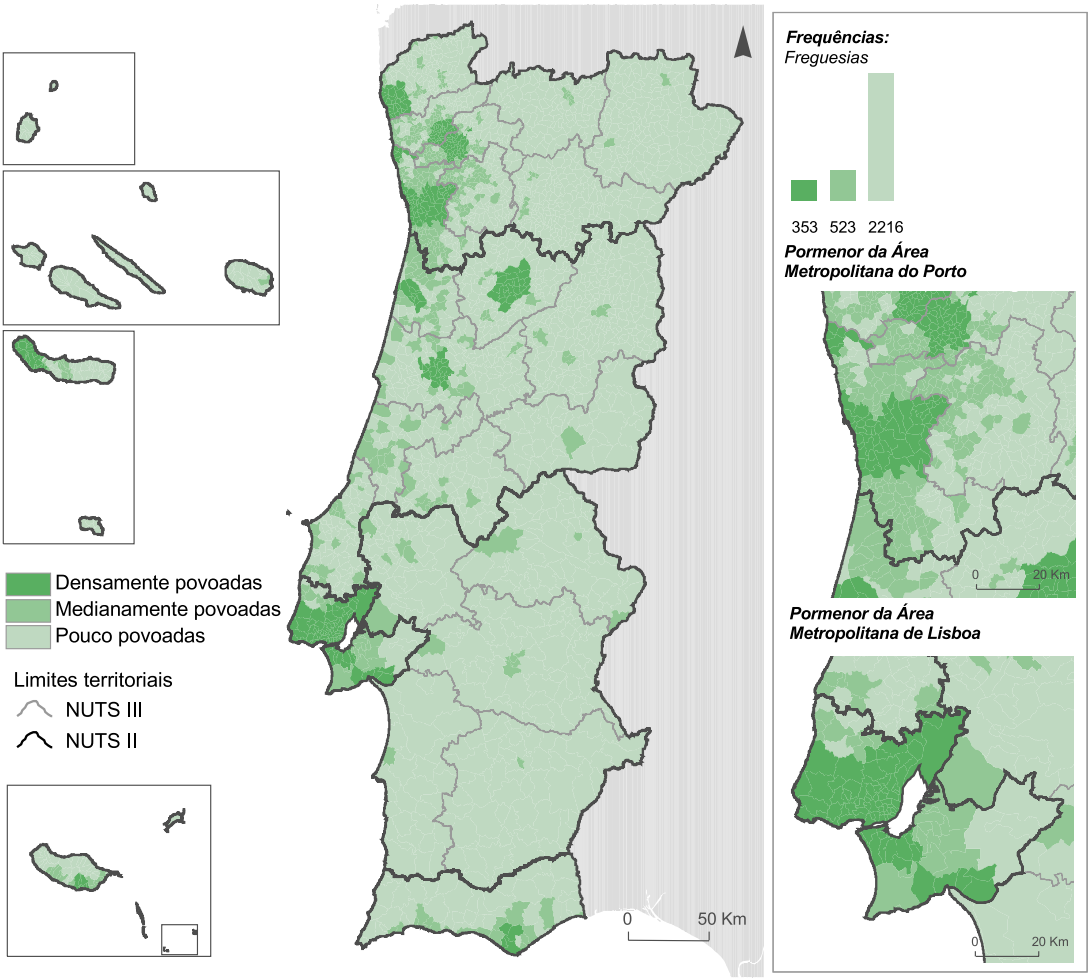
Assim, na tipologia Grau de urbanização para Portugal, estão classificadas como densamente povoadas todas as freguesias incluídas nos municípios correspondentes às cidades abrangidas pelo projeto europeu *Urban Audit*.

A tipologia Grau de urbanização é utilizada no âmbito de alguns inquéritos comunitários, nomeadamente no Inquérito ao Emprego, no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e nas Estatísticas do Turismo.

(**http://smi.ine.pt**)

De acordo com a tipologia DGURBA 2011, em Portugal menos de metade da população (44%) residia em freguesias densamente povoadas, 30% da população era abrangida por freguesias medianamente povoadas e as freguesias pouco povoadas abrangiam apenas 26% da população [Figura I.23].

Classificação das freguesias[22] segundo o Grau de urbanização (Eurostat) | Figura I.23



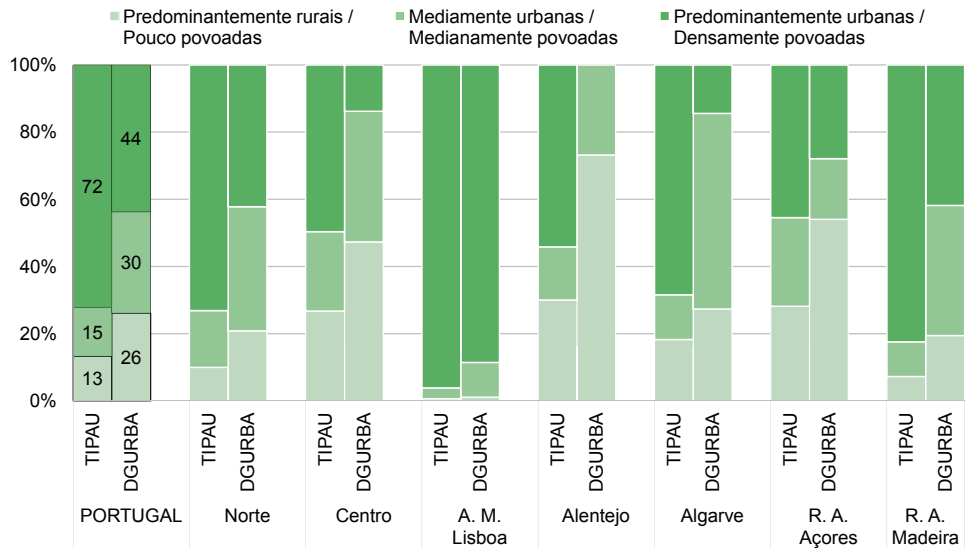
Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Grau de urbanização (Eurostat), 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013.

O conhecimento das manifestações do processo de urbanização dos territórios permite a leitura de assimetrias de ocupação e de classificação do território nacional e constitui base essencial para a interpretação de dinâmicas de desenvolvimento e identificação de padrões territoriais. Importa assim considerar a análise da intensidade populacional segundo o padrão de urbanização do território português com base na aplicação da tipologia do INE (TIPAU 2014) e com base na aplicação da tipologia do Eurostat (DGURBA 2011) a Portugal.

[22] Divisão territorial das freguesias à data de 31/12/2013.

Em 2011, em Portugal, a proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas era de 72,1% de acordo com a tipologia do INE e de apenas 43,7% na classificação adotada pelo Eurostat (DGURBA). Na generalidade das regiões NUTS II portuguesas, evidenciava-se uma maior expressão da população residente nas categorias predominantemente urbana da TIPAU face à DGURBA: a dimensão populacional das áreas classificadas como APU pelo INE era superior à das áreas classificadas como densamente povoadas pelo Eurostat em todas as regiões portuguesas. Na região Alentejo não existiam freguesias classificadas como áreas densamente povoadas mas, segundo a TIPAU, cerca de 15% das freguesias do Alentejo estavam classificadas como áreas predominantemente urbanas, representando 54% da população residente, mas apenas 22% da área da região. No caso das áreas classificadas em AMU/áreas medianamente povoadas e APR/áreas pouco povoadas a situação invertia-se nas cinco regiões continentais e na Região Autónoma da Madeira: a população abrangida por estas áreas, com base na tipologia DGURBA, era superior à dimensão obtida com base na TIPAU. A Região Autónoma dos Açores era a única região portuguesa onde a dimensão populacional em freguesias medianamente povoadas (aferida com base na DGURBA) era inferior à população residente em AMU, segundo a TIPAU [Figura I.24].

Proporção de população residente segundo a Tipologia de áreas urbanas (INE) e o Grau de urbanização (Eurostat), 2011 | Figura I.24

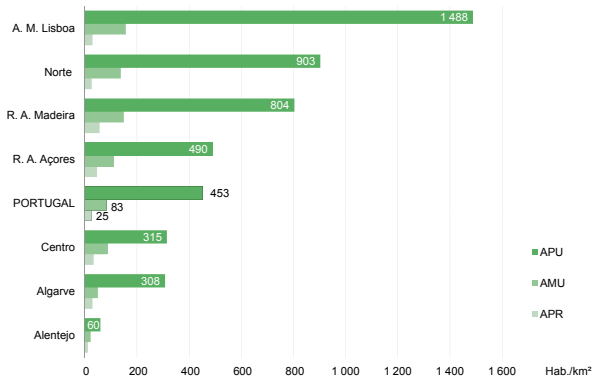


Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Tipologia de áreas urbanas, 2014, Grau de urbanização (Eurostat), 2011, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

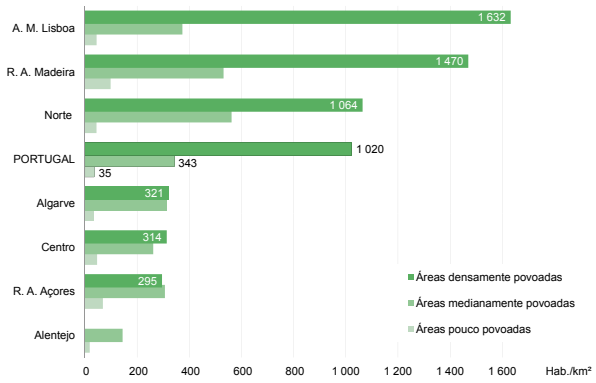
A relação entre a dimensão populacional e a superfície do território expressa na intensidade de povoamento em cada uma das tipologias evidencia a maior densidade populacional em áreas densamente povoadas da tipologia DGURBA (1 020 habitantes por km²) face às APU da TIPAU (452 residentes por km²). Em ambas as tipologias, a maior intensidade do povoamento em

territórios urbanos foi extensível a todas as regiões NUTS II de Portugal: destacavam-se a AML, o Norte e a Região Autónoma da Madeira por observarem, de acordo com ambas as tipologias, valores de densidade populacional em APU/áreas densamente povoadas acima da média nacional. A densidade populacional das áreas urbanas da Região Autónoma dos Açores situava-se acima do valor médio nacional de acordo com a TIPAU mas abaixo desta referência tendo em conta a DGURBA [Figura I.25 e Figura I.26]. Em ambas as tipologias, as regiões Alentejo, Algarve e Centro registavam valores de densidade populacional abaixo das respetivas médias nacionais.

Densidade populacional segundo a Tipologia de áreas urbanas (2014), Portugal e NUTS II | Figura I.25



Densidade populacional segundo o Grau de urbanização (Eurostat), Portugal e NUTS II | Figura I.26



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Tipologia de áreas urbanas, 2014, Grau de urbanização (Eurostat), 2011, Recenseamento da População e Habitação, 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013.

A análise da intensidade de urbanização do território nacional com base na Tipologia de áreas urbanas de 2014 (TIPAU 2014) evidenciou, em Portugal, uma taxa de urbanização (proporção de população a residir em APU) acima dos 70%, concentrada em apenas 18% da área do país. As áreas predominantemente rurais representavam mais de 60% da área do território nacional, abrangiam mais de metade das freguesias do país mas apenas 13% da população.

Por outro lado, através da aplicação da nova tipologia Grau de urbanização do Eurostat a Portugal, em 2011, menos de metade da população (cerca de 44%) residia em áreas densamente povoavas. Na região Alentejo não existiam freguesias classificadas como áreas densamente povoadas, mas segundo a TIPAU, cerca de 15% das freguesias do Alentejo estavam classificadas como áreas predominantemente urbanas.

Na generalidade das regiões NUTS II evidenciava-se uma maior expressão da população residente em áreas predominantemente urbanas da TIPAU face às áreas densamente povoadas da tipologia DGURBA. Paralelamente, as áreas densamente povoadas da Grau de urbanização apresentavam valores médios de densidade populacional mais elevados do que os registados nas áreas predominantemente urbanas da TIPAU 2014.

Considerações finais

Nesta análise efetuou-se a sistematização das principais nomenclaturas territoriais utilizadas pelo Sistema Estatístico Nacional no quadro de produção e difusão de informação estatística oficial no contexto nacional e europeu.

Na primeira parte da análise a abordagem incidiu na estruturação do território nacional para fins estatísticos e procurou apresentar as principais unidades territoriais de base para a difusão, bem como discutir a relevância estatística atribuída à delimitação de unidades territoriais. Por outro lado, salientou-se que no processo de agregação de dados para unidades territoriais os resultados obtidos são condicionados por um efeito de escala e por um efeito de delimitação. Neste contexto, destacaram-se as potencialidades associadas à quadrícula 1x1 km para a combinação de dados com padrões territoriais diferenciados ainda que as delimitações de base administrativa não devam ser descuradas na estruturação de resultados estatísticos pelo significado de governo que comportam.

A segunda parte centrou-se na apresentação das regiões NUTS portuguesas e na organização administrativa do território, focando em especial a nova geografia das regiões portuguesas que compreende as alterações nas NUTS de nível 3 (NUTS 2013) e a reorganização administrativa do território das freguesias ocorrida em 2013.

- A estrutura territorial de acordo com as NUTS 2013, é composta por três NUTS I correspondentes às unidades administrativas 'Portugal continental', 'Região Autónoma dos Açores' e 'Região Autónoma da Madeira' —sete NUTS II —cinco sub-regiões no Continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e as duas regiões autónomas — e, 25 NUTS III de natureza administrativa — 21 Entidades Intermunicipais e duas Áreas Metropolitanas e a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.

- As alterações verificadas na dimensão média das NUTS III 2013 face às NUTS III 2003 evidenciavam que, em Portugal a dimensão média da superfície destes territórios aumentou de 3 074 km² para 3 689 km² (cerca de +20%) e que a população média das NUTS III aumentou de cerca de 352 mil indivíduos para aproximadamente 422 mil habitantes (cerca de +20%).

- O Código da Divisão Administrativa organiza o território nacional em 18 distritos e ilhas nas regiões insulares — Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira — que integram 308 municípios e 3 092 freguesias.

- Na sequência da reorganização administrativa do território das freguesias de 2013, o número de freguesias do país reduziu de 4 260 freguesias, em 2012, para 3 092 em 2013 e, consequentemente, a dimensão em termos médios da área e da população das freguesias portuguesas aumentou: de 21,7 para 29,8 km² e de 2,5 mil para 3,4 mil habitantes, respetivamente.

A terceira e última parte da análise apresentou, num primeiro ponto, as cidades estatísticas portuguesas (INE) e as cidades europeias no âmbito do projeto europeu de auditoria urbana (Eurostat), e, num segundo ponto, a delimitação do território em função da intensidade de urbanização considerando a Tipologia de áreas urbanas do INE e a nova tipologia Grau de urbanização do Eurostat (DGURBA).

- As cidades estatísticas portuguesas delimitadas pelo INE têm por base a categoria de "cidade" atribuída às povoações ou vilas de acordo com a Lei 11/82, de 2 de junho. Em 2011, existiam em Portugal 159 cidades nas quais residiam cerca de 4,5 milhões de indivíduos, o que correspondia a 42% da população residente. A maioria das cidades situava-se nas regiões Norte (54 cidades) e Centro (43), seguindo-se o Alentejo (21), a AML (17), o Algarve (11) e finalmente as regiões insulares: 7 cidades na Região Autónoma da Madeira e 6 cidades na Região Autónoma dos Açores.

- Em 2011, as cidades da AML apresentavam, em termos médios, a maior densidade populacional (5 363 habitantes por km²), mais que duplicando o valor da densidade média das cidades portuguesas (2 238 residentes por km²). Para além das cidades da AML, evidenciavam-se também o conjunto das cidades do Algarve, bem como as cidades da Região Autónoma da Madeira por apresentarem, em termos médios, valores de densidade populacional acima da referência nacional. Em média, as cidades da região Centro registavam a menor densidade populacional do país.

- No âmbito da classificação europeia de cidades, o sistema urbano português era composto por apenas 25 cidades. Neste conjunto de cidades incluem-se duas "*Greater city*" — territórios metropolitanos centrados nas cidades de Lisboa e do Porto - com respetivamente, nove e cinco municípios cada. O projeto europeu identifica ainda 13 "*Functional Urban Areas*" (FUA), que traduz o território polarizado pelo emprego concentrado nas cidades do projeto europeu *Urban Audit*. Das 13 FUA portuguesas, 4 apresentavam limites coincidentes com as respetivas cidades (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Viseu e Setúbal).

- A análise da intensidade de urbanização do território nacional com base na Tipologia de áreas urbanas de 2014 (TIPAU 2014) evidenciou, em Portugal, uma taxa de urbanização (proporção de população a residir em APU) acima dos 70%, concentrada em apenas 18% da área do país. As áreas predominantemente rurais representavam mais de 60% da área do território nacional, abrangiam mais de metade das freguesias do país mas apenas 13% da população.

- Por outro lado, através da aplicação da tipologia DGURBA do Eurostat a Portugal, em 2011, menos de metade da população (cerca de 44%) residia em áreas densamente povoavas. Na região Alentejo não existiam freguesias classificadas como áreas densamente povoadas, mas segundo a TIPAU, cerca de 15% das freguesias do Alentejo estavam classificadas como áreas predominantemente urbanas.

- Na generalidade das regiões NUTS II evidenciava-se uma maior expressão da população residente em áreas predominantemente urbanas da TIPAU face às áreas densamente povoadas da tipologia DGURBA. Paralelamente, as áreas densamente povoadas da Grau de urbanização apresentavam valores médios de densidade populacional mais elevados do que os registados nas áreas predominantemente urbanas da TIPAU 2014.

Conceitos

Área mediamente urbana: Freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5 000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2 000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área metropolitana: Pessoa coletiva de direito público que constitui uma forma específica de associação de municípios abrangidos pelas unidades territoriais definidas com base nas NUTS III e que visa a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram.

Área predominantemente rural: Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

Área predominantemente urbana: Freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5 000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominantemente rural: Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

Carta Administrativa Oficial de Portugal: Carta geográfica que regista a delimitação e a demarcação das circunscrições administrativas do País (distritos, municípios e freguesias).

Cidade estatística: Unidade territorial que corresponde ao ajustamento do perímetro urbano, consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos para a povoação com categoria de cidade, ao perímetro das subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e que a integram.

Concelho (município): Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias.

Densidade populacional: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Distrito: Divisão administrativa, que se subdivide em Concelhos.

Espaço de ocupação predominantemente rural: Subsecção estatística tipificada como "solo não urbano", de acordo com os critérios de planeamento assumidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, que contempla o conjunto dos seguintes requisitos: 1) não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano ou semiurbano; 2) tem densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por km^2; 3) não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes.

Espaço semi-urbano: Subsecção estatística tipificada como "solo não urbano", de acordo com os critérios de planeamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, que não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano, e contempla, pelo menos um dos seguintes requisitos: 1) integra uma secção com densidade populacional superior a 100 habitantes por km^2 e inferior ou igual a 500 habitantes por km^2; 2) integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes.

Espaço urbano: Subsecção estatística que contempla um dos seguintes requisitos: 1) tipificada como "solo urbano", de acordo com os critérios de planeamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; 2) integra uma secção com densidade populacional superior a 500 habitantes por km^2; 3) integra um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes.

Freguesia: Circunscrição administrativa em que se subdivide o Concelho.

Lugar censitário: Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

Lugar urbano: Lugar com população igual ou superior a 2 000 habitantes.

Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS): Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados-Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. O território

económico de cada país, tal como definido na Decisão n.º 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extrarregional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.

Perímetro lugar (urbano): Limite físico e/ou imaginário rigorosamente traçado na cartografia de pormenor da BGRE que define a área do lugar. Os perímetros de lugar foram na generalidade definidos em conjunto com as Autarquias Locais, tendo sido respeitados pelo INE os perímetros estabelecidos no âmbito dos Planos Municipais para os principais Centros Urbanos (Perímetro Urbano).

População residente: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

População urbana: População residente nas áreas predominantemente urbanas.

Secção estatística: Unidade territorial correspondente a uma área contínua de uma única freguesia com cerca de 300 alojamentos destinados à habitação.

Solo urbano: Solo ao qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e no qual se integram os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada.

Subsecção estatística: Unidade territorial que identifica a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística (corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais, ou a áreas residuais que podem conter ou não alojamentos isolados).

PARTE II



OS TRAJETOS EDUCACIONAIS NAS REGIÕES PORTUGUESAS

Enquadramento

A escola e o acesso à educação são pilares fundamentais das sociedades contemporâneas e a sua democratização assume princípios de transversalidade de ingresso e de homogeneização de oportunidades (Almeida e Vieira, 2006).

No contexto europeu, a educação e a formação constituem condições fundamentais e promotoras de crescimento económico e emprego (Alves *et al.*, 2010). De igual forma, avanços em termos de desenvolvimento tecnológico e de inovação estão intrinsecamente ligados a uma aposta forte em percursos escolares prolongados e de nível superior. Num contexto global em que os avanços tecnológicos acontecem diariamente é importante a existência de um capital humano especializado que seja capaz de acompanhar e de participar no mercado de trabalho de modo competitivo.

A estratégia Europa 2020 reflete os objetivos definidos no Quadro Estratégico Europeu para a Educação e Formação (EF 2020[1]). Este quadro define um conjunto de objetivos estratégicos na área da educação e da formação com o horizonte 2020 que abrangem os domínios: "da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade, a qualidade e a eficácia da educação e da formação, a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa, bem como a criatividade e a inovação, incluindo o empreendedorismo, em todos os níveis da educação e da formação"[2].

No mesmo sentido, e refletindo o alinhamento com a estratégia Europa 2020, o capital humano constitui um dos quatro eixos temáticos no quadro de programação do Portugal 2020[3] e tem como objetivo "investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida". Três principais constrangimentos para a concretização deste objetivo são identificados naquele quadro, a saber: o nível de qualificação de jovens e adultos, a qualidade e eficiência do sistema de educação / formação e o ajustamento das qualificações às necessidades dos mercados de trabalho.

[1] **Conclusões do Conselho de 12 de maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e formação** (EF 2020) (2009/C 119/02), Jornal Oficial da União Europeia, 28.05.2009.

[2] Para mais informação ver: **http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework**.

[3] Os restantes três eixos dizem respeito às temáticas relativas à competitividade e internalização, inclusão social e emprego, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (**Acordo de Parceria 2014-2020 - Portugal 2020**).

Neste contexto, o diagnóstico das disparidades regionais no que respeita ao estado da educação não deve descurar um olhar sobre os indicadores definidos, no contexto europeu e no âmbito da estratégia Europa 2020, e das metas que lhes estão associadas. No quadro das metas definidas para 2020, o abandono escolar precoce (*early leavers*) deverá ser inferior a 10% e, pelo menos, 40% da população entre 30 e 34 anos deverá ter um grau do ensino superior completo. A transposição desta avaliação do contexto nacional para os contextos regionais permitirá identificar elementos objetivos de assimetrias entre as regiões portuguesas.

A literatura sugere que sendo possível assinalar progressos significativos no plano da educação em Portugal (Azevedo, 2013; Justino, 2013), tal não significa que estes tenham sido equivalentes aos vários contextos territoriais. Neste âmbito, importa avaliar em que sentido se registam diferenciações territoriais tendo em conta que os espaços de vivência em que os indivíduos constroem os seus percursos escolares reúnem características e condições diferenciadas que são também elas relevantes para a construção desses mesmos percursos. Por outro lado, a disparidade dos níveis de escolaridade entre gerações é, de acordo com a literatura, evidente (Antunes, 2013; Cavaco, 2013), sendo relevante a monitorização dos processos de aprendizagem ao longo da vida.

Do mesmo modo, o contexto global de rápido desenvolvimento económico em que vivemos requer uma avaliação sobre as disparidades regionais no que se refere ao ensino superior, considerando não só uma leitura em termos do potencial alargamento no acesso ao ensino superior, e aos seus diferentes ciclos de ensino, mas também das dinâmicas diferenciais em termos de género (Alves, 2003; Jacob, 2002).

O percurso escolar e académico dos indivíduos molda, até certo ponto, o processo de integração e de participação no mercado de trabalho. A ideia de uma relação positiva entre habilitações e empregabilidade encontra eco nas orientações estratégicas para a Europa, que procuram, por um lado, promover a diminuição do abandono escolar precoce e, por outro lado, apostar em percursos escolares mais longos, idealmente de nível superior, e em processos que fomentam a aprendizagem ao longo da vida, procurando, deste modo, contribuir para a criação de capital humano capaz de fazer às necessidades mais especializadas do mercado de trabalho, do ponto de vista técnico, científico e tecnológico (Eurostat, 2015).

É expectável que a renovação, ou seja, a saída de trabalhadores mais velhos e a entrada de trabalhadores novos, reflita uma maior qualificação da força de trabalho. No entanto, os dados globais para o contexto europeu revelam que a população jovem tem sido particularmente afetada pela crise económica e financeira que se instalou na Europa, como é o caso de Portugal que foi alvo de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Importa neste contexto olhar, na linha de uma avaliação das disparidade regionais, para a expressão regional do desemprego e, especificamente a situação dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF). É também, neste sentido, importante avaliar em que medida se verifica uma adequação entre as habilitações e o emprego obtido nos diferentes contextos regionais.

Identificaram-se três vertentes para a estruturação da análise dos trajetos educacionais nas regiões portuguesas: a caracterização dos **perfis educacionais**, as **disparidades** dos níveis educacionais e a relação entre as **habilitações e a participação no mercado de trabalho**. A análise destes vetores assentará num conjunto de indicadores que se considera refletirem as principais tendências em Portugal e que permitem avaliar as diferenças de comportamentos nos diversos territórios do país.

Na presente análise são considerados dados de diferentes fontes de informação tendo a conta o seu potencial de adequabilidade para melhor captar os fenómenos em análise. Deste modo, para além dos dados do Inquérito ao Emprego, enquanto fonte primordial associada aos indicadores Europa 2020, foram também considerados dados do Recenseamento da População e Habitação, que permitem, pela sua natureza, uma leitura a uma escala mais fina do território, e dados provenientes da Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência (MEC/DGEEC) e dos Quadros de Pessoal do Ministério da Economia. Procurou-se, sempre que possível, privilegiar a análise à escala municipal de modo a poder captar a diversidade territorial dos perfis e trajetos educacionais. Contudo, e tendo em conta que algumas das fontes de informação consideradas não permitem a desagregação territorial a uma escala tão fina, para alguns indicadores foram consideradas desagregações territoriais apenas ao nível das sub-regiões NUTS III ou das regiões NUTS II. Sempre que se afigure pertinente e exequível, a análise será reforçada com um olhar comparativo da situação de Portugal com o contexto europeu e nomeadamente tendo em conta as metas estratégicas definidas no âmbito da Europa 2020.

II.1. A caracterização dos perfis educacionais

Aprendizagem ao longo da vida: População residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em atividades de educação e formação/ População residente com idade entre 25 e 64 anos x 100

Média do número de anos de escolaridade completa: População residente com habilitações na classe *j* x Anos de escolaridade da classe *j* / População residente

Proporção da população residente com ensino superior completo: População residente com 23 e mais anos com ensino superior concluído / População residente com 23 e mais anos x 100

Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo: População com 15 e mais anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico concluído / População residente com 15 e mais anos x 100

Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo: População residente com 18 e mais anos com pelo menos o ensino secundário completo / População residente com 18 e mais anos x 100

Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano: População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9.º ano / População residente com idade entre 10 e 15 anos x 100

Proporção de população residente entre 18 e 24 anos de anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário: População residente entre 18 e 24 anos de idade que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário / População residente entre 18 e 24 anos x 100

Taxa de abandono precoce de educação e formação: População com idade compreendida entre 18 e 24 anos que já saiu dos sistemas de educação e de formação profissional sem concluir o ensino secundário ou obter certificação equivalente / População com idade compreendida entre 18 e 24 anos x 100

Taxa de analfabetismo: População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever / População residente com 10 e mais anos x 100

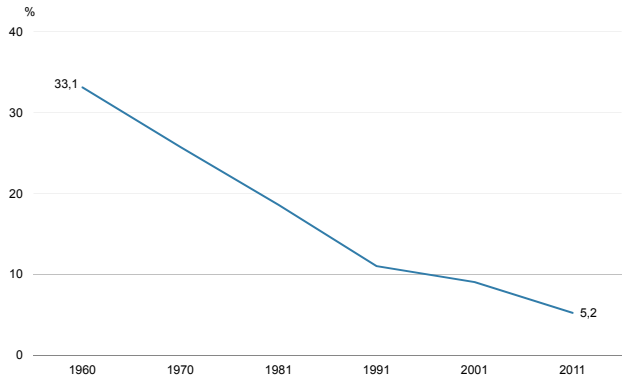
Taxa de retenção/desistência no ensino básico: Alunos do ensino básico que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico, nesse ano letivo x 100

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário: Alunos do ensino secundário que no final do ano letivo obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) / Alunos matriculados no ensino secundário, nesse ano letivo x 100

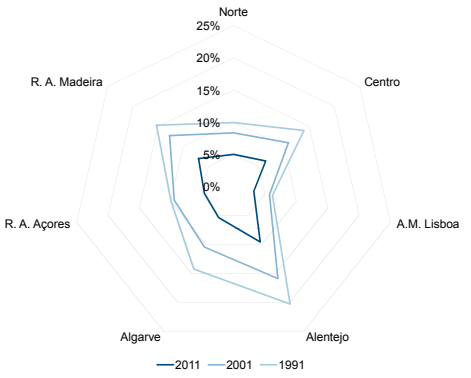
Nas últimas décadas, foi possível assistir a progressos no perfil educacional da população portuguesa, visíveis na diminuição expressiva da taxa de analfabetismo de 33,1% em 1960, para 5,2% em 2011 [Figura II.1]. Em termos regionais, e apesar de se registar uma tendência de decréscimo transversal a todas as regiões do país [Figura II.2], o diagnóstico mais recente ancorado nos resultados do último Recenseamento da População e Habitação (Censos 2011) permite constatar que a taxa de analfabetismo ainda se apresentava próxima dos 10% na região do Alentejo (9,6%), e com valores acima da média nacional na Região Autónoma da Madeira (7,0%) e na região Centro (6,4%). Os níveis de analfabetismo eram mais baixos na Área Metropolitana de Lisboa (3,2%) e na Região Autónoma dos Açores (4,7%).

No quadro mais amplo do contexto europeu, e considerando que alguns países, principalmente do Norte da Europa, praticamente não têm analfabetismo desde início do século XX (Justino, 2014), Portugal permanece, a este respeito, numa posição menos favorável.

Taxa de analfabetismo, Portugal, 1960-2011 | Figura II.1



Taxa de analfabetismo, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011 | Figura II.2



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 1960-2011.

Razões históricas permitem contextualizar os avanços feitos, ainda que a um ritmo mais lento, do que a dinâmica global europeia tem seguido. Concretamente, a implantação da democracia em 1974 trouxe profundas alterações no sistema educativo português que se traduziu "na construção da escola de massas em Portugal" (Dias, 2005: 10), assim como a integração na União Europeia (UE) em 1986 colocou em evidência a necessidade de acompanhar as metas europeias. Com efeito, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que estabelece o quadro geral do sistema educativo nacional, foi aprovada ainda em 1986[4] e estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos com base em princípios de universalidade de acesso e de igualdade de oportunidades.

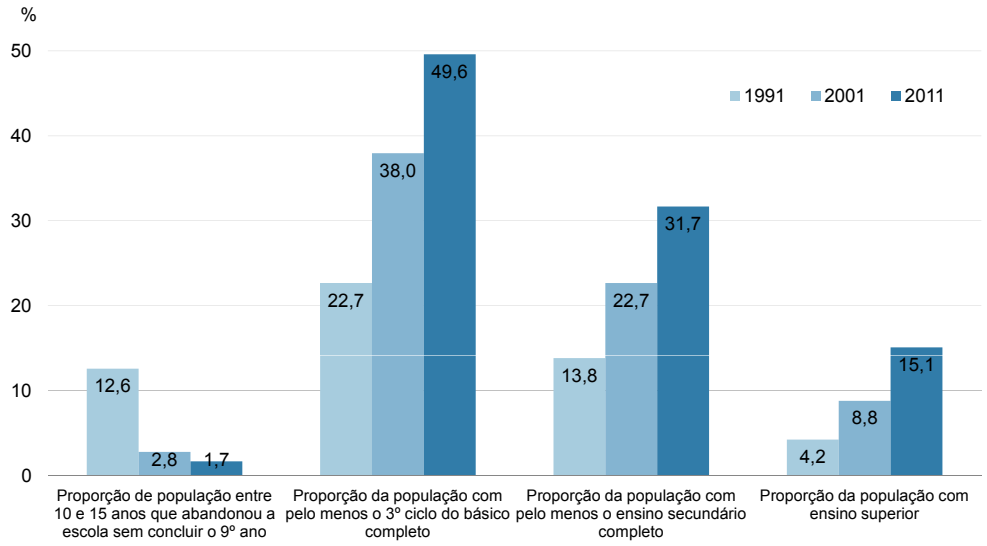
[4] A Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – fixou a escolaridade em nove anos. Desde 1964 até à aprovação da LBSE em 1986, a escolaridade obrigatória em Portugal correspondia a seis anos. Mais recentemente, a alteração introduzida pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto alargou a escolaridade obrigatória até à conclusão do ensino secundário, ou, independentemente da obtenção do qualquer diploma de ciclo ou nível de ensino, a obrigatoriedade de frequência escolar termina aos 18 anos de idade. O Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto veio regular "o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares" (artigo 1º).

Na viragem do século XXI e na sequência da Cimeira de Lisboa[5] foi reconhecida a necessidade de haver uma convergência dos sistemas educativos dos vários países da UE, tendo em vista a definição de um espaço europeu mais competitivo para fazer face aos desafios de um contexto económico e social crescentemente globalizado. Esta definição passou pelo estabelecimento de metas orientadoras que definiram no domínio da educação e formação a melhoria das competências básicas de crianças, jovens e adultos, a diminuição do abandono escolar precoce, a universalização da educação secundária, bem como o desenvolvimento de sistemas de aprendizagem ao longo da vida (Dias, 2005).

Enquanto no plano europeu se colocava ênfase na universalização do ensino secundário, o contexto nacional nesta viragem do século ainda apresentava uma escolaridade obrigatória de nove anos correspondentes ao 3º ciclo do ensino básico, e só mais recentemente esta foi alargada até à conclusão do ensino secundário. De facto, se recuarmos à posição de Portugal em 1991 constatamos que a taxa de abandono escolar se situava ainda em torno de 12,6% e que a proporção de população que detinha pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo era de 22,7%, descendo este valor para 13,8% e para 4,2% em relação à população que detinha pelo menos o ensino secundário e a população que concluiu o ensino superior, respetivamente [Figura II.3].

[5] Em 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foi definida uma estratégia para a UE com o horizonte 2010 (Estratégia de Lisboa) que teve como objetivo reforçar o emprego, a reforma económica e a coesão social no âmbito de uma economia baseada no conhecimento. Esta estratégia foi reforçada no Conselho Europeu da Primavera de 2005, procurando promover a competitividade, a coesão e o desenvolvimento sustentável, através da solidez das contas públicas, da qualificação e da inovação. Na sequência desta revisão, Portugal elaborou o seu Programa Nacional de Reformas para o horizonte 2005/2008 (Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego - 2005/2008.

Indicadores de educação, Portugal, 1991, 2001 e 2011 | Figura II.3



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011.

Nas duas décadas seguintes, Portugal registou melhorias significativas ainda que se verifiquem diferenças territoriais que dão conta de um país a diferentes velocidades e com contrastantes espacialidades (Ferrão, 2002). Os dados do último recenseamento em 2011 revelam que a proporção de população entre 10 e 15 anos que abandonou a escolar sem concluir o 9º ano se situava abaixo dos 2% e que a proporção de população com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo se situava, pela primeira vez, próxima dos 50%. A população com ensino superior completo atingiu, em 2011, os 15,1% [Figura II.3].

Mais recentemente, os grandes objetivos associados à educação no quadro da Europa 2020 [Caixa II.1] colocam ênfase na redução do abandono precoce de educação e formação e no aumento da escolaridade de nível superior (30-34 anos). Nos pontos de análise seguintes estes indicadores da estratégia Europa 2020 serão complementados com indicadores que permitam caracterizar de forma mais adequada os diferentes contextos territoriais e suas assimetrias.

Europa 2020 | Caixa II.1

A União Europeia definiu as linhas estratégicas para 2020 (Europa 2020) com base no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e mantendo a visão da Europa do conhecimento. Foram delineados cinco grandes objetivos em matéria de emprego, inovação, clima/energia, educação e inclusão social:

1. Emprego

- aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos;

2. I&D

- aumentar para 3% do PIB o investimento da UE em I&D;

3. Alterações climáticas e sustentabilidade energética

- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%) face aos níveis registados em 1990;
- obter 20% da energia a partir de fontes renováveis;
- aumentar em 20% a eficiência energética;

4. Educação

- reduzir a taxa do abandono precoce de educação e formação para menos de 10%;
- aumentar para, pelo menos, 40% a proporção de população entre 30-34 anos com nível de ensino superior;

5. Luta contra a pobreza e exclusão social

- reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza / exclusão social.

Os objetivos da estratégia são apoiados por sete iniciativas emblemáticas (*flagships initiatives*) associadas aos três pilares de i) crescimento inteligente (*Agenda digital para a Europa, União da inovação e Juventude em movimento*); ii) crescimento sustentável (*Uma Europa eficiente em termos de recursos e Uma política industrial para a era da globalização*) e iii) crescimento inclusivo (*Agenda para novas competências e empregos e Plataforma europeia contra a pobreza*).

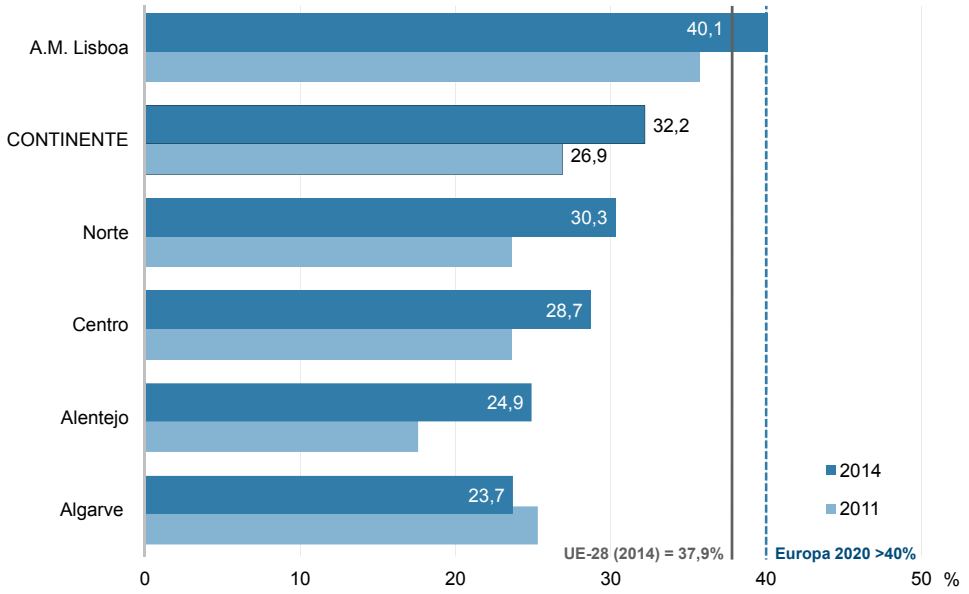
(**http://ec.europa.eu/europe2020**)

Os níveis de escolaridade

No contexto alargado do espaço europeu e das metas definidas na estratégia Europa 2020, a área da educação constitui uma das cinco áreas chave para o crescimento inclusivo e salienta as habilitações académicas de nível superior, nomeadamente restringindo a avaliação para o grupo etário dos 30 aos 34 anos com nível de ensino superior completo [Caixa II.1]. Do mesmo modo, o domínio referente ao capital humano no quadro de programação do Portugal 2020 salienta a relevância das qualificações de nível superior, não só tendo em vista a aproximação de Portugal aos níveis de habilitações da União Europeia (UE), mas também tendo em conta a necessidade de capacitar as pessoas às diferentes necessidades e exigências do mercado de trabalho.

A taxa de escolaridade de nível superior (30-34 anos) com base na informação do Inquérito ao Emprego [Caixa II.2] constitui o referencial de informação para a monitorização desta meta estratégica, permitindo posicionar os vários países europeus e o desempenho de cada um face à média da UE. Em 2014, a média da União Europeia (UE-28) relativa à taxa de escolaridade de nível superior era de 37,9%, valor próximo da meta dos 40%. O valor nacional de 31,3% situava-se abaixo do desempenho global da UE[6], apesar da tendência positiva de aumento da parcela de população entre os 30 e os 34 anos com ensino superior completo verificada entre 2011 e 2014.

Taxa de escolaridade de nível superior (30-34 anos), Continente[7] e NUTS II, 2011 e 2014 — Figura II.4



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

[6] Em 2014, do conjunto de 28 países que constituem a União Europeia, 17 apresentavam uma taxa de escolaridade de nível superior (30-34 anos) acima de 40% – Bélgica, Dinamarca, Chipre, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Islândia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Reino Unido e Suécia – e cinco apresentavam as taxas de escolaridade de nível superior mais baixas (inferiores a 30%) - Eslováquia, Itália, Malta, República Checa e Roménia.

[7] A análise para este indicador será feita apenas ao nível do território continental uma vez que os dados para as regiões autónomas apresentam limitações que impedem a disponibilização da informação tendo em conta a salvaguarda de critérios de qualidade da informação estatística divulgada pelo INE.

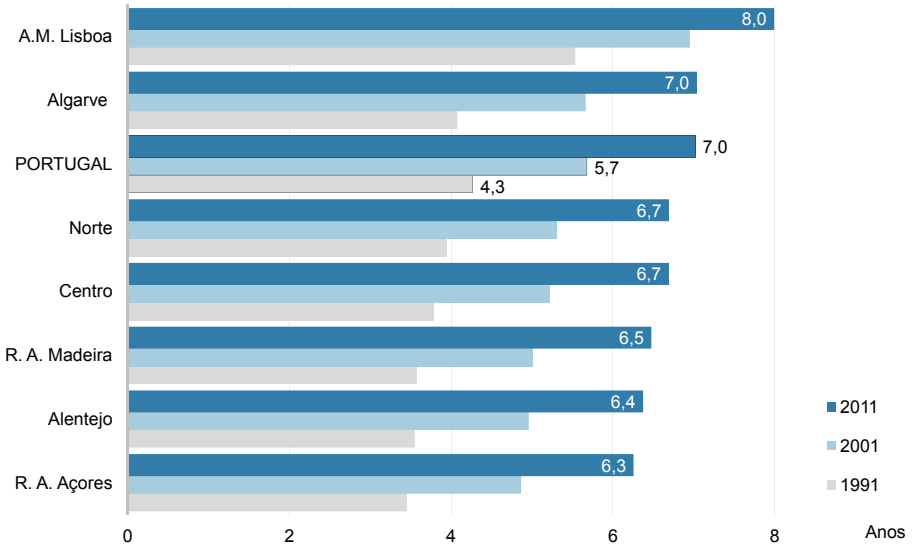
A leitura ao nível regional permite destacar a situação da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que atingiu aquele limiar no ano de 2014 ao registar 40,1% de população entre 30 e 34 anos de idade com ensino superior completo. Salienta-se, contudo, que a região Norte tinha o segundo melhor desempenho neste indicador, ao apresentar uma taxa de escolaridade de nível superior de 30,3%. Por sua vez, as menores taxas de escolaridade de nível superior, abaixo de 30%, pertenciam às regiões do Algarve, Alentejo e Centro. Entre 2011 e 2014, apenas a região do Algarve revela um decréscimo na taxa de escolaridade de nível superior para a população entre 30 e 34 anos de idade - menos 1,6 pontos percentuais – e em relação às restantes regiões do Continente assinala-se o aumento mais expressivo para as regiões Alentejo e Norte [Figura II.4].

Inquérito ao Emprego – série 2011 | Caixa II.2

O Inquérito ao Emprego (IE) tem como objetivo a caracterização da população face ao mercado de trabalho. Trata-se de um inquérito trimestral por amostragem dirigido a indivíduos residentes em alojamentos familiares de residência principal em território nacional. A amostra do IE é do tipo painel com um esquema de rotação que implica a permanência dos alojamentos selecionados na amostra durante seis trimestres consecutivos. O IE disponibiliza resultados trimestrais e anuais e, mais recentemente, também estimativas mensais de emprego e desemprego. A partir do 1º trimestre de 2011, o INE passou a publicar uma nova série de dados do IE (série 2011) em resultado da transição para um novo modo de recolha da informação e da adoção de um novo questionário (INE, 2010). O IE passou a contemplar um modo de recolha misto, passando a combinar recolha presencial (CAPI – *Computer Assisted Personal Interviewing*) e recolha telefónica (CATI – *Computer Assisted Telephone Interviewing*). A conceção de um novo questionário procurou a racionalização do seu conteúdo, considerando igualmente a necessidade de adaptação dos conteúdos ao modo de recolha CATI, e a acomodação de orientações comunitárias mais recentes para o *Labour Force Survey*. Os resultados de vários estudos de avaliação do impacto das alterações referidas nas estimativas do IE (INE, 2011a) revelaram que os dados que resultam da nova metodologia implementada não são diretamente comparáveis com a série de dados anterior, que esteve em vigor desde o 1º trimestre de 1998 até ao 4º trimestre de 2010, verificando-se, deste modo, a existência de uma quebra de série. Adicionalmente, e na sequência da revisão das estimativas da população residente após integração dos resultados definitivos dos Censos 2011, o conjunto de séries trimestrais e anuais desde o 1º trimestre de 1998 foram revistas para integração das novas estimativas de população, não tendo sido introduzidas quaisquer outras alterações e mantendo-se, deste modo, a quebra de série observada do 4º trimestre de 2010 para o 1º trimestre de 2011 (INE, 2014c). Os dados apresentados neste segundo domínio de análise correspondem a valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Os dados relativos ao Recenseamento da População e Habitação permitem, por outro lado, colocar em evidência os avanços positivos que Portugal alcançou nas últimas décadas no que respeita aos níveis de escolaridade da população portuguesa (Justino, 2013). Entre 1991 e 2011, a escolaridade média da população portuguesa aumentou de 4,3 anos para 7,0 anos, o que revela que no espaço temporal de duas décadas foi possível assistir a um incremento das habilitações académicas expressivo, sendo, contudo, importante assinalar que o ponto de partida em 1991 ainda se situava ao nível do 1º ciclo do ensino básico e que o ponto de chegada em 2011 não atingia o patamar de nove anos de escolaridade, correspondentes à conclusão do 3º ciclo do ensino básico. Regionalmente, a tendência positiva é transversal às sete regiões NUTS II do país, destacando-se, em 2011, a média de habilitações académicas mais elevada na AML, que atingia os 8 anos de escolaridade, e mais baixa para a Região Autónoma dos Açores e para o Alentejo, 6,3 e 6,4 anos de escolaridade completa, respetivamente [Figura II.5].

Média do número de anos de escolaridade completa, Portugal e NUTS II, 1991, 2001 e 2011 Figura II.5

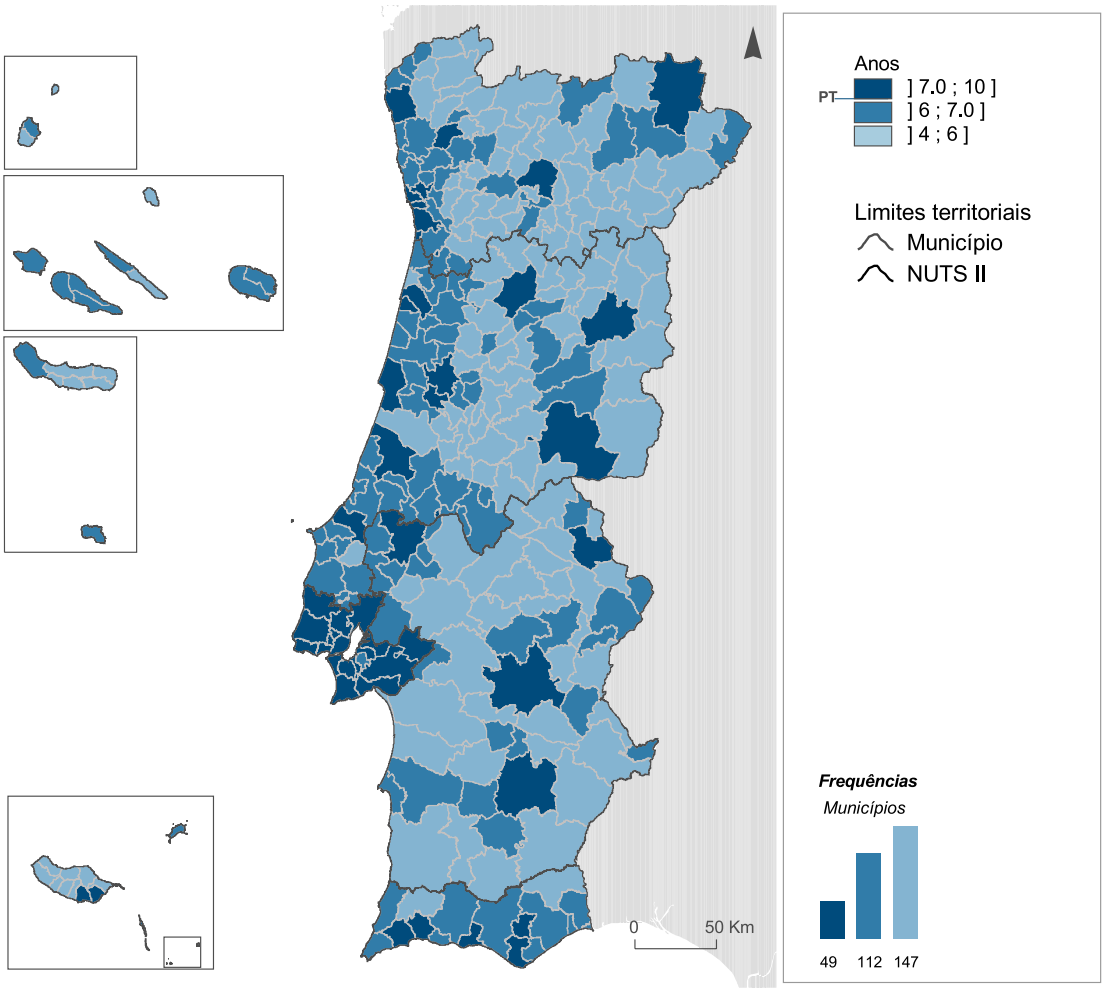


Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011. Cálculos próprios.

O retrato municipal da média das habilitações académicas da população portuguesa para o ano de 2011 permite identificar uma escolaridade média mais elevada, ou seja, superior a 7 anos de escolaridade completa, para um conjunto de municípios localizados maioritariamente na AML (todos com exceção da Moita), na região Centro (como Aveiro, Ílhavo e Coimbra) e também na região Norte, onde se evidenciam os municípios do Porto, da Maia, de Matosinhos, de Vila Nova de Gaia, de São João da Madeira e de Espinho da sub-região da Área Metropolitana do Porto (AMP) [Figura II.6]. Por outro lado, distinguem-se igualmente habilitações académicas mais elevadas num conjunto de municípios que incluem cidades de média dimensão, nomeadamente as 18 capitais de distrito. No Algarve, para além do município de Faro, também os municípios de Albufeira,

Portimão, Lagos e São Brás de Alportel apresentavam uma escolaridade média mais elevada. Nas regiões autónomas, apenas os municípios do Funchal e de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, apresentavam uma escolaridade média acima do valor de referência nacional.

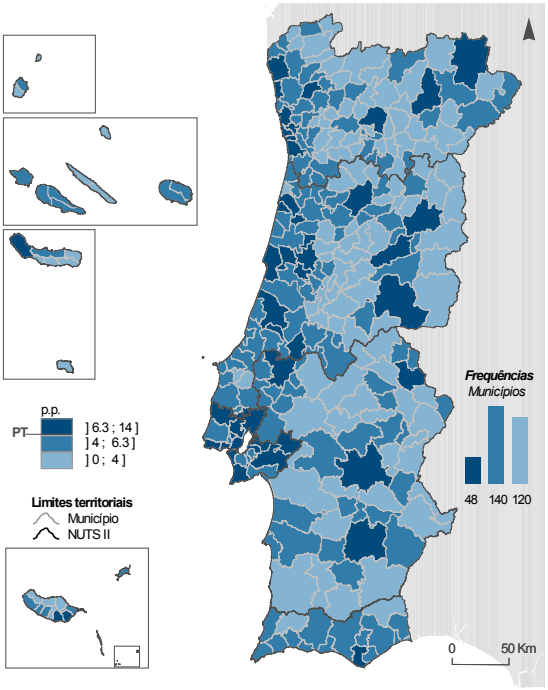
Média do número de anos de escolaridade completa, por município, 2011 | Figura II.6



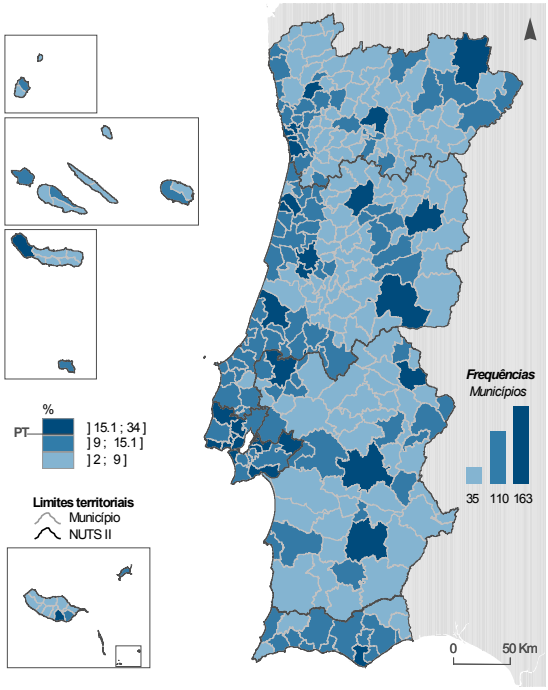
Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2011. Cálculos próprios.

Entre 2001 e 2011, e de acordo com os dados censitários, a proporção de população com 23 e mais anos com nível de ensino superior aumentou 6,3 pontos percentuais, passando de 8,8% para 15,1%. A análise ao nível do município permite observar um aumento em todos os municípios deste indicador, revelando deste modo uma tendência positiva de incremento da escolaridade de nível superior [Figura II.7]. A configuração espacial que resulta da representação do indicador para o ano de 2011 destaca proporções mais elevadas em municípios pertencentes às duas áreas metropolitanas do país - destacavam-se por exemplo Lisboa, Oeiras e Cascais na AML e os municípios do Porto, Maia e Matosinhos na AMP –, bem como municípios das restantes regiões do Continente correspondentes a capitais de distrito como é o caso de Coimbra, Aveiro, Faro, Braga, Vila Real e Évora [Figura II.8]. Nas regiões autónomas, em 2011 destacavam-se apenas dois municípios com valores de população residente com ensino superior completo superiores ao total do país: o município de Ponta Delgada na Região Autónoma dos Açores e do Funchal na Região Autónoma da Madeira.

Variação da proporção da população residente com ensino superior completo, por município, 2001/2011 | Figura II.7



Proporção da população residente com ensino superior completo, por município, 2011 | Figura II.8



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

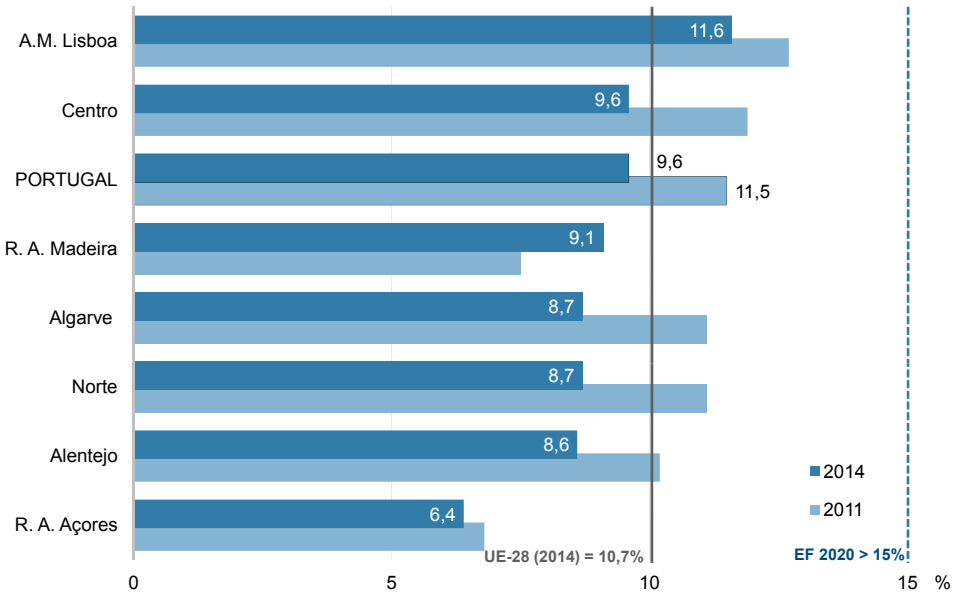
A análise da meta definida no contexto da Europa 2020 de atingir uma taxa de escolaridade de nível superior acima de 40%, permitiu constatar que a AML atingiu aquele limiar no ano de 2014 ao registar 40,1% de população entre 30 e 34 anos de idade com ensino superior completo, mas que o valor para o total de Portugal (31,3%) se situava abaixo daquele limiar bem como da média da UE-28. Em 2014, as menores taxas de escolaridade de nível superior (30 a 34 anos) pertenciam às regiões do Algarve, Alentejo e Centro. O retrato municipal da média das habilitações académicas da população portuguesa para o ano de 2011 permitiu identificar níveis de escolaridade mais elevados em municípios que incluem cidades de média dimensão e correspondentes às 18 capitais de distrito. Nas regiões autónomas, apenas os municípios do Funchal e de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, apresentavam uma escolaridade média acima do valor de referência nacional (7 anos). Complementarmente, a leitura ao nível da proporção de população com ensino superior completo evidenciou, entre 2001 e 2011, um aumento em todos os contextos municipais.

A aprendizagem ao longo da vida

A aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) é uma dimensão relevante no quadro estratégico para a Europa 2020 e constitui um dos domínios centrais em iniciativas como 'Juventude em movimento' e 'Agenda para novas competências e emprego'. A estratégia 2020 para educação e formação (EF 2020) define o objetivo de aumentar a proporção de população que participa em atividades de educação e formação para 15% e tem em conta como indicador de referência a proporção de pessoas com idades entre 25 e 64 anos de idade que participa em atividades de educação e formação e que resulta da informação recolhida pelo Inquérito ao Emprego.

Aprendizagem ao longo da vida, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014

Figura II.9

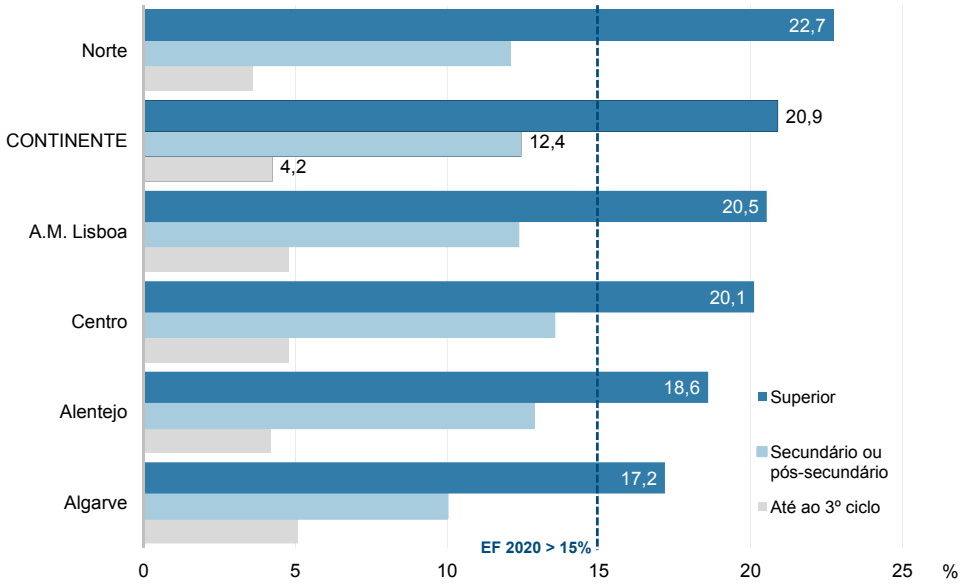


Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

Em 2014, as regiões AML e Centro eram aquelas que apresentavam uma maior parcela de população entre os 25 e 64 anos de idade em atividades de educação e formação – 11,6% e 9,6%, respetivamente. No entanto, entre 2011 e 2014, registou-se uma diminuição da aprendizagem ao longo da vida para o total do país e para todos os contextos regionais, constituindo a Região Autónoma da Madeira a única exceção ao revelar um aumento de 1,6 pontos percentuais. Neste sentido, a posição de Portugal e das respetivas regiões afastou-se do limiar de 15%, que também não foi ainda atingido pelo conjunto de 28 países que compõem a UE [Figura II.9].

A segmentação do indicador por nível de escolaridade completo permite complementar a análise e apreender o potencial diferenciador das habilitações no contexto da aprendizagem ao longo da vida. Deste modo, os dados referentes ao ano 2014 para o Continente permitem constatar que a participação em atividades de educação e formação era mais elevada para o segmento da população entre 25 e 64 anos de idade com ensino superior completo – o valor de 20,9% observado para o conjunto do território continental situava-se acima da meta estabelecida no contexto EF 2020, e acima desta meta estavam também as cinco regiões do Continente, destacando-se a região Norte com o valor mais elevado em 2014 [Figura II.10]. Por outro lado, a participação em atividades de educação e formação era menos expressiva para o subgrupo da população entre os 25 e 64 anos que concluiu no máximo o 3º ciclo do ensino básico. Em 2014, apenas a região do Algarve registava um valor marginalmente superior a 5%.

Aprendizagem ao longo da vida por nível de escolaridade completo, Continente[8] e NUTS II, 2014 Figura II.10



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

Em 2014 as regiões da AML e Centro eram aquelas que apresentavam uma maior parcela de população entre os 25 e 64 anos de idade em atividades de educação e formação. Contudo, entre 2011 e 2014, registou-se uma diminuição da taxa de aprendizagem ao longo da vida para o total do país e para todos os contextos regionais, constituindo a Região Autónoma da Madeira a única exceção. Neste sentido, a posição de Portugal e das respetivos regiões afastou-se do limiar de 15% definido no contexto EF 2020. A segmentação do indicador por nível de escolaridade completo permitiu complementar a análise e verificar que, em 2014, a participação em atividades de educação e formação é mais elevada para o segmento da população entre 25 e 64 anos de idade com ensino superior completo e que os valores para as cinco regiões do Continente se situavam acima da meta estabelecida no contexto EF 2020, destacando-se a região Norte com o valor mais elevado.

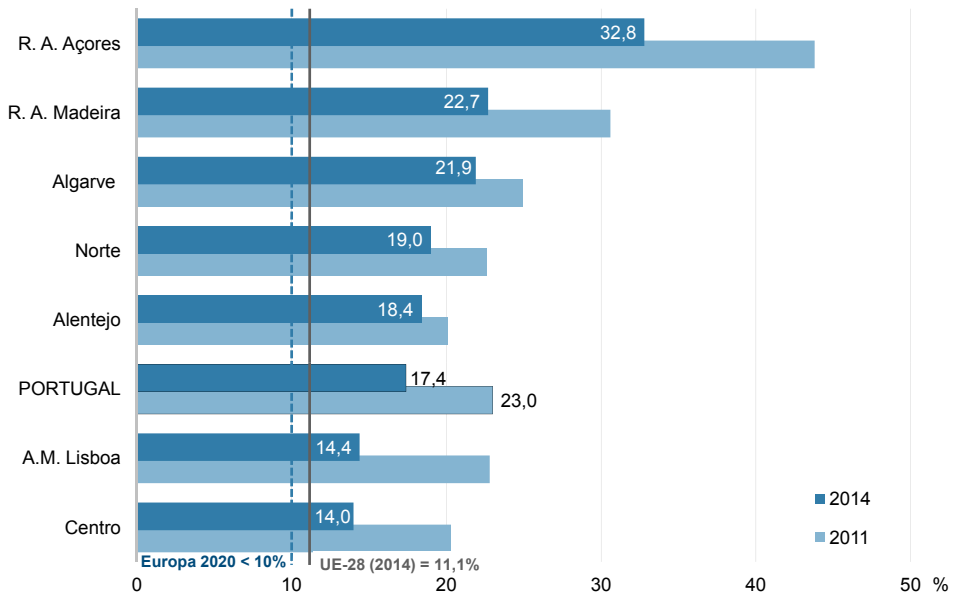
[8] A análise para este indicador será feita apenas ao nível do território continental uma vez que os dados para as regiões autónomas apresentam limitações que impedem a disponibilização da informação tendo em conta a salvaguarda de critérios de qualidade da informação estatística divulgada pelo INE.

O abandono escolar

O abandono precoce de educação e formação (*early school leaving*) já constituía um domínio-chave da Estratégia de Lisboa, enquanto medida relevante para o objetivo da qualificação do capital humano associado ao pilar da empregabilidade. A meta a alcançar definia a redução para um valor inferior a 10% da taxa de abandono precoce de educação e formação. Em 2010 a taxa de abandono precoce de educação e formação na União Europeia (28 países) era de 13,9%[9] e de 28,3% para Portugal (em 1998 era 46,8%). Deste modo, a estratégia Europa 2020 [Caixa II.1] mantém a meta de redução do abandono precoce de educação e formação para valores inferiores a 10%, que constitui também objetivo estratégico do domínio temático associado ao capital humano no âmbito do Portugal 2020.

A informação de base que permite a monitorização deste indicador para o território nacional e europeu corresponde aos dados resultantes do Inquérito ao Emprego. Os dados mais recentes, e que correspondem ao indicador da nova série do Inquérito ao Emprego [Caixa II.2], revelam uma diminuição em 5,6 pontos percentuais para o total do país entre 2011 e 2014, situando-se a taxa de abandono precoce de educação e formação em 2014 (17,4%) ainda acima da meta definida no quadro da estratégia 2020 para a Europa [Figura II.11].

Taxa de abandono precoce de educação e formação, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 — Figura II.11

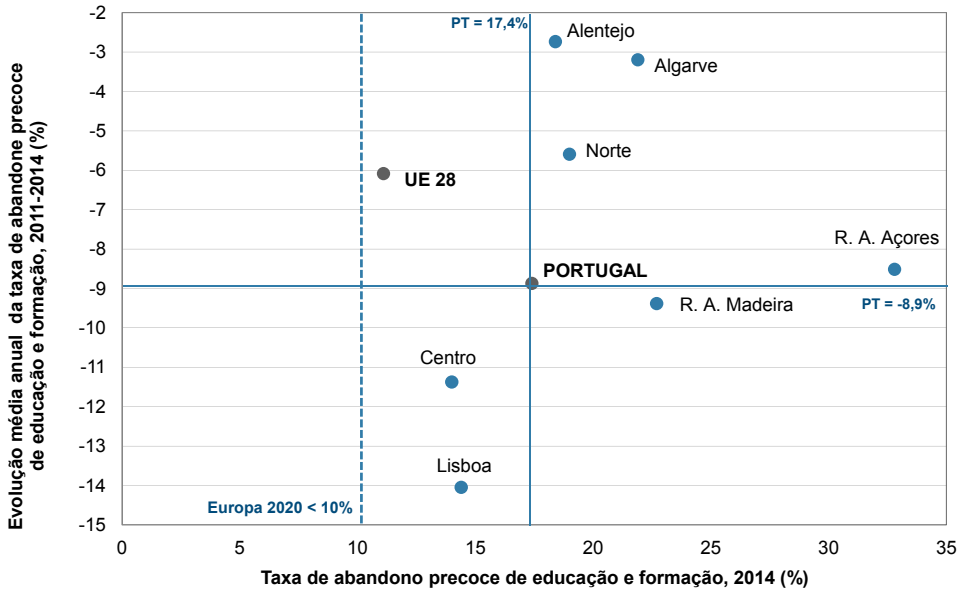


Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

[9] Corresponde ao indicador *early leavers from school and traning* disponibilizado pelo Eurostat, que engloba a população entre os 18 e 24 anos que não concluiu o ensino secundário ou equivalente e que já saiu dos sistemas de educação e formação.

De um modo mais detalhado, a figura seguinte permite posicionar as sete regiões do país em termos da sua evolução média entre 2011 e 2014 e dos valores de abandono precoce de educação e formação apurados para o ano de 2014 [Figura II.12]. Destaca-se a tendência mais acentuada de decréscimo nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa e Centro e o facto de estas corresponderem às regiões do país com valores mais próximos da média europeia (11,1%) e da meta definida no quadro da Europa 2020[10]. A Região Autónoma dos Açores, apesar de registar um decréscimo que se aproxima do valor médio para o total do país (-8,9%), permanece em 2014 com uma taxa de abandono precoce de educação e formação acima de 30%. A Região Autónoma da Madeira, a par da região Algarve, apresentava, em 2014, valores de abandono precoce de educação e formação ainda acima dos 20%.

Taxa de abandono precoce de educação e formação, Portugal e NUTS II, 2011-2014 | Figura II.12



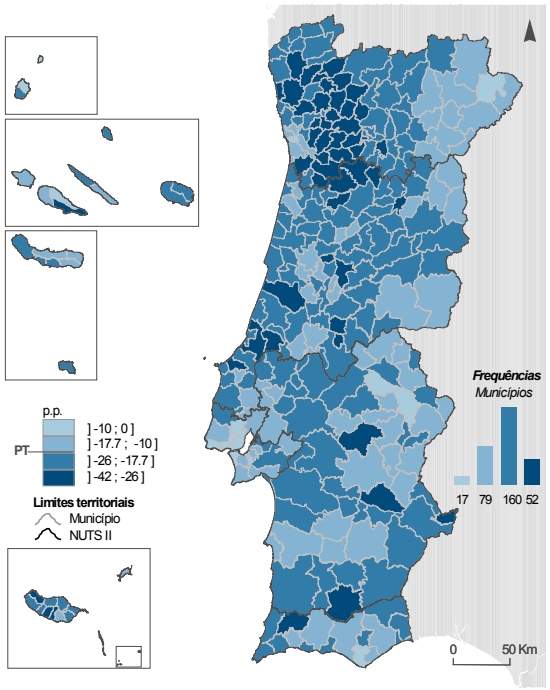
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

Embora o indicador associado à meta estratégica Europa 2020 resulte da informação recolhida pelo Inquérito ao Emprego, os dados censitários, apesar de considerarem apenas o contexto do sistema de educação (não abrangendo, portanto, os contextos de formação), permitem obter uma leitura sobre o abandono precoce de educação e formação a uma escala mais fina do território que importa considerar no sentido de dar contar em maior detalhe das disparidades territoriais. O indicador *proxy* do abandono precoce com base nos dados censitários abarca a população residente com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos de idade que já não se encontra a estudar e que não concluiu o ensino secundário (Almeida, 2014).

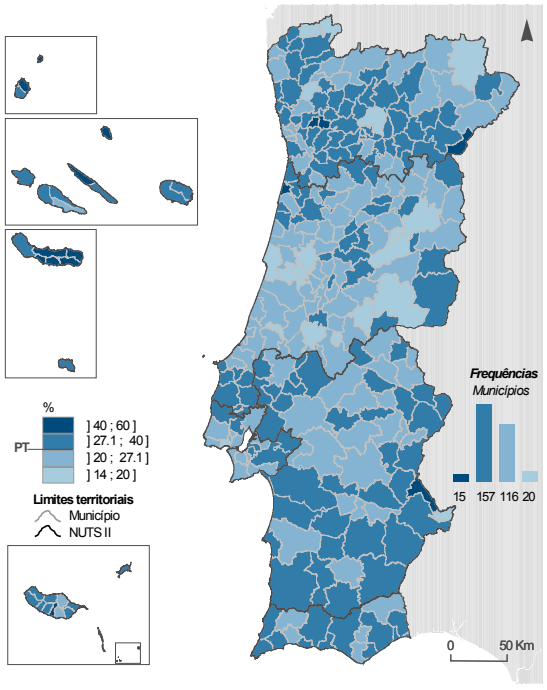
[10] Em 2014, do conjunto de 28 países que constituem a União Europeia 19 já alcançaram uma taxa de abandono precoce de educação e formação inferior a 10%, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Polónia, República Checa e Suécia.

Assim, e de acordo com os dados censitários, entre 2001 e 2011 a proporção de população entre 18 e 24 anos que já saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário registou uma diminuição de 18 pontos percentuais, passando de 44,8% para 27,1%. Ao nível municipal, regista-se igualmente uma diminuição deste indicador transversal ao conjunto dos 308 municípios nacionais [Figura II.13]. No entanto, e apesar desta tendência, verificava-se ainda em 2011 valores elevados da proporção de população entre 18 e 24 anos que já saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário em alguns contextos municipais, designadamente um conjunto de 15 municípios apresentava, em 2011, valores superiores a 40%, e encontravam-se principalmente localizados na Região Autónoma dos Açores (nove municípios), destacando-se ainda o município de Câmara de Lobos, na Região Autónoma da Madeira, e no Continente, os municípios de Lousada, Paços de Ferreira, Freixo de Espada à Cinta, na região Norte, e de Mourão e Murtosa nas regiões Alentejo e Centro, respetivamente [Figura II.14]. Por outro lado, é possível constatar que 136 municípios apresentavam valores inferiores à média do país (27,1%), dos quais um conjunto de 20 municípios, situados principalmente na região Centro (como Coimbra, Castelo Branco e Covilhã), reunia valores inferiores a 20%. Abaixo daquele limiar evidenciavam-se ainda alguns municípios na região Norte (Melgaço, Monção, Braga, Vila Real e Bragança) e na AML, apenas o município Oeiras detinha um valor inferior a 20%.

Variação da proporção de população residente entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário, por município, 2001/2011 Figura II.13



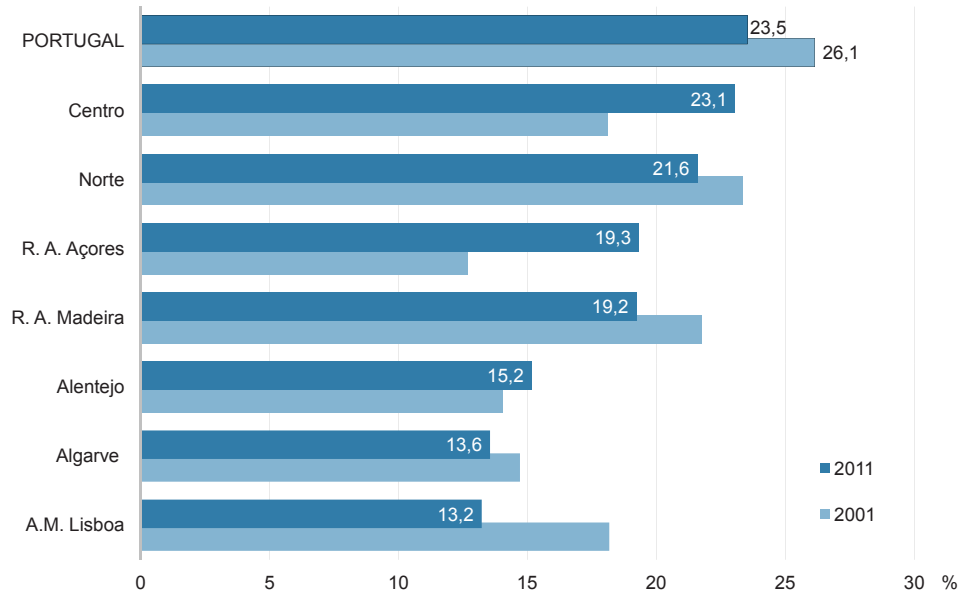
Proporção de população residente entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário, por município, 2011 Figura II.14



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

Refira-se, por último, que a par do decréscimo verificado em todos os municípios do país para este indicador, verificou-se também uma redução da disparidade territorial, lida à luz do coeficiente de variação ponderado para o total de Portugal, que passou de 26,1%, em 2001, para 23,5%, em 2011 [Figura II.15]. Ao nível das regiões NUTS II, observou também uma diminuição da disparidade territorial para a AML, a Região Autónoma da Madeira, o Norte e o Algarve. Porém, na Região Autónoma dos Açores e nas regiões Centro e Alentejo verificou-se um aumento do coeficiente de variação de ponderado.

Coeficiente de variação ponderado da proporção de população residente entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário por município, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011 | Figura II.15



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011. Cálculos próprios.

Disparidade territorial | Caixa II.3

A disparidade territorial é calculada com base no coeficiente de variação, ponderado pela variável de relativização do indicador: em que,

$$\frac{\sqrt{\sum_{i=1}^{N}\left[(X_i - X_r)^2 * \frac{P_i}{P_r}\right]}}{X_r} * 100$$

. X_i corresponde ao indicador para unidade territorial (município) i;

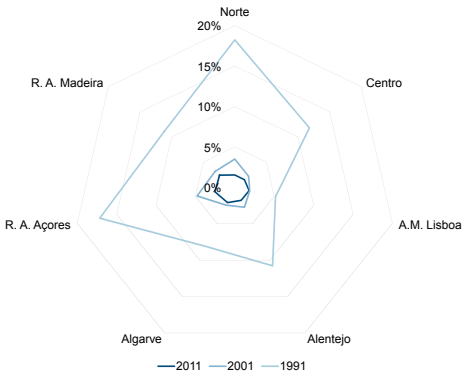
. P_i corresponde à variável de relativização para a unidade territorial i;

. X_r corresponde ao indicador para o contexto territorial (Portugal ou NUTS II) r; e,

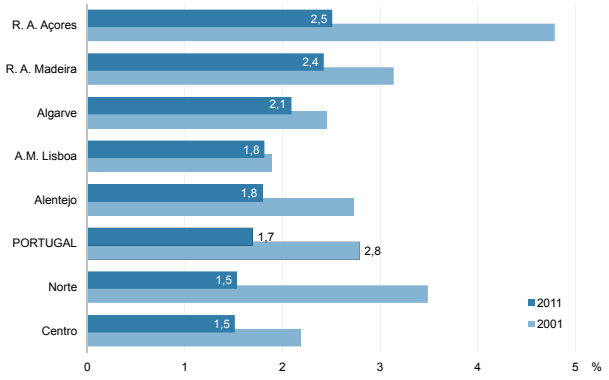
. P_r corresponde à variável de relativização para o contexto territorial r.

De igual forma, o apuramento da proporção de população entre 10 e 15 que abandonou a escola sem concluir o 9º ano depende da disponibilização de informação censitária, o que condiciona a avaliação e monitorização do fenómeno a uma periodicidade decenal, ainda que com a uma escala territorial detalhada. Nos últimos 20 anos, verificaram-se ganhos significativos ao nível da diminuição do abandono escolar (Justino, 2014). Em 1991, a proporção de população entre 10 e 15 que abandonou a escola sem concluir o 9º ano era de 12,6% para o total do território nacional, valor superado pela região Norte e pela Região Autónoma dos Açores que atingiam proporções de 18,2% e 17,2%, respetivamente [Figura II.16]. Em 2001 aquele valor nacional caiu para 2,8% e para 1,7% em 2011. Entre 2001 e 2011, a proporção de população entre 10 e 15 que abandonou a escola sem concluir o 9º ano diminuiu em todas regiões do país e, em 2011, era, comparativamente, mais elevada nas regiões autónomas e mais baixa nas regiões Norte e Centro [Figura II.17].

Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011 Figura II.16



Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011 Figura II.17

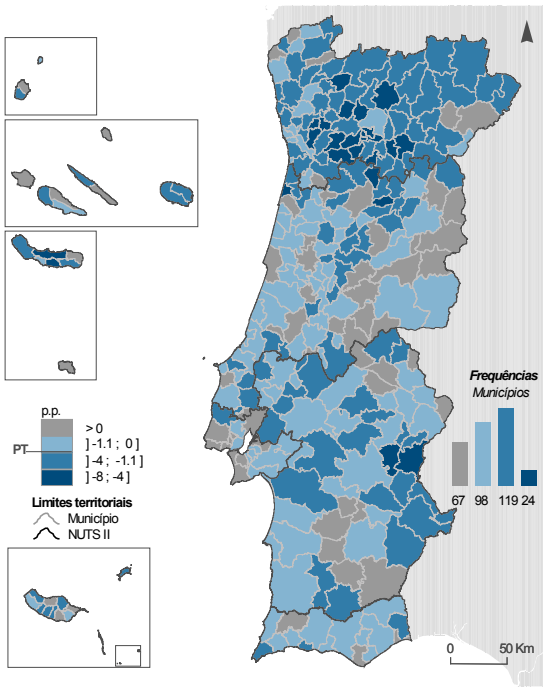


Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011.

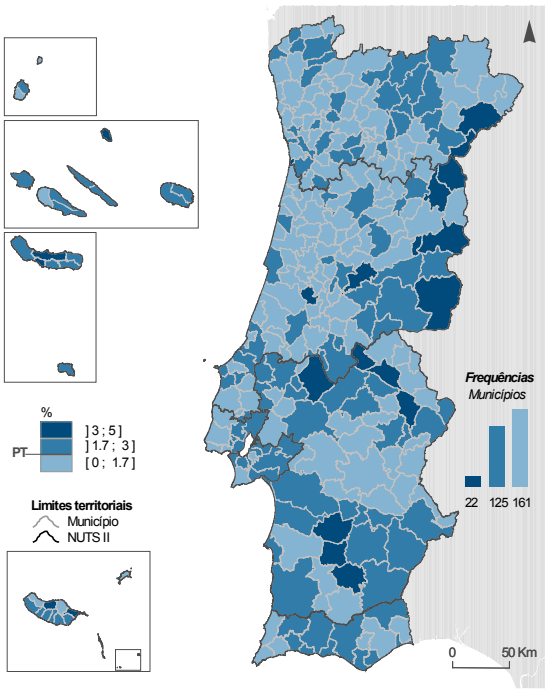
A leitura ao nível municipal permite, por outro lado, observar que a diminuição da proporção de população entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano não se mantém transversal ao nível dos diferentes contextos territoriais e que, entre 2001 e 2011, o fenómeno do abandono escolar, aferido a partir da informação censitária, registou um aumento em alguns municípios do país, que se localizam maioritariamente no Interior das regiões Centro e Alentejo.

O retrato territorial deste indicador para o ano de 2011 salientava valores inferiores a 5% em todos os municípios e destacava com valores mais elevados um conjunto de 22 municípios maioritariamente do Interior do Continente – como os municípios de Gavião no Alto Alentejo, de Aljustrel e de Castro Verde na sub-região do Baixo Alentejo, o município de Idanha-a-Nova na sub-região da Beira Baixa, os municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal na sub-região de Beiras e Serra da Estrela, e os municípios de Freixo de Espada à Cinta e do Mogadouro, nas sub-regiões do Douro e das Terras de Alto de Trás-os-Montes, respetivamente. Nas regiões autónomas evidenciavam-se os municípios de São Vicente e Machico na Região Autónoma da Madeira, e os municípios de Lagoa, Ribeira Grande e Santa Cruz da Graciosa na Região Autónoma dos Açores.

Variação da proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, por município, 2001/2011 Figura II.18



Proporção de população residente entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, por município, 2011 Figura II.19



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011.

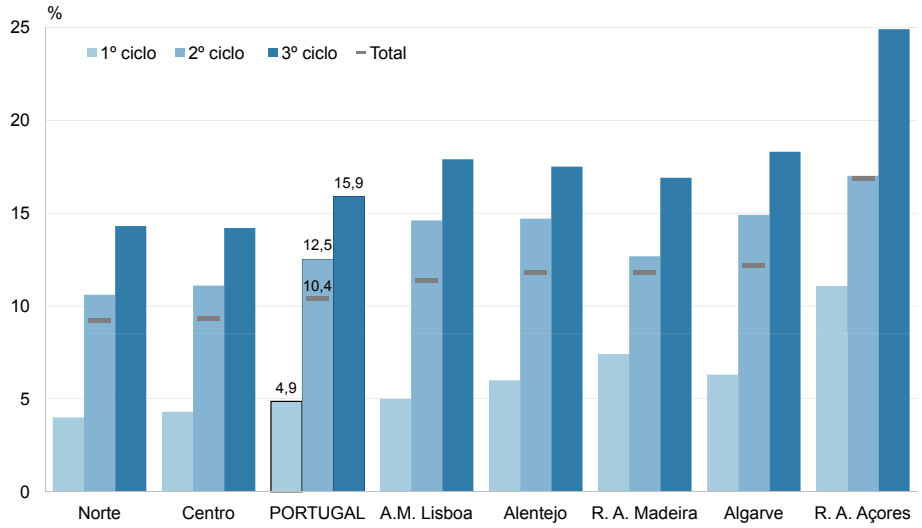
Apesar da tendência de decréscimo da taxa de abandono precoce de educação e formação, a meta associada ao quadro estratégico da Europa 2020 ainda não foi atingida em 2014, verificando-se, contudo que as regiões AML e Centro eram aquelas que estavam mais próximas de cumprir este objetivo. Em 2014, o retrato do abandono precoce de educação e formação evidencia que este fenómeno era comparativamente menos expressivo nas regiões AML e Centro e que se mantém mais elevado nas regiões autónomas. Considerando o indicador proxy com base nos dados censitários, observou-se que a proporção de população entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário diminuiu, entre 2001 e 2011, em todos municípios e que se verificou também uma redução da disparidade territorial para o total de Portugal, lida à luz do coeficiente de variação ponderado. A diminuição da disparidade territorial apenas não foi observada para a Região Autónoma dos Açores e as regiões Centro e Norte. O retrato municipal para em 2011 destacou um conjunto 15 com valores superiores a 40%. Em termos da proporção de população entre 10 e 15 abandonou a escola sem concluir o 9º ano, registou-se uma diminuição deste fenómeno no plano nacional e regional, mas entre 2001 e 2011 verificavam-se ainda contextos municipais que registaram um aumento deste indicador. Em 2011, todos os municípios assinalavam valores inferiores a 5% relativos à proporção de população entre 10 e 15 que abandonou a escolar sem concluir o 9º ano.

O aproveitamento escolar

No que respeita ao aproveitamento escolar, dois principais indicadores podem ser analisados considerando os diferentes níveis de ensino não superior. Um primeiro indicador corresponde à taxa de retenção/desistência no ensino básico que inclui as vertentes do ensino regular e profissional e, um segundo indicador corresponde à taxa de transição/conclusão que pode ser segmentado por tipo de curso – Cursos Científico-Humanísticos (CCH) e Cursos Tecnológicos e Profissionais (CTP).

No ano letivo 2012/2013, a taxa de retenção/desistência para o total do ensino básico e do país era 10,4%, subindo este valor para 15,9% restringido ao 3º ciclo do ensino básico. No caso do 1º ciclo e do 2º ciclo aquele valor correspondia a 4,9% e a 12,5%, respetivamente [Figura II.20]. Ao nível regional, as taxas de retenção e desistência para o total e para os diferentes níveis do ensino básico eram mais elevadas na Região Autónoma dos Açores. Concretamente no que respeita ao 1 º ciclo aquele valor ultrapassava os 10% e aproximava-se dos 25% em relação ao ciclo terminal do ensino básico, atingindo cerca de 17% para o 2º ciclo. Em contraponto, as regiões Norte e Centro apresentavam, taxas de retenção e desistência comparativamente mais baixas e também inferiores à média nacional – atingindo cerca de 9% no caso total do ensino básico e cerca de 14% para o 3º ciclo do ensino básico [Figura II.20].

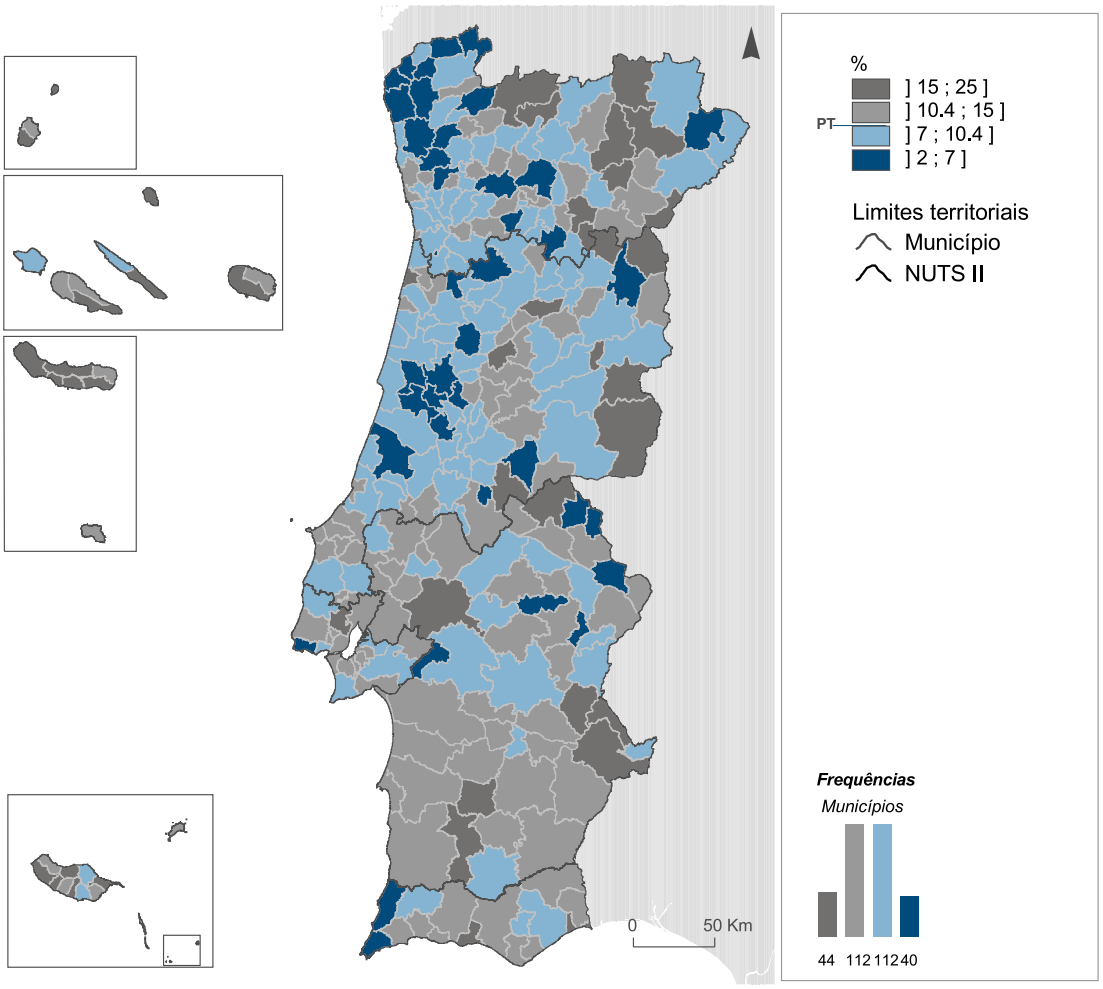
Taxa de retenção/desistência no ensino básico, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 | Figura II.20



Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC).

O retrato territorial deste indicador ao nível municipal evidencia que as situações de retenção e desistência no ensino básico são mais elevadas em municípios localizados no Interior Norte e no Sul do Continente e também nas regiões autónomas [Figura II.21]. O sucesso escolar no ensino básico, lido à luz deste indicador, era mais elevado nos municípios das regiões Norte e Centro, destacando-se, especialmente na região Norte, alguma oposição entre os municípios do Litoral e do Interior, com os primeiros a apresentarem melhor aproveitamento escolar neste nível de ensino.

Taxa de retenção/desistência no ensino básico, por município, ano letivo 2012/2013 | Figura II.21

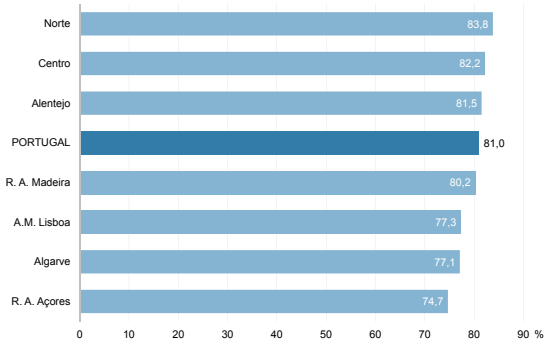


Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC).

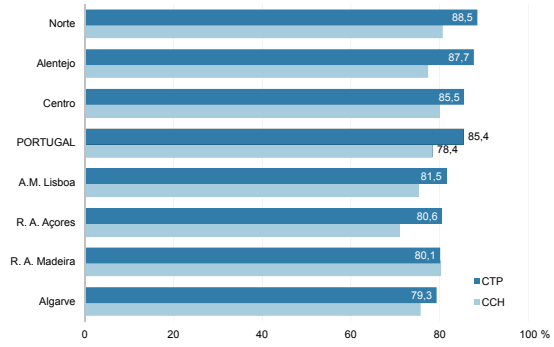
Se no que diz respeito ao ensino básico o indicador relativo ao aproveitamento escolar salienta as situações de retenção/desistência, no que diz respeito ao ensino secundário a leitura sobre esta questão é feita tendo em conta as situações de transição e conclusão naquele nível de ensino. Deste modo, o indicador é referente à taxa de transição/conclusão no ensino secundário sendo possível a sua segmentação por tipo de curso (Cursos científico-humanísticos e Curso tecnológicos e profissionais). Para o ano letivo 2012/2013, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário era de 81% para o total país, e as regiões Norte, Centro e Alentejo superavam este valor atingindo, respetivamente, 83,8%, 82,2% e 81,5% [Figura II.22]. A Região Autónoma dos Açores, assim como o Algarve e a AML, apresentavam, comparativamente, taxas de transição/conclusão menores no ensino secundário. Por outro lado, a segmentação por tipo de curso

permite verificar que a taxa de transição/conclusão ao nível do ensino secundário, no letivo 2012/2013, era mais elevada em relação à sua via mais profissionalizante, ou seja, para os Cursos tecnológicos e profissionais (CTP) em todas as regiões do país, à exceção da Região Autónoma da Madeira [Figura II.23]. As regiões Norte, Alentejo e Centro detinham os valores mais elevados e acima da média do país (85,4%), e a região do Algarve apresentava a menor taxa de transição/conclusão no ensino secundário para este tipo de cursos.

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 Figura II.22



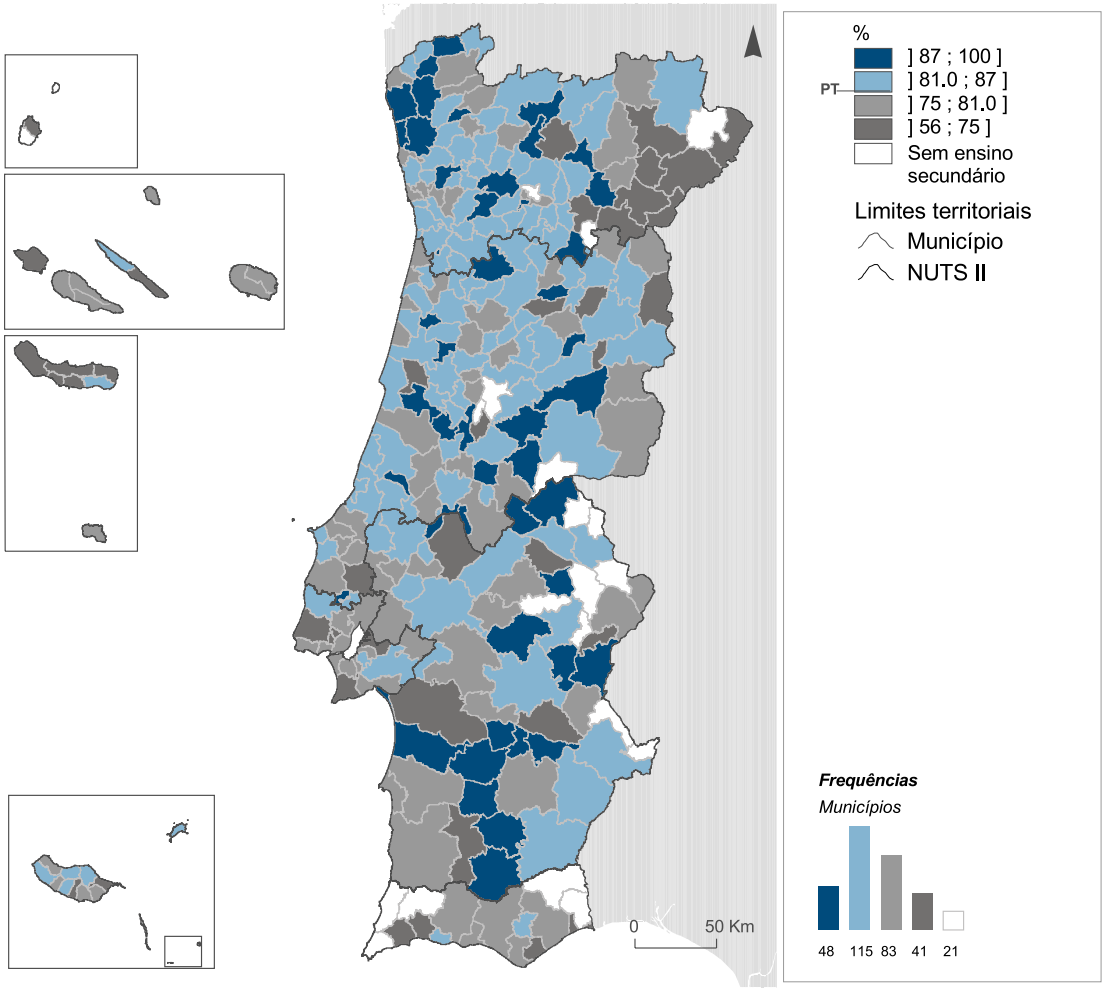
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por tipo de curso, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 Figura II.23



Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC).

O retrato territorial por município sobre o aproveitamento escolar ao nível do ensino secundário para o ano letivo 2012/2013 coloca em evidência alguns contrastes territoriais [Figura II.24]. Salienta-se especificamente na região Norte o melhor aproveitamento escolar associado aos municípios mais próximos do Litoral que contrastam com as menores taxas de transição/conclusão no ensino secundário de alguns municípios do Interior desta região. Salienta-se, em particular, o contínuo de municípios do Interior Norte com valores abaixo dos 75%: São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Alfandega da Fé, Mogadouro, Miranda do Douro e Macedo de Cavaleiros. Por outro lado, destaca-se que do conjunto de 18 municípios que compõem a AML, apenas três – Moita, Palmela e Mafra – detinham valores de aproveitamento escolar superiores à média nacional. Na região do Alentejo, salienta-se, por sua vez, um maior número de municípios que superavam a média nacional e que apresentavam taxas superiores a 87%, como o contínuo seguido de municípios das sub-regiões Alentejo Litoral (Grândola) e Baixo Alentejo (Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Castro Verde, Almodôvar, Alvito, Cuba e Vidigueira). Por fim, os municípios das regiões autónomas apresentavam, globalmente, valores de aproveitamento escolar no ensino secundário inferiores à média nacional, com exceção dos municípios de Povoação e Velas, na Região Autónoma dos Açores, e de Calheta, Porto Santo, São Vicente, Santana e Ribeira Brava, na Região Autónoma da Madeira.

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por município, ano letivo 2012/2013 | Figura II.24



Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC).

No ano letivo 2012/2013, o aproveitamento escolar no ensino básico e secundário era mais elevado nas regiões Norte e Centro e mais baixo nas regiões autónomas e no Algarve. Na região Norte destacaram-se diferenças internas que colocaram em evidência os municípios do Litoral com melhores indicadores de aproveitamento escolar do que municípios do Interior dessa região. A região do Alentejo apresentava valores de aproveitamento escolar inferiores à média nacional no ensino básico mas superava aquele limiar em relação ao ensino secundário. A segmentação por tipo de curso no ensino secundário permitiu verificar que as taxas de transição/conclusão são tendencialmente mais elevadas na via profissionalizante em todas as regiões NUTS II, exceto no caso da Região Autónoma da Madeira.

II.2. As disparidades do nível educacional

Diplomados do ensino superior por 1 000 habitantes: Diplomados do ensino superior/ População residente com idade entre 20 e 29 anos x 1 000

Média do número de anos de escolaridade completa: População residente com habilitações na classe *j* x Anos de escolaridade da classe *j* / População residente

Proporção da população residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo: População com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo / População com 15 ou mais anos x 100

Proporção da população residente com ensino superior completo: População residente com 23 e mais anos com ensino superior concluído / População residente com 23 e mais anos x 100

Proporção de mulheres no total de alunos inscritos: Número de alunas inscritas no ensino superior / Total de alunos inscritos do ensino superior x 100

Proporção de mulheres no total de alunos diplomados: Número de alunas diplomadas no ensino superior / Total de alunos diplomados do ensino superior x 100

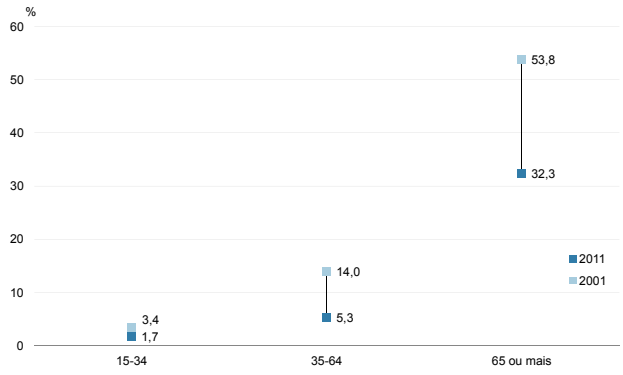
Proporção de mulheres no total de doutorados: Número de doutoradas / Total de doutorados x 100

Para além de diferenças territoriais associadas aos níveis de escolaridade da população portuguesa, a literatura salienta que o contexto nacional é também marcado por disparidades geracionais que importa atender para melhor compreender os trajetos educacionais das regiões portuguesas. Antunes (2013) considera que se pode inclusivamente falar de uma *fratura geracional* (p.100) da população portuguesa tendo em conta os diferenciais de escolaridade existentes entre os vários grupos etários.

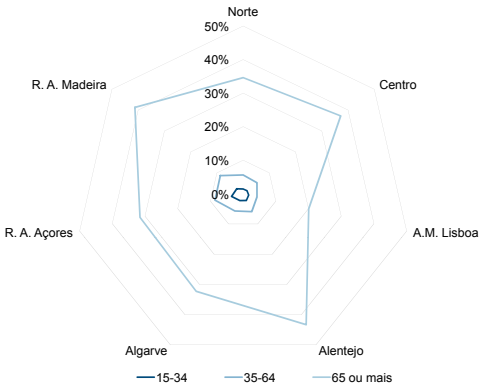
Com efeito, a leitura do indicador relativo à proporção de população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo considerando três segmentos etários revela diferenças expressivas: em 2011, a proporção de população com 65 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo compreendia 32,3% do total de população naquele grupo etário. Salienta-se que, em 2001, a proporção de população sem qualquer nível de ensino completo era superior a 50% para o grupo etário de 65 ou mais anos. Em 2011, considerando o grupo etário dos 35 e 64 anos a proporção de população sem qualquer nível de escolaridade completo representava 5,3% e apenas 1,7% para a população entre 15 e 34 anos [Figura II.25].

Ao nível regional, e considerando os resultados relativos ao ano de 2011, a proporção de população com 65 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo ultrapassava os 40% nas regiões do Alentejo (43,3%) e da Região Autónoma da Madeira (41,3%) e, com valores acima da média nacional destacavam-se ainda as regiões Centro (37,2%) e Norte (34,6%). A região AML apresentava a proporção de população com 65 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo mais baixa do país (20%) [Figura II.26]. Apesar dos valores se apresentarem de um modo geral comparativamente mais baixos para o segmento etário que compreende a população entre 15 e 34 anos de idade, era nas regiões autónomas que, em 2011, se registavam os valores mais elevados da proporção de população sem qualquer nível de ensino completo naquele grupo etário – 3,5% na Região Autónoma dos Açores e 2,4% na Região Autónoma da Madeira [Figura II.26].

Proporção da população residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011 Figura II.25



Proporção da população residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino completo, por grupo etário, por NUTS II, 2011 Figura II.26



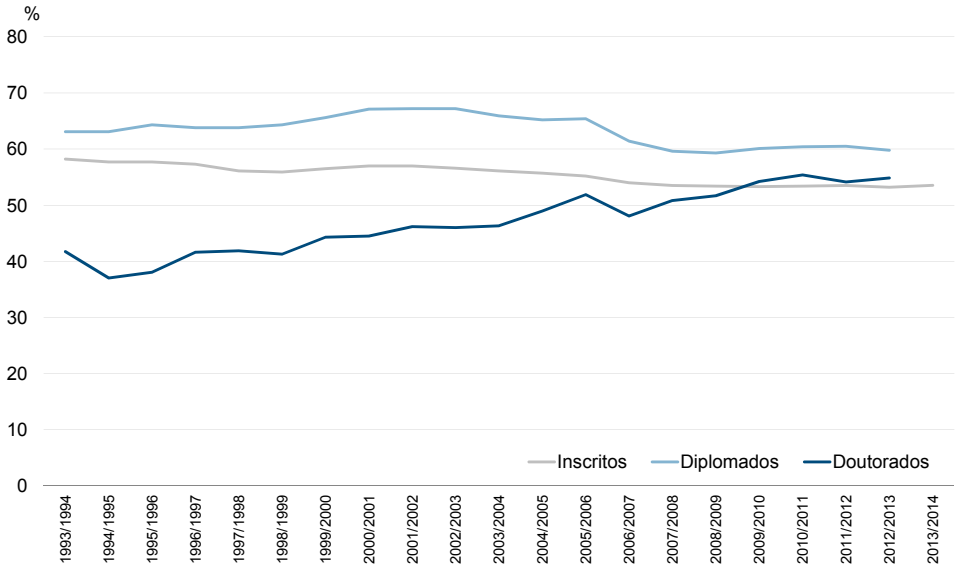
Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Por outro lado, um segundo eixo de análise corresponde à crescente feminização do ensino superior verificada em Portugal, acompanhando a trajetória observada noutros países dentro e fora do espaço europeu (Vincent-Lancrin, 2008; Jacob, 2002). Os dados relativos à proporção de mulheres no total de alunos inscritos e diplomados no ensino superior por ano letivo permitem concluir que a participação e conclusão ao nível do ensino superior têm sido marcadas por uma presença feminina mais acentuada. De facto, desde o ano letivo 1993/1994 que o número de mulheres inscritas e diplomadas[11] se tem mantido superior ao dos homens, ainda que se registe genericamente uma diminuição nos anos letivos mais recentes. Por sua vez, a análise dos doutorados permite verificar que a feminização para este nível de ensino superior acontece mais tardiamente e que desde o ano letivo 2007/2008 que a proporção de mulheres doutoradas se tem mantido acima dos 50% [Figura II.27].

[11] A partir do ano letivo 2010/2011, os valores dos alunos diplomados incluem os diplomas de especialização atribuídos pela conclusão de mestrado e de doutoramento. Os dados relativos aos alunos diplomados, incluindo doutorados, pela sua natureza, apresentam um ano letivo de desfasamento (n-1) em relação à informação sobre os alunos inscritos. Deste modo, a informação mais recente sobre os alunos inscritos e diplomados é relativa aos anos letivos 2013/2014 e 2012/2013, respetivamente.

Proporção de mulheres no total de alunos inscritos, de diplomados e de doutorados nos estabelecimentos de ensino superior, Portugal, anos letivos 1993/1994 a 2013/2014

Figura II.27

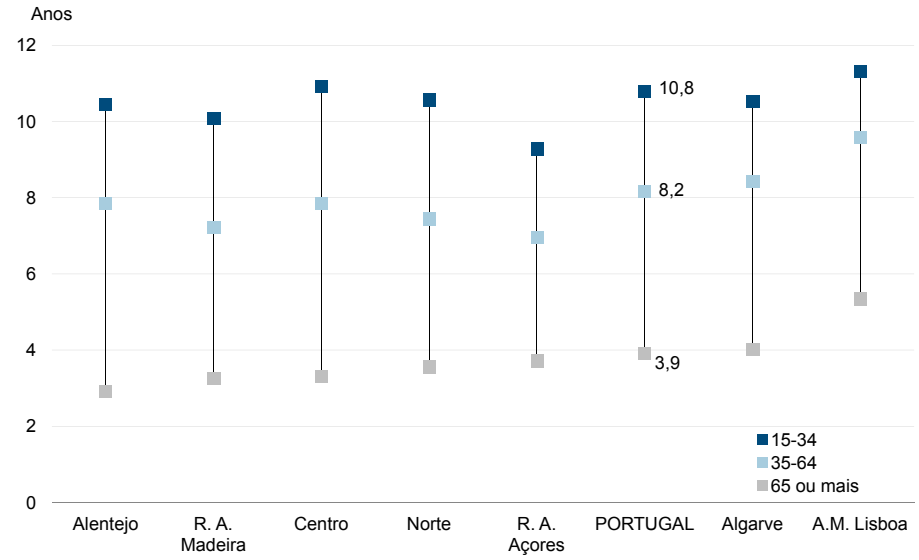


Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC).

A assimetria geracional

Em 2011, a população entre 15 e 34 anos tinha, em média, aproximadamente 11 anos de escolaridade, ao passo que o grupo etário correspondente à geração com 65 ou mais anos, apenas possuía cerca de 4 anos. Para o grupo etário entre 35 e 64 anos a escolaridade média correspondia a 8 anos [Figura II.28]. Ao nível regional, importa destacar a escolaridade média da população residente na AML, que assinalava valores, comparativamente, mais elevados para os três grupos etários em análise. De facto, a AML constituía a única região do país a registar uma escolaridade média acima de 5 anos para o grupo etário com 65 ou mais anos e acima dos 9 anos de escolaridade para a população entre 35 e 64 anos. A escolaridade média para o grupo etário mais jovem (15 aos 34 anos) situava-se ligeiramente acima dos 11 anos de escolaridade completa. Era na Região Autónoma dos Açores que a população entre 15 e 34 anos e entre 35 e 64 anos registava um menor número de anos de escolaridade completa - 9 e 7 anos, respetivamente. Porém, era a região do Alentejo que assinalava a média das habilitações da população com 65 ou mais anos mais baixa, não atingindo os 3 anos de escolaridade [Figura II.28].

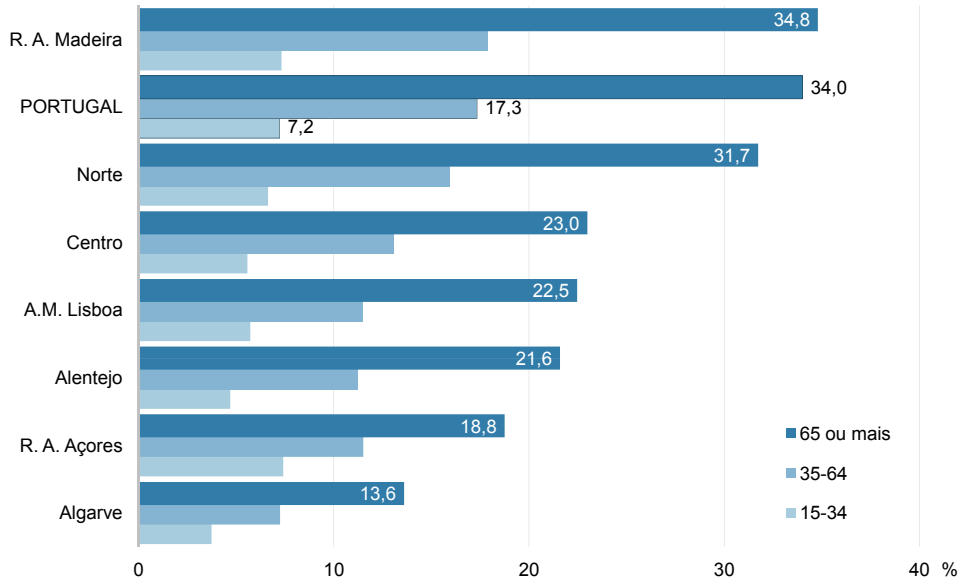
Média do número de anos de escolaridade completa, por grupo etário, Portugal e NUTS II, 2011 Figura II.28



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e da Habitação, 2011. Cálculos próprios.

O cálculo do coeficiente de variação ponderado para os três escalões etários revela que as assimetrias territoriais da escolaridade média eram, em 2011, mais acentuadas em relação à população com 65 ou mais (34,0%) e menos expressivas para a população do grupo etário dos 15 aos 34 anos (7,2%). Os resultados obtidos para as diferentes regiões repercutem esta leitura. Importa, contudo salientar que a Região Autónoma da Madeira apresentava o coeficiente de variação ponderado mais elevado para a população com 65 e mais anos e que o Algarve registava comparativamente as assimetrias territoriais menos expressivas para os três grupos etários.

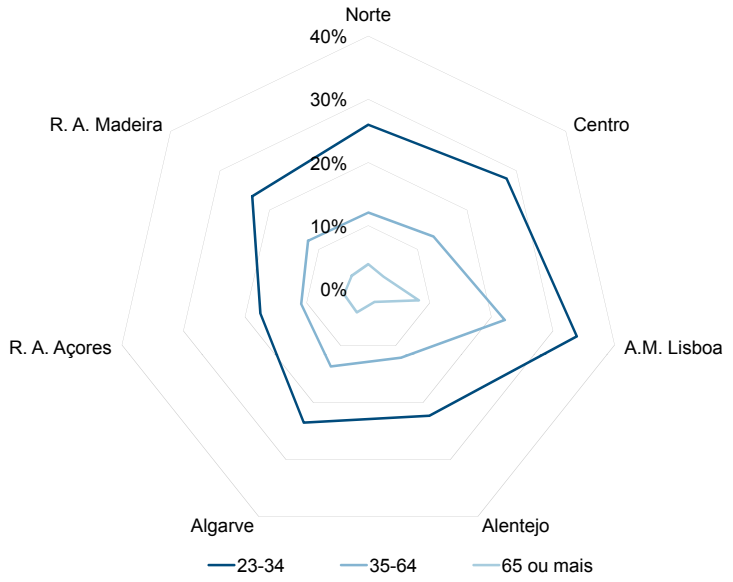
Coeficiente de variação ponderado da média do número de anos de escolaridade completa por município, segundo o grupo etário, Portugal e NUTS II, 2011 Figura II.29



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e da Habitação, 2011. Cálculos próprios.

A leitura ao nível do ensino superior permite complementar a análise etária. Considerando o indicador relativo à proporção de população com nível de ensino superior por grupo etário constata-se que, em 2011, o grupo etário mais jovem (23-34 anos) apresentava transversalmente proporções mais elevadas, atingindo o valor máximo de 33,9% na AML [Figura II.30]. A proporção de população mais jovem com ensino superior era, por sua vez, mais baixa na Região Autónoma dos Açores, que correspondia à única região, em 2011, a assinalar um valor inferior a 20% (17,5%). A AML era também a região que assinalava as proporções mais elevadas de população entre 35 e 64 anos e com 65 ou mais anos com ensino superior completo: 22,2% e 8,2%, respetivamente. A proporção de população do grupo etário dos 65 ou mais anos com habilitações académicas ao nível do ensino superior era mais baixa na região Alentejo (2,3%) e, com exceção do Algarve e da AML, as restantes regiões do país, assinalavam proporções inferiores a 4% [Figura II.30].

Proporção da população residente com ensino superior completo por grupo etário, por NUTS II, 2011 Figura II.30



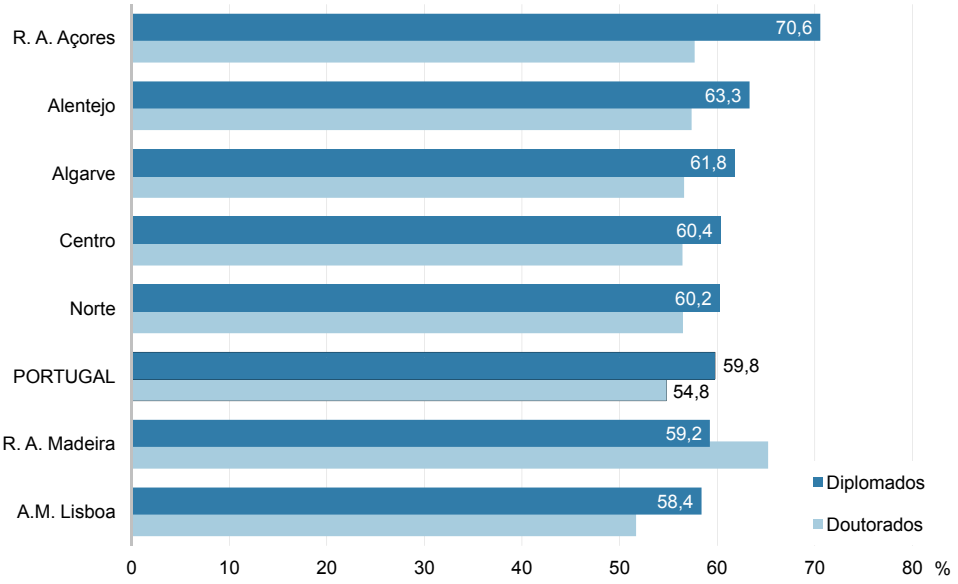
Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e da Habitação, 2011. Cálculos próprios.

Os dados permitiram constatar diferenças geracionais no que diz respeito aos níveis de escolaridade. Em todas as regiões, a distância entre os níveis de escolaridade da população mais jovem e da população mais envelhecida era expressiva. Apesar do diferencial existente entre os segmentos etários em comparação, a AML destacou-se como a região onde a escolaridade média, em 2011, era a mais elevada do país tanto para a população mais jovem como para a população mais envelhecida, mas ao primeiro grupo estão associados 11 anos de escolaridade e ao segundo apenas 5 anos. Na região do Alentejo a escolaridade média da população com 65 ou mais anos não atingia os 3 anos. Em 2011, a proporção de população com ensino superior completo era mais elevada em todas as regiões para o grupo etário mais jovem, atingindo o valor máximo de 33,9% na AML. Apesar do diferencial existente nos grupos etários analisados, a AML era também a região que assinalava os valores mais elevadas de população entre 35 e 64 anos e 65 ou mais anos com ensino superior completo. A proporção de população com 65 ou mais anos e ensino superior completo era mais baixa na região Alentejo.

A feminização do ensino superior

A leitura regional da proporção de mulheres no total dos alunos diplomados e doutorados para o ano letivo 2012/2013 permite observar que em todas as regiões NUTS II a maioria dos alunos diplomados, incluindo os doutorados, era do sexo feminino. A proporção de mulheres no total de alunos diplomados era mais elevada na Região Autónoma dos Açores (70,6%) e nas regiões Alentejo, Algarve, Centro e Norte. A AML e a Região Autónoma da Madeira apresentavam proporções inferiores ao observado para o total do país (59,8%) [Figura II.31].

Proporção de mulheres no total de diplomados e de doutorados nos estabelecimentos de ensino superior, Portugal e NUTS II, ano letivo 2012/2013 Figura II.31



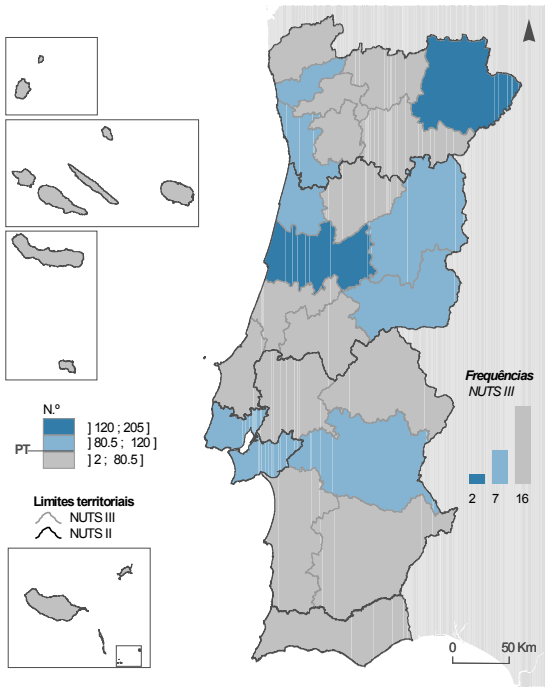
Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC).

A análise tendo em conta as 25 sub-regiões no país, representadas de acordo com as novas unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013[12]) para o ano letivo 2012/2013 revela que um conjunto de 16 sub-regiões apresenta um número de diplomados por mil habitantes inferior ao valor para o total do país (80,5) [Figura II.32]. Neste contexto, destacavam-se com mais de 120 diplomados por mil habitantes a Região de Coimbra e a sub-região das Terras de Alto de Trás os Montes. Adicionalmente, importa referir um conjunto de sete sub-regiões com um número de diplomados no ensino superior por mil habitantes mais elevado do que o registado para o total do país: a AML, a Beira Baixa, o Cávado, a Região de Aveiro, as Beiras e Serra da Estrela, a AMP e o Alentejo Central.

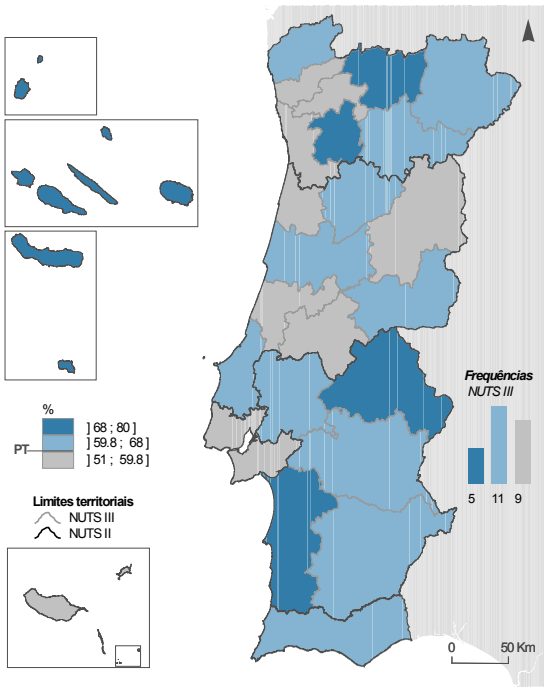
[12] As alterações às unidades territoriais portuguesas para fins estatísticos são apresentadas em maior detalhe no domínio relativo à *Qualificação territorial* da presente publicação.

A proporção de mulheres no total de alunos diplomados por NUTS III permite também constatar que a maioria dos diplomados no ensino superior no ano letivo 2012/2013 era do sexo feminino em todas as sub-regiões do país. A proporção de mulheres no total de alunos diplomados era mais elevada em cinco sub-regiões: Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Região Autónoma dos Açores. Um conjunto de onze sub-regiões apresentava ainda valores superiores ao observado para o total do país, e em nove sub-regiões a proporção de mulheres no total de alunos diplomados era inferior a valor observado para o total do país.

Diplomados no ensino superior por 1 000 habitantes (20-29 anos), por NUTS III, ano letivo 2012/2013 Figura II.32



Proporção de mulheres no total de alunos diplomados, por NUTS III, ano letivo 2012/2013 Figura II.33



Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC/DGEEC), Estimativas Anuais da População Residente.

A leitura regional da proporção de mulheres no total de alunos diplomados e doutorados para o ano letivo 2012/2013 permitiu observar que a maioria dos diplomados, incluindo os doutorados, nas sete regiões NUTS II do país era do sexo feminino. A análise territorial do número de alunos diplomados por mil habitantes no ano letivo 2012/2013 destacou pela positiva a Região de Coimbra e a sub-região das Terras de Alto de Trás os Montes e um conjunto adicional de sete sub-regiões. A análise da proporção de mulheres no total de alunos diplomados para as 25 sub-regiões do país permitiu dar conta da transversalidade territorial da feminização do ensino superior, uma vez que a maioria dos diplomados era do sexo feminino em todas as sub-regiões.

II.3. As habilitações e a participação no mercado de trabalho

Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações: Coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego dos diversos níveis de habilitação no total do emprego por conta de outrem

Proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior: População empregada com profissões intelectuais e científicas (CPP 2010) com habilitações ao nível do ensino superior / População empregada com profissões intelectuais e científicas x 100

Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do secundário ou do superior: População empregada com profissões não qualificadas (CPP 2010) com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior / População empregada com profissões não qualificadas x 100

Taxa de desemprego: População desempregada / População ativa x 100

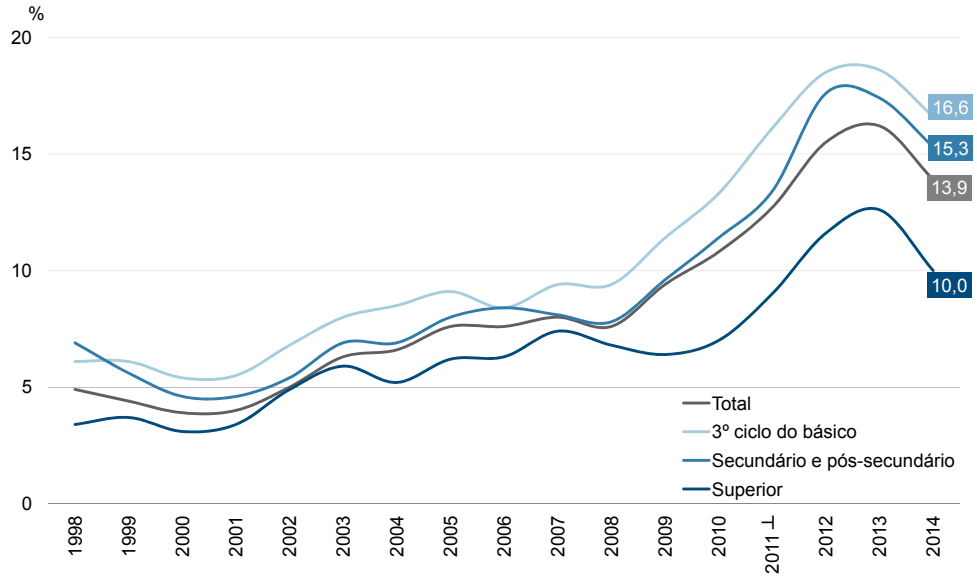
Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos: População empregada entre 20 e 24 anos / População residente entre 20 e 64 anos x 100

Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação: Jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação / População total de jovens dos 15 aos 34 anos x 100

Neste terceiro ponto a análise centra-se na relação entre os níveis de escolaridade e a participação no mercado de trabalho. Este constituiu um eixo relevante de preocupação da Europa 2020 e que se encontra, por isso, refletido em objetivos estratégicos de promoção dos níveis de escolaridade, por um lado, e de promoção da integração no mercado de trabalho, por outro, especificamente tendo em conta grupos específicos da população, como é o caso dos jovens. De um modo geral, níveis de escolaridade mais baixos estão associados a outras variáveis socioeconómicas, como é o caso do emprego, do desemprego, do risco de pobreza ou, de um modo mais lato, a situações de exclusão social (Eurostat, 2015; OCDE, 2012).

Em Portugal, os resultados do Inquérito ao Emprego revelaram até 2013 uma tendência crescente da taxa de desemprego[13]. Contudo, a taxa de desemprego da população com ensino superior completo apresenta-se sistematicamente mais baixa, quando comparando com a população com ensino secundário, ou que completou o 3º ciclo do ensino básico. Em 2014, a taxa de desemprego da população com ensino superior situava-se nos 10,0%, sendo de 15,3% e 16,6% quando considerando a população com habilitações ao nível do secundário ou do 3º ciclo do ensino básico, respetivamente. A taxa de desemprego total era, em 2014, de 13,9% [Figura II.34].

Taxa de desemprego, por nível de escolaridade completo, Portugal, 1998-2014 | Figura II.34



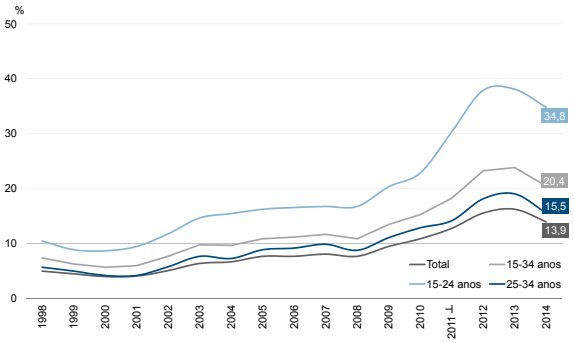
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego série 1998 e série 2011.

A transição e a participação no mercado de trabalho têm constituído um desafio para determinados grupos populacionais, destacando-se nomeadamente a população jovem [Figura II.35]. O contexto socioeconómico recente fez aumentar a distância da taxa de desemprego para o segmento etário mais jovem (15-24 anos) face à taxa de desemprego total [Figura II.34]. Adicionalmente refira-se que as dificuldades de participação no mercado trabalho se refletem noutros processos sociais mais amplos, como sejam o adiamento de outras transições no percurso de vida dos indivíduos (Pais e Ferreira, 2010), usualmente designadas para demarcar a passagem para a idade adulta, como a saída de casa dos pais, a conjugalidade e / ou a parentalidade. Contudo, uma análise centrada na taxa de desemprego pode revelar-se limitada por não permitir dar conta de outras vulnerabilidades que a população jovem enfrenta, como a intermitência e a alternância entre períodos de trabalho e de educação/formação (Pais, 2012).

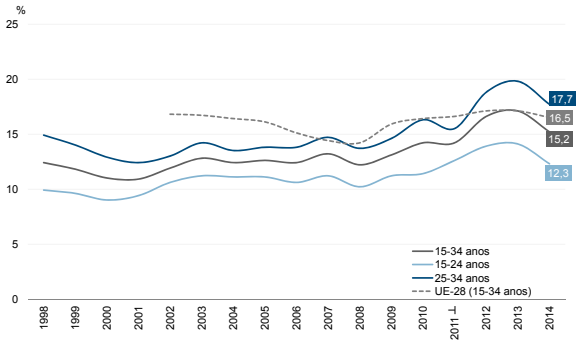
[13] Importa reforçar, contudo, que uma leitura longitudinal desta informação deve ser feita com cautela, tendo em conta as alterações metodológicas que resultaram numa quebra de série do Inquérito ao Emprego no ano de 2011 [ver Caixa II.2].

É neste contexto que a leitura do indicador relativo aos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF[14]) se revela pertinente. A proporção de jovens NEEF portugueses, considerando o segmento etário mais alargado dos 15 aos 34 anos[15], tem-se mantido globalmente abaixo da média europeia. Em 2014, a proporção de jovens NEEF era de 15,2% e a média da UE (28 países) correspondia a 16,5%. Contudo, quando se considera separadamente os jovens entre 15 e 24 anos e entre 25 e 34 anos constata-se que a taxa de NEEF se tem mantido mais elevada para os jovens entre 25 e 34 anos, atingindo o valor de 17,7% em 2014.

Taxa de desemprego, por grupo etário, Portugal, 1998-2014 | Figura II.35



Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por grupo etário, Portugal, 1998-2014 | Figura II.36



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 1998 e série 2011. Eurostat.

O acesso ao emprego

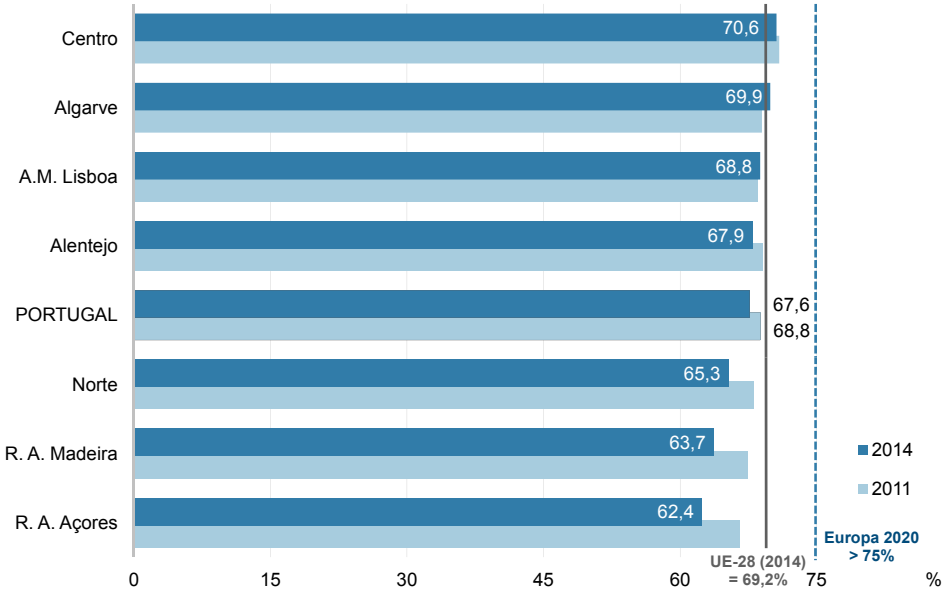
O emprego e a integração remunerada no mercado de trabalho constituem domínios essenciais e centrais para que, de um modo global, as pessoas possam garantir condições de vida adequadas, ao mesmo tempo que permitem estabelecer as bases para concretização de objetivos e aspirações profissionais, tendo igualmente um forte impacto na esfera familiar e pessoal da vida dos indivíduos. Neste contexto, uma das metas estratégicas da Europa 2020 consiste em atingir uma taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos superior a 75%.

[14] Em inglês NEET acrónimo de "*Neither in Employment, Education and Training*".

[15] A identificação inequívoca de uma faixa etária que delimita a condição de ser 'jovem' constitui um domínio ambíguo e não consensual, existindo diferentes segmentos etários definidos e ancorados à designação de 'jovem'. A taxa de desemprego lida usualmente como referente à população jovem abarca o grupo etário entre 15 e 24 anos, mas, por sua vez, o retrato estatístico sobre os jovens na Europa elaborado pelo Eurostat (Eurostat, 2009) considerou a população entre os 15 e os 29 anos, assim como o módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego de 2009 sobre a entrada dos jovens no mercado de trabalho abarcou a população entre os 15 e os 34 anos. Deste modo, e tendo em conta o prolongamento dos percursos escolares, por um lado, e o facto do contexto socioeconómico de Portugal não ser indissociável das tendências de adiamento de alguns marcadores de entrada na vida adulta (como a saída de casa dos pais, a entrada no mercado de trabalho e a conjugalidade e/ou parentalidade) (Ferreira e Nunes, 2010), a presente análise terá em conta sempre que possível, o segmento etário dos 15 aos 34 anos.

Entre 2011 e 2014, a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos de idade diminuiu para o total do país e também para a maioria das regiões NUTS II. Apenas nas regiões Algarve e AML se observou um acréscimo marginal da taxa de emprego para este segmento etário. O retrato regional para o ano de 2014 permite constatar que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos para o conjunto do território nacional e para as sete regiões NUTS II se encontrava ainda abaixo da meta estratégica definida no quadro da Europa 2020. De igual modo, o valor observado para o total de Portugal (67,6%) situava-se abaixo da média registada para a UE (28 países) e era superado pela taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos das regiões Centro, Algarve, AML e Alentejo. As restantes regiões do país assinalavam valores inferiores à média nacional, apresentando a Região Autónoma dos Açores a taxa de emprego mais baixa para aquele grupo etário – 62,4% [Figura II.37].

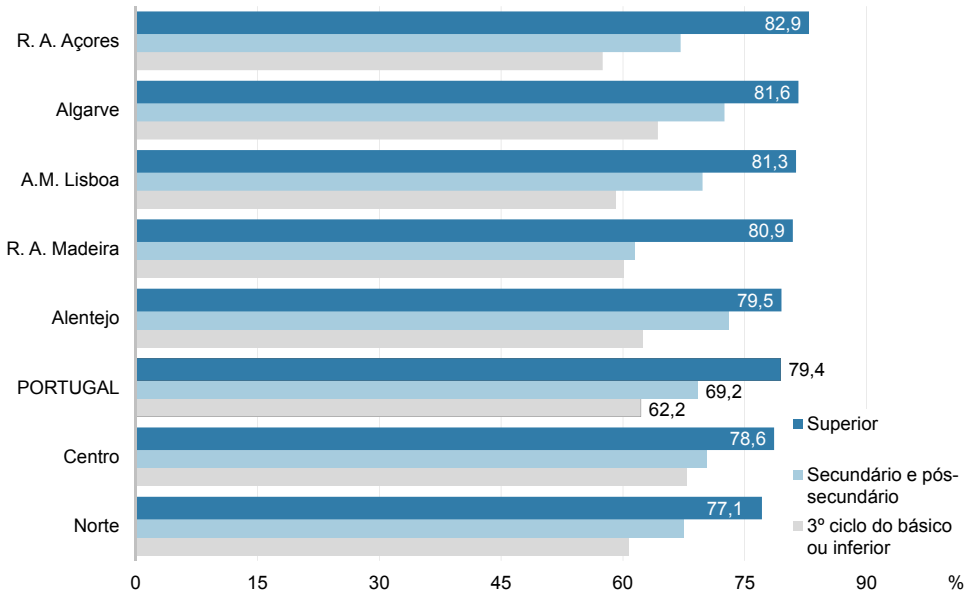
Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 Figura II.37



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

A Figura II.38 permite, por sua vez, dar conta das diferenças em termos da taxa de emprego (20-64 anos) por nível de escolaridade completo. Em 2014, a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos com o 3º ciclo do básico ou inferior era de 62,2%, e de 69,2% e 79,4% para a população com ensino secundário e superior, respetivamente. Os resultados obtidos para as diferentes regiões mantêm esta ordenação das taxas de emprego por nível de escolaridade, destacando-se o facto da taxa de emprego para a população com ensino superior completo se situar acima dos 75% em todas as regiões e acima dos 80% nas regiões autónomas, no Algarve e na AML [Figura II.38].

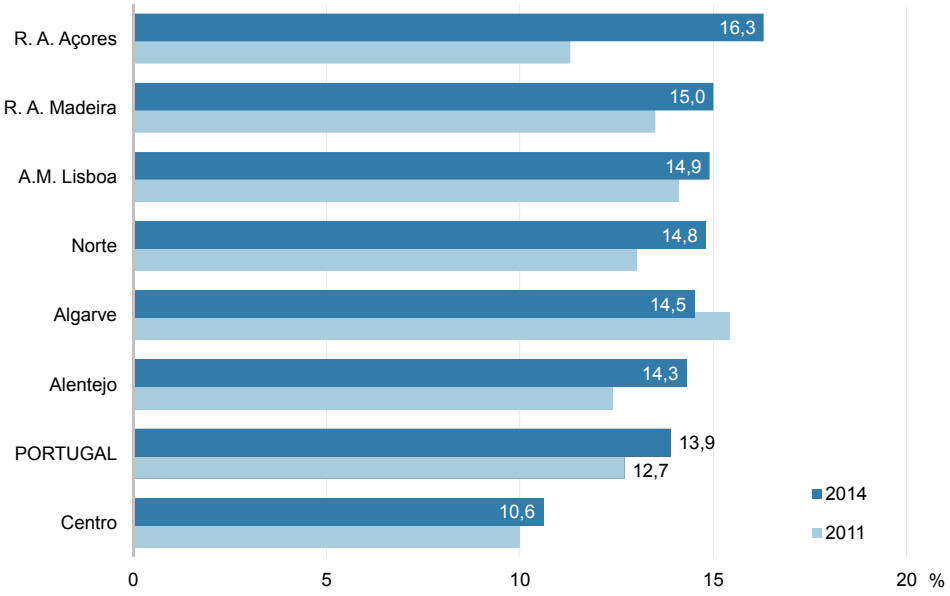
Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos, por nível de escolaridade completo, Portugal e NUTS II, 2014 Figura II.38



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

Entre 2011 e 2014, a taxa de desemprego aumentou em praticamente todas as regiões do país, com exceção da região do Algarve que, em 2011, registava uma taxa de desemprego de 15,4% e em 2014 de 14,5%. Em 2014, a taxa de desemprego era mais elevada nas regiões autónomas – 16,3% na Região Autónoma dos Açores e 15,0% na Região Autónoma da Madeira – e apenas a região Centro apresentava uma taxa de desemprego abaixo do valor registado para o total de Portugal (10,6%) [Figura II.39].

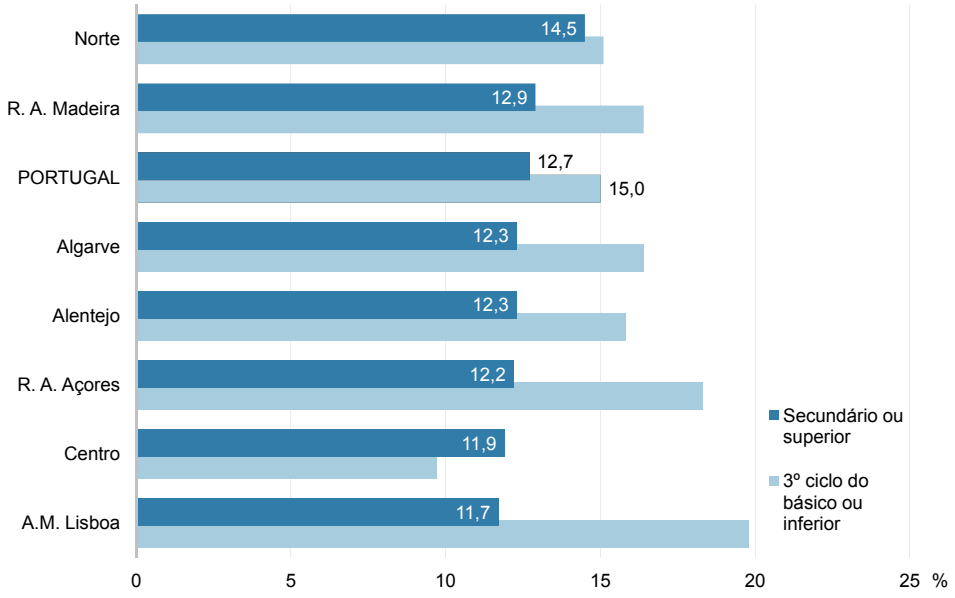
Taxa de desemprego, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 | Figura II.39



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

A diferenciação da taxa de desemprego considerando o nível de escolaridade completo permite verificar que o desemprego era comparativamente mais baixo para a população com níveis habilitacionais mais elevados. Em 2014, a taxa de desemprego da população que completou o 3º ciclo do básico ou inferior era 15,0% e 12,7% para a população que completou pelo menos o ensino secundário. Ao nível regional, a região Centro constituía exceção a este padrão. Em 2014, a taxa de desemprego da população com ensino secundário ou superior era mais elevada na região Norte e na Região Autónoma da Madeira e mais baixa nas regiões da AML e Centro.

Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo[16], Portugal e NUTS II, 2014 | Figura II.40



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

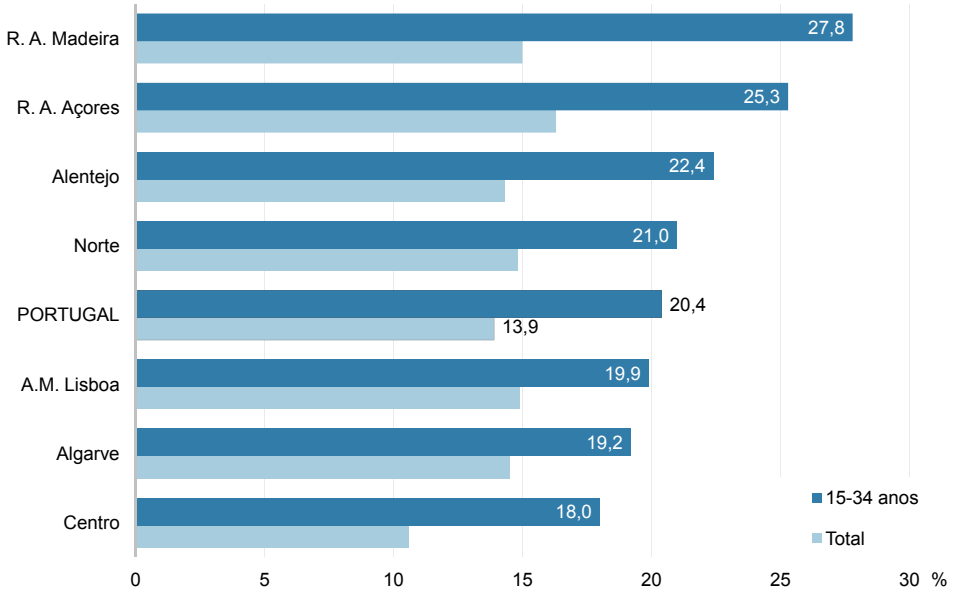
A análise permitiu constatar que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos para o conjunto do território nacional e para as sete regiões NUTS II se encontrava ainda abaixo da meta estratégica definida no quadro da Europa 2020 (75%). Por outro lado, foi possível verificar o efeito diferenciador das habilitações na medida em que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos aumenta à medida que o nível de escolaridade também aumenta, destacando-se o facto de a taxa de emprego para a população entre 20 e 64 anos e com ensino superior completo se situar acima dos 75% em todas as regiões e acima dos 80% nas regiões autónomas e no Algarve e AML. Entre 2011 e 2014, a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos de idade diminuiu no país e também na maioria das regiões NUTS II, constituindo a região do Algarve a única exceção. A diferenciação da taxa de desemprego considerando o nível de escolaridade permitiu igualmente constatar que o desemprego era comparativamente mais baixo para a população com níveis habilitacionais mais elevados e que, ao nível regional, este padrão apenas não foi observado para a região Centro.

[16] Tendo em conta a salvaguarda de critérios de qualidade da informação estatística divulgada pelo INE, a segmentação da taxa de desemprego por nível de escolaridade e região NUTS II apenas foi possível considerando a população que completou até ao 3 º ciclo do ensino básico e a população que completou pelo menos o ensino secundário (secundário, pós-secundário ou superior).

Os jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF)

Os dados relativos ao ano de 2014 permitem constatar que a taxa de desemprego da população entre 15 e 34 anos de idade era globalmente mais elevada em todas as regiões do país, atingindo mais de um quarto da população ativa naquele grupo etário nas regiões autónomas. As regiões Alentejo e Norte apresentavam em 2014 taxas de desemprego da população entre 15 e 34 anos também acima do valor nacional e a região Centro apresentava a menor taxa de desemprego para este grupo etário [Figura II.41].

Taxa de desemprego total e da população entre 15 e 34 anos, Portugal e NUTS II, 2014 Figura II.41



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

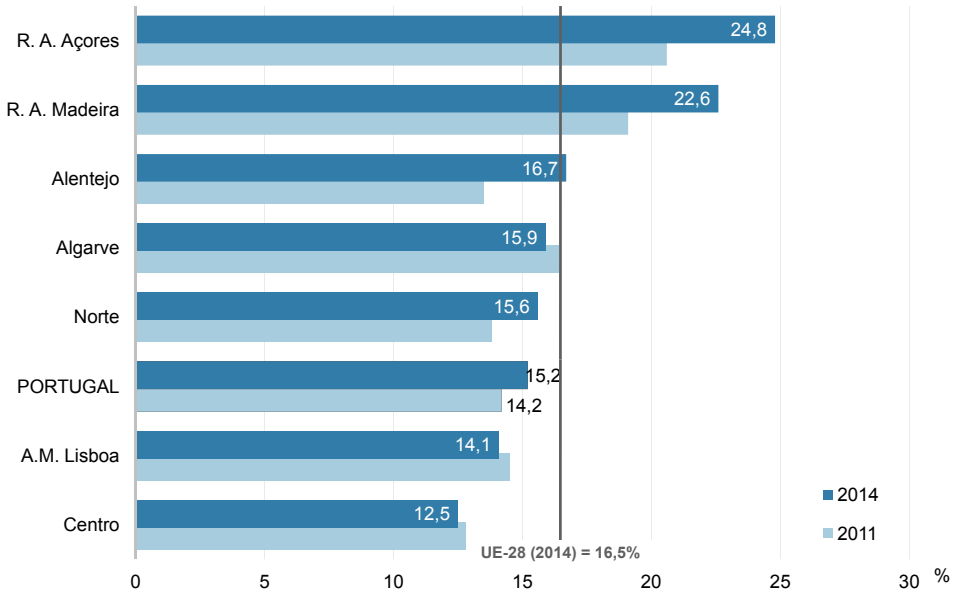
Contudo, a análise da situação específica dos jovens no mercado de trabalho sugere a consideração de indicadores mais abrangentes (Carcillo *et al.*, 2015). O indicador relativo à taxa de jovens não empregados que não estavam em educação e formação abrange as situações de desemprego e de inatividade de jovens não integrados num percurso educativo e formativo [Caixa II.4].

Entre 2011 e 2014, observou-se um aumento da taxa de NEEF para o total de Portugal, de 14,2% para 15,2%, apresentando, contudo, o país em 2014 um valor inferior à média da UE-28 (16,5%). Em termos regionais, apenas as regiões do Algarve, da AML e do Centro apresentavam uma diminuição da taxa de NEEF considerando aquele período e, em 2014, a taxa de NEEF era mais elevada na Região Autónoma dos Açores[17] e na Região Autónoma da

[17] Sobre o contexto da Região Autónoma do Açores, Simões e Drumonde (2015) analisam as especificidades desta região e as dificuldades em proporcionar respostas aos jovens NEEF dando conta nomeadamente de iniciativas de intervenção local que visam a promoção de práticas sociais e formativas de apoio ao emprego jovem.

Madeira, atingindo respetivamente cerca de 25% e 23% dos jovens entre 15 e 34 anos. As regiões do Alentejo, do Algarve e do Norte assinalavam também em 2014 taxas de NEEF superiores à média nacional. Por sua vez, a proporção de jovens NEEF no total da população jovem era mais baixa nas regiões Centro e AML [Figura II.42].

Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 | Figura II.42



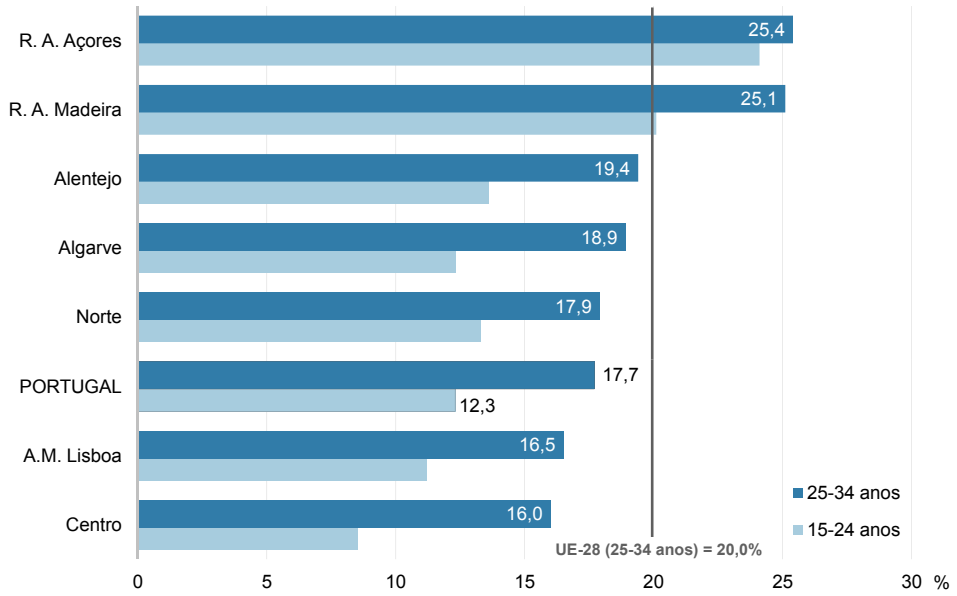
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

Jovens não empregados que não estão em educação ou formação | Caixa II.4

Os jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) correspondem ao conjunto de indivíduos de um determinado grupo etário que, na semana de referência associada à recolha de dados, não estavam empregados (encontravam-se desempregados ou em situação de inatividade), nem frequentavam qualquer atividade de educação e formação nessa semana ou nas três semanas anteriores (Torres e Lima, 2014: 35). A taxa de NEEF é obtida através da relação entre a população de jovens de um determinado grupo etário não empregados e que não estão em educação e formação e a população total de jovens do mesmo grupo etário. Difere, assim, da taxa de desemprego que considera como numerador o total de desempregados de um grupo etário específico e como denominador o total de população economicamente ativa desse mesmo segmento etário (Torres, 2013).

A análise regional sobre os jovens não empregados que não se encontram a frequentar atividades de educação e formação pode ainda ter em conta a segmentação etária e a diferenciação em termos da condição perante o trabalho. Em 2014, a taxa de jovens NEEF era mais elevada para o segmento da população jovem entre 25 e 34 anos de idade em todas as regiões NUTS II. As regiões autónomas destacavam-se ao apresentarem um quarto dos jovens entre 25 e 34 anos em situação de não emprego e sem integração num percurso educativo e formativo. Os resultados para as regiões autónomas destacavam-se ainda por se situarem não só acima da média nacional, mas também acima da média europeia (20%) no que respeita à taxa de NEEF dos jovens entre 25 e 34 anos de idade [Figura II.43]. Por comparação, em 2014 a região Centro, a par da AML, apresentava as taxas de NEEF mais baixas para os jovens entre 25 e 34 anos (16,0% e 16,5%, respetivamente) e entre 15 e 24 anos (8,5% e 11,2%, respetivamente) [Figura II.43].

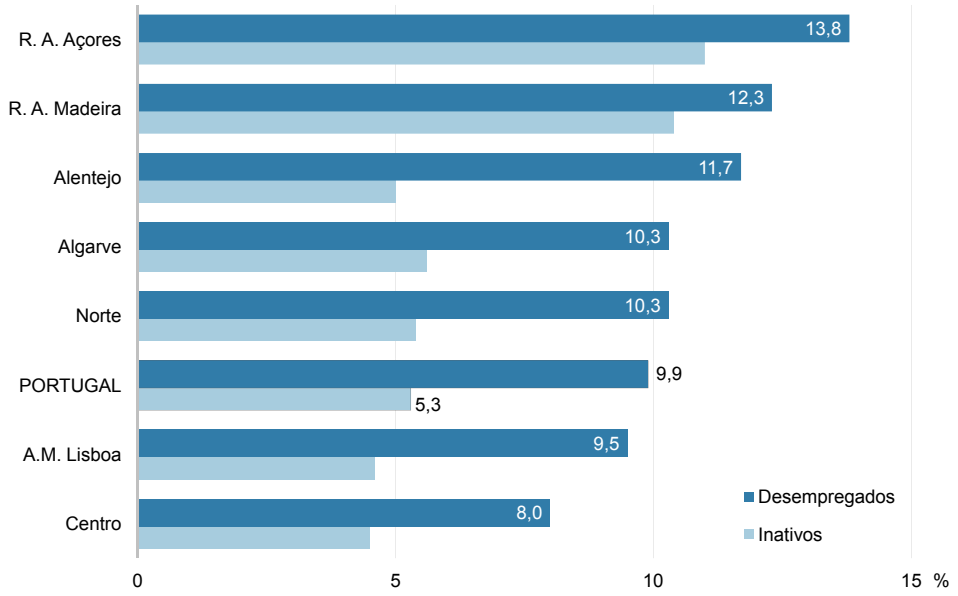
Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por grupo etário, Portugal e NUTS II, 2014 Figura II.43



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

Por outro lado, a decomposição da categoria de não empregado nas duas condições que lhe estão subjacentes permite verificar que, em 2014, a proporção de jovens NEEF na condição de desempregado era mais elevada do que a proporção de jovens NEEF inativos, sendo este resultado transversal ao conjunto de sete regiões do país [Figura II.44]. Em 2014, 9,9% dos jovens entre 15 e 34 anos eram NEEF desempregados. Esta situação abrangia, por sua vez, 5,3% da população jovem quando restringindo à condição de inatividade. Regionalmente, a proporção de NEEF desempregados era mais elevada nas regiões autónomas, a par das regiões Alentejo e Algarve e Norte, e mais baixa nas regiões Centro e AML. O mesmo padrão era observado em relação à proporção de NEEF inativos, com exceção da região Alentejo que apresentava uma proporção de NEEF inativos ligeiramente inferior à média nacional.

Proporção de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por condição perante o trabalho, Portugal e NUTS II, 2014 Figura II.44



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

Em 2014, a taxa de NEEF era mais elevada na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, atingindo respetivamente cerca de 25% e 23% dos jovens entre 15 e 34 anos. As regiões Alentejo, Algarve e Norte assinalavam também em 2014 taxas de NEEF superiores à média nacional, e a as regiões Centro e AML apresentavam as taxas de NEEF mais baixas. Em 2014, a proporção de jovens NEEF era mais elevada para o segmento da população jovem entre 25 e 34 anos de idade em todas as regiões NUTS II. A taxa de NEEF atingia um quarto da população jovem entre 25 e 34 anos nas regiões autónomas e era mais baixa nas regiões Centro e AML. A decomposição da categoria de não empregado nas duas condições que lhe estão subjacentes permitiu verificar que, em 2014, a proporção de jovens NEEF na condição de desempregado era mais elevada do que a proporção de jovens NEEF inativos, sendo este resultado transversal ao conjunto das sete regiões do país.

A relação entre as habilitações e as profissões

O emprego constitui uma dimensão relevante para a inclusão social e para a qualidade de vida e por isso as questões relacionadas com o emprego, incluindo a adequação entre os níveis habilitacionais e a integração no mercado de trabalho, constituem domínios chave para o desenvolvimento económico e o bem-estar (OCDE, 2011), incluindo o bem-estar pessoal/subjetivo e social (Lima e Novo, 2007). Neste sentido, importa avaliar em que medida se verifica uma compatibilização entre as habilitações e as profissões dos empregados nos diferentes contextos regionais.

Os dados do Inquérito ao Emprego permitem relacionar os níveis habilitacionais com as profissões exercidas. Deste modo, e tendo em conta a Classificação Portuguesa das Profissões (CPP 2010), serão considerados dois grupos profissionais contrastantes – os *trabalhadores não qualificados*[18] e os *trabalhadores com profissões intelectuais e científicas*[19] e o potencial de ajustamento em termos dos níveis educacionais da população a exercer este tipo de profissões.

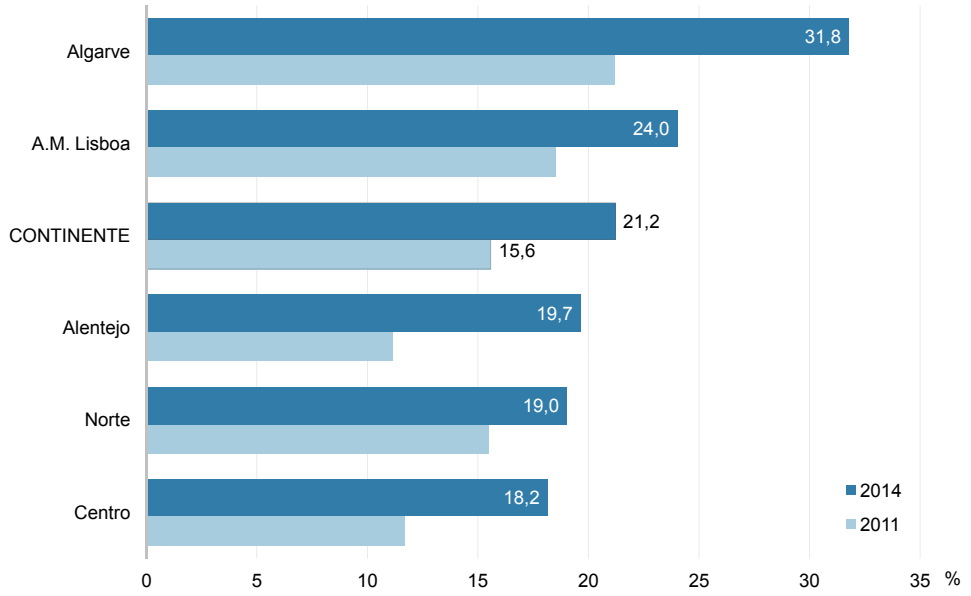
O número de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior com profissões não qualificadas representava, em 2014, 21,2% do total de trabalhadores com profissões não qualificadas no território continental. Em 2011, essa proporção era de 15,6%. Na AML, em 2014, aquele valor era de 24% e no Algarve ultrapassava os 30%. Importa, por sua vez, salientar que, entre 2011 e 2014, se verificou um aumento em todas as regiões da parcela de trabalhadores com níveis habilitacionais mais elevados (ensino secundário completo ou nível mais elevado) a exercer profissões não qualificadas, sugerindo, deste modo, um acentuar do desajustamento entre habilitações e profissões – nas regiões do Algarve e do Alentejo esta proporção aumentou em 9 e 11 pontos percentuais, respetivamente [Figura II.45].

[18] A categoria dos *trabalhadores não qualificados* "compreende as tarefas e funções das profissões não qualificadas, com especial incidência na execução de tarefas simples e de rotina, para as quais pode ser necessário utilizar máquinas-ferramentas portáteis e considerável esforço físico." (CPP, 2010: 417).

[19] A categoria dos trabalhadores com profissões intelectuais e científicas "compreende as tarefas e funções das profissões intelectuais e científicas, com particular incidência nos domínios da investigação, desenvolvimento e aplicação do conhecimento humano (ciências físicas, naturais, sociais e humanas)." (CPP, 2010: 123).

Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior, Continente[20] e NUTS II, 2011 e 2014

Figura II.45

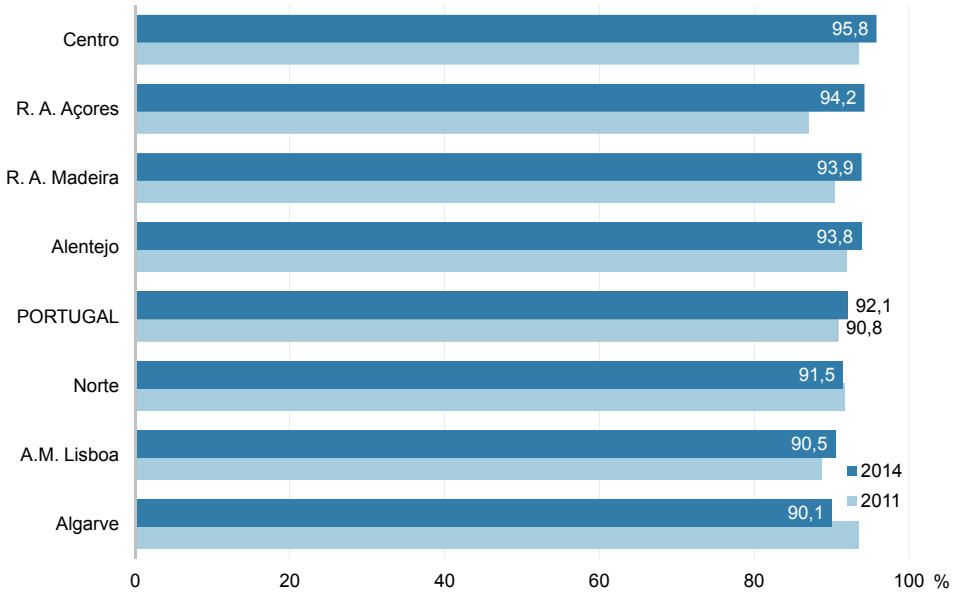


Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

Por outro lado, no caso dos trabalhadores com profissões intelectuais e científicas, verifica-se um maior ajustamento entre as qualificações exigidas e o nível habilitacional dos respetivos empregados. Em 2014, 92,1% do total de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas tinha habilitações ao nível do ensino superior, valor que era superado pela região Centro, pelas regiões autónomas e pelo Alentejo. Entre 2011 e 2014, a proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do superior aumentou na maioria das regiões NUTS II e apenas as regiões Algarve e Norte registaram uma diminuição.

[20] A análise para este indicador será feita apenas ao nível do território continental uma vez que os dados para as regiões autónomas apresentam limitações que impedem a disponibilização da informação tendo em conta a salvaguarda de critérios de qualidade da informação estatística divulgada pelo INE.

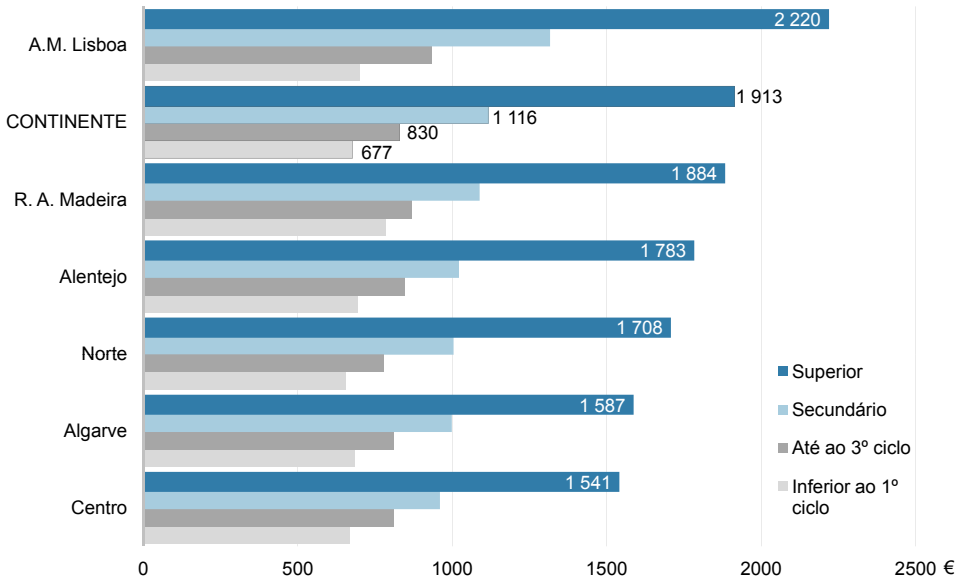
Proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014 Figura II.46



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

Complementarmente, a informação proveniente dos Quadros de Pessoal permite uma leitura tendo em conta os ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa [Caixa II.5]. Os dados para o ano de 2012 permitem constatar que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem aumenta à medida que os níveis de escolaridade também aumentam, verificando-se uma diferença expressiva entre o ganho médio mensal dos trabalhadores com escolaridade inferior ao 1º ciclo e o ganho médio mensal dos trabalhadores com habilitações ao nível do ensino superior – os valores para o Continente dão conta de um ganho médio mensal de 677 euros e de 1 913 euros, respetivamente [Figura II.47]. Em termos regionais, a AML destacava-se por apresentar ganhos médios mensais dos trabalhadores globalmente mais elevados (934 euros para os trabalhadores que completaram pelo menos 3 º ciclo do básico e 1 317 e 2 220 para os trabalhos com ensino secundário e superior, respetivamente), com exceção dos trabalhadores com o nível de escolaridade inferior ao 1º ciclo do básico. O ganho médio mensal para este grupo era mais elevado na Região Autónoma da Madeira (784 euros).

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, Continente[21] e NUTS II, 2012 | Figura II.47



Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal.

Quadros de Pessoal | Caixa II.5

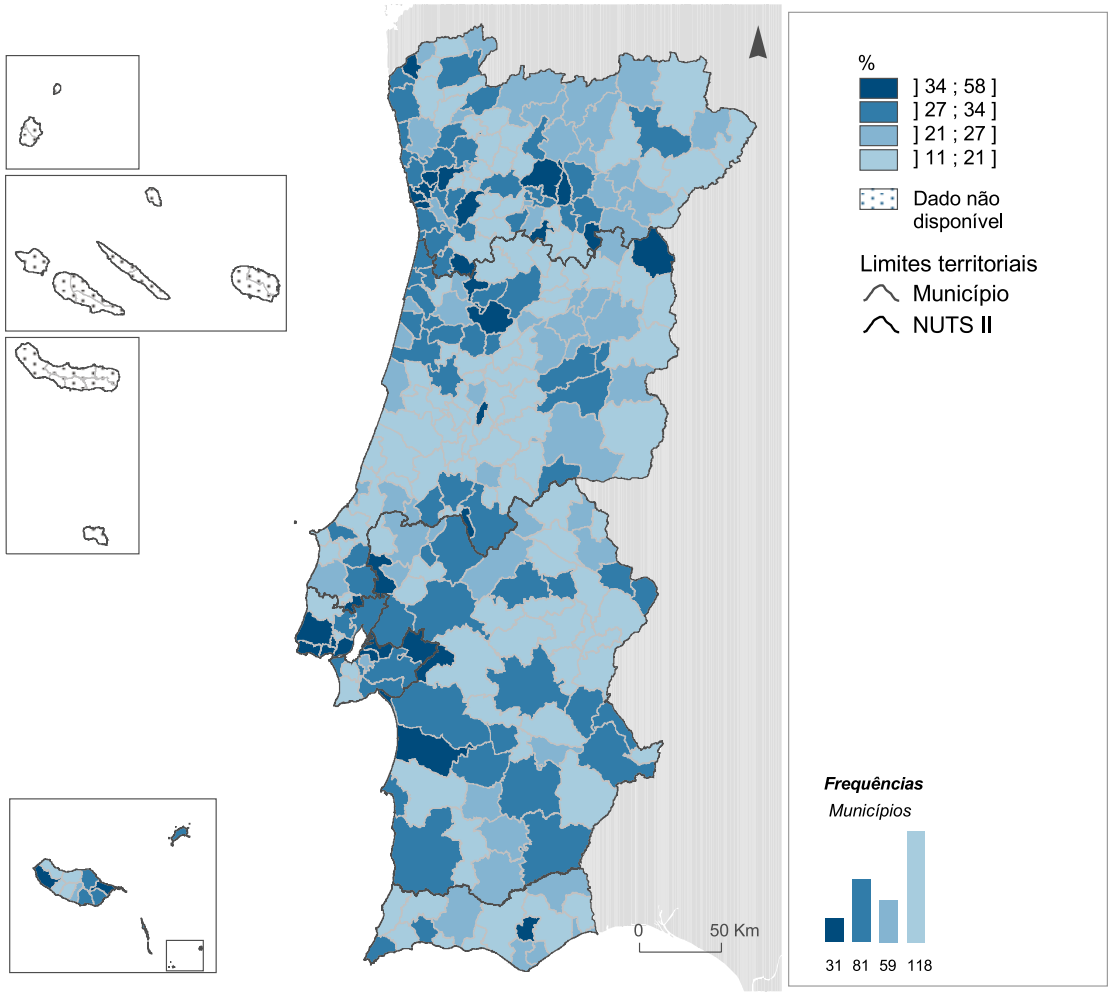
A operação estatística Quadros de Pessoal é uma operação do tipo recenseamento, decorrente de procedimento administrativo. A obrigatoriedade de entrega do Quadro de Pessoal respeita a todas as entidades com trabalhadores ao seu serviço, com exceção da administração central, regional e local e os institutos públicos (sendo para estas entidades apenas aplicável relativamente aos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho) e a empregadores de trabalhadores de serviço doméstico. A informação relativa aos Quadros de Pessoal integra o Anexo A do Relatório Único, que consiste num relatório anual referente à informação sobre a atividade social da empresa (Portaria n.º 55/2010 de 21 de Janeiro), entregue através de um formulário eletrónico. O Relatório Único é da responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. A informação apresentada com base nos Quadros de Pessoal diz respeito aos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa.

(**http://smi.ine.pt**)

[21] Os dados para a Região Autónoma dos Açores não se encontram disponíveis.

O retrato municipal da disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por nível de habilitações para 2012 revela assimetrias menos acentuadas em municípios localizados maioritariamente na região Centro. Importa destacar um conjunto de 31 municípios com disparidades mais expressivas, nomeadamente com disparidades no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem superiores a 40%: Penedono, Figueira de Castelo Rodrigo, Alcochete, Amadora (ambos na AML) e Castanheira de Pêra. Na Região Autónoma da Madeira, as disparidades no ganho médio mensal por nível de habilitações eram mais elevadas nos municípios de Calheta e Machico [Figura II.48].

Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por nível de habilitações, por município, 2012 Figura II.48



Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal.

Entre 2011 e 2014, verificou-se um aumento em todas as regiões da proporção de trabalhadores com níveis habilitacionais mais elevados a exercer profissão não qualificadas, sugerindo, deste modo, um acentuar do desajustamento entre habilitações e o emprego obtido. Esta proporção era em 2014 mais elevada nas regiões Algarve e Lisboa. No caso dos trabalhadores com profissões intelectuais e científicas, verificou-se um maior ajustamento entre as qualificações exigidas e o nível habilitacional dos respetivos empregados – em 2014, 92,1% do total de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas tinha habilitações ao nível do ensino superior, valor que era superado na região Centro, nas regiões autónomas e no Alentejo. A leitura da informação relativa aos ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem permitiu constatar que o ganho médio mensal aumenta em todas as regiões NUTS II à medida que os níveis de escolaridade também aumentam e que se verifica um diferencial expressivo entre os níveis habilitacionais mais baixos e mais elevados.

Considerações finais

A educação e formação são condições fundamentais e promotoras de crescimento económico e emprego e constituem por isso domínios chave de análise no quadro da estratégia Europa 2020. No mesmo alinhamento, o eixo temático referente ao capital humano no quadro de programação do Portugal 2020, salienta o investimento na educação e formação e na aprendizagem ao longo da vida. No presente estudo procurou-se caracterizar os trajetos educacionais das regiões portuguesas tendo como referência as metas estratégicas da Europa 2020 complementadas com indicadores que permitam caracterizar de forma mais adequada os diferentes contextos territoriais e suas assimetrias.

A análise foi, assim, organizada em três vertentes principais: a caracterização dos perfis educacionais, as disparidades dos níveis educacionais e a relação entre as habilitações e a participação no mercado de trabalho.

A abordagem adotada para a caracterização dos perfis educacionais consistiu em analisar numa perspetiva territorial os níveis de escolaridade, a aprendizagem ao longo da vida, o abandono escolar e o aproveitamento escolar.

- A análise da meta definida no contexto da Europa 2020 de atingir uma taxa de escolaridade de nível superior acima de 40%, permitiu constatar que a AML atingiu aquele limiar no ano de 2014 ao registar 40,1% de população entre 30 e 34 anos de idade com ensino superior completo, mas que o valor para o total de Portugal (31,3%) se situava abaixo daquele limiar bem como da média da UE-28. Em 2014, as menores taxas de escolaridade de nível superior pertenciam às regiões do Algarve, Alentejo e Centro.

- O retrato municipal da média das habilitações académicas da população portuguesa para o ano de 2011 permitiu identificar níveis de escolaridade mais elevados em municípios que incluem cidades de média dimensão, nomeadamente as correspondentes às 18 capitais de distrito. Nas regiões autónomas, apenas os municípios do Funchal e de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, apresentavam uma escolaridade média acima do valor de referência nacional (7 anos). Complementarmente, a leitura da proporção de população com ensino superior completo evidenciou, entre 2001 e 2011, um aumento deste indicador em todos os contextos municipais.

- No que diz respeito à aprendizagem ao longo da vida os resultados do Inquérito ao Emprego permitiram constatar que, entre 2011 e 2014, se registou uma diminuição da taxa de aprendizagem ao longo da vida para o total do país e para todas as regiões, constituindo a Região Autónoma da Madeira a única exceção. Neste sentido, a posição de Portugal e das respetivas regiões afastou-se do limiar de 15% definido no Quadro Estratégico Europeu para a Educação e Formação (EF 2020). Apesar disso, em 2014, as regiões da AML e Centro

eram aquelas que apresentavam uma maior proporção de população entre os 25 e 64 anos em atividades de educação e formação – 11,6% e 9,6%, respetivamente. A segmentação do indicador por nível de escolaridade completo permitiu verificar que, em 2014, a participação em atividades de educação e formação é mais elevada para o segmento da população entre 25 e 64 anos de idade com ensino superior completo e que os valores para as cinco regiões do Continente se situavam acima da meta estabelecida no contexto EF 2020, destacando-se a região Norte com o valor mais elevado.

- Apesar da tendência global de decréscimo da taxa de abandono precoce de educação e formação, a meta associada ao quadro estratégico da Europa 2020 (10%) ainda não foi atingida em 2014, verificando-se, contudo que as regiões AML e Centro eram aquelas que estavam mais próximas de cumprir aquele objetivo. Em 2014, o retrato do abandono precoce de educação e formação evidencia que este fenómeno era comparativamente menos expressivo nas regiões AML e Centro e que se mantém mais elevado nas regiões autónomas.

- Considerando o indicador *proxy* com base nos dados censitários, observou-se que a proporção de população entre 18 e 24 anos que saiu do sistema de ensino sem concluir o ensino secundário diminuiu, entre 2001 e 2011, em todos os municípios e que se verificou também uma redução da disparidade territorial para o total de Portugal, lida à luz do coeficiente de variação ponderado. A diminuição da disparidade territorial apenas não foi observada na Região Autónoma dos Açores e nas regiões Centro e Alentejo. O retrato municipal para 2011 evidenciou que um conjunto de 15 municípios assinalava valores superiores a 40%.

- No que respeita ao aproveitamento escolar no ensino básico e secundário, verificou-se que no ano letivo 2012/2013 este era mais elevado nas regiões Norte e Centro e mais baixo nas regiões autónomas e no Algarve. Na região Norte destacaram-se diferenças internas que colocaram em evidência os municípios do Litoral com melhores indicadores de aproveitamento escolar do que municípios do Interior dessa região. A região do Alentejo apresentava valores de aproveitamento escolar inferiores à média nacional no ensino básico mas superava aquele limiar em relação ao ensino secundário. A segmentação por tipo de curso no ensino secundário permitiu verificar que as taxas de transição/conclusão são tendencialmente mais elevadas na via profissionalizante em todas as regiões NUTS II, exceto no caso da Região Autónoma da Madeira.

A análise territorial das disparidades do nível educacional procurou retratar os diferenciais existentes nas habilitações por diferentes grupos etários, por um lado, e da crescente feminização do ensino superior não só em termos de participação como de conclusão, por outro.

- A análise com base nos dados censitários permitiu observar diferenças geracionais no que diz respeito aos níveis de escolaridade. Apesar do diferencial existente entre os

segmentos etários em comparação, a AML destacou-se como a região onde a escolaridade média, em 2011, era a mais elevada do país tanto para a população mais jovem como para a população mais envelhecida, mas ao primeiro grupo estão associados 11 anos de escolaridade e ao segundo apenas 5 anos. O enfoque ao nível do ensino superior revelou que, em 2011, proporção de população com ensino superior completo era mais elevada em todas as regiões para o grupo etário mais jovem, atingindo o valor máximo de 33,9% na AML. Apesar do diferencial existente nos grupos etários analisados, a AML era também a região que assinalava os valores mais elevados de população entre 35 e 64 anos e 65 ou mais anos com ensino superior completo.

- A leitura regional da proporção de mulheres no total de alunos diplomados e doutorados para o ano letivo 2012/2013 permitiu observar que a maioria dos diplomados, incluindo os doutorados, nas sete regiões NUTS II do país era do sexo feminino. A análise territorial do número de alunos diplomados por mil habitantes no ano letivo 2012/2013 destacou pela positiva a Região de Coimbra e a sub-região das Terras de Alto de Trás os Montes e um conjunto adicional de sete sub-regiões. A análise da proporção de mulheres no total de alunos diplomados para as 25 sub-regiões do país permitiu dar conta da transversalidade territorial da feminização nos estabelecimentos de ensino superior, uma vez que a maioria dos diplomados era do sexo feminino em todas as sub-regiões.

Por último, na análise da relação entre os níveis de escolaridade e a participação no mercado de trabalho procurou-se identificar as especificidades regionais em termos do acesso ao emprego, focando em particular a situação dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação e a questão da adequação entre os níveis habilitacionais e as profissões.

- A análise sobre o acesso ao emprego permitiu constatar que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos para o conjunto do território nacional e para as sete regiões NUTS II se encontrava ainda abaixo da meta estratégica definida no quadro da Europa 2020 (75%). Por outro lado, foi possível verificar o papel diferenciador das habilitações na medida em que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos aumenta à medida que o nível de escolaridade também aumenta, destacando-se o facto de a taxa de emprego para a população entre 20 e 64 anos e com ensino superior completo se situar acima dos 75% em todas as regiões e acima dos 80% nas regiões autónomas e no Algarve e AML. A diferenciação da taxa de desemprego considerando o nível de escolaridade completo permitiu igualmente constatar que o desemprego era comparativamente mais baixo para a população com níveis de escolaridade mais elevados e que, ao nível regional, este padrão apenas não foi observado para a região Centro.

- A leitura da taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) para o ano de 2014 permitiu verificar que esta situação atingia 15,2% da população jovem e que a taxa de NEEF era mais elevada na Região

Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, atingindo respetivamente cerca de 25% e 23% dos jovens entre 15 e 34 anos. Em 2014, a proporção de jovens NEEF era mais elevada para o segmento da população jovem entre 25 e 34 anos de idade em todas as regiões NUTS II. A decomposição da categoria de não empregado nas duas condições que lhe estão subjacentes permitiu verificar que, em 2014, a proporção de jovens NEEF na condição de desempregado era mais elevada do que a proporção de jovens NEEF inativos, sendo este resultado transversal ao conjunto das sete regiões do país.

- Por último, a análise sobre a adequação entre os níveis de escolaridade e as profissões, salientou um aumento da proporção de trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados a exercer profissão não qualificadas em todas as regiões, entre 2011 e 2014, sugerindo, deste modo, um acentuar do desajustamento entre habilitações e o emprego obtido. Por outro lado, verificou-se um maior ajustamento entre as qualificações exigidas e o nível de escolaridade para os trabalhadores com profissões intelectuais e científicas. Em 2014, 92,1% dos trabalhadores com profissões intelectuais e científicas tinha habilitações ao nível do ensino superior, valor que era superado na região Centro, regiões autónomas e Alentejo. A leitura da informação relativa aos ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem permitiu constatar que o ganho médio mensal aumenta em todas as regiões NUTS II à medida que os níveis de escolaridade também aumentam e que se verifica um diferencial expressivo entre os níveis habilitacionais mais baixos e mais elevados.

Conceitos

Abandono escolar: Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei.

Aluno: Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.

Aluno inscrito: Indivíduo inscrito em ano escolar ou em uma ou mais disciplinas de um curso.

Analfabeto: Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

Ano letivo: Período de tempo compreendido entre o início e o fim das atividades letivas que no ensino não superior corresponde a um mínimo de 180 dias efetivos de atividades escolares e no ensino superior deverá corresponder a um período entre 36 e 40 semanas.

Aprendizagem ao longo da vida: Todas as atividades de aprendizagem intencional ou não, desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não-formais ou informais, com o objetivo de adquirir, desenvolver ou melhorar conhecimentos, aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou profissional.

Aproveitamento escolar: Situação do aluno, cuja avaliação das aprendizagens resulta nas seguintes menções: aprovação, progressão, transição ou conclusão.

Conclusão: Situação escolar do aluno que termina com sucesso o nível de ensino que frequenta, tendo direito à atribuição do respetivo diploma.

Condição perante o trabalho: Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência, podendo ser considerado ativo ou inativo.

Curso científico-humanístico: Curso do ensino secundário, com a duração de três anos letivos (10.º, 11.º e 12.º anos), tendo em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior.

Curso tecnológico: Curso do ensino secundário com a duração de três anos letivos - 10. º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Destina-se preferencialmente aos jovens que desejam ingressar no mundo do trabalho após o 12.º ano de escolaridade tendo, no entanto, a possibilidade de ingresso no ensino superior. Confere um diploma de estudos secundários e um certificado de qualificação profissional de nível 3.

Desempregado: Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado

nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

Desistência: Situação do aluno que no final do ano letivo não se encontrava em condições de se inscrever no ano de escolaridade seguinte, por não ter frequentado até ao final o ano de escolaridade em que se encontrava inscrito.

Diplomado: Aluno que concluiu com aproveitamento o nível/curso em que estava matriculado, tendo requerido o respetivo diploma.

Doutoramento: Processo conducente ao grau de doutor numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade. Integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, sempre que as respetivas normas regulamentares o prevejam.

Empregado: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Ensino básico: Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

Ensino superior: Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

Grau académico: Título académico que atesta a posse de uma determinada habilitação académica de nível superior. Aos indivíduos que tenham concluído, respetivamente, um curso de bacharelato, de licenciatura, de mestrado ou de doutoramento são conferidos, respetivamente, os graus de bacharel, de licenciado, de mestre e de doutor.

Inativo: Indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado, nem desempregado.

Nível de escolaridade: Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Nível 4 de formação (pós-secundário): Formação de acesso a este nível: formação secundária (geral ou profissional) e formação técnica pós-secundária. Esta formação técnica de alto nível é adquirida no âmbito de instituições escolares ou fora dele. A qualificação resultante desta formação inclui conhecimentos e capacidades que pertencem ao nível superior. Não exige, em geral, o domínio dos fundamentos científicos das áreas em causa. Estas capacidades e conhecimentos permitem assumir, de forma geralmente autónoma ou de forma independente, responsabilidades de conceção e/ou de direção e/ou de gestão

População ativa: População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População inativa: População que, independentemente da sua idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, isto é, não estava empregada, nem desempregada.

Profissão: Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Qualificação académica: Nível de instrução completo mais elevado que o indivíduo atingiu no período de referência.

Retenção: Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.

Saída precoce: Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Sistema de educação e formação: Compreende o sistema de educação e formação dos Ministérios que tutelam as áreas da Educação, do Ensino Superior e do Trabalho, e os sistemas de formação que atribuem certificação reconhecida.

Taxa de desemprego: Taxa que permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (15 e mais anos): Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população total em idade ativa (com 15 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo: Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

PARTE III

A COMPETITIVIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO NAS REGIÕES PORTUGUESAS



Enquadramento

A competitividade e a internacionalização das empresas portuguesas constituem prioridades nacionais para o horizonte temporal 2014-2020, verificando-se uma relação de interdependência entre os dois conceitos, na medida em que a competitividade das empresas é um fator condicionador da capacidade de internacionalização das mesmas mas o inverso também ocorre – a presença em mercados mais globais e, portanto, concorrenciais é ela própria potenciadora da capacidade competitiva (INE, 2009).

O contexto de crise económica e financeira que tem caracterizado a economia internacional nos últimos anos teve efeitos sobre a economia portuguesa, quer pela alteração das condições de financiamento (nomeadamente do sistema financeiro, implicando fortes restrições das empresas e das famílias no acesso ao crédito), quer pelo impacto nas relações comerciais das empresas portuguesas com parceiros europeus, eles próprios afetados pela crise. A uma situação de diminuição da procura interna, também associada a um período de forte contenção orçamental em Portugal, acresceu o abrandamento do crescimento económico registado no conjunto dos países europeus.

O forte abrandamento dos fatores que estimulam o crescimento da economia teve também como consequência o crescimento do desemprego[1] e o aumento da emigração para níveis elevados (INE, 2015b), com implicações nomeadamente para a população ativa.

No quadro da definição das prioridades de intervenção dos fundos comunitários em Portugal para o período 2014-2020, o Acordo de Parceria proposto por Portugal à Comissão Europeia estabelece o reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa como um dos desafios para o atual período de programação do financiamento europeu.

Neste contexto, o perfil de especialização produtiva – pela menor relevância das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis e por um tecido produtivo pouco intensivo em tecnologia e conhecimento (Mateus, 2015) – e as competências e estratégias das Pequenas e Médias Empresas (PME) – pelas fragilidades na qualificação dos recursos humanos e pela reduzida complexidade e inovação das estratégias de negócio – são apontados como alguns dos constrangimentos à melhoria da competitividade da economia portuguesa e do desempenho das atividades produtoras de bens e serviços mais expostos à concorrência internacional.

[1] Sobre a evolução do desemprego em Portugal, veja-se a análise do ponto II.3..

Desta forma, as prioridades de intervenção dos fundos comunitários assentam, entre outros, na promoção da reindustrialização nacional – através do reforço da competitividade e da capacidade de diferenciação no mercado internacional – e, no estímulo ao fortalecimento das competências e estratégias das empresas, em particular das PME, através do reforço da qualificação dos recursos humanos e das iniciativas de cooperação, bem como da orientação da produção para o mercado externo (Portugal 2020, 2014), alinhados com as orientações da Comissão Europeia (Comissão Europeia, 2014a).

As orientações de política para os próximos anos assentam, ainda, na aposta no crescimento inteligente e no desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. É neste contexto que a qualificação dos recursos humanos e o conteúdo tecnológico da atividade produtiva, ao promoverem a inovação e a criação de valor, se assumem como fatores potenciadores da competitividade da economia portuguesa e da capacidade de penetração no mercado externo. Assim, na primeira parte deste domínio, serão analisados **o perfil produtivo das regiões portuguesas e os recursos para a competitividade** através de indicadores macroeconómicos e indicadores relacionados com a disponibilidade e qualificação dos recursos humanos, posicionando-se, finalmente, as regiões portuguesas face à intensidade de investimento em I&D estabelecido como indicador crucial na Estratégia Europa 2020 (Eurostat, 2015).

A importância das PME como motores do crescimento e inovação (OCDE, 2013c) e a sua relevância no tecido produtivo nacional torna-as destinatários preferenciais das políticas públicas que visam a competitividade e a internacionalização. Pretende-se consolidar as estratégias de desenvolvimento das PME, sustentando-as, em particular, em recursos humanos qualificados, em iniciativas de cooperação e numa orientação exportadora assente na exploração de novos mercados ou no fortalecimento dos mercados já conquistados. A capacidade de internacionalização assume uma importância significativa para a sobrevivência e competitividade das empresas portuguesas, sobretudo num contexto de crescente globalização. É neste quadro que a segunda parte deste estudo – **O tecido empresarial e a orientação para o mercado externo** – pretende retratar as assimetrias regionais das características das empresas portuguesas, a importância das PME e os impactos territoriais diferenciados das alterações do contexto económico na dinâmica empresarial e no padrão regional de concretização das relações empresariais com o estrangeiro.

Num contexto de enfraquecimento do dinamismo económico e social do país, é reforçada a importância das exportações como alternativa a uma procura interna deprimida, e como elemento crucial para o aumento da competitividade do tecido empresarial português (European Commission, 2014), contribuindo ainda para a redução do desequilíbrio das contas externas num país em que as relações com o exterior têm sido deficitárias. Deste modo, a terceira e última parte deste estudo – **O perfil exportador das regiões** – analisará a importância do comércio internacional nas regiões portuguesas e o perfil de especialização territorial das exportações através da comparação entre períodos temporais distintos, como base para o entendimento das trajetórias regionais no que respeita ao comércio externo.

Nesta análise, optar-se-á por privilegiar a escala das regiões NUTS III de acordo com a nova geografia (NUTS 2013[2]) mas, sempre que se considere pertinente, ou que não esteja disponível informação com esta desagregação territorial, serão analisadas outras geografias, procurando avaliar a trajetória seguida com base em comparações temporais de dados.

[2] As alterações às unidades territoriais portuguesas para fins estatísticos são apresentadas em maior detalhe no domínio relativo à Qualificação territorial da presente publicação.

III.1. O perfil produtivo das regiões portuguesas e os recursos para a competitividade

Produto Interno Bruto (PIB) por habitante: PIB / População residente

Índice de renovação da população em idade ativa: (População residente com idade entre os 20 e os 29 anos / População residente com idade entre os 55 e os 64 anos) x 100.

Pessoal ao serviço nos estabelecimentos das empresas por indivíduo com 15 ou mais anos: Pessoal ao serviço nos estabelecimentos das empresas / População residente com 15 ou mais anos

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior: Trabalhadores por conta de outrem com ensino superior / Trabalhadores por conta de outrem x 100

Proporção da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB: Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas / PIB x 100

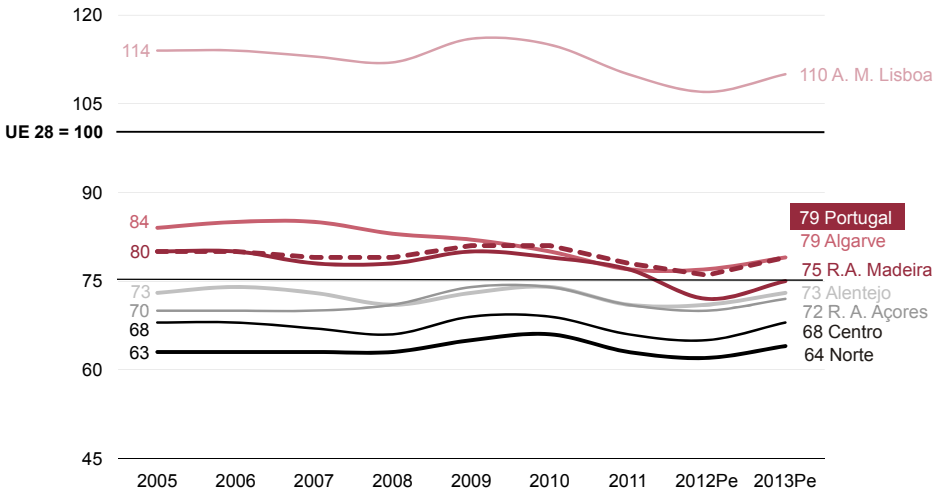
A comparação do desempenho económico das regiões portuguesas com as restantes regiões da União Europeia (UE), pode ser realizada através do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante em paridades de poder de compra (ppc), indicador que é utilizado, ao nível da UE para a definição das regiões europeias elegíveis para financiamento no âmbito da Política de Coesão. Assim, no contexto do Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020), os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) apoiam regiões NUTS II que se distinguem em três categorias: regiões menos desenvolvidas (com um PIB *per capita* inferior a 75% da média do PIB *per capita* da UE-27), regiões em transição (PIB *per capita* situa-se entre 75% e 90% da média da UE-27) e regiões mais desenvolvidas (com um PIB *per capita* superior a 90% da média da UE-27) (INE, 2015).

Os dados das Contas Nacionais e Regionais, na base 2011, revelam que, em 2013 o PIB por habitante em ppc de Portugal correspondia a 79% da média dos 28 países da União Europeia, verificando-se que, em termos de NUTS II apenas a Área Metropolitana de Lisboa (AML) excedia o valor médio europeu. As regiões Norte e Centro eram as que mais se distanciavam da média da UE, com índices de PIB por habitante em ppc de 64 e 68, respetivamente.

Entre 2005 e 2013, o país afastou-se da média europeia (UE-28) neste indicador, tendência que foi comum à AML, Algarve e Região Autónoma da Madeira. As regiões com um desempenho menos favorável no PIB por habitante em ppc não acompanharam aquela tendência: no Centro e no Alentejo, a diferença face à média da UE-28 manteve-se estável enquanto, no Norte e na R. A. Açores, se registou uma aproximação àquele referencial europeu. O posicionamento das regiões portuguesas face à média dos atuais 28 países da UE sofreu alterações ao longo dos 9

anos de análise entre 2005 e 2013 [Figura III.1]. Em termos regionais, a AML foi a única região que, no período considerado, apresentou anualmente um PIB por habitante em ppc superior à média europeia, tendo atingido os valores mais altos nos anos de 2009 e 2010, biénio em que a média nacional mais se aproximou da UE. Os dados preliminares de 2012[3] revelam que, no período em análise, este terá sido o ano em que Portugal e todas as regiões NUTS II mais se afastaram da média europeia, verificando-se novamente maior convergência face à média europeia em 2013.

PIB por habitante em ppc (UE-28=100), Portugal e NUTS II, 2005 a 2013Pe | Figura III.1

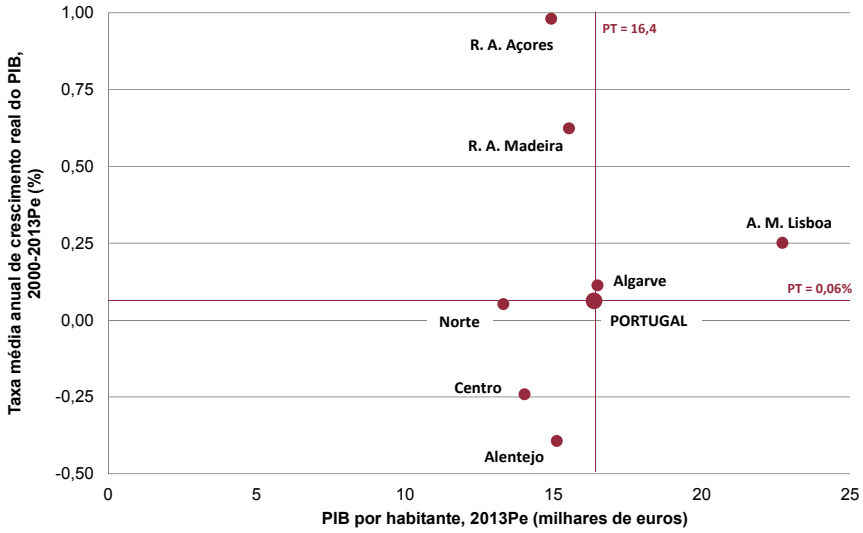


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

A observação do crescimento médio anual real do PIB [Figura III.2] permite uma leitura mais robusta do desempenho macroeconómico nas regiões portuguesas na última década. Assim, as regiões Norte, Centro e Alentejo partilharam um crescimento real médio, no período 2000-2013, e um PIB por habitante, em 2013, aquém da média nacional. As regiões autónomas, embora com um PIB por habitante abaixo da média nacional, apresentaram níveis de crescimento mais significativos no período 2000-2013: +1% na R. A. Açores e +0,6% na R. A. Madeira. O Algarve registou valores próximos da média nacional em ambos os indicadores. A AML evidenciou-se no contexto nacional pela expressão do PIB por habitante, tendo exibido um crescimento médio real positivo do PIB no período 2000-2013.

[3] Os dados definitivos das contas nacionais anuais para 2012 foram divulgados em março de 2015.

PIB por habitante (2013Pe) e taxa média anual de crescimento real do PIB (2000-2013Pe), Portugal e NUTS II | Figura III.2



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011). Cálculos próprios.

A estrutura produtiva das regiões portuguesas

O perfil de especialização produtivo é apontado no Acordo de Parceria 2014-2020 como um dos constrangimentos à melhoria da competitividade da economia portuguesa e do desempenho das atividades produtoras de bens e serviços mais expostos à concorrência internacional. Importa por isso proceder, a partir dos dados das Contas Regionais, à análise comparativa da situação mais atual do país e das regiões face à estrutura produtiva do início do século.

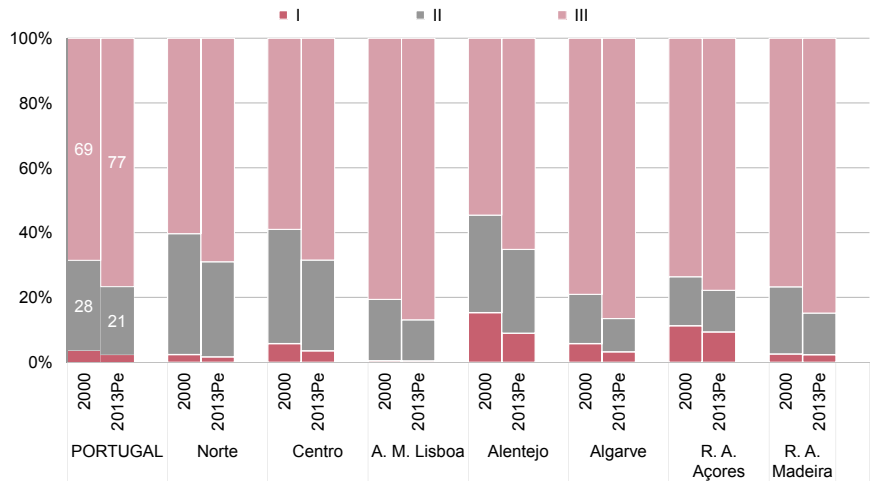
Entre 2000 e 2013, a estrutura produtiva portuguesa (aferida pela repartição setorial do valor acrescentado bruto) seguiu uma tendência de terciarização que se deveu sobretudo à diminuição do contributo do setor secundário[4] para a criação de Valor Acrescentado Bruto (VAB), a par de se ter verificado também uma perda de importância da riqueza criada pelo setor primário. O setor terciário, responsável pela criação de 69% do VAB da economia no ano 2000, aumentou esta proporção para 77% em 2013, enquanto o setor secundário diminuiu de 28% para 21% e o setor primário de 4% para 2% [Figura III.3].

[4] Toma-se como referência a desagregação das atividades económicas da Nomenclatura de Contas Nacionais em 3 ramos de atividade – A3, para identificação dos sectores I (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), II (Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção) e III (Serviços).

Esta tendência abrangeu todas as regiões NUTS II e o aumento da importância do setor terciário foi mais significativo no Alentejo, Norte e Centro, regiões onde o setor terciário menos contribuía para o VAB regional. Na região do Alentejo foi mais expressiva a diminuição da proporção de VAB no setor primário, enquanto nas regiões Norte e Centro foi o setor secundário que perdeu mais importância nas respetivas economias regionais. De qualquer modo, em 2013, o setor secundário continuava a ter um contributo relevante para a geração de VAB das regiões Norte, Centro e Alentejo (29%, 28% e 26% do respetivo VAB regional).

Em 2013, a Área Metropolitana de Lisboa, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira eram as regiões onde o setor terciário tinha maior importância no VAB: 87%, 86% e 85%, respetivamente. A Região Autónoma dos Açores era a região do país com maior proporção de VAB gerado no setor primário (9,4%). Face ao ano 2000, a perda de importância do setor primário foi, nesta região, menos significativa do que a verificada no Alentejo, região em que, tradicionalmente, o setor primário tinha mais importância em termos de riqueza criada.

Repartição do VAB por ramos de atividade (A3), Portugal e NUTS II, 2000 e 2013Pe | Figura III.3

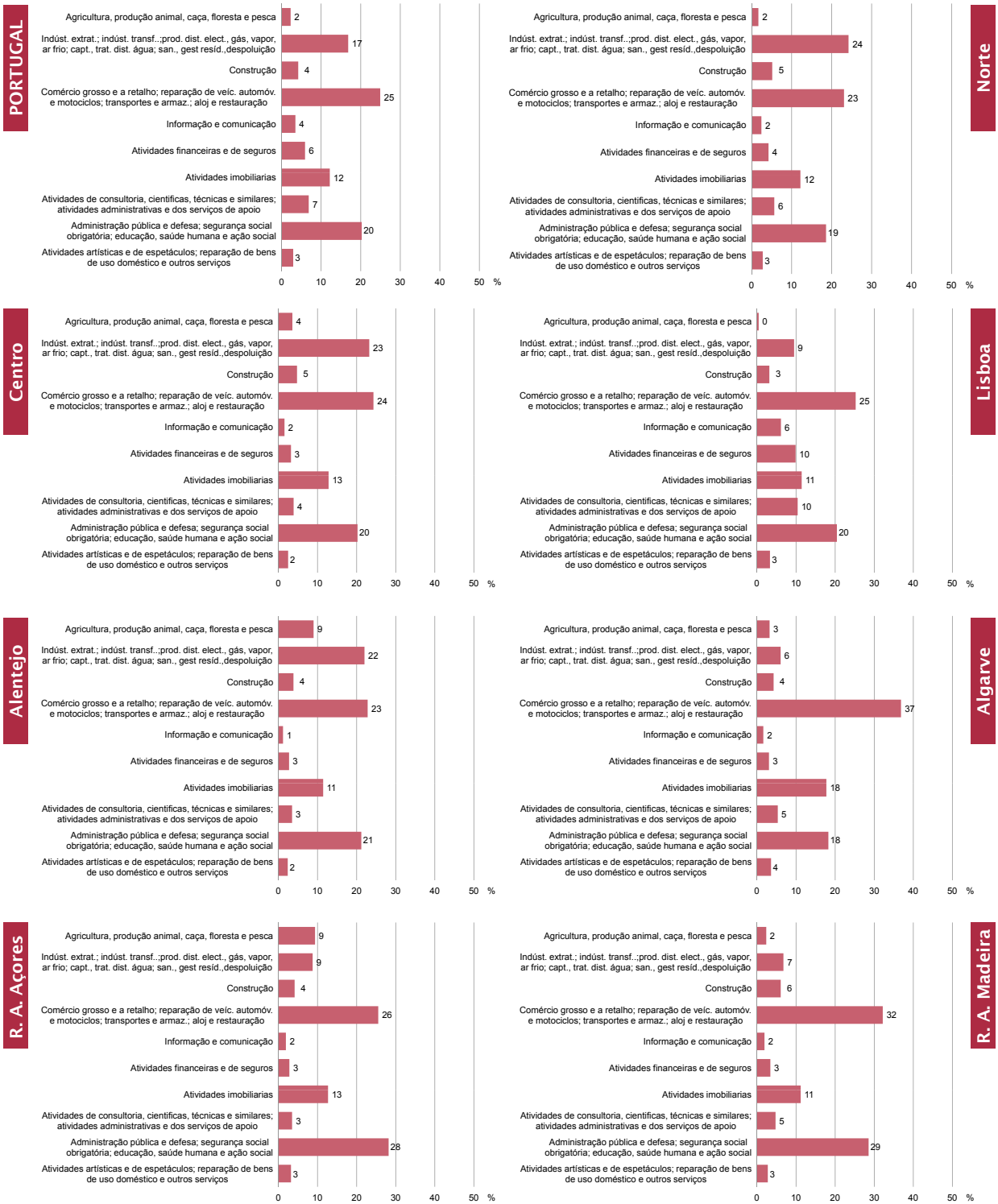


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Uma análise mais detalhada das atividades económicas, nomeadamente no que respeita ao VAB gerado, permite concluir que os diferentes ramos de atividade contribuem de forma distinta para as economias regionais.

A **Figura III.4** apresenta, para o total do país e para cada região NUTS II, a repartição do VAB por atividade económica de acordo com a Nomenclatura de Ramos de Contas Nacionais (A10). Em 2013, um quarto do VAB nacional era gerado nas atividades de *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração*. Este conjunto de atividades era particularmente importante nas economias regionais do Algarve e da Região Autónoma da Madeira (respetivamente 37% e 32% do VAB regional), o que sugere a relevância do turismo nestas regiões. Estas eram também as atividades mais geradoras de VAB em todas as regiões NUTS II com exceção do Norte – região em que a maior parte do VAB provinha das *Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição* (24%) – e da Região Autónoma dos Açores, onde tinham mais importância as atividades ligadas à *Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social* (28% do VAB).

Repartição do VAB por ramos de atividade (A10), Portugal e NUTS II, 2013Pe | Figura III.4



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Através da Figura III.5 é possível identificar as atividades em que as regiões eram especializadas no ano 2000 e em 2013, de acordo com o quociente de especialização ou índice de Balassa-Hoover [Caixa III.1].

Índice de Balassa-Hoover | Caixa III.1

O **índice de Balassa-Hoover (BH)** ou quociente de localização é o rácio entre o peso, em termos de VAB, de uma atividade económica na região e o peso, em termos de VAB, dessa atividade económica no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a atividade económica em questão tem maior relevância no VAB total da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de VAB, a região é especializada nessa atividade económica (OCDE, 2008).

$$BH_i = \frac{\frac{Y_{ij}}{Y_j}}{\frac{Y_i}{Y}}$$

em que:

Y_{ij} : VAB da atividade económica i na região j
Y_j : VAB de todas as atividades económicas na região j
Y_i : VAB da atividade económica i no país
Y : VAB de todas as atividades económicas no país

Para o cálculo das especializações das regiões, consideraram-se as atividades económicas (desagregadas em 10 atividades – A10) que, em cada ano de análise apresentavam uma importância relativa superior a 2,3% do VAB regional. Este valor de referência corresponde à menor proporção registada nas atividades económicas do país, em ambos os períodos, excluindo os organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Para cada NUTS II estão identificadas as atividades de especialização que se mantiveram entre 2000 e 2013, tal como as atividades de especialização que desapareceram e aquelas que surgiram em cada região, tendo por referência a estrutura setorial nacional nos dois períodos.

Do ano 2000 para 2013 não se verificaram alterações nos perfis de especialização das regiões Norte, Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo. A região Norte manteve-se especializada nas *Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição* e na *Construção*. A região do Alentejo, tendo-se mantido especializada nas atividades agrícolas e industriais, diminuiu, contudo, o seu diferencial face ao país na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e a Área Metropolitana de Lisboa destacava-se por ser a única região do país especializada nas *Atividades financeiras e de seguros*, em *Informação e comunicação*, bem como nas *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio*.

A região Centro diversificou o seu quadro de especialização de 2000 para 2013, passando a ser também especializada em atividades de *Construção*. A região do Algarve passou, em 2013, a ser especializada em *Atividades artísticas e de espetáculos*; *reparação de bens de uso doméstico e outros serviços*, verificando-se também que a proporção de VAB gerado na *Construção* passou a ser menor do que a nível nacional.

Por último, nas regiões autónomas diminuíram as atividades de especialização, tendo a Região Autónoma dos Açores aumentado o seu diferencial face ao país na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, deixando, contudo, de ser especializada em *Atividades imobiliárias*, enquanto a Região Autónoma da Madeira deixou de ser especializada em *Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços*.

Alterações das atividades de especialização (VAB), por NUTS II, 2000/2013Pe | Figura III.5

	Norte	Centro	A. M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		●		●	●	●	
Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	●	●		●			
Construção	●	●			●		●
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração					●		●
Informação e comunicação			●				
Atividades financeiras e de seguros			●				
Atividades imobiliarias					●	●	
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio			●				
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social						●	●
Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços			●		●		●

● Atividades de especialização em 2000
● Atividades de especialização em 2000 e 2013Pe
● Atividades de especialização em 2013Pe

Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

O facto da contribuição regional para o VAB nacional ser maior na Área Metropolitana de Lisboa, na região Norte e na região Centro (respetivamente, 37%, 28% e 19% do VAB do total do país em 2013) conduz a que estas regiões condicionem mais fortemente a estrutura produtiva nacional e, portanto, apresentem coeficientes de especialização relativamente mais baixos do que as restantes regiões NUTS II [Caixa III.2][Figura III.6].

Coeficiente de especialização | Caixa III.2

O **coeficiente de especialização (CE)** mede o grau de concentração que uma região detém em relação aos setores da atividade económica que nela estão implantados. Corresponde ao somatório do módulo dos desvios da importância que o sector i assume na região j face à importância que esse mesmo sector assume na região padrão p. O CE duma região corresponde a metade do resultado obtido naquele somatório.

Se o CE for igual a 0, significa que a estrutura setorial da região em análise é integralmente equivalente à estrutura apresentada pela região padrão; inversamente, quanto mais próximo de 100 for o CE, mais especializada é a estrutura produtiva da região relativamente à do espaço de referência.

$$CE_j = \left(\frac{1}{2} \sum_{i=1}^{n} \left| \frac{X_{ip}}{X_p} - \frac{X_{ij}}{Xj} \right| \right) x\,100 \qquad (0 \leq CE_j \leq 100)$$

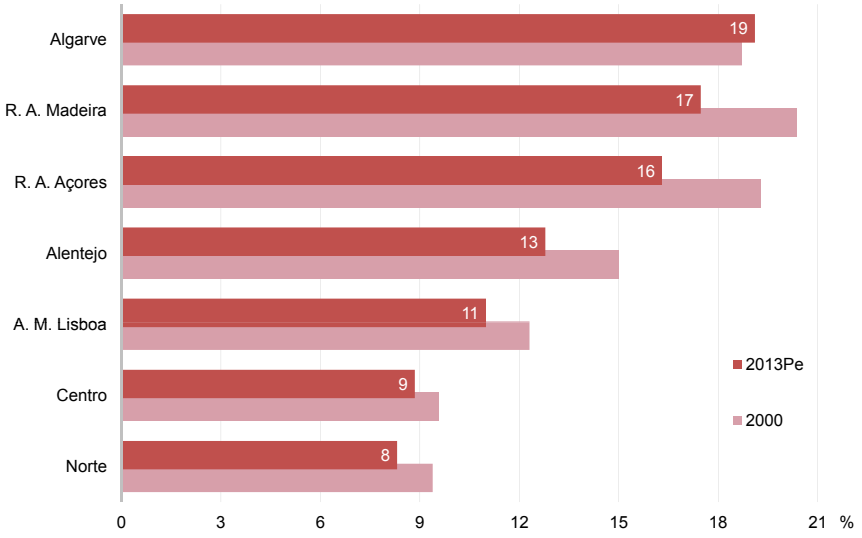
em que:

X_{ip} : valor da atividade i na região padrão p
X_p : valor do total das atividades consideradas na região padrão p
X_{ij} : valor da atividade i na região j
X_j : valor do total das atividades consideradas na região j

O cálculo do CE foi apurado tendo em consideração a desagregação das atividades económicas da Nomenclatura de Contas Nacionais em 10 ramos de atividade.

A análise do conjunto das regiões revela, pela comparação entre o ano 2000 e 2013, uma diminuição dos coeficientes de especialização regional, ou seja, uma aproximação das estruturas produtivas regionais à estrutura nacional, com exceção do Algarve. No Algarve e nas regiões autónomas verificavam-se os valores mais elevados neste indicador, ou seja, estas regiões apresentavam perfis de especialização mais distintos da estrutura nacional.

Coeficiente de especialização (VAB), por NUTS II, 2000 e 2013Pe | Figura III.6



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Os resultados das Contas Regionais Portuguesas evidenciam uma trajetória de terciarização da estrutura económica das regiões nacionais que resultou da perda de importância, comum a todas as regiões, do setor secundário (mais relevante nas regiões Norte, Centro e Região Autónoma da Madeira) e do setor primário (sobretudo no Alentejo).

As atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração eram particularmente importantes nas economias regionais do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Estas eram também as atividades mais geradoras de VAB em todas as regiões NUTS II, com exceção do Norte – região em que a maior parte da riqueza produzida provinha das Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição – e da Região Autónoma dos Açores, onde tinham mais importância regional as atividades ligadas à Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social.

Entre 2000 e 2013 não se verificaram alterações nos perfis de especialização das regiões Norte, Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo tendo como referência a repartição nacional de atividades produtivas. A região Centro diversificou as suas especializações, passando

a ser também especializada em atividades de Construção (para além das atividades primárias e das indústrias). A região do Algarve passou, em 2013, a ser especializada em Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços, verificando-se que a proporção de VAB gerado na Construção passou a ser menor do que a nível nacional. Por último, nas regiões autónomas diminuíram as atividades de especialização, reduzindo o número de atividades que tinham mais importância na estrutura regional quando comparando com a estrutura de repartição nacional.

No período considerado verificou-se uma convergência nos coeficientes de especialização regional, ou seja, uma aproximação das estruturas produtivas regionais ao padrão nacional em todas as regiões exceto no Algarve.

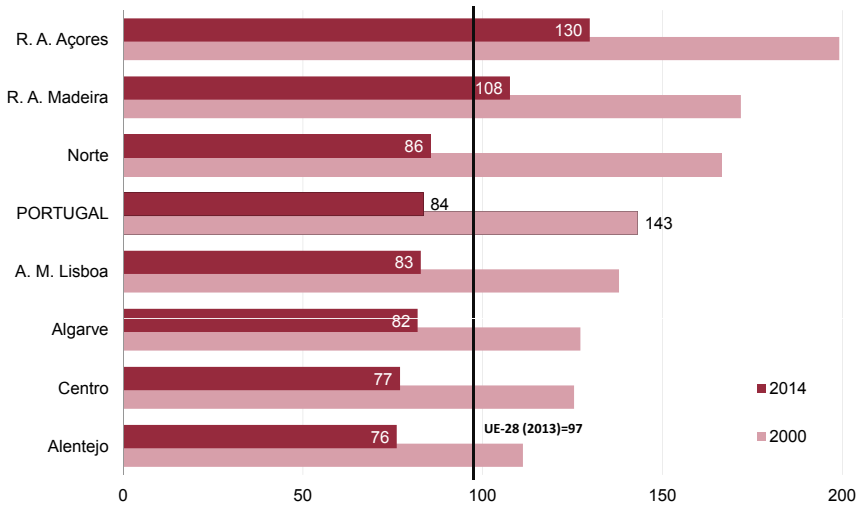
Recursos para a competitividade

A capacidade de convergência das regiões para valores mais próximos da média europeia assenta na existência de recursos que tornem as economias regionais mais competitivas. A disponibilidade de mão-de-obra e a qualificação dos recursos utilizados no tecido produtivo constituem dois elementos centrais para o potencial de crescimento económico.

O Índice de renovação da população em idade ativa é um indicador que permite aferir a disponibilidade de mão-de-obra nos territórios uma vez que mede a relação entre o número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho (20 a 29 anos de idade) e o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho (55 a 65 anos de idade).

A comparação entre o ano 2000 e os dados mais recentes para o ano 2014 permitem verificar uma diminuição significativa deste indicador a nível nacional e em todas as regiões. De facto, se no ano 2000 este índice apresentava valores acima de 100 em todas as regiões NUTS II, em 2014 esta situação apenas se verificava nas regiões autónomas. Assim, em 2014, no conjunto nacional e em todas as regiões do Continente o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho não era compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho. No Alentejo e na região Centro registavam-se os valores médios mais baixos neste indicador [Figura III.7].

Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal e NUTS II, 2000 e 2014 Figura III.7

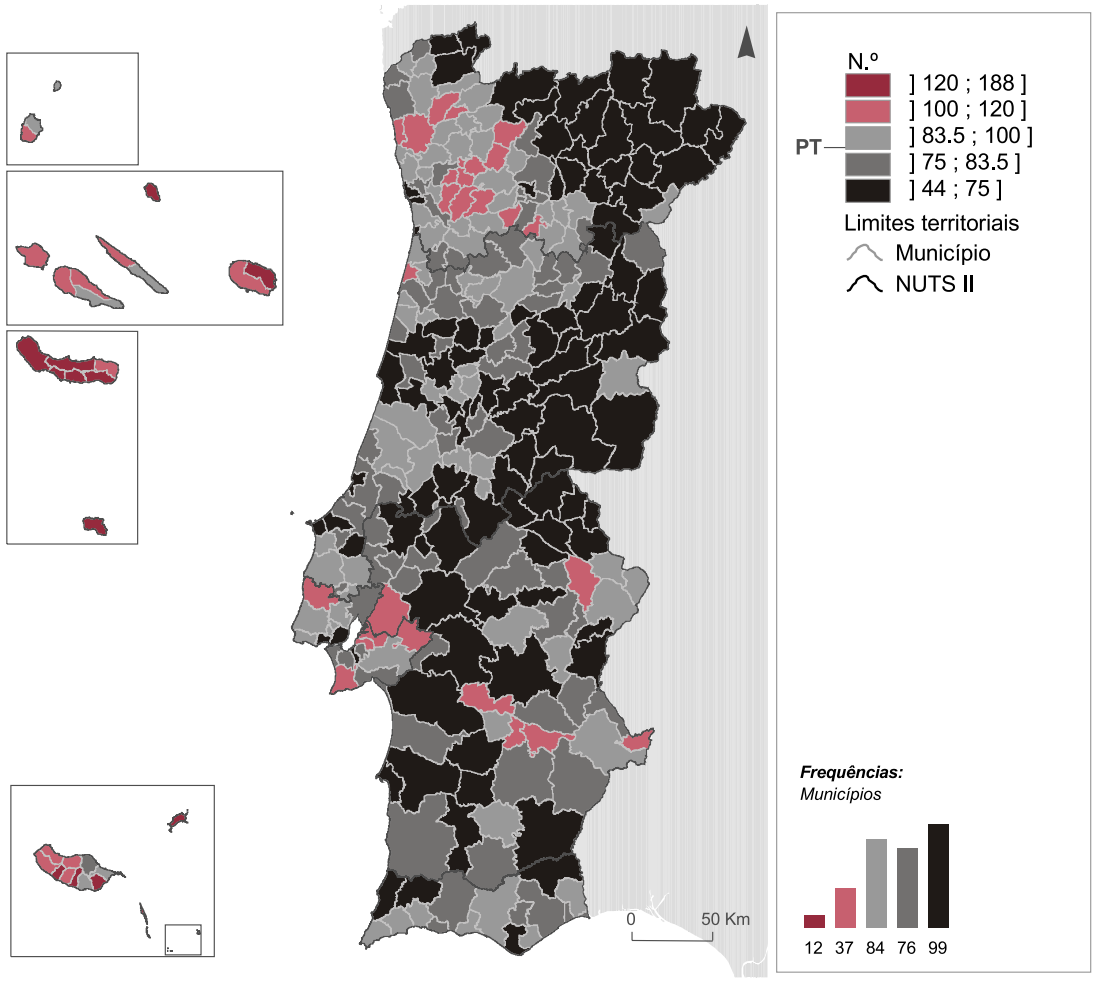


Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos. Eurostat (cálculos próprios).

O retrato territorial por município do índice de renovação da população em idade ativa permite associar valores mais baixos neste indicador aos municípios do Interior das regiões Norte e Centro, bem como aos municípios do Alentejo, evidenciando-se ainda valores reduzidos em outros municípios de cariz mais urbano do Litoral do Continente como Lisboa, Porto e Coimbra. Todos os municípios do Algarve e da região Centro (única exceção para o município da Murtosa) apresentavam valores abaixo de 100 neste indicador.

Em apenas 49 dos 308 municípios do país se registavam valores acima de 100 no indicador de renovação da população em idade ativa. Os valores mais elevados para este indicador verificavam-se sobretudo nas regiões autónomas e, em particular, na Região Autónoma dos Açores: Ribeira Grande (187,5), Lagoa (170), Câmara de Lobos (163,7) e Vila Franca do Campo (160,3). No Continente era possível identificar um contínuo de municípios com valores acima de 100 nas sub-regiões do Tâmega e Sousa e do Cávado (região Norte) bem como em municípios dispersos do Alentejo e da Área Metropolitana de Lisboa.

Índice de renovação da população em idade ativa, por município, 2014 | Figura III.8



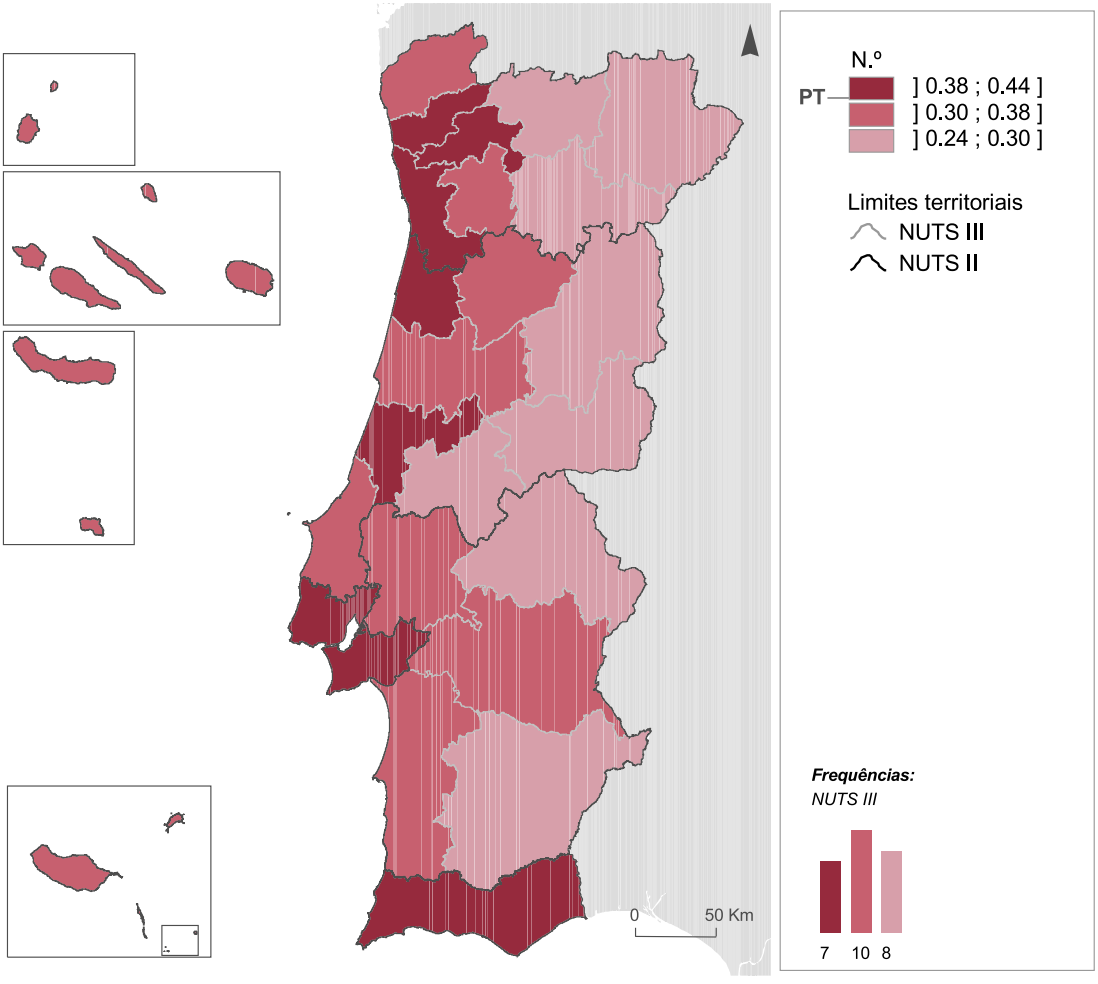
Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

Uma vez analisado o potencial de população para a renovação do mercado de trabalho importa analisar de que forma este recurso potencial é efetivamente utilizado na atividade económica, nomeadamente no tecido produtivo das regiões e do país. A partir dos dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas é possível apurar o pessoal ao serviço nos estabelecimentos das empresas não financeiras e confrontá-lo com a população em idade ativa (com 15 ou mais anos), permitindo assim obter um indicador *proxy* da utilização de recursos e captar a sua diferenciação territorial.

Em 2013, em Portugal, o valor médio de pessoal ao serviço por indivíduo em idade ativa era de 0,38, ou seja, por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos existiam 38 empregados nos estabelecimentos das sociedades não financeiras. A análise deste indicador ao nível sub-regional

permite diferenciar valores mais elevados (acima do valor médio nacional) nas regiões do Litoral que contrastam com valores abaixo de 0,30 em todas as regiões fronteiriças do Interior (com exceção do Alentejo Central que, contudo, também não atingiu o valor nacional). As áreas metropolitanas e as regiões de Aveiro e de Leiria eram as NUTS III que, à luz deste indicador, apresentavam uma maior afetação dos recursos disponíveis às atividades produtivas.

Pessoal ao serviço nos estabelecimentos das empresas por indivíduo com 15 ou mais anos, por NUTS III, 2013 Figura III.9



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas, Estimativas anuais da população residente.

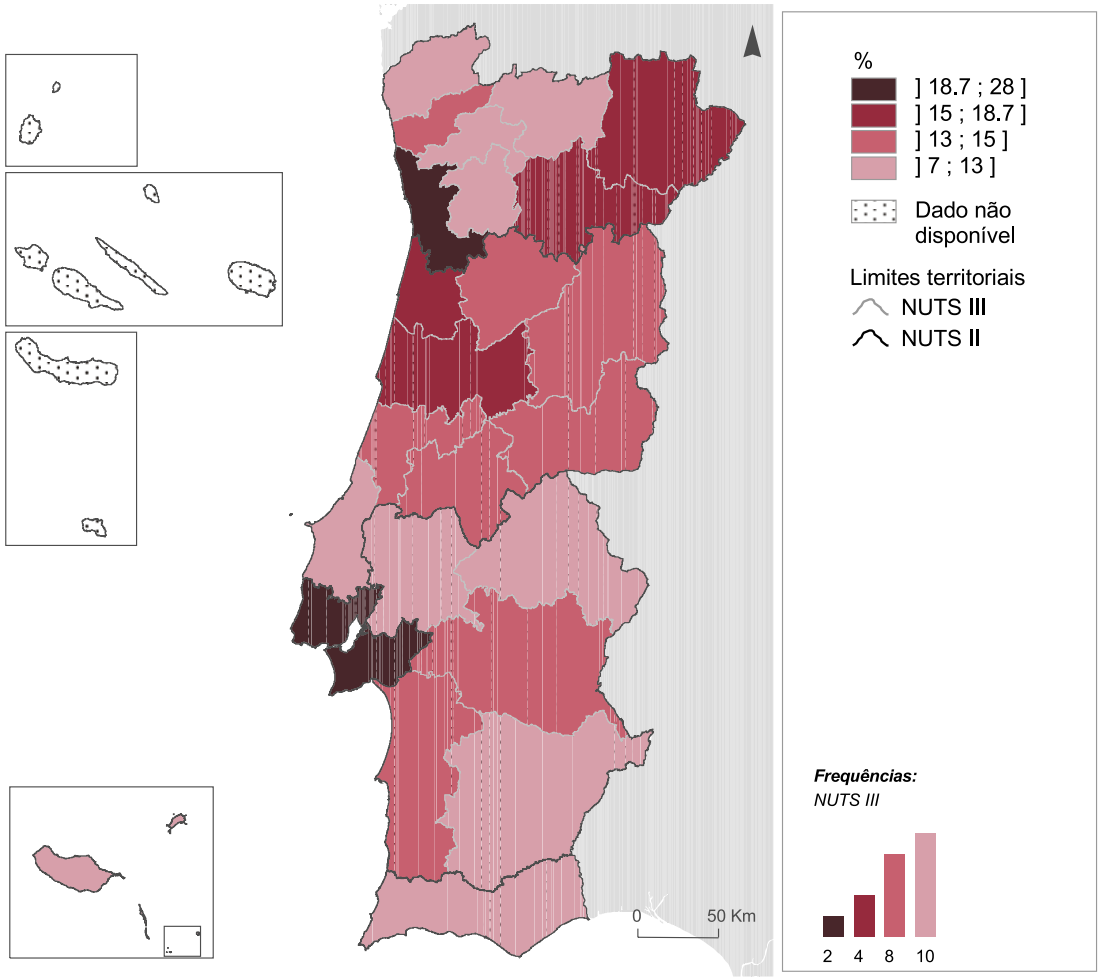
A qualidade dos recursos humanos constitui um dos fatores essenciais para sustentar o aumento da produtividade ao propiciar o desenvolvimento de competências para uma melhor apropriação dos processos de inovação (OCDE, 2013a). Tal como foi discutido na parte II desta publicação (relativa aos "Trajetos educacionais nas regiões portuguesas"), a área da educação constitui uma das cinco áreas chave para o crescimento inclusivo no âmbito da estratégia Europa 2020[5] e, no quadro de programação do Acordo de Parceria (Portugal 2020, 2014) é salientada a relevância das qualificações para o desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa.

A informação relativa ao nível de habilitações dos trabalhadores por conta de outrem dos Quadros de Pessoal[6] e, em particular, os resultados do indicador relativo à proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior, salientam as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto com valores mais elevados e acima do valor médio do Continente: 18,7%. Com resultados também expressivos mas inferiores à média do Continente surgiam as sub-regiões de Coimbra (18,4%) e de Aveiro (16,2%), bem como as NUTS III Douro e Terras de Trás-os-Montes (15,3% e 15,2%, respetivamente). As sub-regiões contíguas do Tâmega e Sousa (7,2%) e do Ave (9,4%) apresentavam o menor nível de qualificações da mão-de-obra, medido à luz deste indicador.

[5] Ver Parte II, Caixa II.1 Europa 2020

[6] Para mais informação sobre esta fonte, ver Parte II, Caixa II.5 Quadros de Pessoal.

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos, por NUTS III, 2012 | Figura III.10

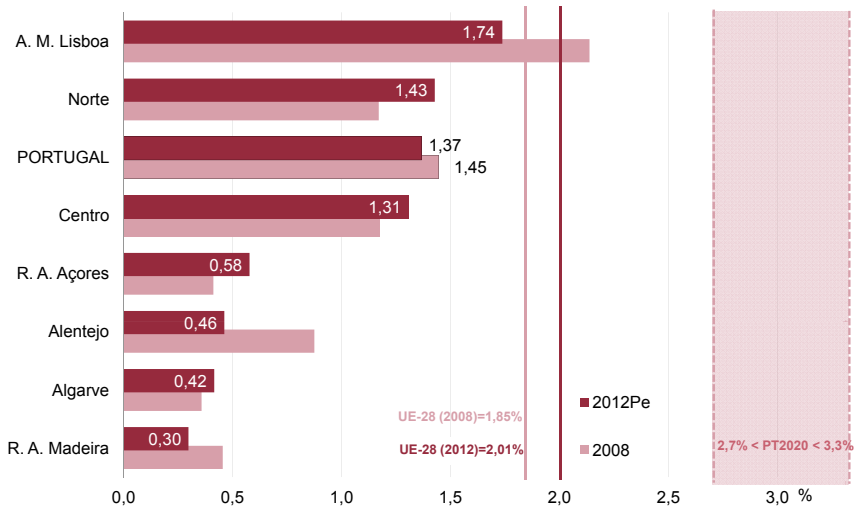


Fonte: Ministério da Economia, Quadros de pessoal.

Para além das qualificações dos recursos humanos, também o investimento em I&D e inovação é apontado como um elemento relevante para o aumento da produtividade e do desenvolvimento dos territórios. No quadro da prioridade estratégica "crescimento inteligente" da Europa 2020, o reforço da I&D e inovação constitui um objetivo estratégico que é monitorizado pelo indicador relativo à "Despesa em I&D no PIB", o qual já constituía um indicador da Estratégia de Lisboa.

Na estratégia Europa 2020 foi definido o objetivo de aumentar o investimento da UE em I&D para 3% do PIB. Em 2012 o valor médio dos 28 países da UE era de 2,01% estando assim aquém da meta estabelecida para 2020. O objetivo de referência é adaptado a cada um dos Estados-membros nos seus planos nacionais. A meta de Portugal no âmbito do Portugal 2020 ficou estabelecida num intervalo entre 2,7% e 3,3% do PIB, verificando-se que a proporção de despesa em I&D era, em 2012, 1,37%, correspondendo a um desempenho inferior ao verificado em 2008 (1,45%) [Figura III.11].

Proporção da despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS II, 2008 e 2012Pe | Figura III.11



Fonte: Ministério da Educação e Ciência. INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011). Eurostat.

A leitura a nível regional para os anos de 2008 e 2012 permite verificar que nenhuma região NUTS II atingiu a meta estabelecida para 2020 e que apenas a Área Metropolitana de Lisboa superou o valor médio europeu em 2008. Em 2012, para além da Área Metropolitana de Lisboa, apenas a região Norte registou uma proporção de despesa em I&D no PIB acima do valor médio nacional. As restantes regiões apresentavam valores inferiores à média nacional em ambos os períodos, salientando-se o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira por terem registado, em 2012, valores inferiores aos verificados em 2008.

Entre o ano 2000 e o ano 2014 verificou-se uma diminuição significativa no Índice de renovação da população em idade ativa, a nível nacional e em todas as regiões. Se no ano 2000 este índice apresentava valores acima de 100 em todas as regiões NUTS II, em 2014 esta situação apenas se verificava nas regiões autónomas. O retrato territorial por município deste indicador revela valores mais baixos nos municípios do Interior das regiões Norte e Centro, bem como nos municípios do Alentejo, evidenciando-se ainda valores reduzidos em outros municípios de cariz mais urbano do Litoral do Continente como Lisboa, Porto e Coimbra. Em apenas 49 dos 308 municípios do país se registavam valores acima de 100, predominando os municípios das regiões autónomas.

As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto registavam os valores mais elevados na proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior. Com resultados também expressivos mas inferiores à média do Continente surgiam as sub-regiões de Coimbra e de Aveiro. À luz deste indicador, as sub-regiões contíguas do Tâmega e Sousa e do Ave apresentavam o menor nível de qualificações da mão-de-obra (menos de 10% dos trabalhadores por conta de outrem com ensino superior).

No contexto do Portugal 2020 ficou estabelecida a meta de atingir uma proporção de despesa em I&D no PIB entre os 2,7% e os 3,3%. Em 2012, nenhuma região NUTS II portuguesa havia atingido atingiu o limiar mínimo estabelecido e apenas a Área Metropolitana de Lisboa ultrapassou o valor médio europeu em 2008.

III.2. O tecido empresarial das regiões e a orientação para o mercado externo

Indicador de concentração do volume de negócios das sociedades dos municípios: corresponde à metade da soma dos valores absolutos das diferenças entre a quota do volume de negócios das empresas de município e a quota do número de municípios expressa em percentagem.

Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas: Volume de negócios das 4 maiores empresas / Volume de negócios das empresas x 100

Proporção de pessoal ao serviço em PME: Pessoal ao serviço em PME / Pessoal ao serviço no total de empresas x 100

Proporção de pessoal ao serviço em sociedades exportadoras: Pessoal ao serviço em sociedades exportadoras / Pessoal ao serviço no total de sociedades x 100

Proporção de PME: Número de PME/Número de empresas x 100

Proporção de sociedades: Número de sociedades / Número de empresas X 100

Proporção de sociedades exportadoras: Número de sociedades exportadoras / Número de sociedades x 100

Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades: Volume de vendas e prestações de serviços das sociedades para o mercado externo / Total de volume de negócios das sociedades x 100

Proporção de volume de negócios das PME: Volume de negócios das PME / Volume de negócios do total de empresas x 100

Proporção de volume de negócios das sociedades de elevado crescimento nas sociedades com 10 ou mais pessoas remuneradas: Volume de negócios das sociedades de elevado crescimento / Volume de negócios das sociedades com 10 ou mais pessoas remuneradas x 100

Proporção de volume de negócios das sociedades exportadoras: Volume de negócios das sociedades exportadoras / Volume de negócios do total de sociedades x 100

Proporção de VAB das sociedades exportadoras: VAB das sociedades exportadoras / VAB do total das sociedades x 100

Taxa de natalidade das sociedades: Total de nascimentos reais de sociedades no ano *n* / Total de sociedades ativas no ano *n* x 100

Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes: Total de sociedades sobreviventes em *n* e nascidas em *n-2* / Total nascimentos reais de sociedades no ano *n-2* x 100

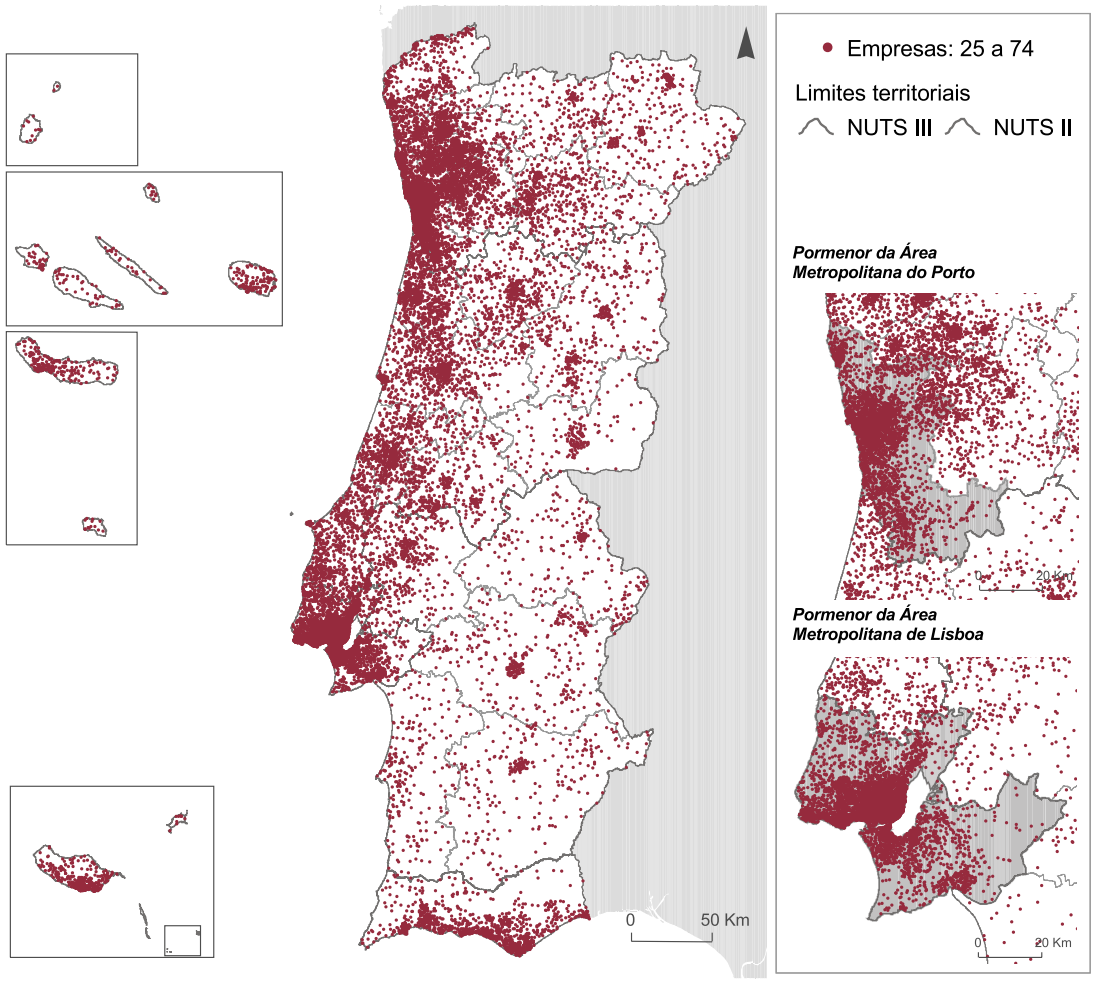
Volume de negócios por empresa: Volume de negócios das empresas / Número total de empresas x 100

Volume de negócios por sociedade: Volume de negócios das sociedades / Número total de sociedades x 100

Em 2013 existiam em Portugal 1 097 492 empresas não financeiras com um volume de negócios total de 317 333 milhões de euros. A distribuição destas empresas no território nacional não era, porém, homogénea, verificando-se uma distribuição territorial de alguma forma semelhante ao padrão retratado para a população residente e apresentado no domínio relativo à *Qualificação territorial* desta publicação [Figura I.4]: no Continente, a densidade de empresas era mais intensa no Litoral, numa faixa de Viana do Castelo a Setúbal e, a Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António, salientando-se ainda, no Interior, a maior concentração nas cidades de pequena e média dimensão, nomeadamente as capitais de distrito. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto concentravam um maior número de empresas face às restantes sub-regiões: 28% e 16% do total de empresas do país, respetivamente. No entanto, verificava-se uma maior concentração empresarial na Área Metropolitana de Lisboa enquanto, a Norte, a distribuição do tecido empresarial da Área Metropolitana do Porto (AMP) se estendia, no Litoral, sensivelmente até à região de Aveiro, e para o Interior, abrangendo as sub-regiões Ave e Tâmega e Sousa.

Na ilha da Madeira era percetível um contraste entre o Sul e o Norte com maior número de empresas a Sul. Na Região Autónoma dos Açores o nível de empreendedorismo era maior nas ilhas de São Miguel e da Terceira [Figura III.12].

Empresas, segundo a localização da sede, por freguesia, 2013 | Figura III.12



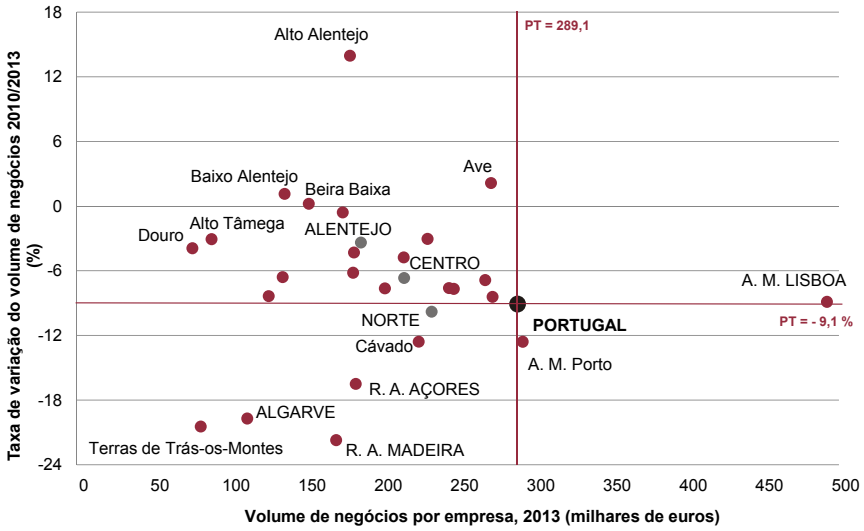
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A distribuição regional do volume de negócios gerado pelas empresas não financeiras apresentava também algum desequilíbrio que resultava, quer da diferente distribuição de empresas no país, quer da diferente dimensão média das empresas a nível regional em termos de volume de negócios. Verificava-se assim que, em 2013, as 304 773 empresadas sedeadas na Área Metropolitana de Lisboa correspondiam a 28% das empresas do país mas geravam 47% do volume de negócios total. A hegemonia desta região é assim determinante: ao nível das regiões NUTS III, apenas as empresas sedeadas na AMP (292,5 milhares de euros) apresentavam um volume de negócios por empresa maior que o valor médio nacional de 289,1 milhares de euros, ainda que bastante inferior ao valor médio da AML: 492,0 milhares de euros [Figura III.13].

Face ao ano de 2010, registou-se em 2013 uma diminuição no número de empresas do país (menos cerca de 47 mil) e do volume de negócios gerados (-9,1%). O volume de negócios diminuiu em todas as regiões NUTS II e ao nível das sub-regiões apenas o Alto Alentejo (+14,0%), Ave (+2,1%), Baixo Alentejo (+1,1%) e Beira Baixa (+0,2%) registaram um aumento do volume de vendas e prestações de serviços face a 2010. O Algarve, as regiões autónomas e a região Norte apresentavam, em 2013, um volume de negócios por empresa inferior ao valor médio e registaram, face a 2010, uma diminuição no volume de negócios mais intensa que a nível nacional.

Volume de negócios por empresa, segundo a localização da sede (2013) e Taxa de variação do volume de negócios das empresas, segundo a localização da sede, 2010/2013, Portugal, NUTS II e NUTS III

Figura III.13



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

As diferentes características do tecido empresarial em termos de forma jurídica, dimensão, dinâmica demográfica e dependência do mercado nacional e internacional condicionam a sua capacidade de adaptação às oscilações do ambiente económico e social do país, nomeadamente numa situação de crise económica, financeira e social como o que tem caracterizado a economia portuguesa e europeia nos últimos anos. Assim, não é possível dissociar o modelo organizacional, características e dinâmica do tecido produtivo de cada região dos diferentes níveis de resiliência dos territórios. Importa, portanto, proceder a uma caracterização do tecido empresarial nas dimensões acima mencionadas, tendo em conta as distintas incidências territoriais.

A caracterização do tecido empresarial

Não obstante a importância que algumas unidades produtivas de maior dimensão poderão ter na dinamização da economia local, verifica-se que o tecido empresarial português é caracterizado por empresas de pequena e média dimensão – PME [Caixa III.3]. De facto, em 2013, 99,9% das empresas não financeiras em Portugal eram PME, sendo responsáveis por 80% do emprego total do setor empresarial não financeiro, 62% do VAB e 59% do volume de negócios.

Micro, pequenas e médias empresas (PME) | Caixa III.3

O INE divulga os principais resultados sobre as **pequenas e médias empresas (PME)** em Portugal de acordo com a definição de micro, pequenas e médias empresas constante da Recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE de 6 de Maio de 2003, a qual considera, para além do número de pessoas ao serviço, o volume de negócios gerado pela empresa e o valor total do balanço anual.

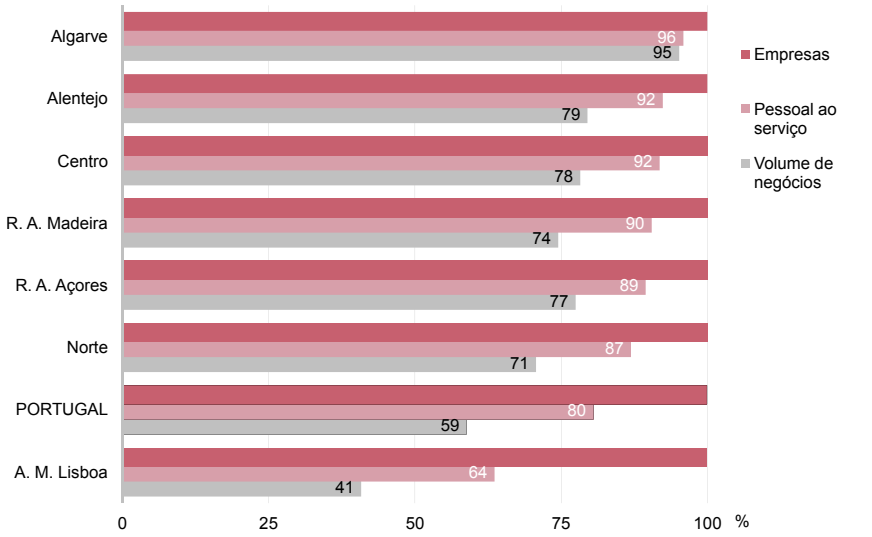
Assim, são classificadas como PME as empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo ativo líquido anual não excede 43 milhões de euros, das quais:

- uma **pequena empresa** é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;

- uma **microempresa** é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

Ao nível regional, a importância das PME era mais expressiva no Algarve (região onde mais de 95% do emprego e do volume de negócios gerado dependia destas unidades empresariais) mas também no Alentejo e na região Centro. A AML apresentava a menor proporção de pessoal ao serviço e volume de negócios gerado pelas PME (respetivamente, 64% e 41% do total).

Proporção de Pequenas e Médias Empresas em termos de número, pessoal ao serviço e volume de negócios, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013 Figura III.14

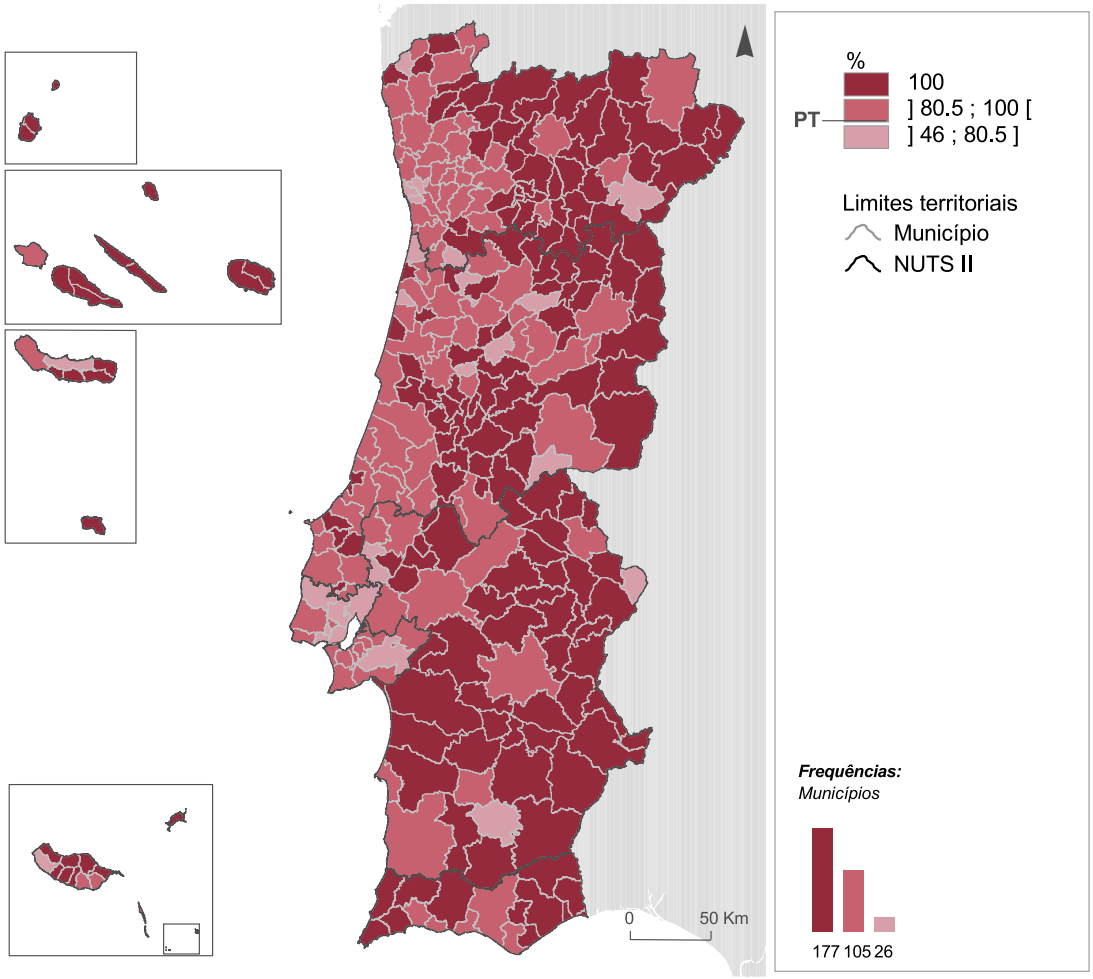


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Em 2013, em mais de metade dos municípios do país não existiam grandes empresas, verificando-se assim que a totalidade do emprego do setor não financeiro dependia de PME. Tratava-se sobretudo de municípios localizados no interior das regiões Norte e Centro bem como a maioria dos municípios do Alentejo, Algarve e regiões autónomas.

Por outro lado, a importância das grandes empresas no tecido empresarial e no emprego criado era mais expressiva nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, bem como em territórios mais próximos da faixa Litoral do Continente, a Norte de Setúbal. Salienta-se ainda a menor proporção (abaixo de 70%) de pessoal ao serviço nas PME de alguns municípios dispersos no Interior do país – Castro Verde, Mangualde, Campo Maior e Oliveira de Frades – alguns dos quais serão também realçados por apresentarem valores elevados no indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas [Figura III.20].

Proporção de pessoal ao serviço em Pequenas e Médias Empresas, segundo a localização da sede da empresa, por município, 2013 | Figura III.15



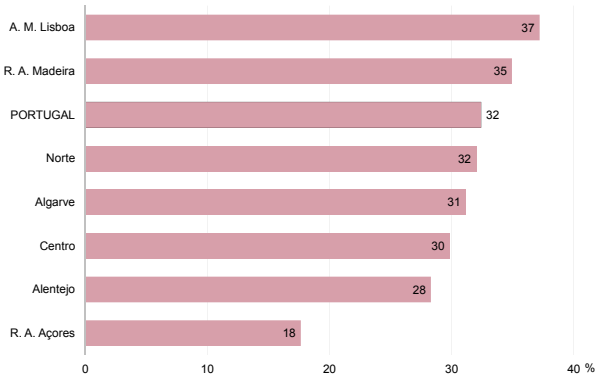
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No tecido empresarial português existiam, em 2013, 355 660 sociedades que correspondiam a cerca de um terço das unidades empresariais. A proporção de sociedades era maior na AML (37%) e na Região Autónoma da Madeira (35%), verificando-se que na Região Autónoma dos Açores as empresas coletivas tinham menor importância relativa (18% do total de empresas) [Figura III.16].

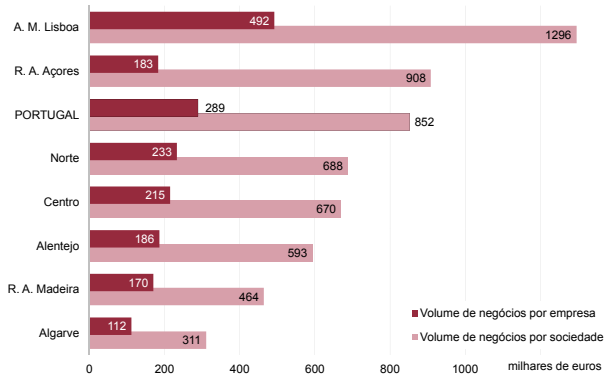
Em 2013, as sociedades geravam cerca de 95% do volume de negócios, 92% do VAB e 75% do pessoal ao serviço do total das empresas do país, ou seja, a capacidade produtiva das empresas coletivas era bastante superior o que justifica que a análise do tecido empresarial se centre nas sociedades.

Em termos regionais, apenas a AML e a Região Autónoma dos Açores registavam um volume de negócios por sociedade acima do valor médio nacional, verificando-se que o valor da AML era superior em mais de 50% ao valor médio nacional [Figura III.17].

Proporção de sociedades, segundo a localização da sede, Portugal e NUTS II, 2013 | Figura III.16



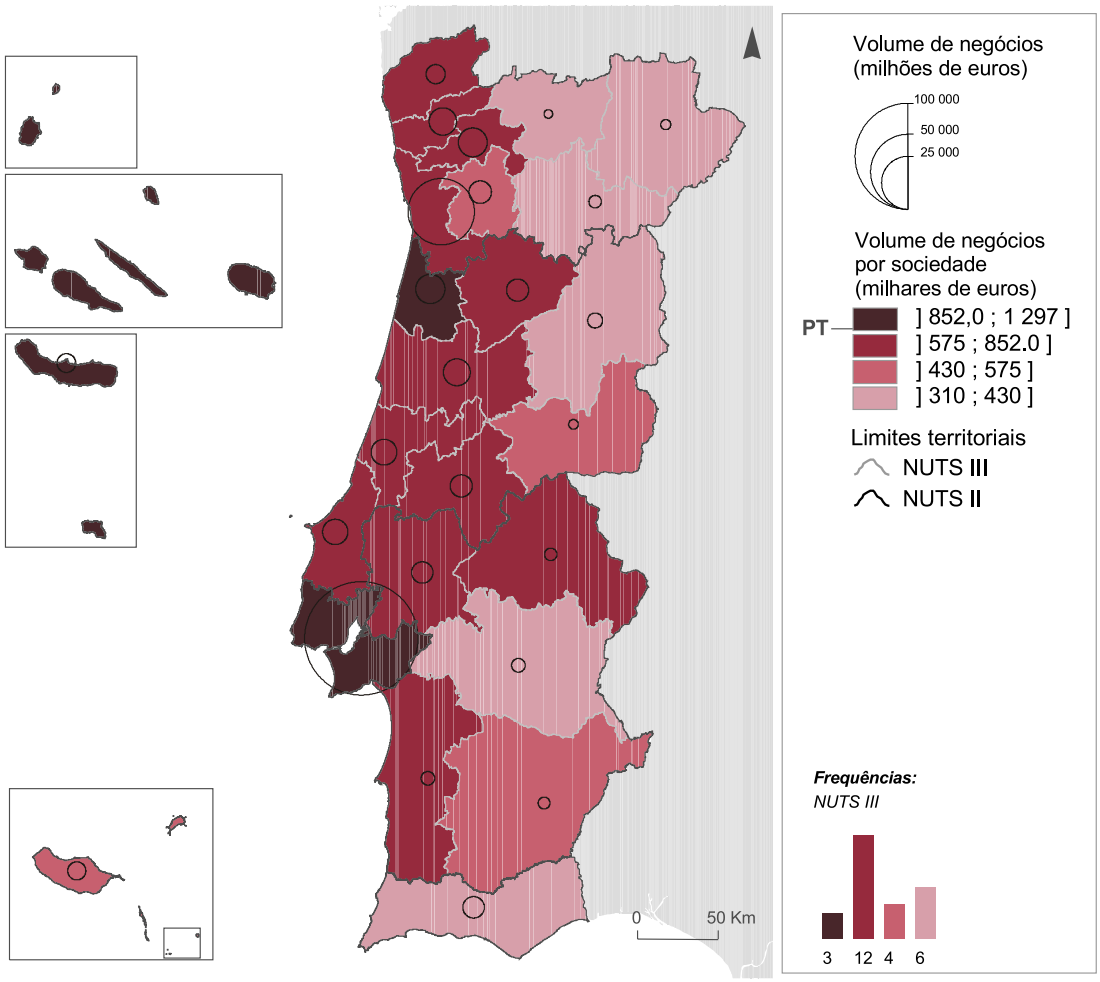
Volume de negócios por empresa e volume de negócios por sociedade, segundo a localização da sede, Portugal e NUTS II, 2013 | Figura III.17



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A representação sub-regional do volume de negócios por sociedade em 2013 [Figura III.18] salienta sociedades com maior capacidade produtiva nas NUTS III do Litoral do Continente, com exceção do Algarve que apresentava o valor mais baixo do país neste indicador. De qualquer modo, apenas a AML, a Região Autónoma dos Açores e a Região de Aveiro apresentavam volumes de negócios por sociedade que superavam o valor médio nacional. Os maiores contributos para o volume de negócios gerado pelas sociedades em Portugal eram provenientes das áreas metropolitanas: praticamente metade do volume de negócios do país era gerado por sociedades sedeadas na AML (48,5%) e o contributo da AMP correspondia a 16,6% do valor global. Os contributos de cada uma das restantes 23 sub-regiões não ultrapassavam 4% do volume de negócios total.

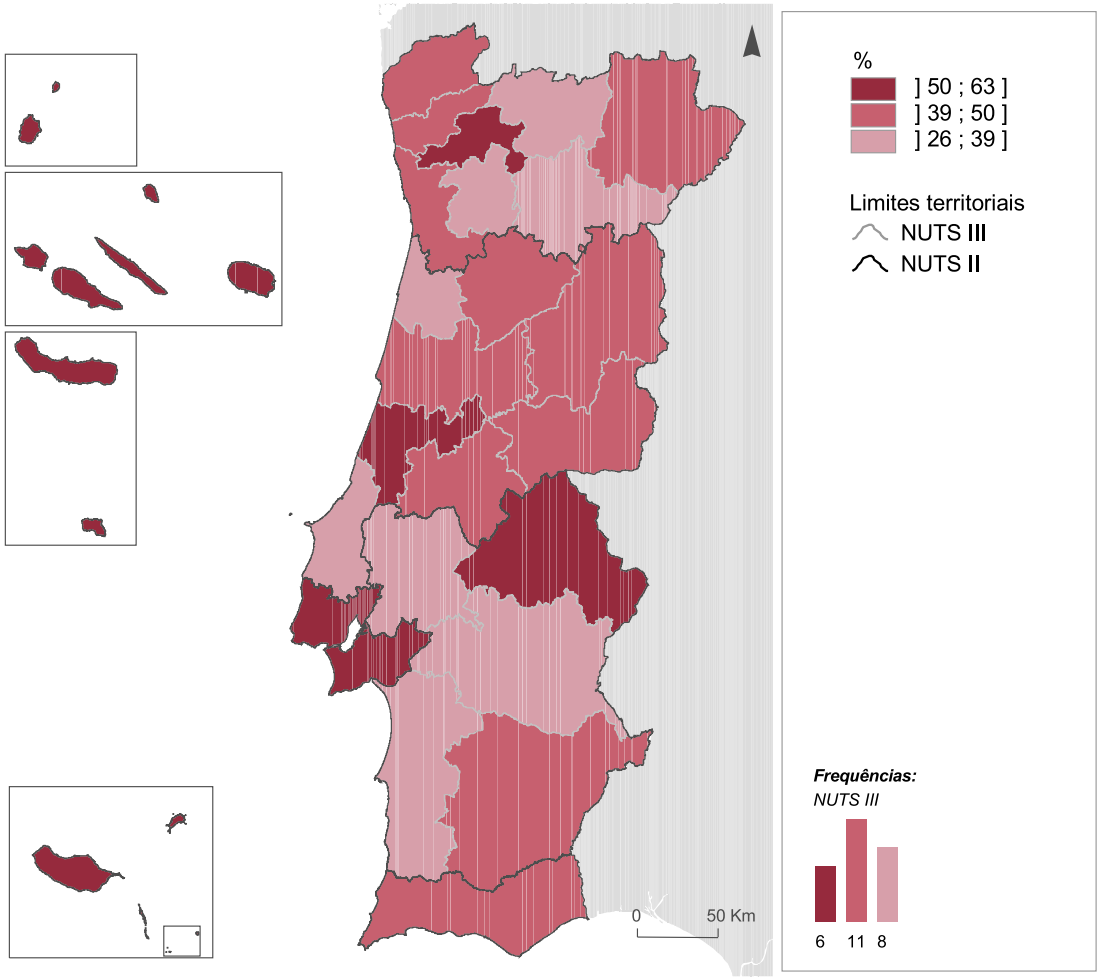
Volume de negócios das sociedades e volume de negócios médio por sociedade, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013 | Figura III.18



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

O indicador de concentração do volume de negócios das sociedades nos municípios das NUTS III demonstra em que medida a capacidade produtiva destas regiões está concentrada em alguns municípios, por oposição a uma distribuição equitativa pelos municípios de cada sub-região (0%). Assim, em 2013, os valores mais elevados registados nas regiões autónomas, na AML, no Ave, no Alto Alentejo e na Região de Leiria revelam que o volume de negócios destas sub-regiões é mais concentrado num número reduzido de municípios. Em situação oposta encontravam-se as sub-regiões em torno da AML, a Região de Aveiro e as sub-regiões Tâmega e Sousa, Douro e Alto Tâmega, na região Norte, com uma distribuição mais equilibrada do volume de negócios das sociedades pelos municípios.

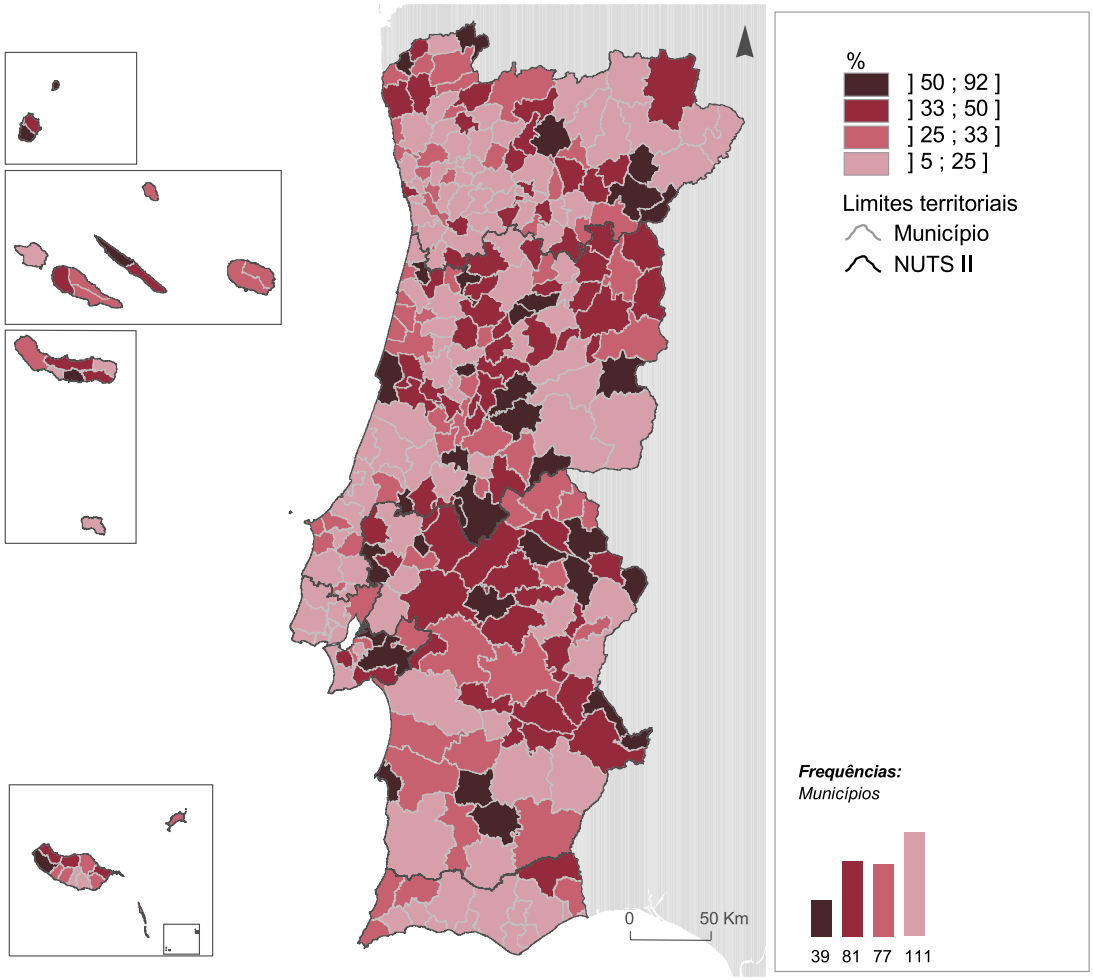
Indicador de concentração do volume de negócios das sociedades dos municípios, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013 Figura III.19



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A análise a um nível mais detalhado do território permite captar o grau de dependência das economias locais face a um número diminuto de unidades empresariais. Ao nível municipal, um valor elevado do indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas sugere uma forte dependência da dinâmica da economia local. Os municípios que apresentavam, em 2013, o indicador de concentração mais elevado situavam-se sobretudo no Interior das regiões Centro e Alentejo ou nas regiões insulares: Vila Velha de Rodão, Castro Verde, Calheta (na Região Autónoma da Madeira), Mangualde e Constância. Nestes municípios, em que mais de 80% do volume de negócios resultava das quatro maiores empresas aí sedeadas, a deslocalização ou dissolução de uma destas empresas poderá ter um impacto significativo na atividade económica. Em situação oposta, surgem municípios cujo tecido empresarial local está menos dependente de poucas empresas, isto é, a geração de volume de negócios está mais repartida. Os menores graus de concentração nos municípios do país (valores abaixo de 10%) situavam-se em Felgueiras, Guimarães, Parede, Amarante, Águeda e Pombal.

Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas, segundo a localização da sede da empresa, por município, 2013 | Figura III.20



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Em 2013, as PME representavam 99,9% das empresas não financeiras portuguesas, sendo responsáveis por 80% do emprego total, 62% do VAB e 59% do volume de negócios. Ao nível regional, a importância das PME era mais expressiva no Algarve (região onde mais de 95% do emprego e do volume de negócios gerado pelas empresas aí sedeadas dependia das PME) mas também no Alentejo e na região Centro. As PME sedeadas na AML apresentavam a menor proporção de pessoal ao serviço e volume de negócios. Em 2013, mais de metade dos municípios do país não tinham sedes de grandes empresas. Tratava-se sobretudo de municípios localizados no interior das regiões Norte e Centro bem como a maioria dos municípios do Alentejo, Algarve e regiões autónomas.

No tecido empresarial português a proporção de sociedades era maior na AML e na Região Autónoma da Madeira. Em Portugal, as sociedades geravam cerca de 95% do volume de negócios total das empresas. Os maiores contributos para o volume de negócios gerado pelas sociedades eram provenientes das áreas metropolitanas: praticamente metade do volume de negócios do país era gerado por sociedades sedeadas na AML.

Em termos regionais, apenas as empresas sedeadas na AML e na Região Autónoma dos Açores registavam um volume de negócios por sociedade acima do valor nacional, verificando-se que o valor da AML era superior em mais de 50% ao valor nacional. Em 2013, a representação sub-regional do volume de negócios por sociedade salienta as sociedades sedeadas no Litoral do Continente com maior capacidade produtiva, excetuando-se as sociedades com sede no Algarve que apresentavam o valor mais baixo do país neste indicador.

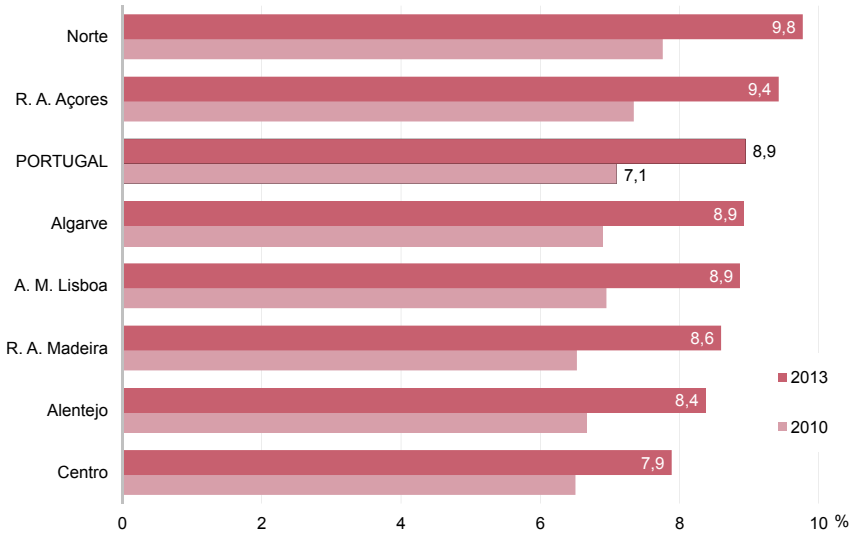
Os valores mais elevados registados no indicador de concentração do volume de negócios dos municípios das regiões autónomas, AML, Ave, Alto Alentejo e Região de Leiria revelam que o volume de negócios das sociedades sedeadas nestas sub-regiões era mais concentrado em poucos municípios. Os municípios que apresentavam, em 2013, valores mais elevados no indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas situavam-se sobretudo no Interior das regiões Centro e Alentejo ou nas regiões insulares.

A dinâmica empresarial

Num contexto de constrangimentos ao nível económico e financeiro, a necessidade de resposta e adaptação às diferentes dinâmicas dos mercados de produtos está sobretudo associada à reorganização e renovação das estruturas produtivas. O empreendedorismo é entendido como fator importante na introdução de processos e tecnologias inovadoras, potenciando as condições para o aumento da produtividade e da criação de empregos nas regiões (INE, 2011b). A demografia das empresas reflete a dinâmica do tecido produtivo da economia através da adaptação das estruturas económicas e dos empresários à evolução das condições de mercado (Comissão Europeia, 2014b). Neste sentido importa analisar a expressão territorial da dinâmica empresarial através dos indicadores de natalidade, sobrevivência e crescimento.

Em 2013, a taxa de natalidade das sociedades foi de 8,9% ao nível do país, acima do valor registado no ano de 2010: 7,1%. A tendência de crescimento neste indicador, face a 2010, foi comum às sociedades sedeadas nas sete regiões NUTS II mas ligeiramente mais intensa nas regiões autónomas. Considerando o ano de 2013, em termos regionais, apenas a região Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentavam taxas de natalidade com valores acima da média nacional (9,8% e 9,4%, respetivamente). As regiões Centro e Alentejo registavam menor dinamismo na criação de empresas.

Taxa de natalidade das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2010 e 2013 Figura III.21

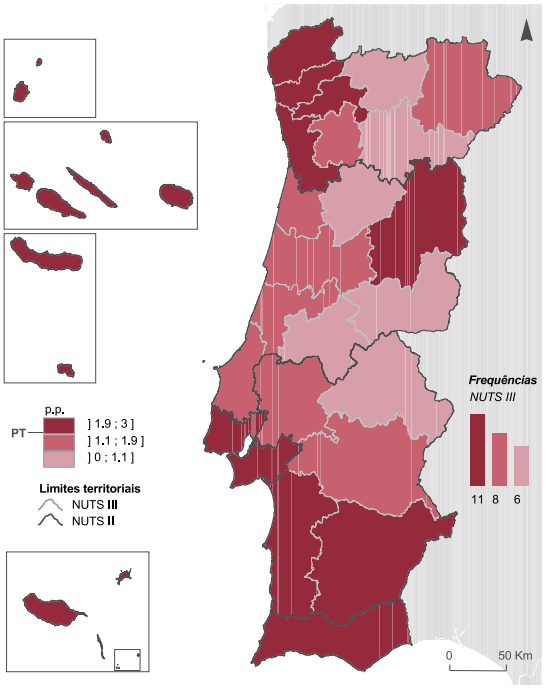


Fonte: INE, I.P., Demografia das Empresas.

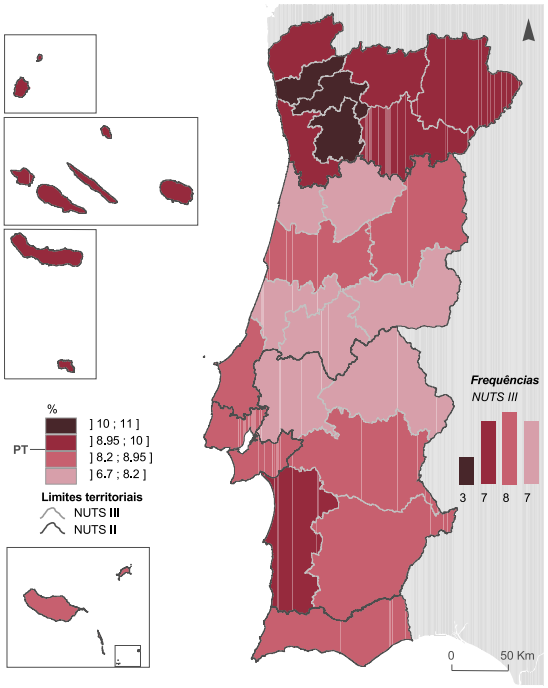
A análise da variação da taxa de natalidade das sociedades ao nível das regiões NUTS III, permite verificar que o aumento de dinamismo na criação de sociedades foi transversal ao conjunto do país. Destacam-se, por apresentarem variações acima do referencial nacional, na região Norte, as sub-regiões do Litoral (Alto Minho, Cávado e AMP) e ainda o Ave; no Alentejo, o Alentejo Litoral (maior diferencial na taxa de natalidade face a 2010) e o Baixo Alentejo; e ainda a sub-região das Beiras e Serra da Estrela, as regiões autónomas, o Algarve e a AMP.

Assim, algumas sub-regiões que apresentaram maior diferencial na taxa de natalidade por comparação com 2010 eram também as que registavam, em 2013, maior dinamismo na criação de sociedades: é o caso do Cávado (registava uma taxa de natalidade de 10,8% em 2013, correspondendo a +2,3 p. p. do que em 2010) e do Ave (10,3% em 2013, mais 2,2 p. p. do que em 2010). Aliás, as sociedades sedeadas em todas as sub-regiões do Norte registaram, em 2013, taxas de natalidade acima do valor médio nacional, situação que se verificou também na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo Litoral.

Variação da taxa de natalidade das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2010/2013 — Figura III.22



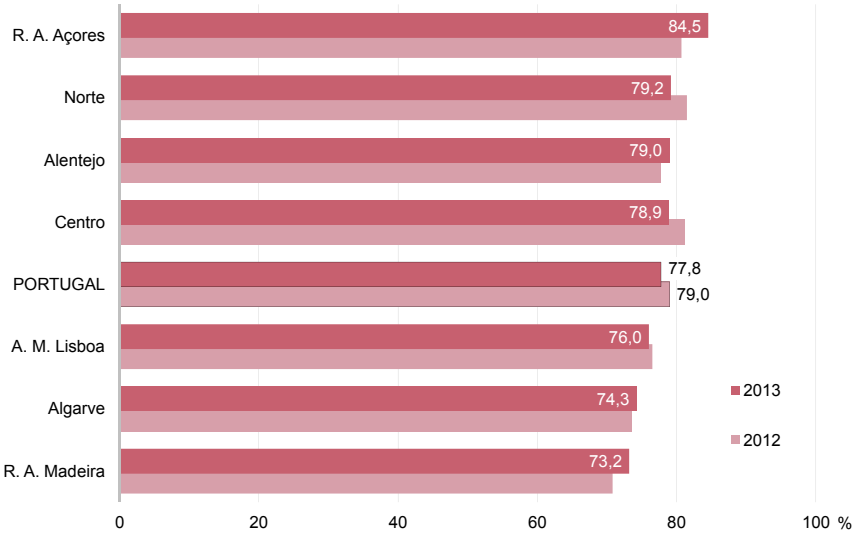
Taxa de natalidade das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013 — Figura III.23



Fonte: INE, I.P., Demografia das Empresas.

Mas se entre 2013 se verificou maior dinamismo na criação de sociedades em todo o país face a 2010, este desempenho positivo não terá sido acompanhado pela evolução do indicador que mede a proporção de empresas que sobreviviam dois anos após serem criadas. De facto, face a 2012, a taxa de sobrevivência das sociedades registou, em Portugal, uma ligeira diminuição, passando de 79% em 2012 para 77,8% em 2013. Esta tendência de diminuição registou-se nas sociedades sedeadas em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, Alentejo e, sobretudo, da Região Autónoma dos Açores. A par do dinamismo evidenciado através da taxa de natalidade (acima da média nacional), também no caso da sobrevivência de sociedades sedeadas na Região Autónoma dos Açores se destacavam desempenhos positivos: esta região apresentava o valor mais elevado entre as regiões NUTS II e o maior crescimento neste indicador no período 2012-2013).

Taxa de sobrevivência de sociedades nascidas 2 anos antes, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2012 e 2013 Figura III.24



Fonte: INE, I.P., Demografia das Empresas.

No contexto económico atual, em que as taxas de criação de novas empresas nem sempre resultam em crescimentos económicos igualmente elevados (INE, 2014d), importa assinalar as empresas que apresentam um crescimento médio anual superior a 20% ao longo de três anos (medido neste estudo em termos de pessoal ao serviço), denominadas de sociedades de elevado crescimento [Caixa III.4]. O reconhecimento de uma maior capacidade de inovação associada às sociedades de elevado crescimento está patente na política de coesão europeia através de programas de financiamento específico das PME e, em particular, das sociedades de elevado crescimento (Comissão Europeia, 2014b).

As sociedades de elevado crescimento são sociedades, com pelo menos 10 pessoas ao serviço remuneradas, que apresentam um crescimento médio anual superior a 20%, ao longo de um período de 3 anos, podendo o crescimento ser medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas ou do volume de negócios. O critério do crescimento do número de pessoas ao serviço remuneradas foi utilizado neste estudo por ser consensual a nível europeu que assegura uma maior comparabilidade intersectorial dos dados. A existência de um limiar mínimo para a dimensão das empresas consideradas (neste caso 10 pessoas ao serviço) é recomendada no *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics* (Eurostat, 2007) por forma a evitar distorções na leitura de resultados associados ao crescimento de microempresas.

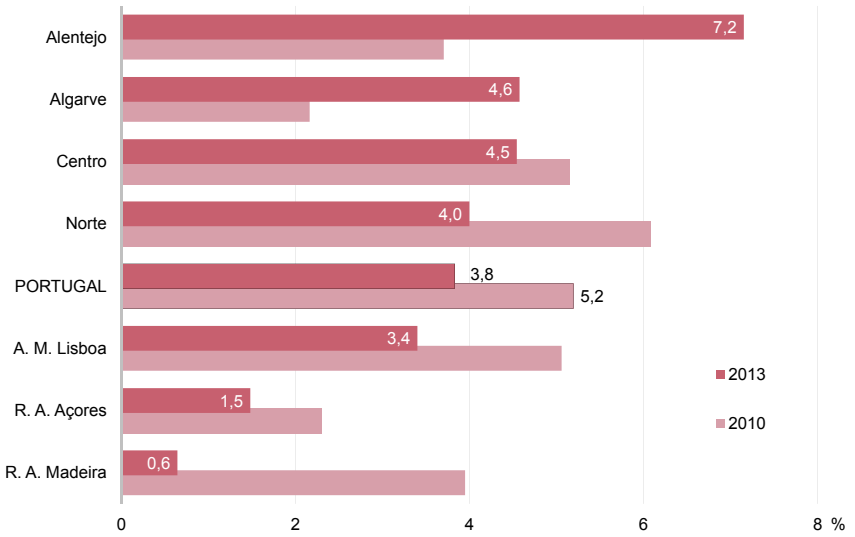
As sociedades jovens de elevado crescimento, ou "Gazelas", são um subconjunto das sociedades de elevado crescimento que compreende as sociedades até 5 anos de idade.

(INE,2014d; Eurostat, 2007)

Em 2013 existiam, em Portugal, 1 063 sociedades de elevado crescimento que representavam 2,7% das sociedades com 10 ou mais pessoas remuneradas e geravam 3,8% do volume de negócios destas empresas. Ao nível regional, o contributo destas unidades para o volume de negócios era mais significativo no Alentejo (7,1%), no Algarve (4,6%) e na região Centro (4,5%).

Face a 2010, verificou-se uma diminuição do número de sociedades com estas características, bem como uma perda de importância em termos de volume de negócios, face ao conjunto das sociedades com mais de 10 pessoas remuneradas. Entre 2010 e 2013, o Alentejo e o Algarve foram as únicas regiões NUTS II que registaram um aumento da proporção de volume de negócios gerado por estas sociedades.

Proporção de volume de negócios das sociedades de elevado crescimento nas sociedades com 10 ou mais pessoas remuneradas, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2010 e 2013 Figura III.25



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A tendência de crescimento positivo na taxa de natalidade das sociedades, entre 2010 e 2013, foi comum às 25 sub-regiões mas ligeiramente mais intensa nas regiões autónomas. Considerando o ano de 2013, em termos regionais, apenas o Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentavam taxas de natalidade com valores acima da média nacional. As regiões Centro e Alentejo registaram menor dinamismo na criação de empresas. Algumas sub-regiões que apresentaram maior diferencial positivo na taxa de natalidade por comparação com 2010 eram também as que registavam, em 2013, maior dinamismo na criação de sociedades: o Cávado registava uma taxa de natalidade de 10,8% em 2013, correspondendo a +2,3 p. p. do que em 2010 e no Ave a taxa de natalidade das sociedades foi de 10,3% em 2013, mais 2,2 p. p. do que em 2010. Todas as sub-regiões do Norte registaram, em 2013, taxas de natalidade das sociedades acima do valor médio nacional.

Entre 2012 e 2013, a taxa de sobrevivência das sociedades registou, em Portugal, uma ligeira diminuição, passando de 79,0% para 77,8%. Esta tendência de diminuição registou-se nas sociedades sedeadas em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, Alentejo e da Região Autónoma dos Açores.

Ao nível regional, o contributo das sociedades de elevado crescimento para o volume de negócios das sociedades com mais de 10 pessoas remuneradas era, em 2013, mais significativo no Alentejo (7,1%), no Algarve (4,6%) e na região Centro (4,5%). Face a 2010, verificou-se uma diminuição do número de sociedades com estas características em Portugal, bem como uma perda de importância em termos de volume de negócios. O Alentejo e o Algarve foram as únicas regiões NUTS II que registaram, entre 2010 e 2013, um aumento da proporção de volume de negócios gerado por estas sociedades.

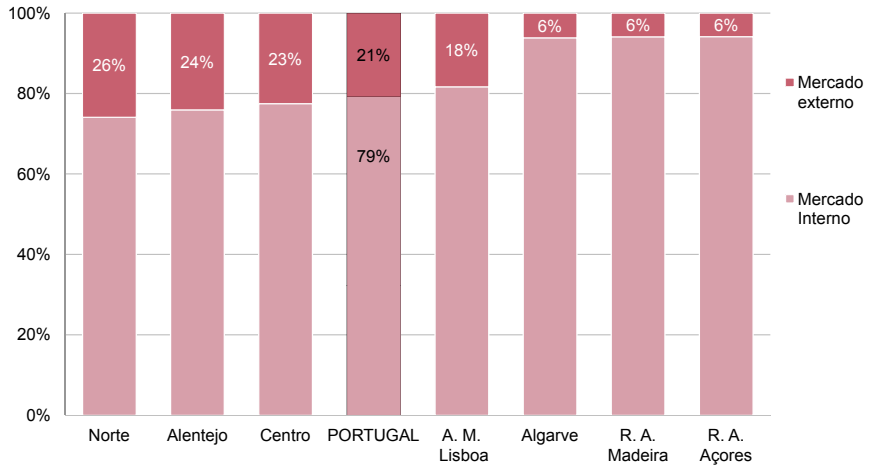
A orientação para o mercado externo

A evolução da economia portuguesa pautou-se, nos últimos anos, pela maior importância dada aos mercados externos tendo em conta o abrandamento da dinâmica do mercado interno e a diminuição da procura interna. Neste contexto, importa ter presente em que medida as empresas portuguesas (neste caso as sociedades não financeiras) orientavam, em 2013, os seus negócios para o mercado externo e apreender eventuais assimetrias regionais na abertura ao exterior.

Em 2013, o volume de vendas e prestações de serviços para o mercado externo correspondia a cerca de um quinto (21%) do total de volume de negócios das sociedades. Face a 2010 registou-se um crescimento no valor das vendas e prestações de serviços orientado para o exterior em praticamente todas as regiões NUTS II, situação que contrastava com a tendência geral de diminuição no volume de negócios das sociedades (analisado no ponto anterior), dinâmicas que valorizam assim a importância dos mercados externos nos negócios das sociedades sedeadas em Portugal.

Ao nível regional, a quota do mercado externo em 2013 foi mais relevante no Norte (26%), Alentejo (24%) e Centro (23%), únicas regiões NUTS II que, de acordo com a análise feita no ponto III.1 desta análise, apresentavam especializações nas atividades do setor secundário, ou seja, atividades de cariz mais transacionável. No Algarve e nas regiões autónomas a proporção de vendas e prestações de serviços ao exterior era diminuta face ao contexto nacional (cerca de 6% do volume de negócios das sociedades aí sedeadas).

Repartição do volume de vendas e prestações de serviços das sociedades entre mercado interno e mercado externo, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2013 Figura III.26

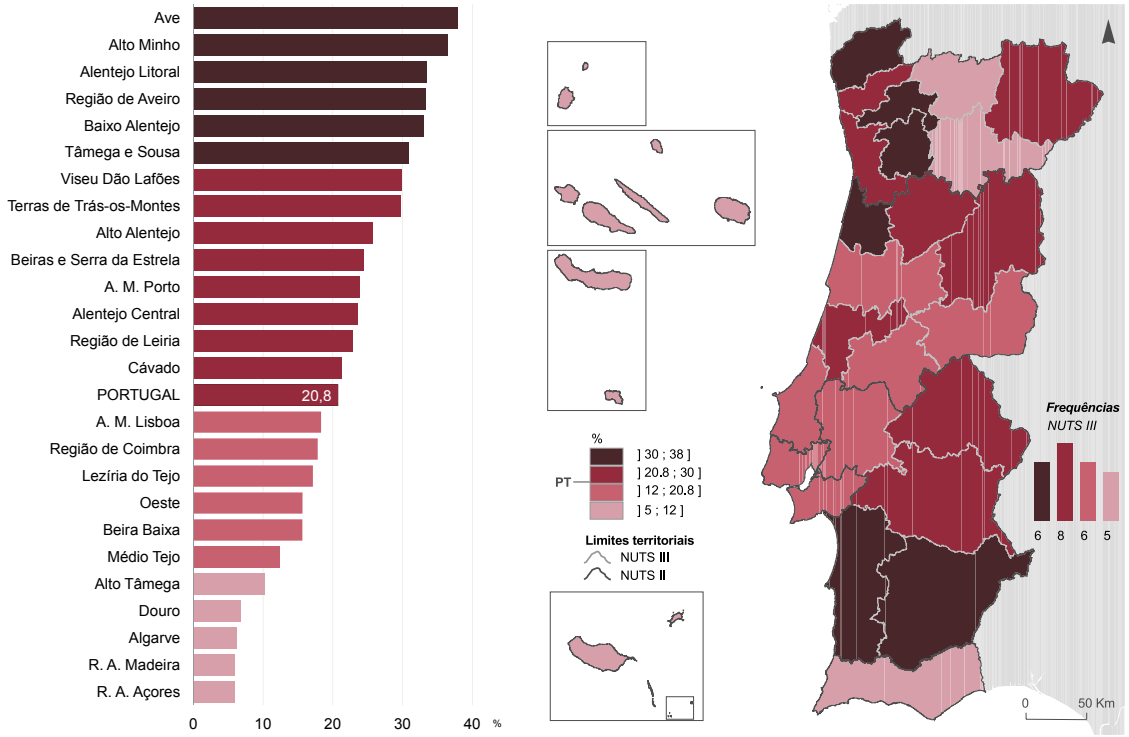


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

O retrato territorial, ao nível das sub-regiões NUTS III, da proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo revela maior importância do mercado internacional nas sociedades sedeadas nas sub-regiões Ave, Alto Minho e Tâmega e Sousa, no Norte, bem como na Região de Aveiro e nas sub-regiões do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (quotas superiores a 30% do volume de negócios total das sociedades sedeadas nas respetivas sub-regiões).

Para além do Algarve e das regiões autónomas, que haviam sido referidas anteriormente, também nas sociedades sedeadas nas sub-regiões do Douro e do Alto Tâmega se verificava uma preponderância da orientação para o mercado interno medido pelo volume de vendas e prestação de negócios.

Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013 | Figura III.27



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A importância das exportações de bens ou serviços ao nível de cada unidade empresarial [Caixa III.5], permite distinguir um conjunto de sociedades com perfil exportador e constitui mais um elemento para a análise da relevância do mercado internacional no contexto empresarial do país.

Sociedades exportadoras | Caixa III.5

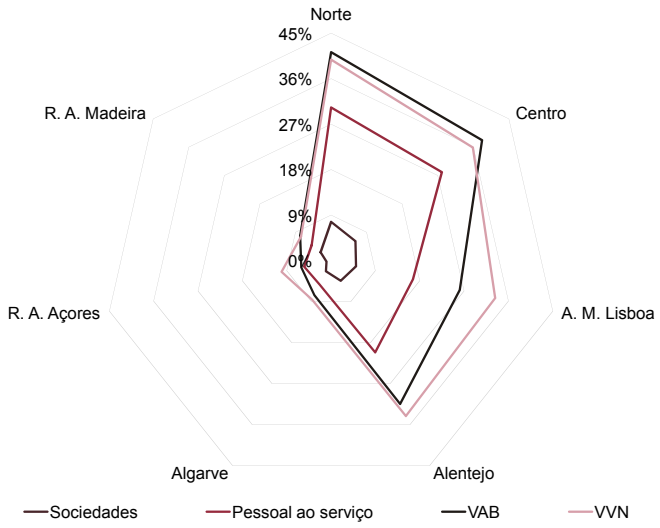
Nesta análise, seguindo a abordagem proposta nas Estatísticas das Empresas (INE, 2015c), consideram-se sociedades exportadoras as sociedades que exportam bens ou serviços e que cumprem os seguintes critérios: sociedades em que pelo menos 50% do volume de negócios é proveniente das exportações de bens ou serviços, ou sociedades em que pelo menos 10% do volume de negócios é proveniente das exportações de bens ou serviços e valor de exportações de bens ou serviços superior a 150 000 euros.

As 20 971 sociedades exportadoras que existiam em Portugal em 2013 correspondiam a cerca de 5,9% das sociedades e eram responsáveis por 22,6% do pessoal ao serviço, 31,5% do VAB e 34,5% do volume de negócios, refletindo assim uma dimensão económica média superior à do conjunto das sociedades da economia.

Na Figura III.28 é patente a importância destas sociedades no tecido económico das regiões Norte, Centro, Alentejo e, em menor expressão, da AML. Salienta-se, em particular a região Norte pelo elevado contributo das sociedades exportadoras para o volume de negócios e VAB das sociedades sedeadas na região: cerca de 41% e 40%, respetivamente. Nesta região as sociedades exportadoras eram, em 2013, responsáveis por cerca de metade do volume de negócios e do VAB das sub-regiões Ave e Alto Minho. Também o tecido empresarial da região Centro apresentava uma importante base económica de orientação para o exterior (38% do VAB e 36% do volume de negócios das sociedades da região), sendo de salientar a particular relevância das empresas exportadoras no tecido produtivo da Região de Aveiro (mais de metade do VAB e do volume de negócios das sociedades aí sedeadas).

No Algarve e nas regiões autónomas as sociedades exportadoras tinham uma importância reduzida, não chegando a atingir, de um modo global, 10% de qualquer dos indicadores representados na Figura III.28.

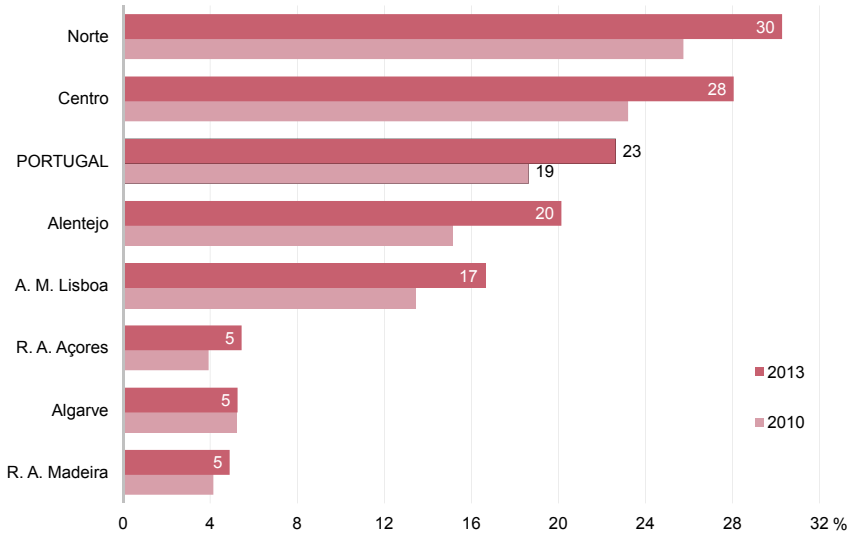
Importância relativa das sociedades exportadoras em termos de nº, pessoal ao serviço, VAB e volume de negócios, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS II, 2013 Figura III.28



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Face ao ano de 2010, registou-se um aumento do número de sociedades exportadoras no país, bem como da importância em termos de pessoal ao serviço, do volume de negócios e do VAB. A variação em termos de emprego gerado por estas sociedades (cujo peso nacional era de 19% em 2010 e passou, em 2013, para 23%) foi mais intensa nas regiões em que a sua importância já era mais significativa: Alentejo, Norte e Centro. Em ambos os períodos considerados apenas as regiões Norte e Centro superaram a proporção média nacional de pessoal ao serviço em sociedades exportadoras [Figura III.29].

Proporção de pessoal ao serviço em sociedades exportadoras, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2010 e 2013 Figura III.29



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Entre 2010 e 2013, registou-se um crescimento no valor das vendas e prestações de serviços orientado para o exterior que se generalizou a todas as regiões NUTS II, situação que contrastava com a tendência geral de diminuição do volume de negócios das sociedades, dinâmicas que indiciam a valorização dos mercados externos nos negócios das sociedades sedeadas em Portugal.

Ao nível regional, a quota do mercado externo em 2013 foi mais relevante no Norte, Alentejo e Centro. No Algarve e nas regiões autónomas a proporção de vendas e prestações de serviços ao exterior era menos expressiva face ao contexto nacional.

Ao nível das sub-regiões NUTS III, a proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo era mais elevada nas sociedades sedeadas nas sub-regiões Ave, Alto Minho e Tâmega e Sousa, no Norte, bem como na Região de Aveiro e nas sub-regiões do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (acima de 30% do volume de negócios total das respetivas sub-regiões).

Entre 2010 e 2013, o número de sociedades exportadoras aumentou no país, bem como a importância em termos de pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB. A variação em termos de emprego gerado nestas sociedades (cujo peso nacional era de 19% em 2010 e passou para 23% em 2013) foi mais intensa nas regiões em que a sua importância já era mais significativa: Alentejo, Norte e Centro.

III.3. O perfil exportador das regiões

Contributo regional das exportações: Exportações da região / Exportações do país x 100

Proporção de exportações de bens de alta tecnologia: Exportações de bens de alta tecnologia / Total de exportações x 100

Proporção de exportações para os países da UE-28: Exportações para os países da UE-28 / Total de exportações x 100

Proporção de exportações para os países fora da UE-28: Exportações para os países fora da UE-28 / Total de exportações x 100

Taxa de cobertura das importações pelas exportações: Exportações / Importações x 100

A dinâmica empresarial de uma região reflete-se, entre outras características, na capacidade que as unidades empresariais têm de colocar os seus bens e serviços em mercados internacionais. Sendo Portugal uma economia pequena no contexto europeu e mundial, a penetração nos mercados externos tenderá a contribuir para o acréscimo do volume de produção, potenciando a diferenciação de produtos e o aumento da qualidade como resposta às necessidades de um mercado mais concorrencial (INE, 2011b). Nesse sentido, foi analisado no ponto anterior deste documento o padrão regional da orientação exportadora das empresas. Importa agora analisar o perfil regional da concretização das trocas comerciais com o estrangeiro nomeadamente através dos dados das Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Note-se que os dados regionais analisados se reportam à localização da sede do operador do comércio internacional, não retratando necessariamente o local de produção dos bens exportados ou de utilização da mercadoria importada.

O comércio internacional nas regiões

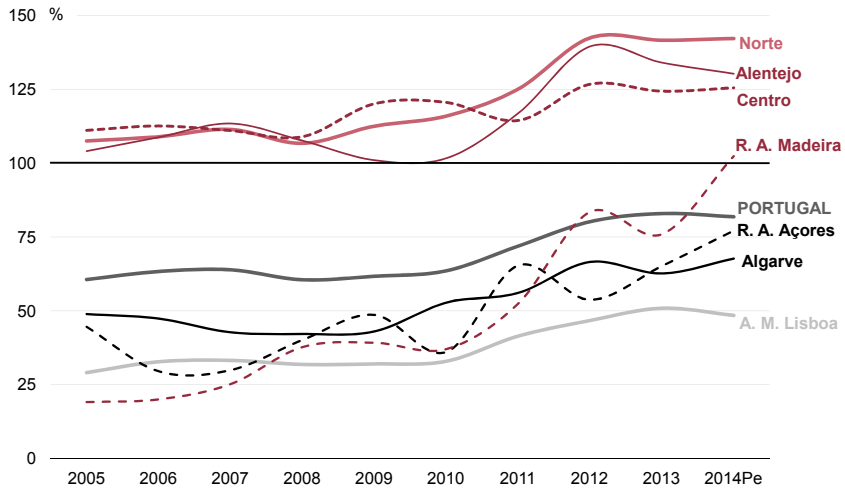
A informação relativa ao comércio externo de bens revela em Portugal taxas de cobertura das importações pelas exportações abaixo de 100%, ou seja, o valor dos produtos exportados não atinge o valor das importações de produtos. Ao longo de 10 anos, entre 2005 e 2014, a taxa de cobertura do valor das exportações relativamente ao valor das importações em Portugal apresentou uma tendência crescente, situando-se em 61% em 2005 e em 82% em 2014, verificando-se uma aceleração da tendência em 2011 [Figura III.30].

A tendência de crescimento da capacidade exportadora face ao valor das importações foi comum a todas as regiões NUTS II mas nem todas as regiões portuguesas apresentavam uma situação deficitária em termos de troca de bens com o exterior, quando considerando a localização da sede do operador: as regiões Norte, Centro e Alentejo apresentavam, em toda a série analisada, um valor de exportações superior ao das importações. A região Norte apresentava, desde 2011 o valor mais elevado neste indicador, atingindo, nos anos de 2012 a 2014, cerca de 142%.

A taxa de cobertura da Região Autónoma da Madeira verificou o maior crescimento de toda a série, tendo registado, em 2005, o valor mais baixo de todo o período entre todas as regiões (19%), passando a apresentar, em 2014, uma situação excendentária de exportações face às importações: 102%

Ao longo do período em análise, os operadores sedeados nas restantes NUTS II (AML, Algarve e Região Autónoma dos Açores) importaram mais do que exportaram.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005 - 2014Pe | Figura III.30



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro para o período 2012-2014[7] mostra que 18 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima de 100%, evidenciando a existência de algumas sub-regiões em que o valor das exportações de bens mais do que duplicava o valor das importações [Figura III.31]. Estavam nesta situação o Baixo Alentejo e o Tâmega e Sousa. Com taxas de cobertura médias próximas de 200% encontravam-se ainda as NUTS III do Ave, Cávado, Beira Baixa e Alentejo Central. Note-se, contudo, que o conjunto destas seis sub-regiões representava apenas cerca de 16,2% do valor das exportações nacionais no período considerado.

A AML e as três NUTS III contíguas Ave, AMP e Região de Aveiro foram as sub-regiões com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de dois terços do valor nacional no triénio 2012-2014.

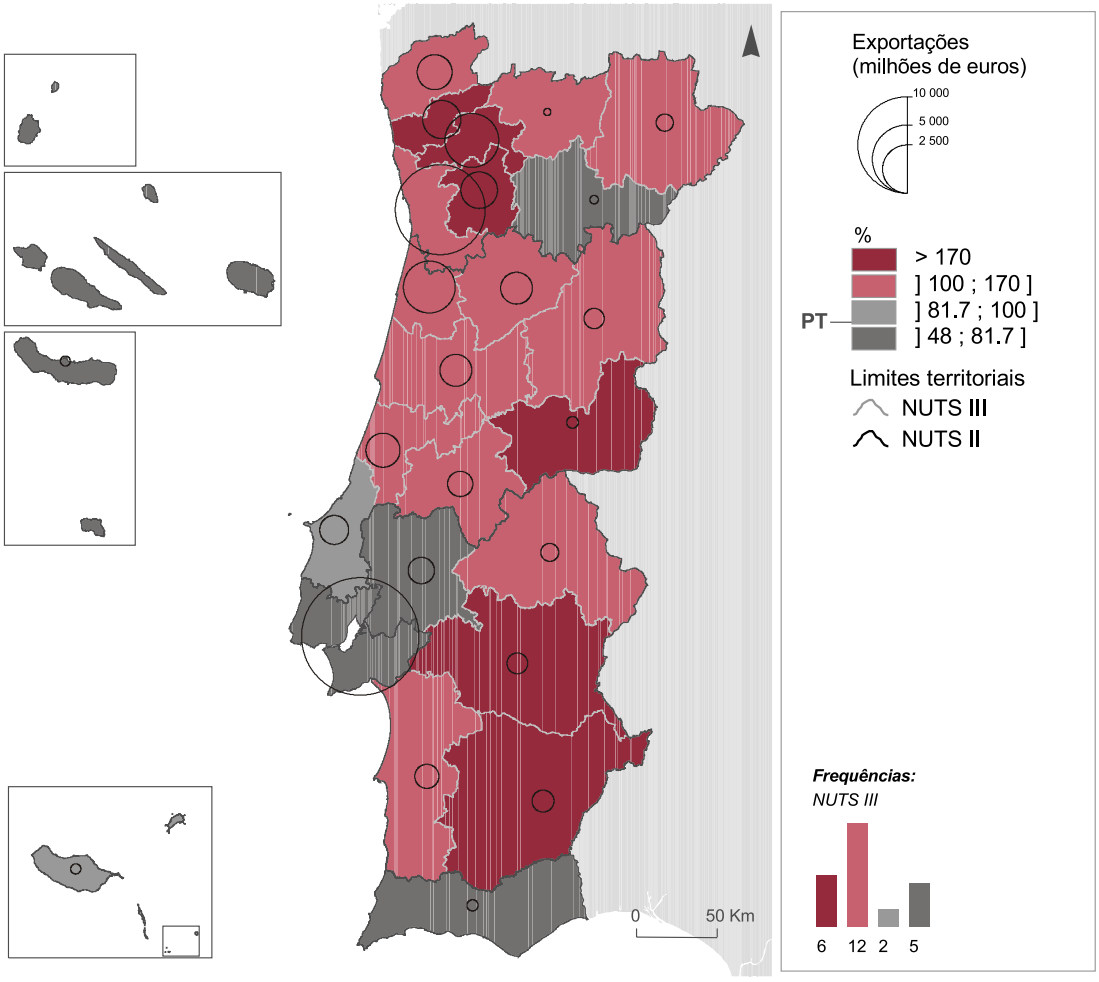
A AML apresentava a taxa de cobertura mais baixa (48,7%) mas era a sub-região que, individualmente, mais contribuía para o valor das exportações nacionais: cerca de um terço do valor de 46,9 mil milhões de euros relativos às exportações portuguesas no período 2012-2014. À AML seguia-se a AMP que representava 19,5% das exportações nacionais para o período em análise, apresentando uma taxa de cobertura de 117%.

Para além dos operadores sedeados na AML, também os operadores de comércio internacional sedeados nas sub-regiões do Algarve, da Região Autónoma dos Açores, do Douro e da Lezíria do Tejo revelaram menor capacidade exportadora relativamente às importações registadas, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional.

[7] A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.

Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2012 - 2014Pe

Figura III.31

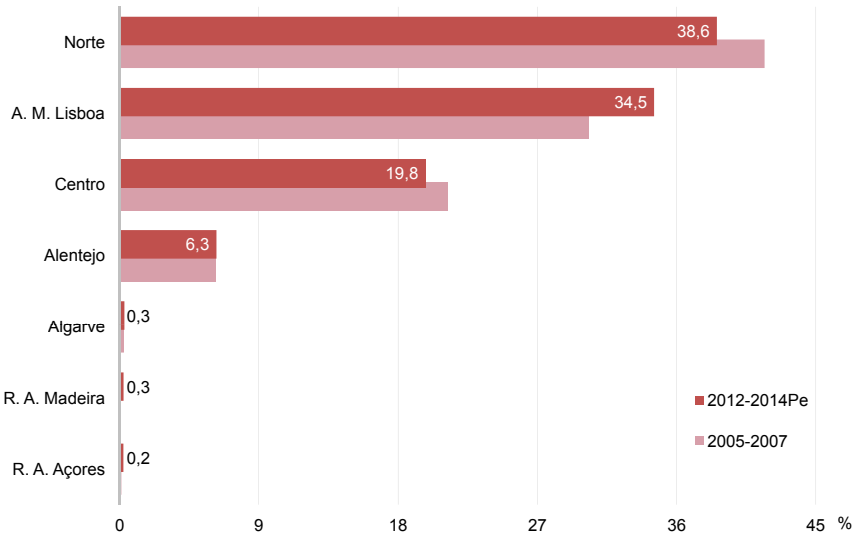


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Entre 2005-2007 e 2012-2014, o valor médio das exportações em Portugal passou de 35 mil milhões de euros para cerca de 47 mil milhões de euros, aumentando assim 33%, resultado do crescimento do valor das exportações em todas as regiões NUTS II. Neste período, contributo das exportações dos operadores sedeados na AML aumentou no período considerado, passando a representar, em 2012-2014, 34,5% das exportações do país. Adicionalmente, 6,3% das exportações de produtos eram provenientes de operadores sedeados no Alentejo, quer em 2005-2007, quer em 2012-2014.

Contributo regional das exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe

Figura III.32



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

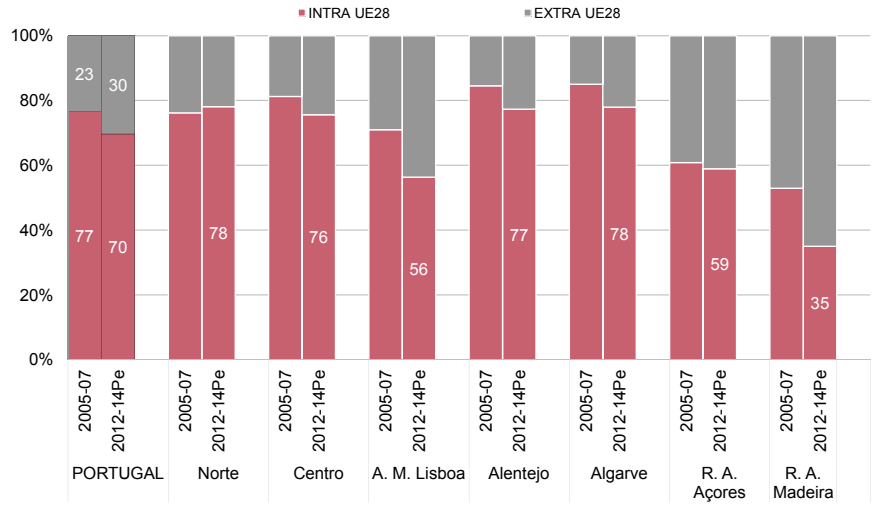
Ao longo do período de 10 anos em análise, os países da atual União Europeia têm sido parceiros preferenciais do comércio externo português, o que está naturalmente associado, para além da proximidade geográfica, à inexistência de barreiras alfandegárias entre os países da União Europeia. Outros fatores que se relacionam com o dinamismo interno das economias internacionais ou com o estabelecimento de acordos bilaterais ou multilaterais e com o estabelecimento nas regiões de empresas de capital maioritariamente estrangeiro (que, posteriormente agilizam trocas comerciais com os países de origem) influenciam também a importância de determinados parceiros comerciais ao nível externo.

Entre 2005-2007 e 2012-2014, a proporção de exportações portuguesas para os países da União Europeia a 28 países[8] (UE-28) diminuiu, passando de 77% para 70% do total de produtos exportados. A diminuição da intensidade de exportações para os países da UE-28 foi comum a todas as regiões NUTS II, com exceção da região que mais contribui para o valor nacional de exportações – Norte – em que se verificou um aumento da proporção de exportações para os parceiros comunitários: de 76% para 78%. Considerando as restantes regiões, o aumento da importância das saídas de bens para países externos à UE-28 entre os 2 períodos considerados, foi mais intenso na Região Autónoma da Madeira e na AML [Figura III.33].

[8] Considera-se, nesta análise, o conjunto dos países que formalizam atualmente a UE-28, independentemente do período de análise.

No triénio 2012-2014, as exportações para a UE-28 superavam a média nacional em todas as regiões exceto na AML e nas regiões autónomas. No Norte e no Algarve verificava-se o valor mais elevado neste indicador: 78% das exportações destinavam-se a parceiros comunitários. Em situação oposta, encontrava-se a Região Autónoma da Madeira que apresentava a menor proporção de exportações para a UE-28 (35%) e era, no período em análise, a única região onde a procura externa de produtos era mais importante por parte dos países externos à UE-28 do que por parte dos parceiros comunitários.

Proporção de exportações para os países da UE-28 e fora da UE-28, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe | Figura III.33



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Entre 2005 e 2014, a taxa de cobertura das importações pelas exportações, em Portugal, apresentou uma tendência crescente, situando-se em 61% em 2005 e em 82% em 2014. Neste período, nem todas as regiões portuguesas apresentavam uma situação deficitária em termos de troca de bens com o exterior, quando considerando a localização da sede do operador. As regiões Norte, Centro e Alentejo apresentavam, em toda a série analisada, um valor de exportações superior ao das importações. A região Norte apresentava, desde 2011, o valor mais elevado neste indicador, atingindo, nos anos de 2012 a 2014, cerca de 142%. A taxa de cobertura da Região Autónoma da Madeira verificou o maior crescimento de toda a série, tendo registado, em 2005, o valor mais baixo de todo o período entre todas as regiões (19%) para apresentar, em 2014, uma situação excendentária de exportações face às importações: 102%. Ao longo do período em análise, as restantes NUTS II (AML, Algarve e Região Autónoma dos Açores) importaram mais do que exportaram.

No triénio 2012-2014, 18 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima de 100%, evidenciando a existência de algumas sub-regiões em que o valor das exportações de bens mais do que duplicava o valor das importações. A AML e as três NUTS III contíguas Ave, AMP e Região de Aveiro foram as sub-regiões com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de dois terços do valor nacional.

O Norte – região mais exportadora em 2005-2007 e em 2012-2014 – foi também a região que mais diminuiu o contributo para o total de exportações do país entre estes dois períodos, passando a representar 38,6% no triénio 2012-2014. Para além das exportações de operadores sedeados no Norte, apenas as exportações de operadores da região Centro verificaram uma diminuição no contributo para o valor nacional. A proporção de exportações dos operadores sedeados na AML aumentou no período considerado, passando a representar, em 2012-2014, 34,5% das exportações do país.

Entre 2005-2007 e 2012-2014, a proporção de exportações portuguesas para os países da UE-28 diminuiu, passando de 77% para 70% do valor total dos produtos exportados. Esta diminuição foi comum a todas as regiões NUTS II, com exceção do Norte em que aumentou a proporção de exportações para os parceiros comunitários de 76% para 78%. Considerando as exportações de operadores sedeados nas restantes regiões, o aumento da importância das saídas de bens para países externos à UE-28 foi mais intenso na AML e na Região Autónoma da Madeira (única região em que as exportações para fora da UE-28 superava as exportações comunitárias).

O perfil de especialização das exportações

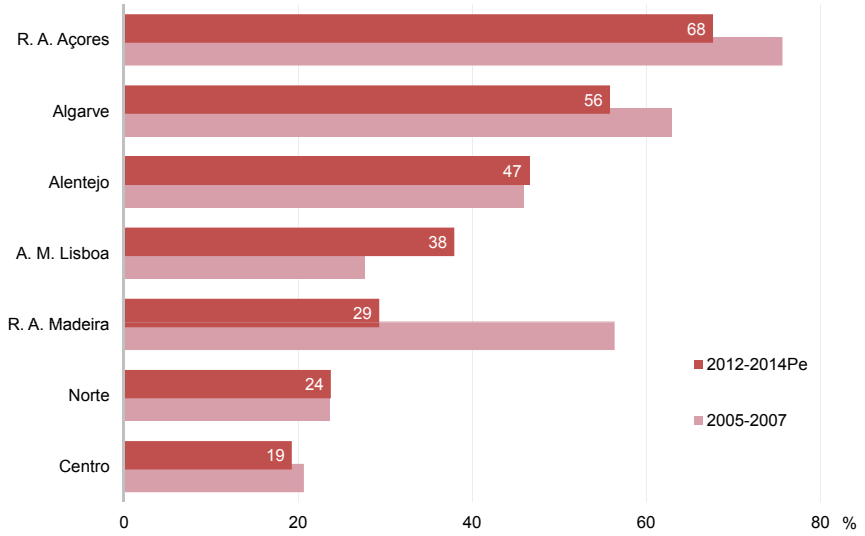
O perfil de exportações regionais por tipo de produto está de alguma forma associado às atividades de especialização de cada região e às respetivas alterações temporais. Num quadro de concorrência internacional mais intenso e de aumento da importância dos mercados externos no volume de negócios das empresas (como demonstrado no ponto III.2 desta análise), a capacidade de colocar os produtos no exterior está também relacionada com o grau de ajustamento das características dos bens produzidos à procura externa. É, por isso, relevante analisar em que medida as regiões diversificaram os produtos exportados e a importância que determinados produtos têm vindo a assumir no perfil exportador regional.

A análise da distribuição das exportações por tipo de produto[9] revela, em termos nacionais, alterações na estrutura de exportações entre 2005-2007 e 2012-2014. Em termos nacionais, as exportações assentavam, em 2005-2007, em três grupos de produtos que representavam, no seu conjunto, cerca de 45% das exportações: *Máquinas e aparelhos, material elétrico* e outros (19,6%), *Material de transporte* (13,3%) e *Matérias têxteis e suas obras* (12%) [Figura III.35]. Entre este período e 2012-2014 registaram-se algumas alterações, tendo-se verificado uma maior diversificação das exportações, nomeadamente pelo ganho de importância dos *Produtos minerais, dos Produtos das indústrias alimentares; bebidas e tabaco* e ainda de *Pastas de madeira, papel ou cartão para reciclar, papel e suas obras*. Os produtos que mais perderam importância relativa nas exportações portuguesas foram as *Máquinas e aparelhos, material elétrico* e outros e as *Matérias têxteis e suas obras*.

Em termos regionais, tendo em consideração as exportações de todos os grupos de produtos da nomenclatura combinada, verificou-se, entre os triénios 2005-2007 e 2012-2014, uma diminuição dos coeficientes de especialização[10] no Algarve, região Centro e regiões autónomas. A Região Autónoma da Madeira foi a NUTS II que registou a maior redução neste indicador, aproximando-se, por isso, da distribuição das exportações verificada a nível nacional. Por outro lado, apesar da diminuição no coeficiente de variação das exportações da Região Autónoma dos Açores, esta região manteve-se com o perfil de exportações mais diferenciado relativamente à estrutura de repartição nacional. Em 2012-2014, o Centro e o Norte eram as regiões que apresentavam perfis de especialização nas exportações mais próximos do perfil nacional [Figura III.34].

Coeficiente de especialização das exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe

Figura III.34



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

[9] Considera-se a Nomenclatura Combinada de produtos do comércio internacional, a 21 grupos de produtos.

[10] O coeficiente de especialização foi calculado com base na formulação apresentada na *Caixa III.2*, em que cada grupo de produtos substitui os ramos de atividade económica.

A análise das exportações por grupos de produtos e localização da sede dos operadores permite identificar os produtos de exportação em que as regiões eram especializadas no período em análise (2005-2007 e 2012-2014), de acordo com o quociente de localização[11].

Na **Figura III.35** estão identificados, por NUTS II, os produtos de especialização que se mantiveram entre 2005-2007 e 2012-2014 (●), tal como as especializações que desapareceram entre os dois períodos (●) e os produtos que passaram a surgir como relevantes para os operadores localizados em cada região face ao padrão verificado a nível nacional (●).

De 2005-2007 para 2012-2014, o Norte, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais diversificaram os produtos de especialização das respetivas exportações. O Norte tornou-se a única região especializada em Matérias têxteis e suas obras (apesar de, no período considerado, estes produtos terem passado de 23% para 19% das exportações da região), bem como em produtos de *madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras* e em *calçado, chapéus e outros*. Acresceram a estes, em 2012-2014, as especializações em *Metais comuns e suas obras* e em *Mercadorias e produtos diversos*. No Algarve o contributo das exportações de *Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas* passou a ser mais relevante do que o verificado no conjunto do país em 2012-2014, mantendo-se a região bastante especializada em *Produtos do reino vegetal* (cerca de um quarto das exportações da região) e em *Animais vivos e produtos do reino animal*. A Região Autónoma da Madeira diversificou as suas exportações, nomeadamente para alguns dos produtos mais significativos no conjunto das exportações nacionais, mantendo a elevada especialização face ao país em *Animais vivos e produtos do reino animal*, em *Produtos do reino vegetal* e em *Produtos das indústrias alimentares; bebidas e tabaco* (não obstante, a importância deste último conjunto de produtos ter diminuído, no período em análise, de 34% para 13% das exportações da região). Na Região Autónoma da Madeira, perderam importância face à referência nacional as *Matérias têxteis e suas obras* e ainda os produtos de *Plástico e suas obras, borracha e suas obras*.

No caso da região Centro, apenas a exportação de *Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas* passou a ter maior relevância relativa do que a exportação destes produtos no conjunto das exportações nacionais, tendo perdido relevância, em termos relativos, as exportações de *Material de transporte*.

[11] O quociente de localização foi calculado com base na formulação apresentada na **Caixa III.1**, sendo, neste caso o rácio entre o peso, em termos de exportações, de um produto na região e o peso, em termos de exportações, desse produto no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a atividade económica em questão tem maior relevância nas exportações totais da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de exportações, a região é especializada nesse produto. Para o cálculo das especializações das regiões, consideraram-se os produtos (desagregados em 21 produtos da Nomenclatura Combinada) que, em cada ano de análise apresentavam uma importância relativa superior a 1/21 das exportações da região (número de produtos em que se divide o primeiro nível da Nomenclatura Combinada).

A AML aumentou a importância das exportações em *Pastas de madeira, papel ou cartão para reciclar, papel e suas obras* passando estes produtos a ser mais relevantes nas exportações da região do que a nível nacional. Entre 2005-2007 e 2012-2014, esta região deixou de ser especializada em *Metais comuns e suas obras*, devendo salientar-se, ainda, o reforço da especialização em *Produtos minerais*.

O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores foram as únicas NUTS II a manter, no período em análise, os produtos de especialização, verificando-se, no caso da região insular, um significativo ganho de importância das exportações de *Animais vivos e produtos do reino animal*, cujo peso (já por si elevado) nas exportações da região passou de 28% no triénio 2005-2007 para 43% em 2012-2014.

Alterações nas especializações dos produtos de exportação, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe | Figura III.35

	Norte	Centro	A. M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	PORTUGAL - proporção das exportações (%)	
								2005-2007	2012-2014Pe
I - Animais vivos e produtos do reino animal					●	●	●	2,0	2,8
II - Produtos do reino vegetal				●	●			1,3	1,8
III - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal								0,6	1,1
IV - Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados			●	●	●	●	●	5,2	6,3
V - Produtos minerais			●	●		●		**6,3**	**10,7**
VI - Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas		●	●	●	●		●	4,6	5,6
VII - Plástico e suas obras; borracha e suas obras	●	●		●			●	5,8	7,0
VIII - Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa								0,3	0,5
IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	●							4,3	3,2
X - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdicios e aparas); papel e suas obras		●	●					3,8	4,8
XI - Matérias têxteis e suas obras	●						●	**12,0**	**9,3**
XII - Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	●							3,9	3,9
XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras		●						3,7	3,2
XIV - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes,metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas								0,1	1,1
XV - Metais comuns e suas obras	●	●	●				●	**8,4**	**8,0**
XVI - Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	●	●					●	**19,6**	**14,8**
XVII - Material de transporte		●	●				●	**13,3**	**11,0**
XVIII - Instrum. e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrum. e aparelhos médico-cirúrgicos;aparelhos de relojoaria; instrum. musicais; suas partes e acessórios								0,8	1,4
XIX -Armas e munições; suas partes e acessórios								0,1	0,1
XX - Mercadorias e produtos diversos	●							3,0	3,3
XXI - Objetos de arte, de coleção e antiguidades								1,0	0,1

● Produtos de especialização nas exportações em 2005-2007

● Produtos de especialização nas exportações em 2005-2007 e 2012-2014Pe

● Produtos de especialização nas exportações em 2012-2014Pe

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

O nível de incorporação tecnológica nos produtos finais e, nomeadamente, nos produtos exportados, constitui um elemento de análise relevante no âmbito da competitividade internacional (Eurostat, 2013; OCDE, 2009). Neste sentido, recorreu-se à classificação por bens de alta tecnologia para aferir o conteúdo tecnológico das exportações das regiões portuguesas e em que medida a importância destes produtos evoluiu nas exportações regionais.

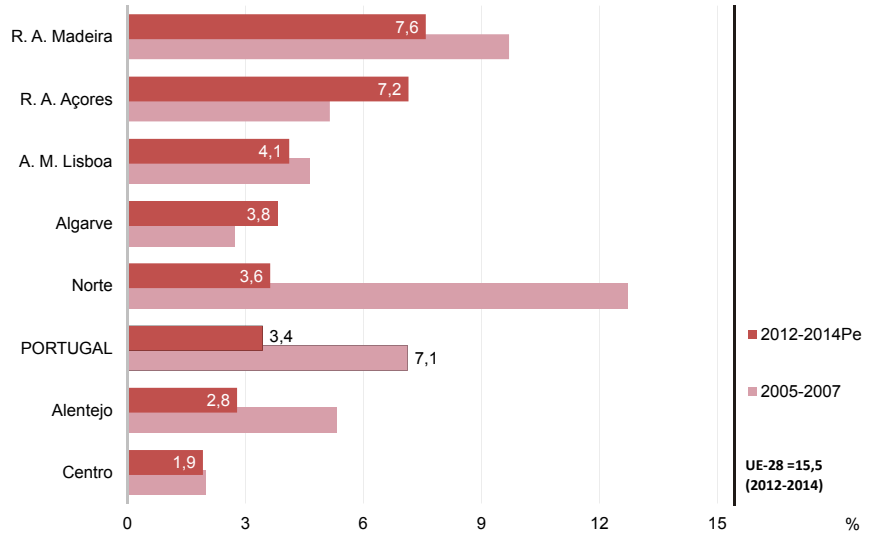
Produtos de alta tecnologia | Caixa III.6

A classificação por bens de alta tecnologia foi concebida para complementar a classificação por ramo de atividade económica e permitir uma análise mais detalhada do comércio internacional. A lista de produtos baseia-se na intensidade de I&D por grupos de produtos (despesa em I&D em percentagem das vendas). Os grupos classificados como bens de alta tecnologia são agregados com base na Classificação Tipo para o Comércio Internacional, CTCI Rev4 (*Standard International Trade Classification*, SITC Rev4). O 1º nível da classificação inclui os seguintes produtos: aeroespacial, armamento, computadores/equipamento de escritório, instrumentos científicos, máquinas elétricas, máquinas não elétricas, eletrónicos/telecomunicações, farmacêuticos e químicos.

Analisando a proporção de exportações de bens de alta tecnologia nos períodos 2005-2007 e 2012-2014, verifica-se uma diminuição da intensidade tecnológica das exportações nacionais, tendo este indicador passado de um valor médio de 7,1% em 2005-2007 para 3,4% em 2012-2014, reforçando-se o afastamento face ao valor médio dos países da UE-28 em 2012-2014: 15,5%. A diminuição da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia no período considerado verificou-se em todas as regiões portuguesas com exceção da Região Autónoma dos Açores e do Algarve [Figura III.36]. O Norte foi a região onde se verificou a diminuição mais expressiva na proporção de exportações de bens de alta tecnologia entre 2005-2007 e 2012-2014, condicionando fortemente a evolução nacional. No período mais recente, o Centro e o Alentejo foram as únicas regiões a apresentar uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia abaixo do valor médio nacional.

Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe

Figura III.36

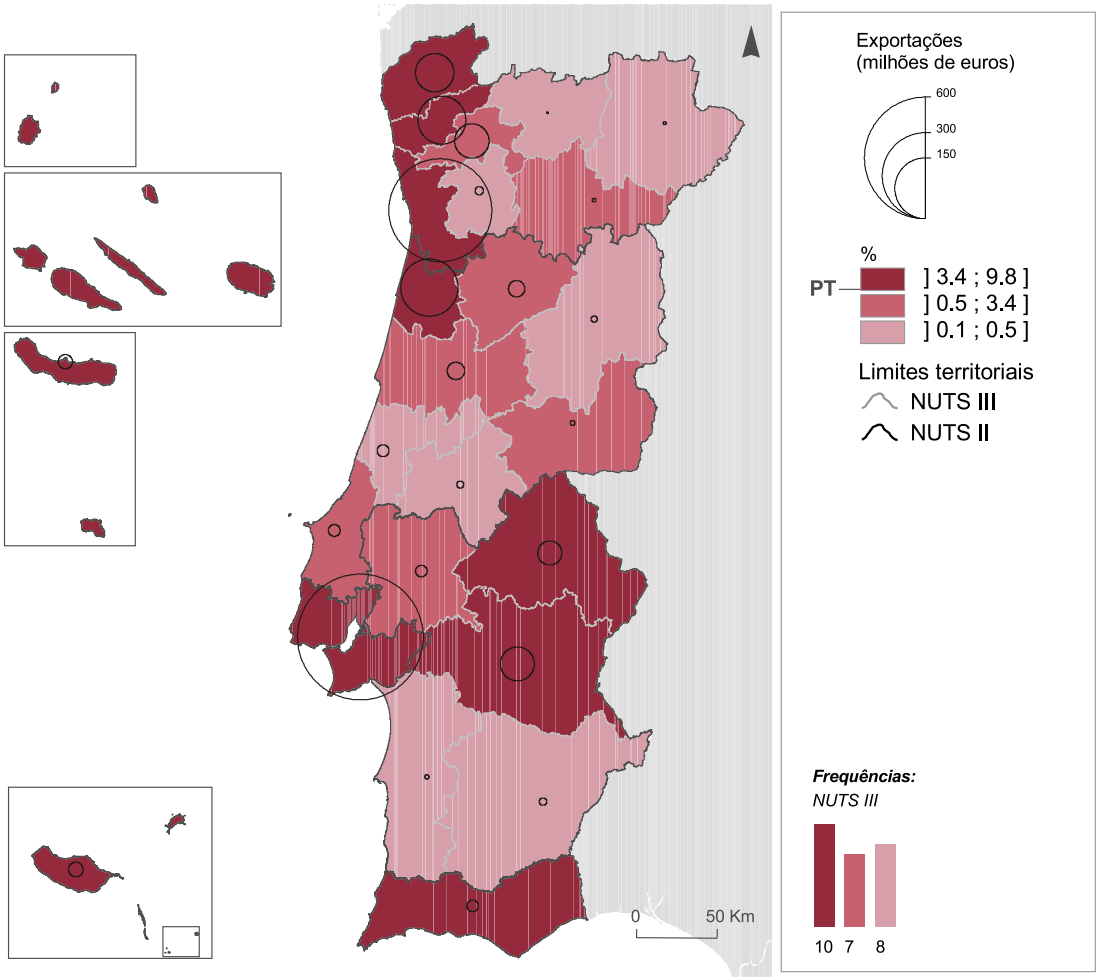


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Eurostat.

Considerando as 25 sub-regiões portuguesas, constata-se que, no período 2012-2014, a proporção mais elevada de exportações de alta tecnologia registou-se no Alentejo Central, nas regiões autónomas e no Alto Alentejo, sub-regiões que apresentavam contributos pouco expressivos para o volume total da exportação nacional destes produtos. As duas áreas metropolitanas do país eram as regiões mais exportadoras de bens de alta tecnologia (contribuíam, no seu conjunto, com cerca de dois terços do valor nacional) e apresentavam também uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima da média nacional. Para além da AML e AMP, os contributos mais significativos para o total de exportações de alta tecnologia provinham ainda dos operadores sedeados na Região de Aveiro, no Cávado e no Alto Minho, verificando-se que também estas regiões registavam valores acima da média nacional na intensidade tecnológica das respetivas exportações [Figura III.37].

Exportações (valor médio) de bens de alta tecnologia e proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2012-2014Pe

Figura III.37



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Entre os triénios 2005-2007 e 2012-2014, verificou-se uma diminuição dos coeficientes de especialização no Algarve, região Centro e regiões autónomas. A Região Autónoma da Madeira registou a maior redução neste indicador, através da aproximação da respetiva estrutura de repartição das exportações à estrutura nacional.

De 2005-2007 para 2012-2014, o Norte, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais diversificaram o respetivo quadro de especialização dos produtos exportados. O Norte tornou-se a única região especializada em Matérias têxteis e suas obras, bem como em produtos de Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras e em calçado, chapéus e outros. Face à situação no período 2005-2007, a região Norte passou também e ser especializada em Metais comuns e suas obras e em Mercadorias e produtos diversos, no período 2012-2014. No Algarve o contributo das exportações de Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas passou a ser mais relevante que no conjunto do país, entre os dois períodos em análise. A Região Autónoma da Madeira diversificou as suas exportações, nomeadamente para alguns dos produtos mais significativos no conjunto das exportações nacionais, tendo perdido importância, face à referência nacional, as exportações de Matérias têxteis e suas obras e ainda os produtos de Plástico e suas obras, borracha e suas obras.

No caso da região Centro, entre os dois períodos em análise, apenas a exportação de Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas passou a ter maior relevância relativa do que a exportação destes produtos no conjunto das exportações nacionais. A AML aumentou a importância das exportações em Pastas de madeira, papel ou cartão para reciclar, papel e suas obras passando estes produtos a ser mais relevantes nas exportações da região do que a nível nacional. Entre 2005-2007 e 2012-2014, esta região deixou de ser especializada em Metais comuns e suas obras, devendo salientar-se o reforço da especialização em Produtos minerais.

O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores foram as únicas NUTS II a manter, no período em análise, o mesmo quadro de especialização das respetivas exportações.

No que respeita à exportação de bens de alta tecnologia, verificou-se, entre 2005-2007 e 2012-2014, uma diminuição da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia em todas as regiões portuguesas com exceção da Região Autónoma dos Açores e do Algarve. O Norte foi a região onde se verificou a diminuição mais expressiva neste indicador. As duas áreas metropolitanas do país eram as sub-regiões mais exportadoras de bens de alta tecnologia (contribuíam, no seu conjunto, com cerca de dois terços do valor nacional) e apresentavam também uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima da média nacional.

Considerações finais

A inserção da economia portuguesa no contexto internacional e a exposição aos efeitos da crise económica e financeira internacional, bem como o quadro de forte contenção orçamental que tem caracterizado a economia portuguesa nos últimos anos reproduziram efeitos diversos nas regiões portuguesas.

Considerando os anos de 2005 e 2012, os dados das Contas Regionais revelaram um processo de divergência das regiões NUTS II portuguesas face à média da UE-28, em termos de PIB por habitante em ppc, e que apenas a AML se situou, ao longo deste período, acima da média europeia: +14 p. p. em 2005 e +7 p. p. em 2012. O processo de convergência é, no entanto, comum a todas as regiões NUTS II entre 2012 e 2013. Não obstante, importa realçar que a taxa de crescimento real do PIB para o período 2000-2013 para as NUTS II variou entre um máximo de 1% na Região Autónoma dos Açores e um mínimo de – 0,4% no Alentejo.

É sob este enquadramento que a análise desenvolvida foi estruturada em três eixos principais: o perfil produtivo das regiões portuguesas e os recursos para a competitividade, o tecido empresarial e a orientação para o mercado externo e o perfil exportador das regiões.

A análise do perfil produtivo procurou situar as regiões portuguesas no contexto europeu em termos de capacidade de gerar riqueza (medida através do PIB), evidenciando a importância relativa de determinadas atividades produtivas em cada região ao identificar as especializações regionais. Foram ainda analisados alguns fatores considerados potenciadores da competitividade da economia como a disponibilidade e qualificação dos recursos humanos ao nível sub-regional e local e a intensidade de investimento em I&D ao nível regional.

- Os resultados das Contas Regionais evidenciaram a manutenção da trajetória de terciarização da estrutura económica das regiões que resultou da perda de importância, comum a todas as regiões, do setor secundário (mais relevante nas regiões Norte, Centro e Região Autónoma da Madeira) e do setor primário (sobretudo no Alentejo).

- As atividades de *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração* eram particularmente importantes nas economias regionais do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Estas eram também as atividades mais geradoras de VAB em todas as regiões NUTS II, com exceção do Norte – região em que a maior parte da riqueza produzida provinha das *Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição* – e da Região Autónoma dos Açores, onde tinham maior importância as atividades ligadas à *Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social*.

- Entre 2000 e 2013 não se verificaram alterações nos perfis de especialização das regiões Norte, Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo, tendo como referência a repartição nacional de atividades produtivas. A região Centro diversificou os sectores de especialização, passando a ser também especializada em atividades de *Construção* (para além das atividades primárias e das indústrias). A região do Algarve passou, em 2013, a ser especializada em *Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços*, verificando-se que a proporção de VAB gerado na *Construção* passou a ser menor do que a verificada a nível nacional. Por último, nas regiões autónomas diminuíram as atividades de especialização, reduzindo-se o número de atividades que tinham maior importância na estrutura regional do que na estrutura de repartição nacional.

- Entre 2000 e 2013, verificou-se uma diminuição nos coeficientes de especialização regional, ou seja, houve uma aproximação das estruturas produtivas regionais ao padrão nacional em todas as regiões exceto no Algarve.

- O índice de renovação da população em idade ativa verificou, entre o ano 2000 e o ano 2014, uma diminuição significativa a nível nacional e em todas as regiões. Se no ano 2000 este índice apresentava valores acima de 100 em todas as regiões NUTS II – a população residente com idade entre os 20 e os 29 anos era em maior número que os residentes com idade entre os 55 e os 64 anos – em 2014 esta situação apenas se verificava nas regiões autónomas. O retrato territorial por município deste indicador revela valores mais baixos nos municípios do Interior das regiões Norte e Centro, bem como nos municípios do Alentejo, evidenciando-se ainda valores reduzidos em outros municípios de cariz mais urbano do Litoral do Continente como Lisboa, Porto e Coimbra. Em apenas 49 dos 308 municípios do país se registavam valores acima de 100, predominando os municípios das regiões autónomas.

- As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto registavam os valores mais elevados na proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior em 2012. Com resultados também expressivos mas inferiores à média do Continente (18,7%) surgiam as sub-regiões de Coimbra (18,4%) e de Aveiro (16,2%). À luz deste indicador, as sub-regiões contíguas do Tâmega e Sousa e do Ave apresentavam o menor nível de qualificações da mão-de-obra (menos de 10% dos trabalhadores por conta de outrem com ensino superior).

- No contexto do Portugal 2020 ficou estabelecida a meta de atingir uma proporção de despesa em I&D no PIB entre os 2,7% e os 3,3%. Em 2012, nenhuma região NUTS II portuguesa havia atingido o limiar mínimo estabelecido e apenas a AML ultrapassou o valor médio europeu em 2008.

A análise do tecido empresarial permitiu localizar o aparelho produtivo e captar o grau de concentração das unidades empresariais sedeadas nas sub-regiões, bem como distinguir a presença de empresas a nível regional em termos de dimensão e de constituição jurídica. Observou-se ainda a expressão territorial da dinâmica de criação e de sobrevivência das sociedades, bem como a importância do mercado externo nos negócios das sociedades.

- Ao nível regional, a importância das PME era mais expressiva no Algarve (região onde mais de 95% do emprego e do volume de negócios gerado pelas empresas aí sedeadas dependia das PME) mas também no Alentejo e na região Centro. As PME sedeadas na AML apresentavam a menor proporção de pessoal ao serviço e volume de negócios. Em 2013, mais de metade dos municípios do país não tinham sedes de grandes empresas. Tratava-se sobretudo de municípios localizados no interior das regiões Norte e Centro bem como a maioria dos municípios do Alentejo, Algarve e regiões autónomas.

- No tecido empresarial português, a proporção de sociedades, em 2013, era maior na AML e na Região Autónoma da Madeira. Em Portugal, as sociedades geravam cerca de 95% do volume de negócios das empresas. Os maiores contributos para o volume de negócios gerado pelas sociedades eram provenientes das áreas metropolitanas: praticamente metade do volume de negócios do país era gerado por sociedades sedeadas na AML.

- Em termos regionais, apenas as empresas sedeadas na AML e na Região Autónoma dos Açores registavam um volume de negócios por sociedade acima do valor nacional, verificando-se que o valor da AML era superior em mais de 50% ao valor nacional. Em 2013, a representação sub-regional do volume de negócios por sociedade salientava as sociedades sedeadas no Litoral do Continente com maior capacidade produtiva, excetuando-se as sociedades com sede no Algarve que apresentavam o valor mais baixo do país neste indicador.

- Em 2013, os valores mais elevados registados no indicador de concentração do volume de negócios dos municípios das regiões autónomas, AML, Ave, Alto Alentejo e Região de Leiria revelam que o volume de negócios das sociedades sedeadas nestas sub-regiões era mais concentrado em poucos municípios. Os municípios que apresentavam valores mais elevados no indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas situavam-se sobretudo no Interior das regiões Centro e Alentejo ou nas regiões insulares.

- Entre 2010 e 2013, a tendência para o aumento da taxa de natalidade das sociedades foi comum às 25 sub-regiões mas ligeiramente mais intensa nas regiões autónomas. Considerando o ano de 2013 e as regiões NUTS II, apenas o Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentavam taxas de natalidade com valores acima da média nacional. As regiões Centro e Alentejo registaram menor dinamismo na criação de empresas.

- Algumas sub-regiões NUTS III que apresentaram maior crescimento da taxa de natalidade por comparação a 2010 eram também as que registavam, em 2013, maior dinamismo na criação de sociedades: o Cávado registava uma taxa de natalidade de 10,8% em 2013, correspondendo a +2,3 pontos percentuais que em 2010 e no Ave a taxa de natalidade das sociedades foi de 10,3% em 2013, mais 2,2 pontos percentuais que em 2010. Todas as sub-regiões do Norte registaram, em 2013, taxas de natalidade das sociedades acima do valor médio nacional.

- Entre 2012 e 2013, a taxa de sobrevivência das sociedades registou, em Portugal, uma ligeira diminuição, passando de 79,0% para 77,8%. Esta tendência de diminuição registou-se nas sociedades sedeadas em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, Alentejo e da Região Autónoma dos Açores.

- Ao nível regional, o contributo das sociedades de elevado crescimento para o volume de negócios das sociedades com mais de 10 pessoas remuneradas era, em 2013, mais significativo no Alentejo (7,1%), no Algarve (4,6%) e na região Centro (4,5%). Face a 2010, verificou-se uma diminuição do número de sociedades com estas características em Portugal, bem como uma perda de importância em termos de volume de negócios. O Alentejo e o Algarve foram as únicas regiões NUTS II que registaram, entre 2010 e 2013, um aumento da proporção de volume de negócios gerado por estas sociedades.

- Entre 2010 e 2013, registou-se um crescimento no valor das vendas e prestações de serviços orientado para o exterior que se generalizou a todas as regiões NUTS II, situação que contrastava com a tendência geral de diminuição do volume de negócios das sociedades, dinâmicas que valorizam assim a importância dos mercados externos nos negócios das sociedades sedeadas em Portugal.

- Ao nível regional, em 2013, a quota do mercado externo foi mais relevante para as sociedades sedeadas no Norte, no Alentejo e no Centro. No Algarve e nas regiões autónomas a proporção de vendas e prestações de serviços ao exterior era menos expressiva face à média nacional.

- Ao nível das NUTS III, a proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo era mais elevada nas sociedades sedeadas nas sub-regiões Ave, Alto Minho e Tâmega e Sousa, no Norte, bem como na Região de Aveiro e nas sub-regiões do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (acima de 30% do volume de negócios total das respetivas sub-regiões).

- Entre 2010 e 2013, o número de sociedades exportadoras aumentou no país, bem como a importância em termos de pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB. A variação em termos de emprego gerado nestas sociedades (cujo peso nacional era de 19% em 2010 e passou para 23% em 2013) foi mais intensa nas regiões em que a sua importância regional já era mais significativa: Alentejo, Norte e Centro.

Por último, a análise do comércio internacional de bens procurou identificar, através de uma análise temporal, a importância das exportações em cada região e sub-região, o perfil de especialização das exportações e o grau de tecnologia dos produtos exportados, tendo em conta a localização da sede do operador.

- Entre 2005 e 2014, a taxa de cobertura das importações pelas exportações em Portugal aumentou, situando-se em 61% em 2005 e em 82% em 2014. Neste período, nem todas as regiões portuguesas apresentavam uma situação deficitária em termos de troca de bens com o exterior, quando considerando a localização da sede do operador. As regiões Norte, Centro e Alentejo apresentavam, em toda a série analisada, um valor de exportações superior ao das importações. A região Norte apresentava, desde 2011, o valor mais elevado neste indicador, atingindo, nos anos de 2012 a 2014, cerca de 142%. A taxa de cobertura da Região Autónoma da Madeira verificou o maior crescimento de toda a série, tendo registado, em 2005, o valor mais baixo de todo o período entre todas as regiões (19%) e passando a apresentar, em 2014, um valor de 102%. Ao longo do período em análise, os operadores do comércio internacional sedeados nas restantes NUTS II – AML, Algarve e Região Autónoma dos Açores – importaram mais do que exportaram.

- No triénio 2012-2014, considerando a localização da sede dos operadores, 18 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima de 100%, evidenciando a existência de algumas sub-regiões em que o valor das exportações de bens mais do que duplicou o valor das importações. A AML e as três NUTS III contíguas Ave, AMP e Região de Aveiro foram as sub-regiões com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de dois terços do valor nacional.

- O Norte – região mais exportadora em 2005-2007 e em 2012-2014 – foi também a região que mais diminuiu o contributo para o total de exportações do país entre estes dois períodos, passando a representar 38,6% no triénio 2012-2014 (representava 41,7% em 2005-2007). Para além das exportações de operadores sedeados no Norte, apenas as exportações de operadores da região Centro verificaram uma diminuição no contributo para o valor nacional. A proporção de exportações dos operadores sedeados na AML aumentou no período considerado, passando a representar, em 2012-2014, 34,5% das exportações do país.

- Entre 2005-2007 e 2012-2014, a proporção de exportações portuguesas para os países da UE-28 diminuiu, passando de 77% para 70% do total de produtos exportados. Esta diminuição foi comum a todas as regiões NUTS II, com exceção do Norte em que aumentou a proporção de exportações para os parceiros comunitários de 76% para 78%. Considerando as exportações dos operadores sedeados nas restantes regiões, o aumento da importância das saídas de bens para países externos à UE-28 foi mais intenso na AML e na Região Autónoma da Madeira (única região em que as exportações para fora da UE-28 superava as exportações comunitárias).

- Entre os triénios 2005-2007 e 2012-2014, verificou-se uma diminuição dos coeficientes de especialização das exportações do Algarve, região Centro e regiões autónomas, considerando os 21 produtos da Nomenclatura Combinada. A Região Autónoma da Madeira registou a maior redução neste indicador, através da aproximação da respetiva estrutura de repartição das exportações à estrutura nacional.

- De 2005-2007 para 2012-2014, o Norte, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais diversificaram o respetivo quadro de especialização dos produtos exportados. O Norte tornou-se a única região especializada em *Matérias têxteis e suas obras*, bem como em produtos de *Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras e em calçado, chapéus e outros*. Face à situação no período 2005-2007, a região Norte passou também e ser especializada em *Metais comuns e suas obras* e em *Mercadorias e produtos diversos*, no período 2012-2014. No Algarve o contributo das exportações de *Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas* passou a ser mais relevante do que no conjunto do país, entre os dois períodos em análise. A Região Autónoma da Madeira diversificou as suas exportações, nomeadamente para alguns dos produtos mais significativos no conjunto das exportações nacionais (*Máquinas e aparelhos, material elétrico* e outros, *Material de transporte* e *Metais comuns e suas obras*), tendo perdido importância, face à referência nacional, as exportações de *Matérias têxteis e suas obras* e ainda os produtos de *Plástico e suas obras, borracha e suas obras*.

- No caso da região Centro, entre os dois períodos em análise, apenas a exportação de *Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas* passou a ter maior relevância relativa do que a exportação destes produtos no conjunto das exportações nacionais. A AML aumentou a importância das exportações em *Pastas de madeira, papel ou cartão para reciclar, papel e suas obras* passando estes produtos a ser mais relevantes nas exportações da região do que a nível nacional. Entre 2005-2007 e 2012-2014, esta região deixou de ser especializada em *Metais comuns e suas obras*, devendo salientar-se o reforço da especialização em *Produtos minerais*.

- O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores foram as únicas NUTS II a manter, no período em análise, o mesmo quadro de especialização das respetivas exportações.

- Entre 2005-2007 e 2012-2014, a proporção de exportações de bens de alta tecnologia diminuiu de 7,1% para 3,4% em Portugal. No período em análise, verificou-se uma diminuição deste indicador em todas as regiões portuguesas, com exceção da Região Autónoma dos Açores e do Algarve. O Norte foi a região onde se verificou a diminuição mais expressiva na proporção de exportações de bens de alta tecnologia. As duas áreas metropolitanas do país eram as sub-regiões mais exportadoras de bens de alta tecnologia (contribuíam, no seu conjunto, com cerca de dois terços do valor nacional) e apresentavam também uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima da média nacional.

Conceitos

Empresa de elevado crescimento: Empresa com um crescimento médio anual superior a 20% ao longo de um período de 3 anos. O crescimento pode ser medido quer em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas quer em termos de volume de negócios.

Empresa jovem de elevado crescimento ("Gazela"): Empresa até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 20% ao longo de um período de 3 anos. O crescimento pode ser medido quer em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas quer em termos de volume de negócios.

Importação: Somatório das chegadas a Portugal de mercadorias provenientes dos restantes Estados-membros, com as importações portuguesas com origem em países terceiros.

Empresa: Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Exportação: Somatório das expedições de mercadorias efetuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros.

Índice de renovação da população em idade ativa: Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

Nascimento real da empresa: Empresa que resulta da criação de uma combinação de fatores de produção, desde que não existem outras empresas envolvidas neste acontecimento. Não se incluem empresas que entram devido a fusão, cisão ou reestruturação de um conjunto de empresas. Não se incluem igualmente, as entradas derivadas somente de uma alteração de atividade.

País de destino: Último país ou território estatístico conhecido, no momento da expedição/exportação, para o qual as mercadorias devem ser expedidas/exportadas.

Pessoal ao serviço: Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por

não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

Produto interno bruto regional: Produto interno bruto avaliado a preços de mercado que corresponde à soma do valor acrescentado bruto a preços de base, com os impostos líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, por região. A soma dos PIBR a preços de mercado por região, incluindo o PIBR do território extrarregional, é igual ao PIB a preços de mercado.

Sobrevivência da empresa: A empresa sobrevive se estiver em atividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a atividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os fatores de produção dessa empresa.

Valor acrescentado bruto: Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

Valor acrescentado bruto a preços de mercado: Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.

Volume de negócios: Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

BIBLIOGRAFIA



Almeida, Ana Nunes e Vieira, Maria Manuel (2006) *A Escola em Portugal - Outros Olhares, Novos Cenários*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, Sílvia (2014) Abandono escolar precoce: Portugal no contexto da União Europeia e nos Censos 1991, 2001 e 2011, in David Justino (Dir.), *Estado da Educação - 2013*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Alves, Mariana (2003) *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa – O caso dos diplomados pela FCT*, Tese de doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Alves, Nuno; Centeno, Mário e Novo, Álvaro (2010) O investimento em educação em Portugal: Retornos e Heterogeneidade, *Boletim Económico – Banco de Portugal*, 16 (1): 9-39.

Antunes, Fátima (2013) "E (39 anos) depois do adeus, que Estado da Educação?", in *O Estado da Educação e as Ciências da Educação: leituras críticas e desafios* (Conselho Nacional de Educação).

Azevedo, José Maria (2013) *Escolarização na Região Norte: Evolução das Disparidades Regionais 1991-2011*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Barca, Fabrizio (2009) *An agenda for a reformed cohesion policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Independent report prepared at the request of Danuta Hüber, Commisioner for Regional Policy. Rome: Ministry of Economics and Finance, Italy.

Böhme, Kai, *et al*. (2011) *How to strengthen the territorial dimension of 'Europe 2020' and EU Cohesion Policy*. Report based on the Territorial Agenda 2020 prepared at the request of the Polish Presidency of the Council of the European Union.

Brezzi, Monica, *et al*. (2011) *OECD Extended Regional Typology: The Economic Performance of Remote Rural Regions*, OECD Regional Development Working Papers 2011/06. Paris: OECD.

Carcillo, Stéphane *et al*. (2015) *NEET youth in the aftermath of the crisis: Challenges and Policies*, OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 164, Paris: OECD.

Cavaco, Carmen (2013) "Estado da Educação 2012 – Políticas Públicas de educação de adultos e equidade", in *O Estado da Educação e as Ciências da Educação: leituras críticas e desafios*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Comissão Europeia (2008) *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia Tirar Partido da Diversidade Territorial*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão Europeia (2014a) *Por um renascimento industrial europeu, Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu*, ao Conselho, ao Comité das Regiões, Bruxelas.

Comissão Europeia (2014b) *Investimento no crescimento e no emprego. Promover o desenvolvimento e a boa governação nas regiões e cidades da UE. Sexto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Bruxelas.

Cordeiro, Helena *et al*. (2012) *Spatial Data Infrastructure for statistical production: challenges and opportunities*, Paper from the Workshop on Combination of Geospatial Information and Statistics held in Luxembourg, 15-16 maio, European Forum for Geography and Statistics.

Dias, Mariana (Coord.) (2005) *Concepção estratégica das intervenções operacionais no domínio da educação – Relatório final*, Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais (CIED), Escola Superior de Educação de Lisboa.

ESPON – European Spatial Planning Observation Network (2013) *ESPON Atlas: Territorial Dimensions of the Europe 2020 Strategy*, junho 2013. Luxembourg: ESPON 2013 Programme.

Europa 2020 (2010) *Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Comissão Europeia.

European Commission (2014) *Reindustrialising Europe, Member States' Competitiveness Report 2014*, Commission staff working document. Luxembourg.

Eurostat (2007) *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurostat (2009) *Youth in Europe: A statistical portrait,* European Commission.

Eurostat (2011) *Regional typologies: a compilation*, Regional Focus No. 1/2011. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurostat (2012) *Eurostat regional yearbook 2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurostat (2013) *Science, technology and innovation in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurostat (2014a) *A Harmonised definition of cities and rural areas: The new degree of urbanisation*, Working Paper No. 1/2014. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurostat (2014b) *Eurostat regional yearbook 2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurostat (2015) *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ferrão, João (2002) Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais, *Lusotopie*, 2002 (2): 151-158.

Ferrão, João (2003) Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001, *Revista de Estudos Demográficos*, 34: 17-25.

Ferrão, João (2012) *Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão Pós - 2013*, Relatório Final, julho 2012. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ferreira, Vitor Sérgio e Nunes, Cátia (2010) Les marqueurs de passage à l'âge adulte en Europe, *Politiques Sociales et Familiales*, 102: 21-38.

Figueiredo, António (2008) A territorialização de políticas públicas em Portugal - revisão e atualização do documento produzido como *Background Report do Territorial Survey* da OCDE sobre Portugal. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2002) *Atlas das Cidades*, Volume I. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2009) *Retrato Territorial de Portugal 2007*. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2010) *Nota sobre a alteração do modo de recolha da informação do Inquérito ao Emprego a partir do 1º trimestre de 2011*, Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2010, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011a) *Medida do impacto da alteração no modo de recolha da informação do Inquérito ao Emprego no 1º trimestre de 2011*, Estatísticas do Emprego – 1º trimestre de 2011. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011b) *Retrato Territorial de Portugal 2009*. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014a) *Cidades portuguesas: um retrato estatístico, 2011*, Destaque do INE. 31 de outubro de 2014. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014b) *A informação estatística dispõe de um novo referencial geográfico: a Quadrícula 1x1 km*, Destaque do INE, 28 de abril de 2014. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014c) *Nota sobre a revisão das estimativas do Inquérito ao Emprego decorrente da revisão das estimativas da população residente após integração dos resultados definitivos dos Censos 2011*, Estatísticas do Emprego – 1º trimestre de 2014. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014d) *Estatísticas do Empreendedorismo 2009-2012*, Destaque do INE, 7 de abril de 2014. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2015a) *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*, maio 2015. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2015b) *Estimativas de População Residente em Portugal 2014*, Destaque do INE, 16 de junho de 2015. Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2015c) *Empresas em Portugal 2013*. Lisboa: INE.

Jacob, Brian (2002) Where the boys aren't: non-cognitive skills, return to school and the gender gap in higher education, *Economics of Education Review*, 21 (6): 589-598.

Justino, David, *et al*. (2013) *Atlas da Educação - Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso Portugal 1991-2012*. Lisboa: CESNOVA/EPIS/FCSH-UNL.

Justino, David (Dir.) (2014) *Estado da Educação - 2013*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Lima, Luísa e Novo, Rosa (2007) Nós por cá todos bem? Bem-estar subjetivo e social em Portugal e na Europa, in Jorge Vala e Anália Torres (Orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, pp. 147-220. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Mateus, Augusto (Coord.) (2015) *Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A)

Moreira, Vital e Guedes, Ana C. (2005) *Desconcentração administrativa e administração regional do Estado, Documento de Enquadramento Preliminar*, maio 2005, Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2008) *Regions at a glance 2007*, Paris: OECD

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2009) OECD *Science, Technology and Industry Scoreboard 2009*, Paris: OECD.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2011) *How's life? Measuring well-being*. Paris: OECD.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2012) *Education at a glance*. Paris: OECD.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2013a) *Regions at a glance 2013*. Paris: OECD.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2013b) *Definition of Functional Urban Areas (FUA) for the OECD metropolitan data base*. Paris: OECD.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2013c), *OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2013*. Paris: OECD.

Openshaw, Stan (1984) *The Modifiable Areal Unit Problem*. Norwich, England: Geobooks.

Pais, José Machado (2012) A esperança em gerações de futuro sombrio, *Estudos Avançados*, 26 (75): 267-280.

Pais, José Machado e Ferreira, Vitor Sérgio (Orgs.) (2010) *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, Margarida e Carranca, Maria Adelaide (2009) *Contributo da Associação Portuguesa de Geógrafos para a consulta pública lançada pela Comissão Europeia sobre o Livro Verde da Coesão Territorial Europeia*. Associação Portuguesa de Geógrafos.

Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 (2014).

Samecki, Pawel (2009) *Orientation Paper on Future Cohesion Policy*, Communication from the European Commissioner in charge of Regional Policy.

Simões, Francisco e Drumonde, Rui (2015) *As singularidade dos jovens NEEF em zonas rurais: o caso açoriano*, Olhares sobre os jovens – junho 2015, Observatório Permanente da Juventude.

Torres, Sónia (2013) *Os jovens no mercado de trabalho – indicadores de medida em confronto*, Estatísticas do Emprego – 3ª trimestre de 2013. Lisboa: INE.

Torres, Sónia e Lima, Francisco (2014) *Dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) em Portugal*, Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2014. Lisboa: INE.

UN-GGIM: Europe – United Nations Initiative on Global Geospatial Information Management (2015) Work Group B Data Integration Report on *Definition of priority user needs for combinations of data*. UN-GGIM: Europe.

Vickers, Dan e Rees, Phil (2007) Creating the UK National Statistics 2001 output area classification, *Journal of the Royal Statistical Society*, 170 (2): 379-403.

Vincent-Lancrin, Stéphan (2008) The reversal of gender inequalities in higher education: an on-going trend, In OECD, *Higher Education to 2030 (vol.1): Demography*. Paris: OECD.

SIGLAS E ABREVIATURAS



A.M.	Área Metropolitana
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMP	Área Metropolitana do Porto
AMU	Área Mediamente Urbana
APR	Área Predominantemente Rural
APU	Área Predominantemente Urbana
BGRI	Base Geográfica de Referenciação Espacial
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCH	Cursos cientifico-tecnológicos
CE	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
Censos	Recenseamentos Gerais da População e Habitação
CIM	Comunidades Intermunicipais
CPP	Classificação Portuguesa das Profissões
DGREGIO	Directorate - General for Regional and Urban Policy
DGT	Direção-Geral do Território
DGURBA	Degree of Urbanisation
DT	Distrito
ESPON	European Spatial Planning Observation Network
Eurostat	Serviço de Estatística da União Europeia
EF 2020	Quadro Estratégico Europeu para a Educação e Formação
EIDT	Estratégia Integradas de Desenvolvimento Territorial
EIM	Entidades Intermunicipais
EM	Estados-Membros
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FR	Freguesia
FUA	Functional Urban Area
IE	Inquérito ao Emprego
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I.P.	Instituto Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
LAU	Local Administrative Unit
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
MN	Município
NEEF	Não empregados que não estão em educação ou formação
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Pe	Dados preliminares
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
p.p.	Pontos percentuais
ppc	Paridades de poder de compra
PT	Portugal
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
R. A.	Região Autónoma
SEE	Sistema Estatístico Europeu
SEN	Sistema Estatístico Nacional
TIPAU	Tipologia de Áreas Urbanas
UA	Urban Audit
UE	União Europeia
UN-GGIM	United Nations Initiative on Global Geospatial Information Management

Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios | Anexo 1



Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios | Anexo 2



Divisão territorial da região NUTS II Área Metropolitana de Lisboa: NUTS III e municípios | Anexo 3



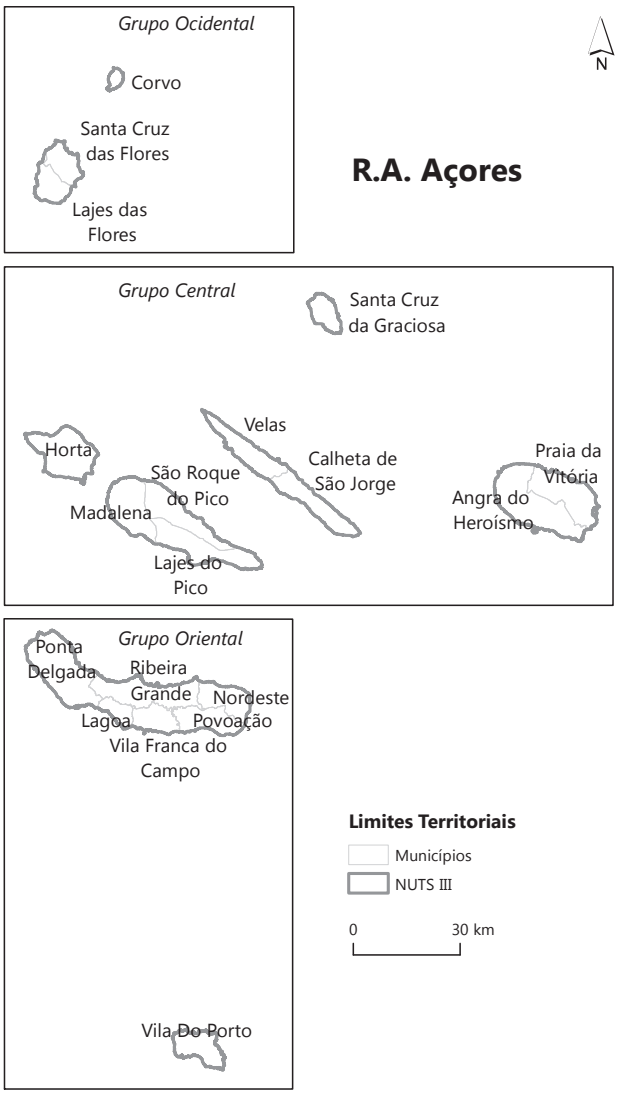
Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios | Anexo 4



Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios | Anexo 5



Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma dos Açores: NUTS III e municípios | Anexo 6



Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma da Madeira: NUTS III e municípios | Anexo 7

